

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ROSANI MARISA SPANEVELLO

A dinâmica sucessória na agricultura familiar

**Porto Alegre
2008**

ROSANI MARISA SPANEVELLO

A dinâmica sucessória na agricultura familiar

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Anita Brumer

Série PGDR - Tese nº 07

Porto Alegre

2008

ROSANI MARISA SPANEVELLO

A dinâmica sucessória na agricultura familiar

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de abril de 2008.

Prof^a. Dr^a. Anita Brumer (Orientadora - Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/PPGS-UFRGS

Prof^a. Dr^a. Maria Ignez Paulilo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC

Prof^a. Dr^a. Maria Eunice de Souza Maciel
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/UFRGS

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, agricultores familiares “sem sucessores”, dedico-lhes essa conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de tese, embora original, resulta da colaboração de muitos. Diversas pessoas contribuíram para a sua realização, seja de forma material, através de bolsa de estudos, de orientação, informação e colaboração durante a pesquisa de campo, seja por meio de apoio, solidariedade e afeto. A todos, meus sinceros agradecimentos. Agradeço, em especial:

À minha orientadora, professora Anita Brumer, pelo empenho, disponibilidade e dedicação, durante todo o período de construção e elaboração da tese.

Ao professor Hugo Vela, pela iniciação nos estudos sobre juventude e agricultura familiar.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos.

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural pela acolhida.

À secretaria do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, em especial a Eliane, pela atenção constante.

Aos professores Maria Ignez Paulilo, Maria Eunice de Souza Maciel e Eduardo Ernesto Filippi que atenderam, prontamente, ao convite de participação na Banca Examinadora, para a defesa da tese.

Aos escritórios municipais da EMATER de Pinhal Grande e Dona Francisca e aos técnicos Jacimar Facco e Dorli Barichelo, pelo auxílio prestado durante a pesquisa de campo.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pinhal Grande, igualmente pelo apoio recebido.

Ao Nilson Weisheimer pelo repasse do Banco de Dados da Pesquisa “Jovens agricultores familiares do RS”, coletados em 2007 no Rio Grande do Sul.

Aos agricultores familiares pela acolhida e disponibilidade em responder às questões que resultaram na construção dessa tese.

Aos meus colegas de turma: Raquel, Oscar, Jorge, Marcelo, Daniela e Amilai, pela convivência e companheirismo.

Aos meus amigos “neo - rurais” Tanice e Marcelo e “urbanos” Eliane e Daniel.

À turma do Mestrado de 2004 - Imaculada e seu esposo Dejoel, Juliana, Patrícia, Neide, Aline, Marlova, Adriana e Guilherme, pela amizade e convivência prazerosa.

A toda a minha família pelo apoio incondicional antes e durante o período de doutorado. Em especial, meus pais e meus irmãos Marizete, Mari, Roselia e Olmar, sempre dispostos a escutar as minhas angústias e (in) certezas sobre o doutorado e a tese.

Ao Adriano, pelo apoio e carinho durante todo esse processo e pela nova fase da vida que iniciamos juntos com os nossos doutorados.

RESUMO

A reprodução social da agricultura familiar é permeada por distintos fatores que afetam a perspectiva de continuidade dos estabelecimentos ao longo das gerações. Estes fatores geralmente podem ser associados às alterações provocadas pela modernização da agricultura, crescente proximidade entre o rural e urbano e a dinâmica interna do grupo familiar. Os efeitos desses fatores demarcam a diferenciação socioeconômica dos agricultores, a individualização do trabalho e a sobreposição dos valores individuais sobre os valores coletivos familiares, visando à reprodução do indivíduo no lugar do grupo familiar. Como resultado, tem sido crescente as migrações rurais, especialmente a jovem, devido à falta de perspectiva dos filhos em seguir na ocupação agrícola. Avançando sobre a questão sucessória, essas mudanças podem tanto impactar de forma positiva, quando os pais conseguem ter um sucessor, ou de forma negativa, quando os pais não têm entre os filhos alguém disposto a suceder. Desse modo, enquanto nas gerações anteriores praticamente todos os filhos desejam permanecer no estabelecimento paterno como sucessor, hoje a questão sucessória dá lugar a outra dimensão: assegurar a permanência de pelo menos um filho para ser o sucessor. A dinâmica sucessória atual da agricultura familiar vem ganhando destaque devido a duas questões principais. A primeira está relacionada ao fato da maioria dos estabelecimentos permitirem a instalação de apenas um filho para evitar a inviabilidade econômica do mesmo. A segunda enfoca que as possibilidades de permanência dos filhos na atividade agrícola variam de acordo com as condições econômicas e sociais oferecidas pelos agricultores. Conforme essas condições, os agricultores podem ou não contar com seus filhos para suceder o estabelecimento. Com base nessas perspectivas e dimensionamentos mais gerais, esta tese teve como objetivo analisar o processo social da sucessão entre os agricultores familiares localizados nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana, Rio Grande do Sul. Verifica-se sob que condições produtivas, econômicas (rendas e investimentos) e sociais (percepção sobre a ocupação agrícola e estímulo aos filhos seguirem na atividade) os agricultores asseguram ou podem assegurar a sucessão ou a não sucessão dos seus estabelecimentos, bem como a transmissão do patrimônio em casos de sucessão e de não sucessão. Através da análise de dois grupos de agricultores - sem sucessão e com sucessão - observam-se as condições produtivas, econômicas e sociais distintas para cada um dos grupos analisados, cabendo ao grupo dos com sucessores as melhores condições produtivas, econômicas e também o estímulo aos filhos continuarem na agricultura. Quanto aos arranjos relativos à transmissão do patrimônio, os agricultores com sucessão demarcam a transmissão do patrimônio como um processo tardio e asseguram o estabelecimento para os filhos, majoritariamente um só filho homem, com arranjos variados de compensação dos demais. Os agricultores sem sucessores apresentam como arranjos a venda ou passagem do estabelecimento para os filhos, numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.

Palavras - chaves: Agricultura familiar, Sucessão, Transmissão do patrimônio.

ABSTRACT

The social reproduction of familiar agriculture is permeated by distinct factors affecting the perspective of continuity of establishments along the generations. In general, these factors can be associated to changes caused by the modernization of agriculture, crescent proximity between the rural and the urban and the internal dynamic of the familiar group. The effects of those factors denote the farmers' socio-economic differentiation, the work individualization and superposition of individual values over the collective familiar ones, aiming at the reproduction of the individual in the place of the familiar group. As a result, the rural migrations have been increasing, especially the youth due to their lack of perspective to follow an agricultural job. Advancing over the succession problem, those changes can have either positive impact, when parents can have the successor, or a negative one, when parents don't have, among their children, someone willing to follow them. So, while in the previous generations almost all children wanted to remain in the parents' property as the successor, today, the succession problem assumes other dimension: to insure the permanence of at least one descendent to be the successor. The current succession dynamics of familiar agriculture has been obtaining a prominent position due to two main points. The first one is related to the fact that most of the establishments allow the permanence of only one descendant to avoid their economic unfeasibility. The second one is focused on the problem that permanence of the descendants in the agricultural activity vary according to the economic and social conditions offered by the farmers. According to such conditions, the farmers can count on their descendants or not to succeed them in the property. Based on these perspectives and more general dimensioning, this thesis had as its goal to analyze the social succession process among the familiar farmers in the municipalities of Pinhal Grande and Dona Francisca, both located within the Fourth Colony of Italian Immigration, in Rio Grande do Sul state. It is observed that, under productive, economic (incomes and investments) and social (understanding of the agricultural occupation and stimuli to descendants to follow the activities) conditions, the farmers assure or can assure the succession or not within their properties, as well as the family estate inheritance in cases of succession or not. Through the analysis of two groups of farmers - with and without succession- it is studied the distinct productive, economic and social conditions to each one of the analyzed groups, being the group with successors the one having the best productive and economic conditions as well as the stimulus to descendants to continue working in agriculture. As to the arrangements related to family estate inheritance, the farmers having succession define the family estate inheritance as a late process and assure the property to descendants, mainly only one son, with different compensation arrangements to the other ones. The farmers without successors have as a solution the selling of the property or its transference to the descendants, trying to assure assistance to parents at the old age.

Keywords: Familiar agriculture, Succession, Estate transmission

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01-	Esquema representativo da estrutura da tese.....	33
Figura 02-	Representação das distintas zonas na região do COREDE - Centro....	64
Figura 03-	Quarta Colônia e seus municípios no interior do COREDE-Centro....	65
Figura 04-	Representação dos distintos grupos na microrregião da agricultura familiar ou da Quarta Colônia.....	71
Figura 05-	Localização geográfica dos municípios da pesquisa.....	81
Quadro 01-	Comparação entre a agricultura patronal e a agricultura familiar.....	38
Quadro 02-	Municípios, características da estrutura fundiária, tipos de cultivos e localização das três zonas que compõem a Quarta Colônia.....	64
Quadro 03-	Estrutura fundiária, sistemas produtivos e indicadores sociais dos grupos que compõem a Quarta Colônia.....	72
Quadro 04-	Síntese das principais características dos agricultores familiares sem sucessão.....	102
Quadro 05-	Entrevista síntese da caracterização geral de um agricultor sem sucessão.....	103
Quadro 06-	Síntese das principais características dos agricultores familiares com sucessão.....	115
Quadro 07-	Entrevista síntese da caracterização geral de um agricultor com sucessão.....	116
Quadro 08-	Agricultor sem sucessão - condições produtivas e econômicas desfavorecidas.....	131
Quadro 09-	Agricultor com sucessão - condições produtivas e econômicas favoráveis.....	139
Quadro 10-	Resumo da entrevista com agricultor sem sucessão e com percepção negativa da agricultura.....	162
Quadro 11-	Resumo da entrevista com agricultor com sucessão e com percepção positiva da agricultura.....	170
Quadro 12-	Síntese da entrevista com agricultor sem sucessão sobre a transmissão do patrimônio.....	188
Quadro 13-	Síntese da entrevista com agricultor com sucessão sobre a transmissão do patrimônio.....	201

LISTA DE TABELAS

1 -	Distribuição percentual da população por situação domiciliar no município de Dona Francisca, período de 1970 - 2000.....	84
2 -	Distribuição da população total, jovem e com 60 anos ou mais por situação domiciliar e o percentual sobre a população rural total do município de Dona Francisca.....	85
3 -	Distribuição da população total, jovem e com 60 anos ou mais por situação domiciliar e o percentual sobre a população rural do município de Pinhal Grande.....	88
4 -	Composição da família em relação ao número de filhos e a divisão por sexo entre os agricultores sem sucessão.....	100
5 -	Composição da família em relação ao número de filhos e a divisão por sexo entre os agricultores com sucessão.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAMNPAL -	Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma LTDA
CONTAG -	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COREDE -	Conselho Regional de Desenvolvimento
COTRIJUC -	Cooperativa Triticola de Júlio de Castilhos
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO -	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEE -	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
IBAMA -	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE -	Instituto Brasileiro de Economia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PIB -	Produto Interno Bruto
PRODESUS -	Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia de Imigração Italiana
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UFSM -	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Problema de pesquisa.....	24
1.2	Objetivo geral.....	25
1.2.1	Objetivos específicos.....	25
1.3	Hipóteses.....	26
1.4	Procedimentos metodológicos.....	26
1.5	Estrutura da tese.....	31
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	34
2.1	Agricultura familiar.....	34
2.2	Sucessão: dimensão conceitual e especificidades.....	39
2.3	A construção das mudanças na questão sucessória.....	49
3	REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL E A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	62
3.1	Região central do Rio Grande do Sul.....	62
3.2	Quarta Colônia de Imigração Italiana.....	65
3.2.1	Perspectivas ocupacionais e sucessórias da juventude rural local.....	77
3.3	Os municípios da pesquisa.....	80
3.3.1	Dona Francisca.....	81
3.3.2	Pinhal Grande.....	85
4	CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	90
4.1	A problemática da saída dos jovens do meio rural local.....	90
4.2	A caracterização dos agricultores familiares.....	97
4.2.1	Agricultores familiares sem sucessão.....	97
4.2.2	Agricultores familiares com sucessão.....	104
4.2.2.1	A nova geração de agricultores.....	109

5	CONDIÇÕES PRODUTIVAS E ECONÔMICAS E A SUCESSÃO.....	117
5.1	Relação entre as condições estruturais e a sucessão.....	117
5.1.1	As condições produtivas e econômicas dos agricultores sem e com sucessão.....	121
6	PERCEPÇÃO DA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E A SUCESSÃO.....	141
6.1	Considerações teóricas sobre a percepção da ocupação agrícola e a relação com a sucessão.....	141
6.1.1	As percepções em torno da ocupação agrícola e a permanência dos filhos.....	149
6.1.2	O estímulo à continuidade na ocupação agrícola.....	157
7	TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO.....	171
7.1	A transmissão do patrimônio na agricultura familiar.....	171
7.1.1	A transmissão do patrimônio entre os agricultores sem sucessão.....	179
7.1.2	A transmissão do patrimônio entre os agricultores com sucessão.....	188
8	CONCLUSÕES.....	204
	REFERÊNCIAS.....	213
	APÊNDICE - Roteiro do questionário aplicado aos agricultores familiares sem e com sucessão.....	223

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, embora os problemas relativos à reprodução social da agricultura familiar não tenham, ainda, atingido a mesma magnitude que na Europa (onde os temas¹ emergentes como problemáticos aos agricultores familiares brasileiros na atualidade já foram estudados em décadas anteriores²), o interesse pelo tema é recorrente.

Vários trabalhos no âmbito acadêmico têm destacado a preocupação com a reprodução econômica e social da agricultura familiar. Entre os principais trabalhos produzidos na região sul do Brasil merece destaque o estudo de Anjos (1995); Santos (1984); Schneider (2003); Stropasolas (2002); Tedesco (1999); Woortmann (1995), entre outros.

Da mesma forma, pesquisas em universos localizados, tais com as de Abramovay *et al.* (1998) e de Silvestro *et al.* (2001), ambas localizadas na região oeste de Santa Catarina, Weisheimer (2007), no Rio Grande do Sul, Brumer e Spanevello³ (2008), na região sul do Brasil, buscam compreender, entre outras questões, a caracterização dos filhos dos agricultores familiares, suas perspectivas de permanência do meio rural e na agricultura e, conseqüentemente, a possibilidade da sucessão nos estabelecimentos agropecuários. De modo geral, as pesquisas mostram distintas posições entre os filhos no tocante às perspectivas sucessórias: uma maior disposição dos filhos em permanecer na atividade agrícola, em contraposição à vontade das filhas de seguir para o meio urbano.

Um dos fatores explicativos do crescente interesse na realização de estudos sobre a agricultura familiar reside na importância dessa agricultura para o desenvolvimento rural brasileiro, principalmente nas regiões onde a sua presença é mais intensa. A agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos de subsistência no país, pela geração de empregos, pela preservação do meio ambiente e manutenção de relações sociais

¹ É o caso, por exemplo, do celibato dos filhos dos agricultores e da migração feminina. Na França, os estudos de Bourdieu, realizados, ainda na década de 1960, já tratavam dessa questão.

² De acordo com Dirven (2001), hoje há políticas governamentais para o rejuvenescimento da população rural na União Européia. As políticas se voltam para a instalação dos jovens em atividades agrícolas e não agrícolas. A França é um dos países pioneiros em políticas para instalação de jovens no meio rural. Neste país, desde 1973 existem programas específicos para instalação de jovens no meio rural.

³ Trata-se de uma pesquisa intitulada Jovens agricultores familiares da região sul do Brasil, realizada em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Fetraf-Sul/CUT entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2008. Foram entrevistados 1677 jovens (moças e rapazes) dos três estados da região sul. O objetivo principal da pesquisa era caracterizar os jovens em termos de trabalho, educação, lazer, socialização no trabalho e na gestão dos estabelecimentos familiares, além da autonomia, interesses e apreciações sobre a atividade agrícola e o modo de no meio rural, bem como seus projetos de vida futuros.

entre os indivíduos, consideradas um capital social⁴ valioso ao meio rural e ao próprio desenvolvimento como um todo (ABRAMOVAY, 2003).

Na região sul do Brasil, a importância da agricultura familiar pode ser medida numericamente. Segundo dados do Relatório da Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2000), são 907 mil estabelecimentos (de um total de 4,14 milhões de estabelecimentos familiares existentes no Brasil), cujas propriedades do tipo familiar correspondem a 90% do total, ocupam 44% da área e respondem por aproximadamente 57% do valor de produção.

Considerando o tamanho dos estabelecimentos familiares existentes na região, as dimensões variam entre 5 a 20 hectares (48%) e entre 21 e 50 hectares (23%), envolvendo 83% da força de trabalho ocupada na agricultura da região (FAO/INCRA, 2000). Os principais produtos cultivados são: milho (71% dos agricultores), 47% cultivam feijão, 36% cultivam mandioca e outros 22% cultivam soja. Além disso, 48% dos agricultores criam gado de corte, 62% gado de leite, 55% suínos e 73% aves/ovos (FAO/INCRA, 2000).

Associada a essa importância econômica está a questão social da agricultura familiar. Aqui, delimita-se a questão social como sendo a produção das novas gerações de agricultores.

Em países como a Inglaterra, por exemplo, Gasson e Errington (1993) salientam que 80% dos agricultores dedicados ao trabalho agrícola são filhos de agricultores e boa parte deles produz sob a mesma área de terra que foi de seus pais. Na França, Champagne (1986a) assinala a continuidade dos estabelecimentos e da profissão por parte dos filhos: 87% dos atuais agricultores haviam aprendido o ofício com os pais. Na realidade brasileira, mais especificamente no oeste catarinense, Abramovay *et al.* (1998) mostram haver uma realidade distinta da européia, com base na maior mobilidade dos agricultores: 19% dos entrevistados residiam no mesmo estabelecimento pertencente à geração anterior, enquanto 45% compraram a atual área de terra em que estão instalados.

Para Sorokin *et al.* (1986), na atividade agrícola a percentagem de filhos que herdaram a ocupação dos pais é uma das mais altas entre todas as classes ocupacionais. Os

⁴ Putnam (2000, p. 178-179) define a noção de capital social, levando em conta as relações sociais entre os habitantes da comunidade. Nas palavras do autor (p. 178-179), “Assim como o capital convencional serve de garantia no caso dos mutuários convencionais, o capital social serve também como uma espécie de garantia, estando, porém disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regular. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade, empenham suas relações sociais. Assim, o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados”.

autores ainda argumentam que a mudança interocupacional no espaço de vida de uma geração é menor entre os agricultores do que em outros grupos ocupacionais.

Em suma, é certo que a população que permanece no meio rural e na atividade agrícola apresenta uma taxa de mudança ocupacional durante o espaço de vida de várias gerações, assim como durante o espaço de vida de uma geração, mais baixa em relação às pessoas residentes no meio urbano (SOROKIN *et al.*, 1986).

Outra constatação sobre as especificidades ocupacionais da agricultura familiar diz respeito ao fato de que o ingresso na profissão agrícola continua sendo predominantemente o destino de indivíduos oriundos do próprio meio rural, embora a profissão agrícola seja uma opção aberta para indivíduos de origens sociais diversas (rural ou urbana) (CHAMPAGNE, 1986a; DIRVEN, 2001; SILVESTRO *et al.*, 2001).

O trabalho de Froehlich (2002) expõe as dificuldades de inserção de indivíduos do meio urbano no rural. O autor realizou uma enquete com jovens estudantes do meio urbano, fazendo o seguinte questionamento: em quais condições aceitariam viver no meio rural?. As respostas, segundo o autor, estão relacionadas a diversos aspectos, entre os quais a não necessidade de colheita para o sustento; a existência de mercados e farmácias próximos às propriedades rurais; proximidade à universidade e a locais para sair e olhar vitrines; emprego perto de casa ou que houvesse ônibus para o deslocamento; proximidade a um centro urbano para que pudessem aliar lazer e trabalho ou que o campo oferecesse as mesmas condições de conforto que a cidade (luz, telefone, fácil acesso).

Considerando a divisão por sexo, observou-se, no mesmo trabalho, que as moças urbanas oferecem maior resistência à moradia no meio rural, pois consideram um lugar pouco agitado, estão acostumadas com a comodidade da cidade e também porque o rural lhes parece um espaço esquecido, sem escolas, apoio e recursos governamentais. Os rapazes do meio urbano apresentam maior disposição para residir no meio rural, pois avaliam como sendo local de vida mais saudável, com menos poluição e barulho, com mais liberdade, mas deve ter algumas comodidades urbanas (telefone, TV e fácil acesso à cidade).

A partir das constatações de Froehlich (2002) sobre os jovens urbanos, pode-se levantar duas considerações. Na primeira, os jovens urbanos aceitariam viver no meio rural, mas sob determinadas condições nem sempre acessíveis ou disponíveis no rural, principalmente as facilidade de acesso, comunicação e lazer. Na segunda, os jovens aceitariam viver no meio rural, mas não da atividade agrícola.

Nesse caso, mesmo que os jovens urbanos ingressem no meio rural e na atividade, é possível que a ausência de determinadas “condições próprias urbanas” acabe por

desestimulá-los a permanecer. Dentro desse contexto, reforça-se que o ingresso de exteriores é marginal, ou seja, tende a ser dos jovens residentes do meio rural ou de filhos de agricultores. Por isso, como afirma Champagne (1986a), a taxa elevada de endoreprodução familiar continua a ser uma propriedade específica dos agricultores, quer dizer, as novas gerações de agricultores são, principalmente, “produtos” das famílias rurais.

Dada a importância da dimensão indicada (sobre as possibilidades de surgimento de novas gerações de agricultores serem estreitamente relacionadas com a formação dessas gerações dentro do próprio estabelecimento familiar) é que essa tese centra-se na análise da sucessão.

Na tese, observa-se a sucessão sob o ângulo das condições dos agricultores familiares. O estudo é dirigido à relação entre as possibilidades da sucessão em vista das condições internas familiares. Considera-se que a sucessão, dada pela permanência dos filhos no lugar dos pais no estabelecimento, pode ser explicada a partir das situações e/ou condições sociais e econômicas existentes no interior de cada estabelecimento. As condições econômicas e sociais são representadas pela disponibilidade de recursos econômicos e pela avaliação das atividades agrícolas. São condições capazes de oferecer oportunidades ou restrições à sucessão dos filhos. Complementa-se a análise da dinâmica sucessória com a verificação da transmissão do patrimônio, que são influenciadas pelas distintas condições sociais e econômicas dos agricultores, mas, sobretudo, pela presença ou ausência de sucessores.

O desinteresse dos filhos é principalmente revelado pela crescente saída da população rural jovem para exercer ocupações urbanas. Como resultado, a ausência dos filhos faz emergir a possibilidade dos estabelecimentos familiares sem sucessores. Uma forma dos filhos demonstrarem a falta de vontade de ficar é a forma como avaliam o modo de vida no meio rural e o modo de vida dos pais. A pesquisa de Brumer e Spanevello (2008) mostra que a maioria dos jovens agricultores familiares da região sul do Brasil, avalia o modo de vida classificando-os como bom (59% das respostas das moças e 57% das respostas dos rapazes) ou regular (30% para as moças e 30% para os rapazes).

Particularmente o que vem chamando a atenção é a possibilidade de não sucessão entre os estabelecimentos familiares. A questão central, como assinala Silvestro e Cortina (1998), é a negação dos filhos e filhas em permanecer na ocupação dos pais. Na maioria dos casos, é maior o desejo das filhas do que dos filhos em deixar o meio rural. A pesquisa de Brumer e Spanevello (2008), ao levantar a questão, entre os jovens de, caso tivesse recursos, em que investiria, revela o desejo das moças em investir, em primeiro lugar, em estudo e

trabalho urbano (41% das respostas), enquanto os rapazes investiriam primeiramente em terras e equipamentos agrícolas (35% das respostas).

Estudiosos⁵ da temática do desenvolvimento têm alertado sobre as conseqüências para o desenvolvimento rural quando surgem as incertezas quanto à sucessão. Essas incertezas são semeadas pelas próprias mudanças estruturais no meio rural (produtivas, econômicas e sociais) e pelo encurtamento das distâncias entre o rural e o urbano, que modificam as relações referentes às famílias e ao seu modo de produzir e à permanência dos filhos na agricultura.

Na atualidade, a própria definição do rural⁶ vem sendo questionada. De modo geral, a definição de rural é dada pela oposição ao urbano. O rural é o que está fora do urbano. No Brasil, a definição de rural é dada pelo Decreto-Lei n. 311, de 1938, o qual mostra uma imprecisão nas delimitações sobre o que é urbano ou rural. São consideradas urbanas as sedes dos municípios ou distritos independentemente das condições estruturais existentes. As mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro trouxeram uma maior diversificação econômica ao rural. Atualmente, o rural tem-se constituído num espaço multifuncional, envolvendo a presença de atividades agrícolas e também não-agrícolas.

Dentro dessa nova perspectiva do rural, as modificações também foram acontecendo em termos populacionais através do crescimento das aglomerações urbanas e do esvaziamento do campo, com conseqüências para a sucessão de regiões agrícolas familiares.

A crescente preocupação com a sucessão na agricultura familiar pode ser constatada através da leitura dos dados estatísticos do meio rural brasileiro, o qual comprova o êxodo no meio rural, especialmente da população jovem.

As análises de Beltrão *et al.* (2004) sobre a dinâmica populacional do Brasil, no final do século XX, revelam que desde os anos de 1960, a população rural vem apresentando uma diminuição absoluta. Em duas décadas (1960-1980), aproximadamente 27 milhões de pessoas deixaram o meio rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999), enquanto, entre 1991 e 2000, foi possível constatar a saída de aproximadamente 4 milhões de pessoas (BELTRÃO *et al.*, 2004).

Segundo a Fundação de Economia e Estatística - FEE (2003), no Rio Grande do Sul, no período de 1991-2000, presenciou-se um acréscimo de 1.049.128 novos habitantes no seu território, o que significa uma expansão de 1,21% ao ano. No entanto, esse aumento ocorreu no meio urbano (1.321.442), com um incremento de 1,9% ao ano, enquanto no meio

⁵ Abramovay *et al.* (1998); Dirven (2001); Durston (1998, 1997), entre outros.

⁶ Conforme mostra o trabalho de Veiga (2002)

rural observou-se um decréscimo de 272.314 habitantes, expresso na taxa de -1,5% ao ano. Dessa forma, a taxa de urbanização do estado passou de 76%, em 1991, para 82% em 2000 (FEE, 2003).

Se o êxodo por si só torna-se um processo de entrave à continuidade da população rural, a situação se agrava quando a migração é seletiva. Desde a década de 1970, a saída da população jovem feminina foi superior à masculina (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). A predominância da migração feminina atinge em maior proporção a faixa etária dos 15 -19 anos. A consequência é o maior número de jovens do sexo masculino no meio rural, numa proporção que passou de 1,0, em 1970, para 1,10 em 2000. Por outro lado, no meio urbano, o que se observa é uma feminização, permanecendo em 0,9 a razão de sexos no mesmo período (BELTRÃO *et al.*, 2004).

Além do êxodo rural, observa-se a diminuição da taxa de fecundidade entre as mulheres. No Brasil, a taxa de fecundidade total das mulheres urbanas passou de 4,5 para 2,4 entre 1970 e 1995 (BANDEIRA, 2002). As mulheres da zona rural passaram de 7,7 para 3,8 filhos no mesmo período. No Rio Grande do Sul, entre 1970 e 1995, a fecundidade das mulheres urbanas passou de 3,4 filhos para 2,2. No mesmo período, as mulheres rurais gaúchas baixaram de 5,6 para 2,6 filhos. Em 1999, as mulheres gaúchas residentes no meio rural chegaram a 2,1 filhos (BANDEIRA, 2002).

As implicações do esvaziamento demográfico do meio rural, especialmente pela saída da população jovem, é a falta de sucessores para dar continuidade aos estabelecimentos familiares, além do aumento progressivo do envelhecimento⁷ da população rural.

A ausência de sucessores, devido à migração dos jovens, ainda não é um problema efetivamente estudado na agricultura familiar brasileira. Os estudos, na sua essência, tratam das perspectivas dos jovens entre ficar e sair do meio rural e apontam para as possíveis dificuldades em torno da sucessão dos estabelecimentos familiar. É o caso da pesquisa de Brumer e Spanevello (2008), cujos dados mostram que 27% das moças e 19% dos rapazes acreditam que ninguém da sua família pretende permanecer no meio rural como agricultor (a).

Ramos (2004), analisando a realidade dos agricultores familiares espanhóis, afirma existirem dificuldades para os jovens permanecerem na agricultura, e este declínio leva à falta de sucessores para assumir e dar continuidade aos estabelecimentos. Segundo Gonzáles (1995), citado por Abramovay *et al.* (1998, p.56), metade dos agricultores espanhóis com mais de 54 anos não tem sucessores. Situação semelhante é vivida pelos agricultores

⁷ A Política Nacional do Idoso considera idosa a pessoa com 60 anos ou mais (BELTRÃO *et al.*, 2004).

irlandeses: atualmente metade dos agricultores com 50 anos ou mais não conta com um sucessor para dar continuidade aos seus estabelecimentos (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Outra situação relativa à saída dos filhos atrelada a não sucessão dos estabelecimentos familiares diz respeito à própria dinâmica de funcionamento do meio rural e do tecido social local. As famílias não são isoladas, pelo contrário, convivem através das relações de parentesco, de vizinhança e comunitárias, construindo relações de trabalho e demais relações simbólicas de reciprocidade (WOORTMANN, 1995). Essa interação resulta na construção de tecidos sociais entre as diferentes famílias, que perpassam, muitas vezes, os laços consangüíneos. Por isso, a saída da população rural se torna um agravante para as próprias comunidades rurais e para as estruturas sociais construídas entre as pessoas que ali residem.

No fundo, o resultado desse esvaziamento - que não pode ser generalizado a todas as regiões e municípios de agricultura familiar, pois essa situação é variável de acordo com o contexto socioeconômico em que se encontram -, é a parcial ou total desintegração do tecido social. Conforme assinala Silvestro *et al.* (2001), a descontinuidade dos estabelecimentos por parte dos filhos se relaciona ao crescente esvaziamento demográfico, econômico, cultural de regiões de predominância da agricultura familiar.

Em casos onde a permanência dos filhos deixa de ocorrer, os estabelecimentos familiares tornam-se suscetíveis à incorporação por outros proprietários. Com o esgotamento da capacidade física de trabalho dos pais, os mesmos acabam vendendo ou arrendando seus estabelecimentos a outros agricultores vizinhos ou a moradores da cidade que transformam o estabelecimento em sítio de lazer ou de final de semana, ou ainda em estabelecimentos empresariais, como já ressaltado nos estudos de Silva (1999).

Na percepção de Silvestro *et al.* (2001), quando os agricultores locais são substituídos por outros de fora, perde-se boa parte do tecido social existente e das relações sociais próprias do meio rural. Processo similar acontece em relação aos centros comunitários, suas igrejas, quadras e ginásios de esporte, as escolas de ensino primário⁸ e outros que perdem a sua função frente à saída dos moradores das comunidades rurais. Dissolve-se a identidade com o meio rural, as formas de sociabilidade entre amigos, vizinhos e parentes⁹, grupos da terceira idade, de jovens, associações e organizações de agricultores (como as de máquinas

⁸ Tem-se assistido ao crescente fechamento das escolas primárias interioranas pelos poderes públicos municipais e estaduais. Esse fato ocorre porque tem diminuído constantemente o número de alunos, e torna-se mais barato para os municípios (em termos de pagamento para professores, merenda escolar, entre outros) disponibilizar o transporte escolar e concentrar os alunos rurais em algumas escolas, como as escolas urbanas.

⁹ Como mostra o trabalho Woortmann (1995), que destacou que o parentesco é fundamental para a reprodução social dos estabelecimentos familiares.

agrícolas, de compras de insumos, que serviam especialmente para barganhar preço) e agricultoras (clube de mães, artesanato) nas quais as pessoas não somente interagiam, mas também se socializavam.

Esses vínculos gerados entre as famílias, com os membros internos e externos, estabelecidos nas mais diferentes dimensões das comunidades, apesar de tão importantes para o desenvolvimento rural desses locais, são dissolvidos frente ao esvaziamento.

No entanto, nem sempre a saída dos jovens pode ser considerada prejudicial aos próprios filhos e as suas famílias. Em contextos de pobreza no meio rural, com escassas possibilidades de qualidade de vida, a migração pode garantir o acesso a melhores condições. A migração torna-se prejudicial quando é excessiva ou muito seletiva (por sexo), migrando os jovens escolarizados, com maior potencial empreendedor ou somente as mulheres (DURSTON, 1997).

Por outro lado, as implicações migratórias também podem se estender sobre os estabelecimentos com sucessores. Nesses casos, embora haja filhos dispostos a permanecer como agricultores, a migração jovem feminina fortalece o processo de masculinização no meio rural, pois o número de homens¹⁰ que permanecem no meio rural é maior em relação ao de mulheres. Essa condição coloca barreiras ao estabelecimento de relacionamentos e criação de novas famílias pelos futuros sucessores, em razão da falta de parceiras no meio rural e das poucas chances de vinda de moças de fora (meio urbano), tendo em vista a não atração pelo modo de vida rural.

De acordo com Brumer e Spanevello (2008), as possibilidades de casar-se com um agricultor (a) são maiores entre os rapazes do que entre as moças no Rio Grande do Sul: 32,4% das moças consideram essa opção, enquanto 59% dos rapazes consideram positiva possibilidade de casar-se com uma moça agricultora. Ainda, 45% delas são indiferentes, enquanto 27% dos rapazes apresentaram a mesma resposta, já 23% das moças consideram negativa a possibilidade, enquanto 13% dos rapazes deram a mesma resposta.

Da mesma forma, a diminuição do número de filhos através da queda da taxa de fecundidade pode trazer limitações à sucessão. Enquanto no passado as famílias eram numerosas, com vários filhos dispostos a suceder o pai, hoje a sucessão pode depender praticamente de um só filho ou, mesmo tendo mais de um, é possível instalar apenas um deles

¹⁰ Na pesquisa de campo, comprovamos o que Bourdieu (2002) expôs no seu livro **Le Bal des Célibataires** – Crise de la société paysanne em Béarn. Na ocasião, um agricultor entrevistado nos relatou a ocorrência de um baile na comunidade local, ao qual compareceram 100 rapazes e apenas duas moças, evidenciando a desproporção no número de rapazes e moças no meio rural e os indícios do processo de masculinização do campo.

no estabelecimento. Essa situação sucessória na agricultura familiar é bastante específica e distinta de empreendimentos como é o caso das empresas familiares, que geralmente trabalham com vários membros (filhos, genros, noras, funcionários e esposa ou outros membros do círculo familiar) dispostos a suceder e, principalmente, com possibilidade de dividir o mesmo negócio (BERNHOEFT, 1987).

A agricultura familiar, ao contrário, tem uma característica particular: por um lado, exige a continuidade da gestão e do trabalho familiar; por outro, suas dimensões têm possibilidade de instalar, na grande maioria dos casos, apenas um filho (ABRAMOVAY *et al.*, 1998). Em outras palavras, além de poder contar (muitas vezes) com apenas um filho, os estabelecimentos já excessivamente fragmentados não permitem que dele dependa mais de uma família, sem torná-lo inviável economicamente (DIRVEN, 2001).

Essa combinação entre gestão e trabalho familiar e a possibilidade de instalar um só filho torna a sucessão extremamente importante para o futuro dos estabelecimentos e da própria reprodução da agricultura familiar. Se a combinação entre propriedade e o controle administrativo define as características da agricultura familiar, então a transferência da propriedade e do controle administrativo à próxima geração é central para a reprodução dos próprios estabelecimentos (GASSON; ERRINGTON, 1993).

A agricultura é uma ocupação que busca assegurar a continuidade patrimonial da família através da transmissão aos seus descendentes. A lógica da sucessão baseia-se na necessidade de manter o patrimônio familiar representado pela terra. Para manter assegurada essa lógica, os agricultores buscam entre seus filhos um sucessor para o seu patrimônio. Nesse sentido, além de ter sucessor é preciso levar em conta o encaminhamento do estabelecimento aos filhos e a forma de transmissão do patrimônio.

No entanto, o atendimento dessa necessidade depende das condições econômicas e sociais oferecidas pelos agricultores a seus filhos. Dependendo dessas condições, a lógica pode ser mantida ou rompida. O rompimento acontece quando emergem os projetos individuais dos filhos sobre os familiares e torna-se difícil formar um sucessor. Não havendo sucessores, a questão se volta para o destino do estabelecimento e na forma de divisão do patrimônio quando permanecem e quando não permanecem sucessores.

Os trabalhos acadêmicos mais marcantes sobre a sucessão e transmissão do patrimônio são advindos da área antropológica, como por exemplo, o estudo de Seyferth (1985) e Woortmann (1995), os quais tratam de analisar os aspectos referentes à sucessão e herança entre as gerações passadas. O estudo de Abramovay *et al.* (1998) alerta para os desafios da sucessão na agricultura familiar dada as perspectivas dos jovens em deixar o meio

rural, mas não aborda a forma de distribuição e a remuneração patrimonial daqueles que saem do estabelecimento. O trabalho de Silvestro *et al.* (2001) é um dos mais atuais e busca compreender os principais determinantes na formação de uma nova geração de agricultores.

O que esses estudos têm em comum é a exposição da situação ou problemática entre os agricultores com sucessores. No entanto, os estudos sobre a sucessão precisam levar em conta não apenas os estabelecimentos em pleno funcionamento, mas também os sem sucessores pela desistência dos filhos. Ademais, é preciso compreender como procedem os agricultores em torno do destino do estabelecimento e da transmissão do patrimônio familiar através da herança.

Em suma, torna-se necessário entender as dimensões de dois processos interligados: ter ou não sucessor e os encaminhamentos relativos à transmissão do patrimônio para cada um desses casos.

A transmissão do patrimônio e as formas de partilha estão diretamente associadas à sucessão. Ao ter assegurado um sucessor, os agricultores procedem à partilha entre este e os demais filhos, geralmente dando ao sucessor a terra e recompensando os demais de diferentes formas. A forma de distribuição não obedece a uma regra única, são variáveis de acordo com o contexto cultural e econômico familiar. No entanto, os questionamentos se voltam aos agricultores sem sucessores e as formas de distribuição do patrimônio quando não há filhos no estabelecimento para dar continuidade e os bens patrimoniais a serem recebidos dependem do destino que os pais pretendem dar ao estabelecimento familiar. Diferentemente dos agricultores com sucessores, não é possível delimitar a lógica de transmissão do patrimônio entre os agricultores sem sucessores, dado a inexistência de estudos voltados a essa questão.

Na delimitação do objeto de pesquisa desta tese, dimensiona-se a sucessão enquanto um processo envolvendo as condições que permitem aos filhos permanecer ou sair e as dimensões da transmissão do patrimônio quando os agricultores contam com sucessores e quando não podem contar com essa possibilidade.

Nesse sentido, atenta-se para a sucessão e não sucessão dos agricultores familiares. São denominados agricultores sem sucessores aqueles entrevistados que não apresentam filhos ou filhas residindo no estabelecimento. Segundo os agricultores, não há perspectivas de algum dos descendentes assumirem o estabelecimento. Por outro lado, são denominados agricultores com sucessores aqueles entrevistados que apresentam pelo menos um (a) filho (a) para sucedê-lo.

A questão aqui proposta busca fazer uma leitura da realidade atual da sucessão dos estabelecimentos familiares, relacionando as condições econômicas e sociais oferecidas pelos

pais e as possibilidades de sucessão e não sucessão. Outrossim, levanta-se a questão da transmissão do patrimônio familiar para cada um desses casos.

Considera-se que a questão sucessória apresenta duas possibilidades:

1) Os agricultores podem contar com os filhos para dar continuidade aos estabelecimentos permanecendo com a terra;

2) Os agricultores podem não ter filhos dispostos a suceder e precisam dar outro encaminhamento ao estabelecimento;

As indagações visam atingir os agricultores sem perspectivas de sucessão e com sucessão. Ao expor as duas situações relativas à reprodução, busca-se aprofundar a complexidade do estudo em torno da sucessão com ênfase na análise de casos concretos, enfocando a diversidade em torno das condições econômicas e sociais e a transmissão do patrimônio quando a sucessão é positiva ou quando é negativa.

1.1 Problema de pesquisa

Na elaboração do problema da tese, a questão geral relaciona os agricultores familiares e a sucessão nos estabelecimentos. De maneira mais específica, verifica-se, de um lado, as condições capazes de garantir aos agricultores a sucessão dos seus estabelecimentos ou pelo menos contar com a possibilidade de haver um sucessor; de outro, as condições apresentadas pelos estabelecimentos familiares sem sucessão e as formas relativas à transmissão do patrimônio em cada um dos casos.

Aborda-se a questão da sucessão com base nas dimensões econômicas e sociais. Na primeira dimensão, situam-se as condições produtivas e econômicas dos agricultores. Na segunda, as condições sociais enfocam a socialização no trabalho e a percepção sobre a ocupação e o estímulo dos filhos a permanecer na agricultura. Busca-se saber qual a influência dessas condições sobre a sucessão dos estabelecimentos familiares. Da mesma forma, busca-se saber quais são os arranjos e planejamentos dos agricultores em torno da transmissão do patrimônio a partir da existência ou ausência de sucessores.

Assim, dentro de uma dimensão mais ampla, parte-se de uma questão mais geral buscando analisar: Sob que condições econômicas e sociais os agricultores familiares mantêm assegurada a sucessão de seus estabelecimentos? Que arranjos ou encaminhamentos estão sendo elaborados pelos agricultores em torno da transmissão do patrimônio?

Essa questão geral é analisada a partir de questões mais pontuais: Qual a relação entre as condições produtivas e econômicas dos agricultores com sucessão dos estabelecimentos estudados? Em que medida as percepções dos agricultores/pais sobre a ocupação agrícola refletem-se no estímulo aos filhos para permanecer como sucessores? Quais são os arranjos relativos à transmissão do patrimônio entre os agricultores sem sucessão? E entre os com sucessão?

1.2 Objetivo geral

Estudar o processo social da sucessão entre os agricultores familiares sem e com sucessores.

1.2.1 Objetivos específicos

- 1) Identificar e descrever as características dos agricultores conforme a situação da sucessão dos estabelecimentos;
- 2) Avaliar as implicações das condições produtivas e econômicas dos agricultores e o efeito sobre a sucessão dos estabelecimentos;
- 3) Analisar as relações entre a percepção dos agricultores sobre a ocupação agrícola e o estímulo à permanência dos filhos na atividade, entre os agricultores analisados;
- 4) Estudar o processo de transmissão do patrimônio considerando as diferenças entre os agricultores sem e com sucessão;
- 5) Contribuir com os estudos referentes à temática da sucessão na agricultura, levando em consideração os agricultores familiares sem e com sucessão.

1.3 Hipóteses

- a) A sucessão é influenciada pelas condições produtivas e econômicas dos agricultores e os agricultores com melhores condições possuem maiores possibilidades de ter assegurada a sucessão.
- b) A sucessão é influenciada pela percepção dos agricultores sobre a ocupação agrícola. Assim, os agricultores com sucessão ou com possibilidades sucessórias em seus estabelecimentos tendem a apresentar uma percepção positiva da ocupação agrícola e estimulam os filhos a permanecer na atividade.
- c) A transmissão do patrimônio depende do destino do estabelecimento a ser dado pelos pais, sendo que os arranjos relativos à partilha e a compensação de filhos e filhas são variáveis entre os agricultores.

1.4 Procedimentos metodológicos

A unidade de análise selecionada para essa pesquisa são os agricultores familiares. Com relação ao espaço empírico, elegeu-se a microrregião de colonização italiana localizada na região central do Rio Grande do Sul denominada Quarta Colônia de Imigração Italiana e dois dos seus municípios: Dona Francisca e Pinhal Grande¹¹.

A escolha dessa microrregião deu-se especialmente pela representatividade da agricultura nesse local, composta basicamente por estabelecimentos familiares com produção agrícola diversificada e mão-de-obra familiar.

Quanto à seleção dos dois municípios dentro da Quarta Colônia, a razão da escolha prende-se a aspectos e características relevantes para a pesquisa, tanto por similaridades como diferenças:

* As condições geográficas do relevo dos municípios, ambos apresentam áreas estabelecimentos localizados em áreas mais planas e outras declivosas. Esse fator facilita ou

¹¹ As características da microrregião da Quarta Colônia e dos municípios de Dona Francisca e Pinhal Grande estão detalhadas no Capítulo 3.

dificulta a atividade agrícola influenciando na renda e gerando diferenciações econômicas entre os agricultores.

* Os dois municípios apresentam os maiores índices da microrregião quanto ao envelhecimento da população rural: 18% da população rural de Dona Francisca e 15% de Pinhal Grande têm mais de 60 anos. Outro índice significativo é que os dois municípios apresentam crescimento¹² rural negativo: -2,6 em Pinhal Grande e -3,9 em Dona Francisca. O envelhecimento associado ao crescimento negativo da população rural e à não permanência dos filhos como sucessores pode agravar a continuidade da agricultura familiar na microrregião.

* Outra situação relativa à população jovem centra-se nas diferenças entre os sexos: em Dona Francisca, há menos moças no meio rural (37% dos jovens rurais são moças e 63% são rapazes) enquanto em Pinhal Grande a relação é mais equilibrada: 52% são moças e 48% são rapazes, apresentando uma relação inversa ao estado do Rio Grande do Sul com 47% de moças e 53% de rapazes. São situações que demarcam o processo de masculinização pela presença menor de mulheres ou mesmo o maior número delas pode não significar sua permanência como sucessoras, dada a preferência pelos filhos.

* Outro fator importante foi o apoio recebido das entidades municipais para a realização da pesquisa. No início, selecionaram-se quatro municípios da microrregião (com o objetivo de escolher dois) como prováveis campos empíricos da pesquisa. Por ocasião do primeiro contato, Pinhal Grande e Dona Francisca, através das instituições municipais como a Secretaria da Agricultura e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, mostraram receptividade ao tema da pesquisa e auxílio nos custos do trabalho de campo.

Em novembro de 2006, ocorreu o primeiro contato para a realização da pesquisa com os informantes-chave dos municípios - técnicos e extensionistas da EMATER local, secretários da agricultura de cada município e a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (em Pinhal Grande). Nesse encontro, foram expostos os objetivos da pesquisa e foi discutida a importância e a finalidade do trabalho para o local e para a microrregião. A primeira reunião ocorreu em 05/11/2006, em Pinhal Grande, e a segunda em 06/11/2006, em Dona Francisca.

O contato com os informantes foi valioso, pois são pessoas próximas da realidade dos agricultores e, por esse motivo, são portadoras e conhecedoras da informação válida e relevante para a pesquisa em questão (ANDER - EGG, 1995). Por conviverem diariamente

¹² Conforme está detalhado no Capítulo 3.

com os agricultores e com a dinâmica do meio rural local, os informantes acabaram prestando um importante auxílio indicando possíveis agricultores a serem entrevistados.

Por esse motivo, já na primeira reunião, foram sugeridos alguns agricultores que poderiam fazer parte da amostra da pesquisa, levando em conta os objetivos apresentados pela pesquisadora. Além disso, nessa ocasião foi firmada uma parceria entre a pesquisadora e os representantes dos órgãos públicos municipais para apoio logístico na coleta de dados. Desse modo, a coleta de dados em Pinhal Grande foi apoiada pela Secretária da Agricultura e pela EMATER. Em Dona Francisca, o apoio foi da EMATER. Ressalta-se, aqui, que a definição dos agricultores a serem pesquisados, a coleta dos dados através das entrevistas e demais anotações de informações relevantes foram todas realizadas pela pesquisadora.

Os critérios para a seleção dos agricultores foram os seguintes:

1) Ter pelo menos um (a) filho (a), independentemente do sexo;

2) Agricultores com idade de 50 anos ou mais. Esse recorte etário se justifica pelo fato de a pesquisa centrar-se em casos de situação definida ou encaminhada de sucessão. A literatura referente ao tema aponta que, na agricultura familiar, a sucessão é um processo tardio, ou seja, os pais encaminham ou realizam a transmissão do patrimônio quando atingem idade mais avançada. Com isso, foi necessário estabelecer um recorte etário para evitar o risco de entrevistarmos agricultores jovens ou recém-estabelecidos ou mesmo com filhos pequenos, o que não permitiria tratarmos do tema da sucessão e mesmo definir agricultores com ou sem sucessores. Neste sentido, a exemplo do trabalho realizado por Champagne (1986a, b), optou-se por entrevistar agricultores acima de 50 anos.

3) A situação atual dos agricultores em torno da sucessão: agricultores sem sucessores e agricultores com sucessores.

3.1) Agricultores sem sucessão: apenas os pais residem no estabelecimento familiar. Os filhos já estão encaminhados profissionalmente para fora da atividade agrícola e até mesmo do próprio meio rural. Na perspectiva dos pais, não há nenhum filho (a) que vá retornar para assumir e dar continuidade ao estabelecimento.

3.2) Agricultores com sucessão: há pelo menos um filho residindo no estabelecimento familiar (ou em outro estabelecimento próximo) já definido ou encaminhado como sendo o sucessor. Segundo os agricultores, a sucessão é provável ou garantida.

No total, a amostra é representada por 43 agricultores familiares: 17 sem sucessão e 26 com sucessão. Considera-se que a amostra é adequada para responder ao problema e aos objetivos propostos pela pesquisa.

No entanto, tem-se o cuidado de ressaltar algumas condições com relação ao tamanho dessa amostra. Um dos primeiros cuidados é o de afirmar que as hipóteses estão mais direcionadas a guiar a análise do trabalho dos dados do que efetivamente chegar a uma resposta conclusiva sobre a questão proposta para o estudo em razão do número de casos estudados.

Da mesma forma, ressalta-se que o tamanho da amostra pode ser considerado reduzido para estabelecer possíveis generalizações ou extrapolações fora do espaço empírico analisado, ou seja, limita-se a retratar a realidade da sucessão dos agricultores entrevistados tendo em vista a diversidade de situações que podem ser encontradas sobre a questão sucessória, conforme as especificidades de cada espaço empírico estudado.

Para a coleta de dados, fez-se uso da entrevista embasada num questionário com questões fechadas e abertas. Ao se trabalhar com questões abertas e fechadas, fez-se uso do método de pesquisa misto proposto por Creswell (2007), a qual trabalha com coleta de dados de caráter qualitativo e também quantitativo de forma integrada. Para Creswell (2007), coletar dados de forma integrada significa que o pesquisador pode combinar os dados. Segundo o autor (2007), na coleta de dados essa combinação ou “mistura” de dados pode ser feita através de um questionário com questões abertas e fechadas, coletadas junto ao entrevistado em uma única fase ou em diversas fases.

As questões abertas são mais amplas e permitem captar as particularidades e especificidades em torno da questão estudada ao mesmo tempo em que proporcionam uma conexão ou interligação com as questões fechadas ou de caráter mais quantitativo. A possibilidade de trabalhar com dois tipos de dados reforçam e complexificam a análise, permitindo responder com mais propriedade o problema da pesquisa. Como resultado, permite consolidar uma visão mais ampla sobre a sucessão dos agricultores familiares pesquisados, envolvendo os aspectos sociais (dimensão qualitativa), assim como os econômicos e produtivos (dimensão quantitativa).

Os dados foram coletados de forma integrada através de um roteiro aplicado aos agricultores sem e com sucessão, composto pelos seguintes blocos e questões:

O bloco I contém questões relativas sobre o processo de saída dos jovens do meio rural, as motivações que levam os jovens a sair, o que falta para os jovens permanecer e as implicações da saída dos jovens do meio rural. As características familiares: idade dos agricultores, as formas de obtenção dos estabelecimentos, tempo de obtenção, processo trabalho familiar, tamanho da família ou número de filhos. Ainda, os encaminhamentos profissionais, grau de instrução, o local de residência dos filhos e a atividade ocupacional dos

mesmos (sucessores e não sucessores) e as características dos sucessores: idade, escolaridade, estado civil, sexo e local de residência, número de sucessores por estabelecimento e posição de nascença em relação aos demais irmãos.

No bloco II, as perguntas formuladas dizem respeito às condições produtivas e econômicas dos agricultores e dos seus estabelecimentos: tamanho da área, área agricultável, se possuem outra área ou fazem uso do arrendamento, principais produtos agrícolas cultivados, uso de maquinário, uso de serviços de assistência técnica, contabilidade, participação em organizações sociais e profissionais, rendas agrícolas e não agrícolas, realização de investimentos em infra-estrutura dentro ou fora dos estabelecimentos e tipos de investimentos feitos.

No bloco III, os agricultores foram questionados sobre sua percepção da ocupação agrícola e sobre o meio rural, vantagem e desvantagem da ocupação. Outras questões trataram de saber dos entrevistados sobre a possibilidade de serem novamente agricultores ou se gostariam de ter outra ocupação, e estímulo à permanência dos filhos na atividade agrícola, formas de estímulo e oportunidade de permanência tanto de filhas ou filhos.

O bloco IV trata da transmissão do patrimônio: o destino do estabelecimento quando há sucessores e quando não há sucessores, qual filho fica com o estabelecimento ou se o estabelecimento vai ser dividido entre todos, o momento da transferência, forma de divisão do patrimônio entre sucessores e não sucessores, as diferenças entre filhos e filhas e as possibilidades de conflitos e a natureza desses conflitos.

O roteiro elaborado foi aplicado pela pesquisadora a todos os agricultores. As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2006 e março de 2007. Inicialmente, entrevistaram-se os agricultores residentes no município de Pinhal Grande - etapa finalizada em janeiro de 2007 -, em fevereiro e março foram entrevistados os agricultores residentes em Dona Francisca.

Em 36 estabelecimentos, os questionários foram aplicados aos agricultores e suas esposas; em apenas sete estabelecimentos, o entrevistado foi somente o homem, porque a esposa não estava em casa ou não podia conceder a entrevista naquela data. Em alguns estabelecimentos, além dos agricultores foi possível conversar com alguns filhos (sucessores e não sucessores) que não residem mais no meio rural, mas que estavam nos estabelecimentos no momento da pesquisa de campo. Essas entrevistas foram realizadas com o intuito de complementar ou acrescentar informações ou questões relevantes para a pesquisa.

Após a coleta de dados procedeu-se à análise das informações. Da mesma forma que a coleta, analisou-se os dados qualitativos e quantitativos de forma integrada, através de uma sistematização dos mesmos.

Na construção do texto, os dados quantitativos são usados para auxiliar na diferenciação dos agricultores sem e com sucessão. Seu uso ocorre tanto de forma descritiva como associado ou incorporado aos dados qualitativos. O intuito dessa associação é melhor explicar a problemática proposta na tese.

Em termos de organização estrutural da tese, os capítulos de apresentação dos dados dividem-se em descritivos e analíticos. O foco descritivo está alocado no Capítulo 3 e Capítulo 4, enquanto o Capítulo 5, Capítulo 6 e o Capítulo 7 são de cunho analítico, com um tratamento crítico-reflexivo dos dados.

Ademais, procurou-se articular os dados com a fundamentação teórica sobre o processo sucessório na agricultura familiar (Capítulo 2), além dos outros referenciais mais específicos presentes nos Capítulos da análise e discussão dos resultados propriamente dito.

1.5 Estrutura da tese

A tese é composta por oito capítulos, conforme demonstra a FIG. 01.

O Capítulo 1 apresenta a introdução, a definição do problema de pesquisa, o objetivo geral e específicos, as hipóteses, os procedimentos metodológicos e a estrutura da tese.

No Capítulo 2, apresenta-se a revisão teórica que serviu de base para o desenvolvimento desta tese. Inicialmente, aborda-se a definição de agricultura familiar. Posteriormente, trata-se da sucessão como um aspecto que compõe a reprodução social familiar de longo prazo, seu conceito, características e especificidades. Na seqüência, apresenta-se uma revisão referente às mudanças atuais na sucessão da agricultura familiar.

O Capítulo 3 se detém na contextualização do espaço empírico da tese, mostrando os aspectos históricos e o detalhamento socioeconômico da região e dos municípios da pesquisa.

No Capítulo 4, descreve-se as características familiares dos agricultores familiares pesquisados: agricultores sem sucessão e agricultores com sucessão.

O Capítulo 5 analisa as condições produtivas e econômicas de cada um dos grupos de agricultores e a relação com a sucessão.

No Capítulo 6, aborda-se as percepções dos agricultores sobre a ocupação agrícola e o incentivo a permanência dos filhos na atividade.

O Capítulo 7 trata dos arranjos em torno da transmissão do patrimônio familiar entre os agricultores sem e com sucessão.

E, por fim, o Capítulo 8 contém as principais conclusões do estudo.

FIGURA 01 - Esquema representativo da estrutura da tese
Fonte: elaboração do autor

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Este capítulo enfoca as questões teóricas sobre a sucessão na agricultura familiar. Apresenta-se, inicialmente, uma exposição conceitual sobre agricultura familiar, em seguida, as delimitações conceituais sobre sucessão e sua inserção na reprodução social da agricultura familiar. Por fim, fazem-se as discussões em torno das mudanças pelas quais passa o processo sucessório atual da agricultura familiar.

2.1 Agricultura familiar

O debate em torno da construção de um conceito da agricultura familiar vem demandando esforços tanto de estudiosos do meio acadêmico como das instituições públicas e movimentos sociais. Objetiva-se, neste item, delimitar e destacar os principais conceitos e noções mais recentes da agricultura familiar, tanto no debate acadêmico, com caráter mais teórico, quanto por meio de conceitos mais operacionais, como é o caso do Relatório FAO/INCRA (1994).

No Brasil, o debate e o crescente fomento à agricultura familiar ganharam visibilidade política e social na década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Este é um programa de políticas públicas específicas para os agricultores familiares iniciado em 1995, pela pressão política dos sindicatos dos trabalhadores rurais e demais movimentos sociais ligadas ao campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG.

A implantação do PRONAF demarca, pela primeira vez no país, a destinação de recursos econômicos financiados pelo Estado para os agricultores enquadrados¹ nesse segmento, com o intuito de fortalecer a produção agrícola e a viabilidade econômica. O

¹ O PRONAF Crédito Rural se divide em Custeio e Investimento e financia atividades relacionadas às atividades agropecuárias, de pesca, de aquíicultura, de extrativismo; e relacionados às atividades não-agrícolas, como o artesanato e o turismo rural. O público que pode ter acesso são agricultores familiares, pescadores, aquícultores e extrativistas, individual ou coletivamente, e suas organizações, que se enquadrarem nos critérios do Programa (BRASIL, 2005).

objetivo é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores e suas famílias, visando aumentar a diversificação produtiva, empregos e renda e, conseqüentemente, o bem estar social e a qualidade de vida das famílias agricultoras (BRASIL, 2005). Além desse objetivo, o PRONAF trouxe o reconhecimento social de uma “nova” categoria² no meio rural brasileiro: a de agricultor familiar.

A tentativa de ampliar o debate e mesmo a construção de um conceito referente à agricultura familiar torna-se uma tarefa complexa dada a diversidade³ social e econômica vividas pelos agricultores nas diversas regiões brasileiras (decorrentes das distintas etnias, das formas de trabalho agrícola e não-agrícola, das relações sociais entre os membros e com os demais agricultores das comunidades rurais, das condições econômicas e produtivas). Essa dificuldade é ressaltada por Abramovay (1998), o qual afirma ser difícil estabelecer uma definição precisa ou unânime e muitas vezes operacional sobre a agricultura familiar.

Apesar dessas dificuldades, segundo Tedesco (1999, p.33), boa parte da literatura sobre a agricultura familiar apresenta pressupostos comuns para caracterizá-la, tais como: “a diversidade de manifestações de particularidades, a ótica da continuidade-redefinição das formas, valores e tradição, a família como proprietária, trabalhadora e produtora”. Ainda, para Tedesco (1999), apesar de todos os elementos citados acima atuarem conjuntamente na definição da noção da agricultura familiar, é preciso considerar a ausência de homogeneidade e linearidade entre os agricultores. Na análise de Abramovay (1998), para dar conta das demandas da agricultura familiar em termos de políticas públicas, financiamentos, investimentos, ações de extensão rural, é necessário considerar e reconhecer suas diferenciações internas e não tomar a agricultura familiar como um bloco compacto e homogêneo.

Lamarche (1993) é um dos estudiosos que chama a atenção para a diversidade existente entre os agricultores familiares, apontando-a como um elemento ou característica central dos estabelecimentos familiares. Nas palavras do autor (1993, p.18), “a exploração familiar não é um elemento de diversidade, mas contém nela toda a diversidade”.

Na caracterização e conceituação do termo agricultura familiar Abramovay (1998), considera três atributos básicos importantes: gestão, propriedade e trabalho familiar. Na definição de Abramovay (1998, p. 146), “a agricultura familiar é aquela em que a gestão,

² A noção de camponês e agricultor familiar tem permeado vários debates entre os estudiosos do tema. A questão central diz respeito ao fato do agricultor familiar ser o “antigo” camponês, ou o agricultor familiar ser uma nova categoria criada a partir da intensificação do capitalismo na agricultura. Para maior aprofundamento consultar os trabalhos Wanderley (2001) e Abramovay (1992).

³ Entre alguns trabalhos que mostram a diversidade social, cultural e econômica dos agricultores familiares, pode-se citar os estudos de Anjos (1995); Santos (1984) e Woortmann (1995).

a propriedade e a maior parte do trabalho é proveniente de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

A gestão, o trabalho e a família também aparecem como fundamentais na concepção elaborada por Lamarche (1993, p.15), o qual afirma: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família”.

O trabalho de Gasson e Errington (1993) desenvolve uma definição mais detalhada sobre a agricultura familiar, conciliando as relações entre o estabelecimento ou a propriedade e o grupo doméstico, e as características existentes dos estabelecimentos atualmente, tanto as de cunho mais empresarial como as familiares. O estudo define as características, levando em conta fatores como a natureza da própria ocupação, do trabalho dos membros e a combinação entre a administração e controle dos negócios do estabelecimento, além do processo de sucessão. No total, são definidas seis características:

- 1) A gestão encontra-se nas mãos dos proprietários dos estabelecimentos;
- 2) Os proprietários do empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3) É responsabilidade de todos os membros da família prover capital para o empreendimento;
- 4) O trabalho é feito pela família;
- 5) O patrimônio e a gestão do estabelecimento são repassados de geração a geração;
- 6) Os membros da família vivem no estabelecimento.

A organização interna familiar como base na interdependência dos fatores trabalho, família e gestão dos estabelecimentos acabam por gerar o que Lamarche (1993) define como noções mais abstratas e complexas no interior dos estabelecimentos com a finalidade de garantir a continuidade dos mesmos, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração, ou seja, a reprodução social.

Na concepção de Wanderley (2001), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção (produzindo para seu consumo e para o mercado), assume o trabalho no estabelecimento produtivo. A conjugação dessas características, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. Uma das conseqüências dessa forma de agir é atender às necessidades do grupo doméstico e à reprodução das gerações subseqüentes. Conforme

Wanderley (2001, p. 24), através da conjugação desses dois objetivos, resultam as características fundamentais da agricultura familiar, “a especificidade do processo, seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”.

De maneira semelhante, Tedesco (2001) também pontua os meios de produção, o trabalho na terra ou a realização do trabalho com o uso da mão-de-obra familiar organizada em torno da e para a família para definir conceitualmente a agricultura familiar. A atuação desse conjunto de elementos é baseada numa lógica tanto na produção (agrícola) como nos valores e tradição (patrimônio sociocultural). Nesse sentido, os membros da família operam dentro de uma lógica organizada em torno de saberes e valores capazes de assegurar a produção e reprodução dos estabelecimentos.

Dadas as especificidades internas aos estabelecimentos familiares citadas acima, como trabalho, família e gestão, os agricultores ainda podem ser definidos por oposição a outras categorias sociais ou a outros agricultores que funcionam sob outra ótica ou forma de organização, como é o caso dos agricultores empresariais. No estabelecimento dessa comparação, considera-se que a agricultura familiar apresenta uma vinculação entre a gestão e a realização do trabalho pelos membros da família, enquanto na agricultura empresarial ocorre a dissociação entre estas tarefas.

Na tentativa de caracterizar a agricultura familiar dentro da economia capitalista, Friedmann (1986), citada por Gasson e Errington (1993, p. 17), dá maior ênfase às relações internas entre os membros da família, ao afirmar existirem duas questões específicas dos agricultores familiares. A primeira trata da organização da produção através das relações de parentesco com uma divisão do trabalho por sexo e idade, tendo em vista a realização do trabalho pelos próprios membros familiares, enquanto nos estabelecimentos de produção capitalista, o trabalho realizado é contratado. A segunda trata da combinação entre propriedade e trabalho, pois o proprietário e o dono dos meios de produção se encontram ou residem no mesmo estabelecimento, enquanto a premissa capitalista prevê a separação entre propriedade e trabalho.

Considera-se que, no exercício de suas atividades, os agricultores familiares têm uma racionalidade particular, ligada à reprodução social e física de sua força de trabalho. De acordo com Brumer (2001), umas das principais diferenças entre o agricultor familiar e o empresário capitalista é que o primeiro precisa produzir, de certa forma, independente do mercado, porque a base de sustentação de sua família é proveniente do que é produzido no interior do estabelecimento, enquanto que o produtor capitalista tem maior flexibilidade para decidir em que e como vai investir seu capital. Ainda, segundo a autora, citando Franklin

(1969), o empresário capitalista pode decidir sobre a demissão de seus empregados considerados ineficientes ou excedentes, numa lógica da racionalidade econômica, enquanto o produtor familiar não pode fazer o mesmo com seus trabalhadores, porque são membros de sua família.

Além das características já citadas, outras diferenças dos agricultores familiares em relação aos mais capitalizados ou patronais são apresentadas no Relatório⁴ FAO/INCRA (1994). O Relatório considera que os agricultores familiares realizam o processo produtivo com maior ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos naturais e com decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo. De maneira inversa, os patronais enfatizam a especialização, as práticas agrícolas padronizáveis e as tecnologias dirigidas, com eliminação de decisão de “terreno e de momento”. As distintas características dos agricultores familiares e patronais estão resumidas no QUADRO 01.

QUADRO 01

Comparação entre a agricultura patronal e a agricultura familiar

Agricultura patronal	Agricultura familiar
➤ Completa separação entre gestão e trabalho.	➤ Trabalho e gestão intimamente relacionados.
➤ Organização centralizada.	➤ Direção do processo produtivo realizado pelos agricultores e suas famílias.
➤ Ênfase na especialização.	➤ Ênfase na diversificação.
➤ Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis.	➤ Ênfase na durabilidade dos recursos naturais.
➤ Trabalho assalariado predominante.	➤ Trabalho assalariado complementar.
➤ Tecnologias dirigidas, eliminação de decisão de “terreno e de momento”.	➤ Decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: FAO/INCRA, 1994.

Ademais, os estabelecimentos também foram classificados como Consolidados, em Transição e Periféricos com base em uma diferenciação econômica presente entre os agricultores familiares brasileiros.

⁴ O Relatório é o produto de uma pesquisa realizada pela FAO e pelo INCRA, no início da década de 1990. O objetivo central de tal pesquisa era obter subsídios para criar e implantar um projeto de desenvolvimento sustentável no Brasil, para tanto foi necessário conhecer a diversidade existente entre os agricultores.

2.2 Sucessão: dimensão conceitual e especificidades

Neste item, apresenta-se a noção de reprodução social na agricultura familiar dimensionando a sucessão enquanto um processo inserido na reprodução social. Ainda, especifica-se o conceito de sucessão e suas principais particularidades.

A idéia construída em torno da noção de reprodução social tem como “pano de fundo” a perspectiva da continuidade dos indivíduos e/ou grupos sociais. O termo reprodução designa preocupações e análises na forma pelas quais se dá a continuidade de estruturas, grupos, práticas e instituições sociais (BRUMER; ANJOS, 2007)⁵. A noção de reprodução social envolve, por um lado, as dimensões da produção de bens materiais e, por outro, a organização social dessa produção através do trabalho.

Nas Ciências Sociais, a noção de reprodução social pode ser considerada uma questão importante, geralmente abordada através da preocupação com a continuidade das instituições e grupos sociais.

Entre os autores que tratam da reprodução social a partir das instituições, pode-se citar Durkeim (1978). O autor define a sociologia como a ciência das instituições, e os próprios indivíduos se comportam instituídos pela coletividade através da socialização inerente a eles. Os indivíduos não são concebidos como separados ou seres únicos, são parte do todo, por isso, ao agirem sobre eles as instituições/estruturas, ocorre a formação da consciência coletiva. Todo o comportamento é instituído pela coletividade. A construção da representação coletiva é a garantia do equilíbrio social na sociedade e da manutenção da sua reprodução.

Giddens (1991) sublinha que a reprodução social não pode ser concebida de forma separada entre os agentes e as estruturas porque são processos interligados. As propriedades estruturais das sociedades são partes integrantes da sociedade estrutural do sujeito e, ao mesmo tempo, podem ser considerados elementos estruturadores e o resultado da prática dos sujeitos. É o “dualismo” entre os agentes sociais e as estruturas que torna a reprodução possível.

Bourdieu dá origem à noção de “sistema de estratégias de reprodução” e contrapõe-se à idéia da reprodução social ditada por regras externas aos agentes sociais (BRUMER; ANJOS, 2007).

⁵ BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Não publicado.

A proposta das estratégias de Bourdieu visa dar conta da reprodução da posição dos indivíduos no espaço social, através de uma socialização que engendra nos indivíduos determinadas posições ou disposições a ser. Essa socialização forma o que o autor define como *habitus*. Segundo Bourdieu (1989, p. 91),

O *habitus* é definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações.

Na sua formação, o *habitus* nada tem de mecânico, assim como não é mecânica a sua ação sobre os agentes sociais. É o produto da incorporação da ordem social e histórica socializada e orienta sua ação para assegurar a reprodução das condições que o formam. Nesse sentido, o *habitus* funciona como uma disposição incorporada que predispõe o indivíduo a agir de determinadas formas decorrentes das suas condições objetivas de existência e de sua trajetória social (CORCUFF, 2001).

Embora o *habitus* pressuponha o ajustamento entre as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos e, com isso, a reprodução das condições que o formaram, isso não significa que seja imutável. Ocorre que, em determinadas condições de mudanças, pode ocorrer um desajustamento entre as condições objetivas e subjetivas na percepção dos próprios agentes sociais ou indivíduos. Desse modo, pode ocorrer a não-reprodução das estruturas e relações formadoras ou geradoras do *habitus* inicial.

Na sua essência, a noção de *habitus* pressupõe a reprodução nas dimensões individual e social, pois é o princípio orientador das estratégias de reprodução (BOURDIEU, 2001).

Na proposta de Bourdieu (1962, 2000, 2001), os indivíduos são estratégicos e buscam manter, ampliar e reproduzir o capital ou a posição social existente (seja material ou simbólico), ou mesmo reverter esse capital quando é desfavorável. As estratégias são biológicas (relativas à fecundidade); educacionais (a maior escolarização e a busca por maior capital escolar através de títulos e diplomas); matrimoniais (voltadas a assegurar casamentos ou uniões para manter a integridade do patrimônio); econômicas (para aumentar ou não fragmentar o capital disponível); simbólicas (comparação com outros grupos sociais, desvalorização da ocupação de agricultor) e de sucessão (com a finalidade de assegurar a

transmissão do patrimônio entre as gerações), podendo ser empregadas de forma conjunta⁶ ou de forma articulada em diferentes espaços de tempo.

A implementação dessas estratégias,

[...] se dá de acordo com o estado dos mecanismos institucionalizados de reprodução social (tais como o “mercado” econômicos, escolar, matrimonial, de trabalho e regras jurídicas) e as chances diferenciais de ganho que estes oferecem aos indivíduos e/ou famílias (BOURDIEU, 1994 citado por BRUMER; ANJOS, 2007).

Considerando a reprodução das populações rurais, especialmente dos agricultores familiares, observa-se uma divisão em torno da questão da reprodução social. De um lado, está a reprodução cotidiana ou diária; de outro, a reprodução das gerações futuras. Conforme Tedesco (1999), a reprodução dos agricultores está intimamente relacionada à produção e à reprodução dos estabelecimentos e dos indivíduos nela envolvidos.

Chayanov (1981), através da teoria econômica camponesa, ressaltando “os sistemas econômicos não capitalistas”, defende a idéia da reprodução social dos estabelecimentos familiares através de uma relação equilibrada entre trabalho (produção) e consumo, entre produtores e consumidores.

Segundo o autor, o esforço da família é para satisfazer as necessidades dos seus membros a partir das suas capacidades internas, ou seja, através das condições reais da unidade econômica e do número de membros do grupo doméstico, bem como da capacidade de trabalho de cada um. Conforme a evolução da composição familiar, essa relação de equilíbrio se altera durante o desenvolvimento da família, fazendo aumentar ou diminuir a exploração para atender à sua demanda. Esse processo é denominado “diferenciação demográfica” (CHAYANOV, 1974).

Fortes (1975), citado por Almeida (1986), define a reprodução social como o processo de manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração, sendo a família seu mecanismo central. Nesse processo, a família é governada simultaneamente por um mecanismo interno, mas também por relações com o campo externo.

Wanderley (2001) considera existir entre as famílias um esforço para prover tanto as necessidades imediatas do grupo doméstico como a reprodução das próximas gerações. A família tem uma autonomia, sobretudo econômica, capaz de garantir a subsistência imediata dos seus membros e a reprodução geracional. De acordo com Wanderley (2001, p.27), “a

⁶ No trabalho *Célibat et condition paysanne* (1962), Bourdieu mostra com bastante clareza a articulação de estratégias matrimoniais, sucessórias, econômicas e simbólicas pelas famílias com o intuito de garantir a reprodução patrimonial e geracional dos estabelecimentos.

família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes”.

Nesse sentido, na agricultura familiar, as famílias lançam diferentes esforços para assegurar a reprodução das gerações, tais como constituição do patrimônio fundiário, alocação de diversos membros para trabalhar dentro ou fora do estabelecimento, associações informais entre parentes e vizinhos (WANDERLEY, 2001).

As considerações de Wanderley (2001) citadas acima se aproximam da noção de reprodução social da agricultura familiar destacada por Almeida (1986). O autor faz uma revisão sobre os diferentes estudos⁷ realizados entre década de 1970 e 1980, especialmente no sul e nordeste brasileiro, e comprova a abordagem da reprodução sob dois enfoques. No primeiro, a reprodução anual ou de ciclo curto e, no segundo, a reprodução geracional ou de ciclo longo.

A reprodução de ciclo curto compreende a combinação de fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos naturais para atender ao consumo familiar e repor os insumos necessários para o reinício do processo produtivo. De forma geral, o autor relaciona a reprodução de ciclo curto com a lógica econômica da família, englobando elementos como trabalho e consumo. Já a segunda envolve os aspectos do ciclo geracional e de como as famílias se perpetuam. A perspectiva de perpetuação da família é baseada em aspectos relacionados ao nascimento, casamento, morte e herança (ALMEIDA, 1986). Na reprodução de ciclo longo também podem ser acrescentadas as questões relativas à formação das novas gerações de agricultores, como a sucessão e a retirada dos pais do comando do estabelecimento.

Brumer e Anjos (2007) assinalam que as pesquisas ou trabalhos sobre reprodução no ciclo curto tratam das formas e meios da produção e sua organização, das condições de permanência/reprodução dos estabelecimentos e da capacidade das famílias de manter determinadas condições de existência. São considerados aspectos internos ao estabelecimento e ao grupo familiar como a introdução de novas técnicas e tecnologias produtivas ou mesmo novas atividades produtivas geradoras de renda (como as atividades não-agrícolas).

No tocante à organização social do trabalho familiar, é considerada a divisão por idade e sexo, a necessidade de intensificação nas atividades (mais membros da família trabalham, inclusive bem jovens), ou dispersão (trabalho fora do estabelecimento familiar). Ressalta-se, ainda, as relações sociais com agentes externos (cooperativas, agroindústrias,

⁷ Os principais estudos analisados pelo autor são: Brandão (1982); Garcia Jr; (1983); Heredia (1979); Moura (1978); Neves (1981); Santos (1978); Seyferth (1985) e Woortmann (1984).

agências de extensão), as condições de reprodução ou permanência dos agricultores envolvendo o uso da terra e a implantação de sistemas produtivos diversificados, conservação dos recursos naturais e a preservação das condições produtivas e ecológicas no longo prazo.

As famílias objetivam manter a sua reprodução usando estratégias ou respostas, tanto de ciclo curto como longo, frente às pressões macroeconômicas capitalistas (como os preços dos produtos agrícolas), políticas e a excessiva fragmentação das áreas pela herança que podem inviabilizar a continuidade dos grupos domésticos. No ciclo longo, está a possibilidade da migração, do controle da natalidade, da exclusão de herdeiros legais, de famílias poderem atingir uma dimensão corporativa ou mesmo fazer surgir famílias-tronco (ALMEIDA, 1986). Em síntese, há um movimento interno das famílias, tanto no ciclo curto como longo, visando manter e assegurar a transmissão do estabelecimento familiar.

É na dimensão da reprodução social de longo prazo que se insere a sucessão aqui estudada.

Para Gasson e Errington (1993), a reprodução social de longo prazo, também denominada de reprodução intergeracional, é um processo composto por três partes/fases:

- 1) Sucessão;
- 2) Herança;
- 3) Retirada ou aposentadoria dos pais.

Por sucessão, entende-se transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio familiar aos filhos sucessores ou à próxima geração (GASSON; ERRINGTON, 1993; RAMOS, 2004), enquanto a herança trata da transferência legal do patrimônio, inclusive a terra (GASSON; ERRINGTON, 1993; RAMOS, 2004). A retirada ou aposentadoria dos pais significa a retirada do atual proprietário do trabalho e do comando do estabelecimento (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Além de definir conceitualmente cada fase/parte, é preciso considerar, segundo Gasson e Errington (1993), que cada uma delas representa um processo dinâmico e não um ponto específico no tempo, e a duração de cada uma dependem de cada caso, podendo variar conforme a dimensão jurídica (ou legal) e cultural em que estão inseridos os agricultores.

Segundo Gasson e Errington (1993) as formas de sucessão são muitas e variadas. Na prática, os atuais padrões sucessórios podem ser resumidos em quatro modelos:

a) O filho sucessor reside num estabelecimento separado do pai e estabelece uma forma própria de gestão e exerce o processo de tomada de decisão de forma independente. Também é independente financeiramente, mas assume o estabelecimento paterno em caso de aposentadoria do pai;

b) O filho possui um estabelecimento separado e tem boa autonomia na atividade que realiza, podendo ser, por exemplo, uma criação de suínos. O filho aprende a desenvolver ou aprimorar as habilidades que aprendeu com o pai e possui relativa independência financeira, o que lhe permite construir algum capital próprio;

c) O filho reside com o pai e eles trabalham em forma de parceria. O filho vai gradualmente aumentando sua responsabilidade na realização de algumas atividades, com possibilidade de tomada de decisão em determinadas tarefas em comum acordo com o pai;

d) O filho mora com o pai, mas participa muito pouco do processo de tomada de decisões das atividades do estabelecimento, apesar de conviver e trabalhar com seu pai e sua família por muitos anos no mesmo estabelecimento. O filho é tido como uma força de trabalho importante no estabelecimento e assume como sucessor em caso da morte ou aposentadoria do pai. Nesse caso, o sucessor é menos preparado para assumir o estabelecimento em razão da pouca experiência administrativa realizada durante sua vida.

Apesar dessa diferença entre os padrões ou modelos, os mesmos não tendem a ser “puros”. Na realidade, os padrões sucessórios combinam um ou vários elementos de um tipo ou de outro. O que move essas combinações são as particularidades individuais das famílias e dos filhos, mas também as variações geográficas e temporais. Ademais, embora prevaleçam as normas sociais e legal em torno da transferência dos estabelecimentos é provável que o ambiente econômico (diversificação produtiva, tamanho da área) também favoreça ou defina as oportunidades ou restrições à sucessão dos estabelecimentos.

De maneira específica, a literatura referente à sucessão na agricultura enfoca dois aspectos centrais: 1) A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios; 2) A sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento.

Autores como Hastings (1984), citado por Gasson e Errington (1993), caracterizam o processo sucessório levando em conta o envolvimento dos filhos na gestão do trabalho familiar e o desenvolvimento de habilidades necessárias para assumir gradativamente o estabelecimento. Esse processo é composto de quatro estágios: socialização das crianças no trabalho, aprendizado das técnicas de produção pelos filhos, trabalho em parceria e dividindo as responsabilidades com os pais e a tomada do controle do estabelecimento.

De maneira semelhante, Burton e Walford (2005) sugerem que a sucessão é baseada no ciclo de vida da família através de quatro diferentes estágios: 1) É o estágio inicial: as crianças dedicam seu tempo aos estudos e iniciam os trabalhos no estabelecimento sob a supervisão dos pais; 2) Intensifica-se a participação das crianças no trabalho; 3) São

delegadas mais responsabilidades em termos de técnicas e métodos produtivos, aumentando sua responsabilidade dentro da família; d) O pai se retira da administração da propriedade e transfere totalmente o patrimônio para a geração seguinte.

Para Gasson e Errington (1993), além da socialização dos filhos no trabalho, outras características ou especificidades são fundamentais na sucessão da agricultura familiar: a identificação ou a escolha do sucessor, o predomínio do pai no comando deste processo, a transferência do patrimônio dentro da família (dos pais para os filhos), o momento da transferência, a forma de distribuição do patrimônio (repartir entre todos ou manter assegurado para apenas um).

A socialização dos filhos no trabalho familiar pode ser considerada uma preparação para o trabalho adulto. Na agricultura familiar, os filhos aprendem a desenvolver a atividade agrícola no interior do próprio estabelecimento, através da transmissão dos saberes por lenta “impregnação” (CHAMPAGNE, 1986a). Trata-se de um ensinar que se faz, segundo Woortmann e Woortmann (1997, p. 73) “pelo próprio fazer”. Outra especificidade da ocupacional do trabalho agrícola é a transmissão distinta entre os sexos, baseada na divisão entre trabalho dos homens e trabalho das mulheres (CARDON, 2004; GASSON; ERRINGTON, 1993).

De acordo com Gasson e Errington (1993), a escolha ou identificação de um sucessor é fundamental para a efetivação da sucessão. Segundo Carneiro (1998), a escolha pode não depender apenas da família ou dos fatores culturais ou costumeiros, mas também do contexto sócio econômico ou das leis vigentes sobre os direitos individuais existentes em cada comunidade rural, região ou país. Nesse caso, também pode ser escolhido para ser o sucessor aquele que tiver maior aptidão para a agricultura ou menor vocação para os estudos, aquele com persistência no trabalho ou com habilidade para comandar o estabelecimento (CARNEIRO, 1999; JUCHEM *et al.*, 2005).

De maneira geral, o padrão sucessório predominante privilegia a seletividade ou escolha de um único sucessor pelos pais, e a exclusão dos demais como forma de garantir a continuidade dos estabelecimentos (CARNEIRO, 2001; RAMOS, 2004).

Os demais filhos constituem-se nos deserdados. Segundo Woortmann (1995, p. 314), “O deserdado é o indivíduo produzido pela totalidade interna para viver no mundo externo. O expulso é necessário para que a totalidade se reproduza”.

A saída dos filhos ou de alguns deles para seguir em outras profissões ou mesmo para ser agricultor em outro local faz parte das estratégias familiares para garantir a continuidade do estabelecimento familiar. Nesse caso, reproduzir o estabelecimento familiar é

mais do que dar continuidade à atividade agrícola ou à perspectiva econômica, é reproduzir a ordem social e a dimensão simbólica associada a ele. O sucessor visa reproduzir o todo social, ainda que, muitas vezes, este processo seja marcado por conflitos, seja porque esse não era o destino desejado, seja pela não aceitação dos demais irmãos (WOORTMANN, 1995).

Os sucessores normalmente são os filhos homens. Os trabalhos de Carneiro (2001) e Santos (1984), realizados entre os descendentes de italianos, mostram a predominância do filho mais novo (*minorato*). O estudo de Woortmann (1995), entre os alemães, mostra a predominância na escolha do filho mais velho (*primogenitura*). Na tradição britânica, Gasson e Errington (1993) também afirmam predominar a *primogenitura*.

Por outro lado, a escolha das mulheres como sucessora(s), é mais rara e geralmente ocorre quando não há filhos homens ou elas são filhas únicas.

Essa diferenciação nos remete a uma discussão de gênero que tem origem na divisão do trabalho entre homens e mulheres. A categoria gênero é delimitada como sendo uma construção social e histórica, distinta da base biológica do sexo⁸. Martins (2003) citando Chhachhi (1986) ressalta que a noção de gênero envolve um caráter relacional, construído através das relações de poder entre mulheres e homens, contendo um conjunto de atributos demarcados às pessoas com base na determinação biológica do sexo. Desse modo, gênero se refere às características socialmente produzidas e historicamente variáveis, já o sexo dá conta das características advindas da biologia. Scott (1995) argumenta haverem duas questões relevantes a serem consideradas na definição de gênero: demarca as relações sociais distintas entre os sexos e pode ser considerada uma forma primária de estabelecer relações de poder, com a dominação masculina e a subordinação feminina.

O trabalho das mulheres, especialmente na agricultura, não é reconhecido como produtivo ou com valor econômico, considerado como “ajuda”. A divisão de trabalho define a agricultura como uma ocupação masculina, fazendo com que as mulheres sejam vistas principalmente, como donas-de-casa, não importando qual seja sua contribuição à agricultura familiar (DEERE; LEON, 2002). De acordo com Woortmann (1995, p. 35), a divisão do trabalho demarca uma oposição ideológica entre o trabalho da casa ou doméstico do trabalho na lavoura ou agrícola, “é como se houvesse um trabalho parcial produtivo (desde o ponto da vista do economista) e outro “não produtivo” (as atividades realizadas em casa)”. Desse modo, segundo Carneiro (2001), o trabalho familiar é dividido em duas categorias: “ajuda”

⁸ A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas [...] ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado [...] em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, p. 17).

(as atividades desempenhadas pela mulher e pelos jovens) e “trabalho” (as atividades masculinas na lavoura), usualmente empregada no meio rural brasileiro.

Por trás do significado da noção “ajuda” reside à invisibilidade do trabalho agrícola feminino nos estabelecimentos familiares, geralmente considerado um trabalho secundário, seja pelo tipo e intensidade do trabalho desenvolvido na lavoura, seja por assumirem praticamente sozinhas o trabalho doméstico (DEERE; LEON, 2002). A noção ou o significado do papel de ajudante é fundamentalmente trabalhar conforme a demanda das atividades, geralmente sem envolvimento nos processos das tomadas de decisões do trabalho agrícola (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Bourdieu (1999), ao analisar a economia dos bens simbólicos e estratégias de reprodução, relata que as mulheres são excluídas de assuntos públicos de maior relevância como, por exemplo, os econômicos. Os assuntos de domínio das mulheres são os domésticos.

Na sucessão, a questão de gênero se expressa na gerência sobre a terra e no trabalho agrícola, considerada de domínio masculino.

Na verdade, o processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do trabalho são enviesados contra a mulher. Nas regiões coloniais em que predomina a agricultura familiar, verifica-se um padrão a respeito da sucessão das propriedades rurais. Esse padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto que as mulheres se tornam agricultoras por casamento (STROPASOLAS, 2004, p. 254).

Na agricultura familiar, as mulheres apresentam uma relação subordinada e suas opções giram em torno da saída do estabelecimento familiar para buscar qualificação e profissões urbanas, casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil (CARNEIRO, 2001; PAULILO, 2004; WOORTMANN, 1995).

A sucessão obedece a uma organização interna familiar demarcada pela autoridade do pai. O pai não define apenas o sucessor, mas encaminha profissionalmente os demais filhos e garante a continuação da produção e do estabelecimento por mais uma geração (CARRIERI; AGUIAR, 1993; SANTOS, 1984; TEDESCO, 1999).

Desse modo, a transferência ou o momento em que o sucessor vai assumir está condicionado à retirada do pai do comando do estabelecimento. O momento da realização da transferência pode ser em vida ou após a morte dos pais e depende de fatores como o casamento do sucessor, estado de saúde do pai e da aposentadoria do mesmo (GASSON; ERRINGTON, 1993).

O processo sucessório não deve ser pensado de forma independente do ciclo de vida dos pais (KIMHI, 1995). Ao optar por escolher um sucessor mais cedo (pais mais

jovens) ou mais tarde (final da vida), resulta na possibilidade dos pais poderem contar com um sucessor mais ou menos preparado para assumir. Além disso, ao resolver a sucessão do estabelecimento mais cedo, os agricultores podem evitar ou atenuar as chances de conflitos entre os irmãos.

Gasson e Errington (1993) distinguem três estágios em torno da retirada do pai do comando do estabelecimento familiar: retirada parcial, onde o pai está envolvido na atividade dos estabelecimentos, mas a terra é de propriedade dos seus sucessores; retirada total com permanência no estabelecimento, o pai cessa a execução de qualquer atividade e seu estabelecimento é comandado pelos sucessores; retirada total com saída do estabelecimento, o pai não realiza qualquer tipo de atividade e vende ou arrenda o estabelecimento para terceiros por falta de sucessores.

Ainda, é possível verificar que a retirada parcial tem maiores possibilidades de ocorrer em estabelecimentos desfavorecidos economicamente. Isso ocorre porque os agricultores não têm nenhum sucessor para levar o trabalho manual e as responsabilidades administrativas ou porque o estabelecimento não tem tamanho suficiente para manter o pai e o sucessor dividindo a mesma área (GASSON; ERRINGTON, 1993).

Diferentemente dos países como a França e o Canadá, não há no Brasil, um mecanismo legal capaz de favorecer a transferência gradativa da gestão dos estabelecimentos para os filhos (BRUMER *et al.*, 1993). Segundo Paulilo (2004, p. 235), com o aumento da longevidade da população, especialmente dos mais idosos, “os que trabalham junto à família ficam na posição de dependente por longo tempo”. Em outras palavras, os pais ainda são a voz de comando na administração dos estabelecimentos, mesmo os filhos estando preparados para assumir o negócio.

O fato de o jovem ter sua capacidade de trabalho reconhecida não significa que receba a investidura do gerenciamento da produção. O governo continua a ser do pai, e o homem jovem só passará a “dar a direção” quando ele próprio for casado e responsável por sua família. (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 70-71).

Os agricultores geralmente oferecem pouca abertura aos sucessores dentro do estabelecimento, seja na gestão dos negócios ou no comando de determinadas atividades. Em seu estudo, Abramovay *et al.* (1998) constata que os pais conduzem o estabelecimento familiar sem a participação ativa e efetiva dos sucessores, apesar do aumento da expectativa de vida dos pais e do maior contato (em número de anos) entre eles.

Os filhos compartilham com os pais o trabalho no estabelecimento, esperando o momento da sucessão. Na concepção de Abramovay *et al.* (1998), a participação restrita dos

sucessores pode comprometer o desenvolvimento do estabelecimento familiar porque inibe a capacidade dos filhos em mostrar sua capacidade inovadora, seja no desenvolvimento da atividade agrícola ou na gestão, levando-os a buscar outras alternativas de vida. Ademais, segundo Brumer (2007), caso tenham interesse pela atividade agrícola, os filhos podem ficar trabalhando ao lado dos pais esperando pela sucessão ou podem buscar outra atividade enquanto esperam, podendo perder a motivação para exercer a atividade agrícola e para a sucessão.

O trabalho de Juchem *et al.* (2005) confirma que apesar dos pais terem interesse na continuidade dos estabelecimentos pelos filhos, os mesmos responderam não pretender se afastar do negócio após o filho assumir, alegando “o que vamos fazer se não mais trabalhar na terra?”. Em famílias onde essa transferência é gradativa, a inserção dos filhos nas atividades da gestão do estabelecimento também os prepara para a reprodução de longo prazo, como sucessores do estabelecimento. Nesses casos, a sucessão ocorre com menor possibilidade de conflitos entre os pais e os filhos por ocasião da herança.

2.3 A construção das mudanças na questão sucessória

Nesse item, apresenta-se uma revisão bibliográfica enfocando a sucessão em dois momentos: no primeiro, enfatiza-se a sucessão com referência ao passado (anterior à década de 1970), onde as possibilidades de continuidade eram maiores e mais fortemente asseguradas; no segundo, a sucessão atual, cuja manutenção dos estabelecimentos passa por mudanças. O intuito é discutir as mudanças mais gerais (como as econômicas e sociais) que estão passando o meio rural e os agricultores familiares e as implicações desse processo na dinâmica interna familiar e na perspectiva de permanência dos filhos. Por fim, discutem-se quais fatores, segundo a literatura, podem facilitar a sucessão dos estabelecimentos familiares na atualidade.

A perspectiva de manter assegurada a sucessão dos estabelecimentos familiares está associada às características familiares internas, ao processo de ensino-aprendizagem no trabalho familiar, à internalização da moral e dos valores, mas também às condições do próprio meio rural e da sua proximidade geográfica, econômica e social com as cidades. São razões/motivações que podem afetar a sucessão dos estabelecimentos familiares em função das mudanças da percepção em torno da ocupação agrícola e do modo de vida no meio rural.

Na percepção de Bourdieu (2000), a continuidade dos estabelecimentos através da sucessão estava alicerçada sobre um aspecto fundamental: o relativo isolamento social e econômico do meio rural e dos seus habitantes. No período anterior à introdução da modernização agrícola e à intensa subordinação da econômica camponesa à lógica de mercado, as comunidades rurais constituíam-se num “mundo social de base local” ou num “microcosmo fechado”. Essa condição era dada pelo distanciamento geográfico, reforçado pela precariedade dos meios de transporte e de comunicação, e pela pouca dependência em relação ao mercado, graças à possibilidade de produzir para o próprio consumo.

Esse “isolamento” do espaço rural por si só não justifica a sucessão dos estabelecimentos familiares. No entanto, essa característica do meio rural garantia uma relativa homogeneidade social entre seus habitantes, permitindo a reprodução das próprias estruturas da agricultura, dos agricultores e dos seus filhos. Fundamentalmente, contribuía para manter assegurada a identidade social e “profissional” (CHAMPAGNE, 1986a).

A continuidade na agricultura através da sucessão era coordenada pelos próprios agricultores. Para Champagne (1986a, b) a centralidade da família garantia o “domínio” dos pais em torno da sucessão, numa espécie de monopólio capaz de assegurar uma reprodução de “maneira idêntica” entre as gerações (CHAMPAGNE, 1986b).

Para Bourdieu (2000, 1996) e Champagne (2002, 1986a, b), esse domínio familiar estava assegurado pelo fato de se configurar como o principal espaço de socialização dos jovens, impondo seu estilo de vida, seus valores e sua definição profissional, pois havia uma escassa “concorrência” com outros agentes socializadores, devido ao isolamento do meio rural.

A centralidade da família, segundo Bourdieu (1996, p. 132), estava assentada naquilo que é a sua lógica: “se perpetuar no indivíduo, pois perpetuar sua existência assegurando sua integração é inseparável da tendência de perpetuar a integridade do seu patrimônio”. A família e sua continuidade não estavam sujeitas aos interesses individuais.

A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação do capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução (BOURDIEU, 1996, p. 131).

Nesse espaço fechado, bastava deixar agir a lógica familiar para que, de maneira quase autônoma, surgisse entre os filhos o desejo de permanecer. Predominavam, no interior dos estabelecimentos, valores como “ficar”, “continuar”, “suceder”, enquanto outros

“partiam”, “abandonavam a terra” para dar lugar ao sucessor, mas, sobretudo, a sucessão dos estabelecimentos, como mostra Woortmann (1995), na referência a herdeiros e deserdados.

Para Champagne (2002, 1986a), as perspectivas em torno da instalação dos filhos como agricultores se concretizavam porque isso era evidente, ou por dever ou obrigação familiar.

Na região sul do Brasil, até o final da década de 1960, períodos em que começa a expansão da modernização da agricultura, com maior ênfase na década de 1970 e 1980, a sucessão não enfrentava problemas no referente à instalação de novas gerações de sucessores, nem mesmo se cogitava a ausência de sucessores entre as famílias. Conforme Abramovay *et al.* (1998), além de alimentos e matérias-primas, os agricultores produziam novos estabelecimentos no mesmo local onde viviam (através da repartição da área) ou através de compras de outras áreas de terra para instalar os filhos de forma independente.

De acordo com Abramovay *et al.* (1998), Silvestro e Cortina (1998), o padrão sucessório que garantia a sucessão dos estabelecimentos familiares era baseado em dois objetivos: assegurar a integridade do estabelecimento paterno e garantir a instalação dos demais filhos na agricultura. Para atender a esses objetivos e, conseqüentemente, manter assegurada a sucessão profissional, Abramovay *et al.* (1998) aponta quatro condições fundamentais:

- 1) O *minorato*, que garante ao filho mais novo o estabelecimento paterno, o qual deve responsabilizar-se pelo cuidado com os pais na velhice;
- 2) Pelo esforço para assegurar aos filhos mais velhos os meios e/ou condições que permitam sua reprodução enquanto agricultores;
- 3) Pela valorização da atividade agrícola como forma de realização da vida adulta;
- 4) Pela mobilidade espacial e a presença de um mercado de terras que permitia a instalação dos filhos na agricultura.

Objetivamente, a alocação dos filhos na agricultura era amplamente favorecida pela abertura do mercado de terras disponíveis tanto dentro dos estabelecimentos, como nos municípios, regiões ou outros estados, permitindo aos filhos residir no meio rural na condição de agricultores. Além desse dinamismo, outra situação facilitava a permanência dos filhos na agricultura: os escassos horizontes alternativos ou possíveis de serem acessados, a pouca qualificação profissional para o exercício de outra atividade no meio urbano e mesmo a baixa escolaridade limitava as alternativas dos filhos dos agricultores familiares.

No entanto, nem sempre os objetivos dos pais eram atingidos, conforme esclarece Abramovay *et al.* (1998, p. 27) não sendo “raras as ocasiões que surgiam planos autônomos

de realização profissional entre os filhos”, mesmo com a possibilidade dos pais adquirirem terras para os filhos, e da forte a pressão moral para a continuidade na ocupação. Conforme Gasson e Errington (1993), os pais que herdaram o estabelecimento da geração anterior têm interesse em repassá-la para a geração seguinte, podendo impor uma pressão sobre os filhos para permanecerem e manterem a tradição familiar.

É preciso salientar outros aspectos essenciais à sucessão, que vão além da estrutura objetiva para assentar os filhos na agricultura (como, por exemplo, terras). Trata-se das dimensões subjetivas adquiridas pela socialização na vida comunitária e no meio rural e à incorporação de valores próprios à continuidade da profissão paterna (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Para Bourdieu (2000) e Champagne (2002, 1986a, b), os filhos convivem com a cultura local, a religião, o lazer e outras formas de interação social entre os habitantes das comunidades rurais, contribuindo de maneira subjetiva na tendência à perpetuação e à reprodução dos grupos. São exemplos dessas dimensões subjetivas as relações sociais de amizades, namoros e casamentos entre os filhos de famílias residentes na mesma comunidade. Sobre os casamentos, Bourdieu (2000) afirma existir “mercado matrimonial” local auto-regulado, praticamente limitado pelos espaços geográficos e sociais dos agricultores. Os jovens se conheciam entre si, e nesse espaço social restrito a reprodução social dos grupos se mantinha (BOURDIEU, 2000). O estudo de Woortmann (1995) mostra que o casamento tinha como finalidade assegurar a preservação do patrimônio.

Na sucessão, não havia apenas o interesse do pai em instalar o filho como agricultor, mas também o interesse do filho tornar-se um agricultor. Existia o que Abramovay *et al.* (1998, p. 27) considera como sendo “a fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros”. Nesse caso, ocorre o ajustamento do *habitus*, capaz de atender aos objetivos dos pais (reproduzir o estabelecimento) e dos filhos (tornar-se agricultor) formado pela socialização na atividade agrícola e nos valores sociais familiares.

Conforme Bourdieu (2000, p. 109), “o ajustamento entre os objetivos dos pais e dos filhos formado pelo *habitus* é, de fato, a melhor garantia da perpetuação dos valores fundamentais do grupo”. Os filhos reproduzem as mesmas relações objetivas que os engendraram, e isso só é possível porque eles se reconhecem e se identificam nos valores internos do grupo familiar e da profissão agrícola.

Com base nessas considerações, pode-se dizer que os filhos reproduziam a profissão paterna e as filhas a profissão materna. Os indivíduos não reproduziam só a família ao dar seguimento ao estabelecimento, mas, sobretudo, o coletivismo familiar.

A disposição ou a predisposição em ser agricultor é adquirida pelos filhos como parte de um processo de atuação de toda a família. As práticas como a socialização no trabalho e demais orientações como o financiamentos dos estudos, a compra de outras áreas de terras para a instalação dos demais, acabam tendo como objetivo garantir a continuidade dos estabelecimentos.

Na atualidade, os padrões de referência em torno da sucessão vêm passando por mudanças, como mostram autores como Champagne (2002, 1986a, b), Bourdieu (2001, 2000), Carneiro (1999, 1998) e Silvestro *et al.* (2001). O principal fio condutor trabalhado, segundo esses autores, diz respeito às mudanças estruturais na sociedade em geral, afetando o meio rural e o modo de vida das famílias, gerando implicações na sucessão dos estabelecimentos familiares.

Se, até o final dos anos 60, a continuidade da ocupação agrícola e a pressão moral prevaleciam, seria um exagero dizer que esse processo faz parte do passado e hoje a escolha da profissão é livre e soberana ou que o fato de os filhos serem descendentes de agricultores e participarem do processo de socialização e trabalho familiar garantem a sua permanência nos estabelecimentos (SILVESTRO *et al.*, 2001). Da mesma forma, não se pode afirmar que os filhos - ou todos os filhos -, não desejam seguir a atividade paterna ou que as relações familiares e a família, enquanto instituição formadora tenha perdido a validade (TEDESCO, 1999; WANDERLEY, 2001).

Mas o fato é que a sucessão passa por “reviravoltas”. Atualmente, o processo de sucessão na agricultura familiar é marcado por indefinições e incertezas, pois as regras estabelecidas ou padrões sucessórios antigos estão perdendo a validade, sem que outras novas sejam estabelecidas (SILVESTRO *et al.*, 2001). O fato é que os mecanismos relativos à sucessão suscitam dúvidas e interrogações frente às mudanças (CHAMPAGNE, 1986a).

Dentro desse contexto, a continuidade de muitos estabelecimentos tem sido ameaçada (BOURDIEU, 1962, 2000; CARNEIRO, 1998; CHAMPAGNE, 1986a, b; COSTA, 2006; WOORTMANN, 1995). Surgem as incertezas quanto à sucessão porque esta passa a depender cada vez mais de condições objetivas e subjetivas para se concretizar. A questão central, como assinala Silvestro e Cortina (1998), é a ruptura com as possibilidades objetivas de formação de novos estabelecimentos em razão da impossibilidade da repartição das áreas paternas (para evitar a perda da viabilidade econômica) e pela vontade dos filhos em sair do meio rural, em função da desvalorização da agricultura e da atividade agrícola.

O meio rural e a agricultura estão vivenciando diversas transformações estruturais ao longo das últimas décadas. Um dos processos capazes de acentuar essa desvalorização é

apontado tanto por Bourdieu (2000) como por Champagne (2002, 1986a, b). Os autores focalizam a “unificação dos mercados de bens simbólicos” ou “alargamento do espaço social” - através da difusão do automóvel, dos meios de comunicação e da política de escolarização -, como processos que provocaram a abertura social, econômica e cultural do meio rural, ocasionando o estreitamento das relações com urbano e a construção de uma visão negativa sobre o rural.

Dentro desse escopo mais amplo, a introdução de outros processos como a modernização da agricultura também acaba impactando na reprodução social dos agricultores familiares. A modernização da agricultura brasileira,⁹ ou a “Revolução Verde”, é um processo de transformação produtiva da agricultura baseada na quimificação e artificialização dos meios naturais de produção pelos produzidos industrialmente (adubos, agrotóxicos, sementes melhoradas) gerando o aumento da produção e produtividade agrícolas bastante significativos (GOODMAN *et al.*, 1990).

Esse processo de transformação tecnológica, acompanhada mais recentemente pela globalização¹⁰ ocasionou a inserção dos agricultores na lógica capitalista de produção, provocando o que Marsden (1989) denomina de “reestruturação produtiva”. Novos processos produtivos são gestados com enfoque principal centrado nos mercados globais, impondo aos agricultores a necessidade de gestão do estabelecimento, qualificação da produção, comercialização da produção com base em bolsas de valores e mercados futuros, políticas de preços agrícolas internacionais, aquisição de bens e insumos industriais, entre outros.

O resultado desses processos são “perversos”. Os impactos negativos são sociais, econômicos e ambientais. Os principais são: saída ou o êxodo da população do meio rural, a individualização do trabalho agrícola devido ao uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, redução da agricultura de subsistência e desgaste dos recursos naturais, esgotamento do mercado de terras locais, concentração fundiária e o empobrecimento dos agricultores que não conseguiram adentrar na lógica produtivista (SILVA, 1982).

⁹ O processo de modernização da agricultura, através da Revolução Verde desenvolvida entre a década de 1960 e 1970 no Brasil, caracteriza-se por modificações na base técnica da produção (BRUM, 1988). Nesse sentido, a agricultura pouco desenvolvida ou de subsistência foi submetida a transformações na base técnica de produção, o que corresponde, segundo Silva (1998, p. 3) *na própria industrialização da agricultura*, pois passou a ser desenvolvida com monocultivos de exportação.

¹⁰ Para Giddens, (1994), as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente alongados. A globalização se refere essencialmente a esse alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredam através da superfície da Terra como um todo. A globalização pode ser assim definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo à milhas de distância e vice-versa.

O aspecto central de todos esses processos é a subordinação dos agricultores à lógica produtiva dos mercados. Por outro lado, é importante considerar que o meio rural não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como essa reage a tais injunções não são, de modo algum, iguais (NEUMANN, 2003). Por isso, nem todos conseguem produzir de acordo com essa lógica, devido às restrições econômicas e ambientais para se manter produtivo e qualificado segundo os critérios mercadológicos atuais. Desse modo, fundamenta-se uma diferenciação econômica e social entre os agricultores familiares, conforme já citado no item sobre a agricultura familiar com referência aos capitalizados, em transição e periféricos.

É possível afirmar que estas condições ou processos de desenvolvimento tecnológico e econômico estejam se constituído em um dos principais fatores de mudança na sucessão dos agricultores familiares (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Associada à abertura do espaço rural e à introdução da modernização da agricultura, tanto as famílias como os filhos tomam contato com a sociedade industrial, capaz de introduzir novas referências em relação ao trabalho, consumo e modo de vida (CARNEIRO, 1998).

Ademais, diversificaram-se os agentes socializadores e a família passa a dividir espaço juntamente com a escola, o qual pode representar para muitos pais um espaço de conflito, pois acreditam que a educação formal transmite aos seus filhos conhecimentos diferentes dos tradicionais (SIQUEIRA, 2004). Na visão de Champagne (1986b), o acesso ao nível secundário transformou as relações de poder no interior da família. A escola acaba por desvalorizar os saberes antigos e os modos de transmissão, modificando a relação dos filhos com o trabalho manual, assim como provoca a divisão do trabalho de educação entre a família e a instituição escolar.

O efeito desse conjunto de fatores repercute nas representações dos agentes sobre o modo de vida rural e agrícola, especialmente entre os filhos. Os filhos vão percebendo e internalizando as comparações entre os modos de vida rural e urbano, acionando um comparativo entre os dois mundos ou modos de vida, podendo ocasionar uma visão majoritariamente negativa da condição agrícola. Nesse caso, os filhos podem querer ou não querer reproduzir a ocupação dos pais, podendo optar pela saída do meio rural ao perceberem as ocupações urbanas como melhores e mais bem remuneradas, quando comparadas com a agricultura (BOURDIEU, 2000).

Assim, diferentemente das gerações passadas, que construíram suas experiências num espaço social mais restrito, as novas gerações estão cada vez mais inseridas num campo mais amplo de relações sociais e culturais que possibilitam um repensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais. Nesse sentido, emerge a individualização da perspectiva sucessória no interior dos estabelecimentos.

A perda da “naturalidade” ou da forma como ocorria no passado aponta para uma sucessão que tende a ser individual, através da qual os filhos atendem a seus interesses profissionais. Nesse caso, os interesses dos filhos podem ir ao encontro dos interesses do restante do grupo familiar ou não.

De acordo com Woortmann (1990, p. 55), “com a emergência dos projetos individuais, a migração muda de significado. De uma migração estruturante (a dos não-herdeiros), passa-se para uma migração desestruturante, ditada pelos interesses individuais”.

[...] nos primeiros tempos o abandono da casa paterna era visto com naturalidade, como um dever decorrente da submissão dos indivíduos aos interesses familiares [...] mais tarde, [...] dependendo das condições econômicas da propriedade familiar, permanecer na colônia passará a representar um fator de exclusão social (CARNEIRO, 2001, p.40).

Para Champagne (1986a), há uma situação de “crise” na reprodução social da agricultura, pelo crescente desinteresse dos filhos em seguir na profissão dos pais. Segundo Woortmann (1990), a crise tem origem no momento em que os filhos se recusam a continuar herdando a terra, isto é, quando começam a se perceber como indivíduos. Na verdade, a recusa reflete o que Woortmann (1990) denomina como sendo “rachaduras do coletivismo interno familiar”, expressa pela falta de vontade dos filhos em aceitar o destino ocupacional dos pais.

Na percepção de Woortmann (1995, p. 196), “o “nós” coletivo da família tende a ser substituído pelo “eu” de cada indivíduo” e aponta um impasse quanto à reprodução devido aos projetos individuais dos filhos estarem em oposição aos projetos coletivos familiares.

A emergência dos projetos individuais e o comprometimento da sucessão podem ocorrer mesmo em casos em que esse processo está assegurado. O trabalho de Handfield *et al.* (2005), realizado em estabelecimentos familiares do Canadá, examinou que, mesmo em caso de sucessores já definidos como tal, a sucessão pode não acontecer em razão dos distintos objetivos entre os pais e os filhos sucessores. Os motivos principais para a desistência dos filhos, antes da transferência do estabelecimento, foram às divergências entre os projetos dos pais e dos filhos, ou a proposta de transferência do estabelecimento feita pelo pai contrariava a expectativa dos filhos.

Já o estudo de Vare *et al.* (2005) aponta que, embora os pais afirmem ter entre seus filhos um sucessor, especialmente os pais mais jovens, isso não significa a concretização da sucessão. Em seu estudo, o autor chama atenção para a seguinte questão: de todos os agricultores que afirmavam ter sucessor somente 31% conseguiram efetivar a sucessão, nos demais casos houve a desistência dos filhos.

Zorzi (2005), analisando os estabelecimentos familiares com problemas na sucessão (conflitos entre os descendentes), relaciona a questão com o contato desses filhos com outros valores, provocando o estabelecimento de novas relações sociais num espaço social mais amplo, que não levam em conta as especificidades de uma ordem social local como a das comunidades onde nasceram. Há a incorporação de uma nova postura em relação aos valores aprendidos com a família, caracterizada pela sobreposição do individual sobre o coletivo, assim como sobre a relação simbólica entre a família, a terra e o trabalho, tal como afirma Woortmann (1990).

Dentro dessa perspectiva, modificam-se as demais estruturas sociais, entre elas, os casamentos no meio rural, cujo “mercado matrimonial” vem sendo alterado em razão da migração feminina ser superior à masculina.

A disposição das mulheres em adotar modelos profissionais urbanos gera a recusa em casar-se com um agricultor. Para Bourdieu (2000), as mulheres não desejam casar-se com um agricultor que lhes prometa uma vida baseada no trabalho rural e doméstico, alicerçado sobre uma posição subordinada. Ademais, dentro dos próprios estabelecimentos podem ser visualizadas estratégias antagônicas, coordenadas pelos próprios pais, ou seja, os pais desejam que os filhos se casem com moças residentes no meio rural, porque elas conhecem o trabalho agrícola e os costumes do meio rural. Por outro lado, não desejam que suas filhas se casem com agricultores em razão do acesso ao estudo no meio urbano e da possibilidade de melhores condições de vida através da migração. Como mostra Bourdieu (2000, p. 112) os pais “não querem para suas moças o que querem para seus rapazes”.

O que essas transformações no meio rural e na agricultura sugerem é a possibilidade de as pessoas não se reconhecerem nos valores internos do grupo através da alteração ou modificação do *habitus* inicial, formado através da socialização na família. Os momentos de crise da reprodução dos estabelecimentos se dão exatamente por esse desajustamento entre as estruturas objetivas e subjetivas, entre a necessidade dos jovens assumirem a condição de sucessores dos pais agricultores e a representação negativa do modo de vida rural e da profissão agrícola. Como conseqüência, a negação da sucessão.

O desajuste entre o *habitus* formado pelos filhos, através da circulação em outros espaços de socialização como a escola e meio urbano, acabam internalizando valores sociais distintos do *habitus* da família rural. Para Bourdieu (1983, p. 118), “as aspirações das sucessivas gerações, de pais e filhos, são constituídas em relação a estados diferentes¹¹ da estrutura de distribuição de bens e de oportunidades de acesso aos diferentes bens”.

É essa discordância ou desajuste do *habitus* que leva os filhos à individualização e à não permanência nos estabelecimentos familiares. Se no passado o *habitus* da família permitia a reprodução, hoje a formação e as modificações dos *habitus* individuais dos filhos podem alterar essa situação. O filho, mesmo sendo o único sucessor, pode se recusar a ficar no meio rural.

Os filhos desenvolvem a disposição para outra ocupação, porque hoje são maiores suas alternativas em relação às oferecidas às gerações passadas, especialmente em termos de escolha profissional. A própria agricultura pode ser uma escolha, face a outras possibilidades.

Carneiro (2001) afirma que apesar da individualização no processo da sucessão, há, ainda, filhos que gostariam de residir no meio rural, embora rejeitem a possibilidade de exercer a profissão agrícola. O trabalho de Brumer e Spanevello (2008) também revela o desejo de moças e rapazes seguir residindo no meio rural. As razões para essa disposição residem no fato do rural ser considerado como um local tranquilo, seguro e saudável de viver. No entanto, as perspectivas de estabelecimento profissionais, especialmente das moças, estão voltadas para estudos e trabalho urbano.

Para Carneiro (2001, p. 43), essa situação mostra não haver um processo de individualização completamente concluído.

Valores fundados na identidade e na etnicidade oferecem resistência ao processo de individualização no interior da família [...]. Este processo ambíguo e contraditório apresenta, ao mesmo tempo, uma face moderna, com ênfase na elaboração dos direitos individuais e outra, conservadora, onde o que prevalece são os valores que reforçam o sentimento de pertencer à família e à localidade. Neste sentido, entende-se que a intenção (ou desejo) de permanência na região de origem (a colônia), aparece na maioria dos casos, associada a um projeto de profissionalização próprio, independentemente da atividade agrícola.

As mudanças em torno da situação interna dos agricultores familiares, geradas pela modernização da agricultura, tais como seu grau de inserção na economia de mercados e as

¹¹ O autor descreve uma situação comparativa entre a geração dos pais e a geração dos filhos. Para os pais ter determinados bens (como, por exemplo, um automóvel) era considerado um privilégio, pois poucas pessoas tinham na sua época, enquanto que os filhos podem dispor deste bem desde o nascimento. Aquilo que é dado para os pais como uma conquista, é dado imediatamente aos filhos (BOURDIEU, 1983).

demais possibilidades produtivas medidas pelo tamanho do estabelecimento, capacidade produtiva, a organização do trabalho familiar, as relações sociais com os filhos e o modo de vida no meio rural, atingem os agricultores de forma distinta. Esses fatores associados à emergência do processo de individualização modificam as questões referentes à sucessão, que passa a ser bem sucedida mediante determinadas condições econômicas e sociais.

Para Brumer (2000), as perspectivas da permanência dos filhos na atividade agrícola são dependentes principalmente das condições internas familiares, tanto econômicas como sociais, tais como:

a) Da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas;

b) Da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo;

c) Das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas (pluriatividade), por um ou mais membros da família;

d) Das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias;

e) Das relações de gênero, através das quais existem maiores ou menores oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças nas mesmas;

f) Da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões, assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores.

Para Gasson e Errington (1993), três fatores são considerados relevantes para a sucessão dos estabelecimentos: as características das famílias, a condição econômica do estabelecimento e a inserção na economia de escala. Por outro lado, na percepção dos mesmos autores, há três razões para os filhos não seguirem a ocupação dos pais: 1) Propriedade pequena ou com dificuldade de viabilidade econômica; 2) Redução da probabilidade da herança; 3) Possibilidade dos filhos ficarem expostos ao trabalho não agrícola.

Na percepção de Woortmann (1995), as dificuldades estão centradas em reter um sucessor, através das dimensões objetivas dos estabelecimentos como terras, capital, tecnologias, além do convívio social com outros jovens frente a um meio rural que tende ao esvaziamento.

Hoje é necessário cativar um sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão da propriedade mais cedo, apesar das conseqüências para os mais velhos. É preciso também, ou melhor, principalmente, “cativar” uma noiva para ele, suprimindo a casa com eletrodomésticos e outros símbolos modernos. Se é difícil reter o herdeiro ou convencer alguém a aceitar tal posição, mais difícil ainda é conseguir-lhes uma esposa disposta a permanecer na colônia, pois as mulheres também migram. Esse quadro faz com que em muitas casas reste apenas um herdeiro celibatário e seus velhos pais (WOORTMANN, 1995, p. 197).

Segundo Champagne (1986a), a maior parte dos filhos pode “escolher” entre permanecer ou não na agricultura, lançando questionamentos principalmente em relação às condições econômicas do estabelecimento familiar: é rentável? tem futuro?. Ao questionar a viabilidade do estabelecimento, os filhos levam em conta mais os aspectos econômicos do que o interesse nas dimensões simbólicas que envolvem a ocupação e a continuidade do estabelecimento¹².

Silvestro e Cortina (1998) mostram que a própria instalação dos filhos na agricultura, fora da área do estabelecimento familiar, seria aceita pelos filhos de agricultores apenas com crédito para a compra de terras e construção das instalações necessárias. O trabalho de Brumer e Spanevello (2008) aponta serem a desvalorização da atividade e a baixa renda as principais razões para os filhos dos agricultores familiares não permanecerem no meio rural.

A situação sócio econômica dos agricultores, podendo ser mais ou menos favoráveis, resulta em duas situações:

1) Na desvalorização social e cultural da identidade de agricultor e das possibilidades dos filhos não permanecerem nos estabelecimentos. Conforme o contexto, as estratégias de permanência são substituídas pelas estratégias de mobilidade social, fomentadas pelos próprios pais, que acreditam que seus filhos terão melhores condições de vida fora da agricultura. As estratégias são basicamente o incentivo dos pais para os filhos prosseguirem nos estudos ou em profissões urbanas (CARDON, 2004). Os estabelecimentos passam a não contar com sucessores e o destino pode ser a venda ou o arrendamento (CARNEIRO, 2001; GASSON; ERRINGTON, 1993).

2) Em determinados contextos sócio econômicos, cuja dinâmica interna familiar é favorável aos filhos, a tendência é a sucessão dos estabelecimentos ocorrer. Nesse caso, os filhos consideram a profissão mais favorável em relação às demais e, sobretudo, os pais são capazes de assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento da atividade (CHAMPAGNE,

¹² Analisando o meio rural francês, Champagne (1986a) afirma que a instituição da aposentadoria rural acabou tornando-se um fator importante na saída dos filhos dos estabelecimentos familiares, especialmente porque a renda regular permitiu aos pais se sustentarem, enfraquecendo a obrigação de moral dos filhos de ampará-los na velhice.

2002; 1986a). São maiores as possibilidades de manter assegurada a aspiração entre os pais e os filhos e, conseqüentemente, a sucessão dos estabelecimentos. Nesses casos, a sucessão é de interesse da família, mas principalmente do próprio filho.

Nesse sentido, os filhos parecem aceitar a condição de sucessores a partir de determinadas condições favoráveis internas ao estabelecimento e à agricultura. A sucessão é dependente de fatores subjetivos e objetivos. As normas unicamente sociais cederam espaço a outras dimensões (inclusive a econômica) e modos de pensar a ocupação agrícola e a agricultura.

3 REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL E A QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Este capítulo contempla a apresentação da área de estudo. A descrição parte do espaço empírico mais amplo, “afunilando-se” até chegar ao espaço mais restrito da coleta de dados, ou seja, da região para a microrregião e, desta, para os municípios.

Com esse objetivo, apresenta-se, primeiramente, um panorama geral da região central do estado do RS (Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central - COREDE; Centro¹), mostrando a dinâmica populacional, a estrutura fundiária e a diversidade produtiva econômica das microrregiões que a compõem. Em seguida, direciona-se a descrição para uma das microrregiões do COREDE - Centro: a Quarta Colônia de Imigração Italiana, ou a microrregião da agricultura familiar, aprofundando o seu contexto histórico e as características produtivas, econômicas e sociais. Por fim, apresentam-se os dois municípios pertencentes a esta microrregião, selecionados para o estudo - Dona Francisca e Pinhal Grande.

3.1 Região Central do Rio Grande do Sul

A região do COREDE - Centro é composta por 28 municípios². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), a população total é de 501.641 habitantes, representando 5% do total do estado do Rio Grande do Sul³. Considerando as diferenças entre rural e urbano, a população rural representa 22% do total da região, com aproximadamente 106.187 habitantes (IBGE, 2000). Esse percentual corresponde a 5,7% do total da população rural do estado (total de 1.869,174 habitantes).

¹ Devido à maior facilidade de encontrar fontes estatísticas e dados mais atuais, adota-se a divisão administrativa do Conselho Regional de Desenvolvimento da região central do RS (COREDE - Centro).

² Agudo, Cacequi, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã e Unistalda (FEE, 2007).

³ A população total do RS é de 10.187,842 habitantes (IBGE, 2000).

A população jovem da região (15-24 anos) é de 89.878 habitantes, representando 30% da população com essa idade no Rio Grande do Sul (total de 300.046 habitantes). Dividindo os jovens entre rurais e urbanos, pode-se verificar que há 15.887 residindo no meio rural, representando 18% do total da população jovem na região (IBGE, 2000).

Com relação ao envelhecimento populacional, pode-se verificar que o número de habitantes com 60 anos ou mais é de 58.960 (7% da população total do Rio Grande do Sul). Em relação à divisão rural e urbana, cerca de 14.943 habitantes (25% da população) pertencem à região rural.

A economia é baseada principalmente na agropecuária, no comércio varejista e no beneficiamento de produtos agropecuários, sendo Santa Maria um município de referência, com maior população e maior desenvolvimento dos setores da indústria, saúde e educação.

A região apresenta áreas com maior desenvolvimento da agricultura e outras mais voltadas à pecuária, ou áreas que associam as duas atividades. De acordo com o estudo de Neumann (2003)⁴ sobre a tipologia dos sistemas agrários dos municípios que compõem o COREDE - Centro, podem-se visualizar duas áreas distintas na região:

- 1) O sistema de campo natural, situado na parte da Depressão Central e nos campos do Planalto com pecuária extensiva e propriedades maiores;
- 2) O sistema colonial na região do Rebordo da Serra Geral, onde se estabeleceu a agricultura de base familiar.

De maneira geral, na ocupação do espaço, destaca-se a presença da imigração italiana e alemã, localizada na região da serra. Nas regiões oriundas das antigas estâncias, situadas na região de campo, é maior a presença da chamada “cultura do latifúndio”. Essa divisão favorece diversos usos da terra, tanto do setor agrícola como pecuário.

No entanto, segundo Neumann (2003), os dois sistemas agrários se distinguem internamente a partir das diferenças de ocupação do solo, condições agroecológicas e de características dos distintos atores, os quais produzem diferenciações internas na região. Com base neste conjunto de variáveis, o autor identifica três zonas com espaços agrários distintos, conforme ilustra a FIG. 02.

⁴ O estudo deste autor é o resultado de uma tese de doutorado. Na data da realização do mesmo a divisão dos COREDE - Centro era distinta. Na atual configuração, há incorporação de dois novos municípios e a retirada de dois. Apesar dessas alterações, a microrregião da agricultura familiar - foco do nosso estudo - manteve-se a mesma, e a retirada de alguns municípios e inclusão de outro não descaracteriza a região.

FIGURA 02 - Representação das distintas zonas na região do COREDE - Centro

Fonte: adaptado de Neumann (2003)

O QUADRO 02 mostra as distinções gerais das três zonas da região do COREDE-Centro com relação à localização, aos tipos de cultivos e ao tamanho dos estabelecimentos. O que interessa apresentar de maneira mais detalhada é a microrregião da Quarta Colônia de Imigração Italiana ou a zona II e, especialmente, dois dos seus municípios selecionados para a realização do estudo.

QUADRO 02

Municípios, características da estrutura fundiária, tipos de cultivos e localização das três zonas que compõem a Quarta Colônia.

Zonas	Localização	Municípios	Características
Zona I	Planalto (Norte)	Júlio de Castilhos, Santiago, Tupanciretã, São Martinho da Serra, Quevedos, Jarí, Unistalda e Santiago.	Grandes e médias propriedades com cultivo de soja e pecuária de corte.
Zona II	Rebordo da Serra Geral (Centro), mas com territórios significativos nas áreas de transição entre a região serrana e as regiões planas (Planalto).	Agudo, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jarí, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Silveira Martins, Toropi.	Diversificação de cultivos, propriedades menores. É a zona que representa a agricultura familiar.
Zona III	Denominada Depressão Central, mais plana e situada ao Norte.	Cacequi, Dilermando de Aguiar, Restinga Seca, Formigueiro, Novo Cabrais, Santa Maria, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Vila Nova do Sul, São Francisco de Assis.	Médias e grandes propriedades e predomínio de arroz (considerada uma das atividades agrícolas mais importantes do COREDE - Centro) e bovinocultura.

Fonte: Adaptado de Neumann (2003).

A microrregião apresenta como característica principal a produção diversificada, localizada geograficamente no rebordo da Serra Geral, possuindo em seus territórios áreas serranas com transição para áreas mais planas (NEUMANN, 2003).

3.2 Quarta Colônia de Imigração Italiana

A Quarta Colônia⁵, enquanto parte integrante da região do COREDE - Centro é composta pelos seguintes municípios: Nova Palma, Silveira Martins, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Restinga Seca.

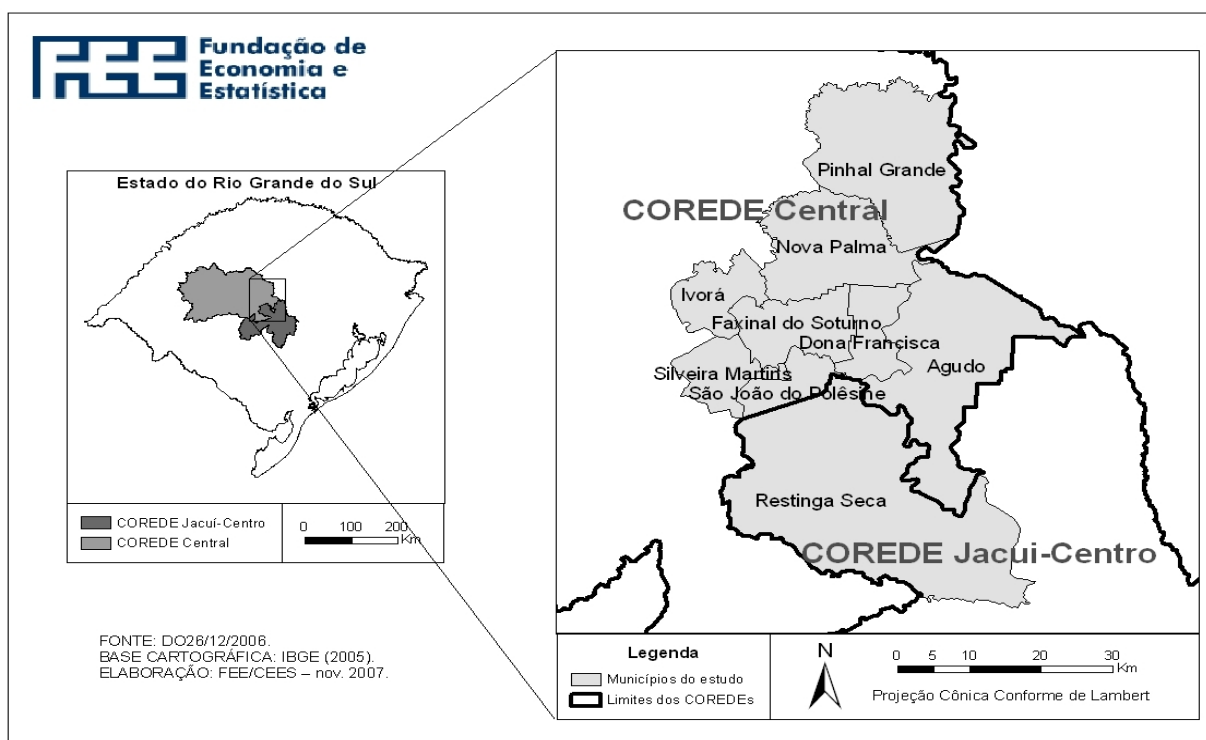


FIGURA 03 - Quarta Colônia e seus municípios no interior do COREDE-Centro
Fonte: FEE/CEES, 2007.

A chegada dos imigrantes no Rio Grande do Sul ocorreu por volta de 1752 até meados de 1875 (COSTA, 2006). Entre estes, os principais são os portugueses, espanhóis, alemães e italianos. Esse processo migratório atendia aos interesses do governo imperial

⁵ A partir de agora, usa-se a expressão Quarta Colônia para designar a Quarta Colônia de Imigração Italiana. O termo colônia, segundo Girom (1992, p. 64), é usado para “designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. Esta designação foi dada pela legislação imperial”.

brasileiro, pois pretendia substituir a mão-de-obra escrava, instalar minifúndios com agricultura diversificada e “branquear” a população, em razão do alto percentual de população negra existente (PIOVESAN, 1999).

A Quarta Colônia foi habitada inicialmente por indígenas, depois pelos jesuítas que fundaram as Reduções Jesuíticas (por volta de 1630), na região do Planalto, onde hoje se localiza parte do município de Pinhal Grande. Durante as primeiras décadas de 1800, chegaram os portugueses, que se apropriaram do gado que restara com o fim das Reduções Jesuíticas e estabeleceram estâncias no Planalto Gaúcho com grandes extensões de terra, das quais partes foram concedidas pelo governo (formando as sesmarias) e outras partes foram compradas (SPONCHIADO, 1996).

No caso dos italianos, a maior leva de imigrantes vindos para o Brasil saiu do norte da Itália, região onde viviam agricultores, operários e artesãos. Era uma região empobrecida, com disputas de terras, sendo que muitos agricultores nem mesmo possuíam propriedades. A maioria dos agricultores (geralmente de famílias numerosas) trabalhava para senhores de terra, os quais exploravam sua mão-de-obra. Além disso, os problemas climáticos como granizos e secas dificultavam ainda mais a situação agrícola e a sobrevivência da população (MARIN, 2000).

Para essa população, o anúncio de que um país da América do Sul buscava agricultores para trabalhar em terras não ocupadas, com promessa de 25 hectares para cada família, soou como uma “salvação” frente às dificuldades enfrentadas. O próprio governo da Itália não impôs resistência à migração, pois a saída da população mais empobrecida também servia para o governo italiano resolver seus problemas sociais e econômicos (MARIN, 2000).

Assim, a colonização iniciou em 1875, quando as primeiras levas de italianos chegaram ao sul do Brasil, deslocando-se para a serra gaúcha e estabelecendo três colônias: Conde D'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, hoje Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. Dois anos depois, em 1877, foi criada uma nova colônia para os imigrantes italianos, em terras de mato, próximas a Santa Maria. Era fundada a Colônia de Silveira Martins⁶, ponto de origem da Quarta Colônia.

A colonização ocorreu sobre áreas públicas não aproveitáveis ou devolutas, em área de terra montanhosa da Serra Geral, em Silveira Martins. Tanto a colonização italiana como a alemã foram realizadas em zonas de mato refutadas pelos criadores de gado. No entanto, os alemães se estabeleceram em áreas mais baixas e planas e os italianos, nas mais

⁶ O nome de Silveira Martins foi uma homenagem ao senador gaúcho Gaspar Silveira Martins, político que defendia a imigração.

altas e acidentadas geograficamente. A primeira tentativa de povoamento da Quarta Colônia ocorreu com a chegada de um grupo de russos e alemães em 1877. No entanto, esses colonizadores não aceitaram permanecer no local, pois exigiam terras planas, conforme promessa do governo imperial brasileiro. Apenas algumas famílias concordaram em ocupar lotes⁷ na vizinha Colônia de Santo Ângelo (hoje Agudo) e as demais foram deslocados para o Paraná.

Com o fracasso da colonização russa-alemã, o governo decidiu povoar a colônia de Silveira Martins com os italianos. Esse processo foi facilitado pelo esgotamento de áreas nas outras três colônias da serra. A ocupação pelos italianos ocorreu em 1887, com a vinda das primeiras 70 famílias que desembarcaram no Rio de Janeiro, seguiram até Porto Alegre e depois para as proximidades de Santa Maria, na área que hoje pertence ao município de Silveira Martins. Na chegada, como as áreas não haviam sido demarcadas, os imigrantes foram acomodados num alojamento coletivo⁸, à espera da demarcação, enquanto novas levas de imigrantes eram integrados ao grupo.

Em 1889, as áreas foram distribuídas, de modo que cada família recebeu a sua colônia, correspondente a 22 hectares⁹, sem considerar as condições de acesso, áreas pedregosas, íngremes e mesmo sem fontes de água, favorecendo os que ficavam mais próximos da sede, com mais acesso aos recursos e dificultando para os que ficaram nos lotes mais afastados. Como os lotes coloniais de Silveira Martins já estavam todos ocupados e não havia mais terras devolutas (apenas de particulares) nas proximidades da sede e cada vez chegavam mais imigrantes, houve a necessidade de avançar na demarcação de novas áreas para locais mais distantes do primeiro alojamento (SPONCHIADO, 1996).

Entre 1882 e 1889, as terras devolutas mais distantes passaram a acolher os imigrantes advindos da sede, formando os núcleos interioranos: núcleo Dona Francisca, núcleo Norte (hoje Ivorá), núcleo Soturno (hoje Nova Palma), chegando à parte do Planalto, promovendo uma dispersão geográfica e social da colônia e fundando o que hoje são os municípios da Quarta Colônia (SPONCHIADO, 1996). Houve, também, o avanço nas terras devolutas vizinhas, como é o caso da Colônia Santo Ângelo.

⁷ Conforme Marin (2000), o tamanho de cada lote era 48,4 hectares.

⁸ Local chamado de Barracão Val de Buia, construído de maneira precária para abrigar os alemães que chegaram em 1877.

⁹ Inicialmente, até 1851, os lotes eram de 77 hectares, diminuindo posteriormente para 48,4 hectares e chegando, finalmente, a 25 hectares em 1889 (CARNEIRO, 2001). No caso da Quarta Colônia, observa-se que o tamanho era ainda menor. Sponchiado (1996) afirma que uma das razões para esta diminuição foi a superestimação de terras devolutas disponíveis por parte do agrimensor, não tomando em consideração as áreas planas e ribeirinhas, muitas delas em mãos de particulares. Assim, a diminuição do tamanho dos lotes foi inevitável.

A Quarta Colônia apresentou um crescimento sócioeconômico próspero nos anos iniciais, pois a produção agrícola aumentou proporcionalmente em função das novas áreas dos núcleos interioranos. Além disso, havia atividades artesanais como moinhos, serrarias e ferrarias. Esta combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas dinamizava o crescimento e o desenvolvimento local, gerando excedentes que eram levados para a venda nas localidades mais próximas. Ao mesmo tempo, aumentava o comércio local, através das casas de comércio que forneciam aos agricultores os suprimentos diversos (roupas, utensílios domésticos, ferramentas para o trabalho agrícola) para viabilizar as unidades produtivas familiares (SAQUET, 1999).

No entanto, o desenvolvimento sócioeconômico da Quarta Colônia foi distinto das suas co-irmãs situadas na serra (SAQUET, 1999). Após os anos iniciais, a Quarta Colônia passa por um período de estagnação. Alguns fatores explicativos para esta situação são a fragmentação administrativa do território, as transferências de indústrias e comércio para Santa Maria, as dificuldades topográficas das áreas e o desgaste do solo, a falta de vocação agrícola de muitos imigrantes, o aumento das famílias e crescente necessidade de alocação dos filhos em novas áreas ou propriedades.

De acordo com Saquet (1999), em 1882 ocorreu à extinção do regime de Colônia Imperial, e o território da colônia de Silveira Martins passou a ser chamado oficialmente de ex-colônia e juridicamente passou a pertencer a Santa Maria. Os núcleos interioranos passaram a pertencer ou a Júlio de Castilhos (Nova Palma, Ivorá) ou a Cachoeira do Sul (Faxinal do Soturno e Dona Francisca).

Uma das implicações dessa divisão foi a tardia emancipação política e administrativa. Enquanto as colônias da serra conquistaram a sua emancipação entre 1890 e 1900, a colônia da região central não teve o mesmo êxito. As datas das primeiras emancipações da Quarta Colônia são do final da década de 1950, e o próprio berço da região se emancipou em 1987 (SAQUET, 1999).

A emancipação tardia e a fragmentação da unidade territorial da colônia resultaram na estagnação do desenvolvimento local. Os municípios-sede ofereciam poucas condições de acesso à saúde e infra-estrutura, como estradas e transportes, consideradas essenciais para a circulação de mercadorias locais. Além disso, as lideranças locais (bastante escassas) tinham pouco poder de pressão junto aos municípios-sede para reivindicar melhorias (SAQUET, 1999). Com a precária infra-estrutura local, muitos comerciantes, construtores e indústrias artesanais transferiram-se para Santa Maria, passando a desenvolver o espaço urbano daquele local (SPONCHIADO, 1996).

Outro fator é a falta de vocação agrícola de muitos imigrantes associada à dificuldade de trabalhar em áreas íngremes, muitas sem as condições mínimas estruturais (como estradas e fontes de água) para a instalação das famílias. Além disso, o desenvolvimento de uma agricultura intensa no uso do solo logo mostrou sinais de esgotamento e perda da fertilidade, ocasionando baixa produtividade. Desse modo, muitos abandonavam o pedaço de terra e partiam para se estabelecer na indústria artesanal local (moinhos e serrarias) (SPONCHIADO, 1996).

A procura por novas áreas é decorrente do crescimento populacional, da multiplicação de braços pelas famílias, do casamento dos primeiros filhos e da necessidade de alocação das novas famílias frente à impossibilidade dos pais de repartir a área com muitos sucessores. A migração tornou-se um processo necessário para a reprodução não só daqueles que migravam, mas também para aqueles que permaneciam. Segundo Woortmann (1995, p. 116) a migração significa “a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem”.

As primeiras áreas compradas fora da colônia são as terras de particulares que estavam intercaladas nas colônias, principalmente as mais planas (região mais próxima do Planalto, hoje parte de Pinhal Grande) e de fácil desenvolvimento da agricultura (SPONCHIADO, 1996). Os que não desejavam permanecer na colônia ou tinham condições financeiras buscaram áreas fora da Quarta Colônia. Iniciou-se um processo de migração¹⁰ para fora da colônia com a saída de muitas famílias em busca de melhores terras ou novas áreas. As migrações ocorreram dentro do estado (Erechim, Iraí, Santa Rosa, Fortaleza dos Valos, Frederico Westfahlen), mas também para o Paraná e Santa Catarina (SPONCHIADO, 1996).

Apesar das dificuldades de desenvolvimento apontadas acima, a agricultura da Quarta Colônia caracterizava-se, fundamentalmente, por ser baseada na própria força de trabalho familiar, pelo desenvolvimento de vários cultivos agrícolas e pelo processamento de grande parte dos produtos agrícolas na própria unidade de produção ou na comunidade local (NEUMANN, 2003).

Foi uma agricultura desenvolvida sob práticas de derrubada da mata, com posterior queima para limpeza da área de plantio. O aparato tecnológico era rudimentar e basicamente manual. Marin (2000), no seu estudo sobre os sistemas agrários do município de Nova Palma, afirma que a tração animal foi utilizada somente a partir de meados de 1920, para puxar

¹⁰ Segundo Saquet (1999), as migrações ocorreram desde 1895. Só o Núcleo Soturno (Nova Palma) perdeu através da migração mais de 50 famílias em 1930.

arado, grade, carroça e carretões. Os animais eram provenientes das fazendas de criação dos descendentes de portugueses no Planalto, hoje parte de Pinhal Grande. As primeiras máquinas utilizadas para debulhar grãos como feijão e milho chegaram à região entre 1930 e 1940, provenientes de Caxias do Sul, sendo que depois foram montadas fábricas na região.

Durante o período colonial, um grupo de atividades produtivas (grande parte de subsistência) esteve no centro das relações comerciais da colônia. Os principais cultivos agrícolas compreendiam feijão, milho, tabaco, arroz, cana-de-açúcar, batata inglesa, trigo e alfafa. Na parte de criação animal, o principal era o suíno para obtenção de banha. A diversificação da produção tinha dois propósitos: auto-suficiência alimentar das famílias com a tentativa de reduzir ao máximo os gastos com insumos alimentares e diminuição dos riscos frente às oscilações dos preços dos produtos agrícolas da época.

Esse tipo de agricultura colonial diversificada predominou, na região, por quase cem anos, e o seu declínio está associado à modernização agrícola ocorrida no Rio Grande do Sul, a partir da década de 1960 e 1970 (NEUMANN, 2003). A modernização introduziu o uso de adubos químicos e agrotóxicos associados principalmente ao cultivo de soja. O trigo, uma das culturas principais dos italianos, perdeu a sua importância comercial, e a presença das empresas fumageiras (na década de 1960) permitiu a ampliação do cultivo de fumo, especialmente para os agricultores localizados em áreas mais íngremes. O fumo passou a ser produzido juntamente com o feijão, sem maquinário e com grande demanda de mão-de-obra. O cultivo da soja adentrou nas áreas mais planas, que facilitavam o uso do maquinário. Nas áreas de pecuária, houve associação entre o cultivo de soja e bovinocultura. Nos locais de várzea houve iniciativas para o plantio de soja, no entanto, os rendimentos e dificuldades fizeram com que muitos agricultores adotassem o plantio de arroz irrigado.

Segundo Marin (2000), os agricultores situados em porções de relevo mais planos e com maior capacidade de investimento puderam absorver com maior intensidade as tecnologias propiciadas pela modernização da agricultura. O que a modernização demarcou foi o recuo da agricultura colonial, baseada na mão-de-obra familiar e o avanço na agricultura mecanizada voltada ao uso de insumos modernos e pouca mão-de-obra.

Com o passar dos anos (década de 1990), com o esgotamento do solo e redução da fertilidade, os agricultores mais tecnificados introduziram o plantio direto, inicialmente no Planalto, mas com rápida expansão para todas as áreas. Entre 1980 e 1990, foi introduzida a pecuária leiteira, cuja produção era, inicialmente, comercializada pela Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda - COORLAC, sediada em Santa Maria. Hoje,

muito do leite produzido na região é comercializado pela Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda - CAMNPAL e por empresas particulares.

Através do estudo realizado por Neumann (2003) sobre a caracterização dos sistemas agrários da zona II ou a zona que engloba a Quarta Colônia, pode-se averiguar a configuração atual das condições socioeconômicas e produtivas da região.

De maneira geral, a região é composta por uma estrutura fundiária de pequenas a médias propriedades e agricultura diversificada, ocupada pela imigração italiana e alemã. Entretanto, segundo o autor, é possível identificar, no interior da Quarta Colônia, um “mosaico” de diferentes atores sociais e de agricultores com tecnologias, recursos e produção diversificada, fruto do atual processo de transformação pelo qual passa o meio rural e a agricultura da região. O autor, a partir das distintas características¹¹, tais como estrutura fundiária, produção e diversificação agrícola, associadas às variáveis complementares (Produto Interno Bruto Agropecuário¹²- PIB, PIB per capita, IDH, crescimento rural), busca homogeneizar as áreas (municípios), construindo quatro grupos, como mostra a FIG. 04.

FIGURA 04 - Representação dos distintos grupos na microrregião da agricultura familiar ou da Quarta Colônia.

Fonte: adaptado de Neumann (2003)

Fazem parte do grupo I os municípios de Pinhal Grande, Nova Palma e Ivorá; do grupo II, Silveira Martins, do grupo III, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine e do grupo IV, Agudo e Paraíso do Sul e diferenciam-se em termos fundiários, sistemas produtivos e indicadores sociais.

De acordo com o QUADRO 03, o grupo I, ao qual pertence o município de Pinhal Grande, apresenta uma matriz produtiva muito diversificada (policultura), com destaque para o cultivo de milho, feijão, leite, fumo, soja e pecuária de corte. Cerca de 30% das unidades produtivas produzem milho, fumo e feijão e 25% das unidades produtivas trabalham com soja, milho, leite e gado de corte. A maioria das unidades produtivas (32%) tem entre 20 e 50, as demais (10%) entre 10 e 20 hectares, enquanto 23%, entre 51 e 100 hectares. Quanto aos

¹¹ O autor trabalha com 120 variáveis para chegar à construção dos grupos. O que se apresenta aqui é uma síntese desta análise, de acordo com os objetivos deste estudo.

¹² Pela importância da agricultura na região, o PIB agropecuário é maior que o industrial em todos os grupos.

indicadores sociais, este grupo possui o menor PIB per capita (R\$ 4.372), o segundo melhor e o Índice de Desenvolvimento Humano¹³ - IDH (0,69) e um crescimento rural negativo (-2,1), ou seja, um crescente esvaziamento da população rural.

O grupo II é representado unicamente pelo município-sede da Quarta Colônia (Silveira Martins). O sistema produtivo é distinto dos demais grupos, basicamente composto pela batata inglesa e atividade leiteira. A estrutura fundiária predominante (44%) varia de 20 a 50 hectares. Os demais tamanhos representativos são as unidades produtivas entre 10-20 hectares (15%) e de 51-100 hectares (28%). Os indicadores relativos ao PIB agropecuário (59%) e per capita (R\$7.820) são os melhores da Quarta Colônia. O IDH é o segundo melhor (0,70) e o crescimento rural é positivo (2,4).

QUADRO 03

Estrutura fundiária, sistemas produtivos e indicadores sociais dos grupos que compõem a Quarta Colônia.

Variáveis	Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Estrutura fundiária das propriedades	32% possuem entre 20 - 50 hectares; 10% entre 10-20 e 23% entre 50-100 hectares	44% possuem entre 20-50 hectares; 15% com 10-20 e 28% entre 51-100 hectares	50% têm entre 20 -50 hectares; 14% entre 10 - 20 hectares e 25% entre 51-100 hectares	41% têm entre 21-50 hectares; 22% entre 10 - 20 hectares e 15% entre e 50-100 hectares
Sistemas produtivos	milho, feijão, leite, fumo, soja e pecuária de corte	batata inglesa e leite	arroz, fumo e milho	arroz e fumo
IDH	0,69	0,70	0,72	0,68
PIB agropecuário	36%	59%	26%	48%
PIB per capita	R\$ 4.372	R\$ 7.820	R\$ 5.040	R\$ 4.900
Crescimento rural	-2,1	2,4	-3,98	1,6

Fonte: Adaptado de Neumann (2003).

O grupo III¹⁴ compreende os municípios que trabalham com a atividade arrozeira, composto por municípios da Quarta Colônia Italiana, localizados entre a Colônia Alemã de Santo Ângelo e a Colônia Italiana como é o caso do município de Dona Francisca.

¹³ É elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento considerando a renda per capita, a longevidade populacional e a educação. Seu índice vai de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é a condição do município, região ou país.

¹⁴ Fazem parte também Faxinal do Soturno e São João do Polêsine.

A produção agrícola principal é o arroz, seguido do fumo. Quanto à estrutura fundiária, cerca de 50% das propriedades apresentam tamanho entre 20 e 50 hectares, 14% entre 10 e 20 hectares e 25% entre 51 e 100 hectares. É o grupo com o melhor IDH (0,72) e o segundo melhor PIB per capita (R\$ 5.040). No entanto, apresenta o menor crescimento rural (- 3,98).

O grupo IV¹⁵ inverte a situação do grupo anterior, pois predomina a área mais serrana com a cultura do fumo, tendo a cultura do arroz irrigado (considerada secundária) nas várzeas. Os estabelecimentos mais representativos em termos de tamanho estão entre 21 e 50 hectares (41%), entre 10 e 20 hectares (22%), e entre 50 e 100 hectares (15%). Neste grupo, encontra-se o menor IDH (0,68), o segundo menor PIB agropecuário (48%) e um crescimento rural positivo (1,6).

As principais formas de comercialização da produção agrícola da Quarta Colônia são as cooperativas agropecuárias - CAMNPAL¹⁶ e Cooperativa Triticola de Júlio de Castilhos - COTRIJUC¹⁷, fundadas na década de 1960. Inicialmente, as cooperativas se dedicavam a uma ou poucas culturas comerciais da região, mas aos poucos passaram a inserir-se nos mais diversos negócios na busca de atender às necessidades crescentes dos associados. Esse crescimento esteve associado diretamente ao enfraquecimento da compra de produtos agrícolas pelas casas de comércio coloniais (SPANEVERELLO; LAGO, 2007). Atualmente, as cooperativas locais são dotadas de uma infra-estrutura para atender ao seu quadro social. Os principais setores são o de insumos agrícolas e veterinários, de assistência técnica agrônômica e veterinária, de lojas de confecções e supermercados, de seção de peças e ferragem, de silos, secadores e armazéns para o recebimento da produção e a frota de caminhões para recolhimento da produção dos agricultores menos capitalizados.

As cooperativas atendem os agricultores especialmente na demanda pela comercialização da produção, tendo em vista os poucos locais para comercialização fora do circuito cooperativo. Além disso, têm investido constantemente na agregação de valor aos produtos agropecuários, através da agroindustrialização da produção e comercialização com marcas próprias (SPANEVERELLO; LAGO, 2007). A CAMNPAL, uma das mais bem estabelecidas cooperativas locais, é também uma fonte de emprego para a região, até mesmo para muitos filhos de agricultores que saem do meio rural para empregar-se na cidade.

¹⁵ Agudo.

¹⁶ A sede é em Nova Palma, mas possui filiais em três municípios da Quarta Colônia: Pinhal Grande, Dona Francisca e São João do Polêsine.

¹⁷ Sediada em Júlio de Castilhos, mas possui filial em Pinhal Grande.

Além da agricultura, vêm sendo estimuladas, desde a década de 1990, novas dinâmicas produtivas centradas na prática artesanal de fabricar vinhos coloniais, processamento de alimentos para comercialização (agroindústrias de embutidos, queijos, massas, bolachas, doces de frutas, derivados da cana-de-açúcar), turismo rural, religioso e gastronômico. Conforme Silveira *et al.* (2007), essas práticas são apoiadas pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - CONDESUS, através do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia de Imigração Italiana - PRODESUS e COREDE. São entidades com abrangência microrregional, consideradas peças importantes no desenvolvimento rural da região, pois trabalham na perspectiva da sustentabilidade econômica do agricultor, através da diversificação produtiva.

De acordo com Froehlich (2002), o PRODESUS dá ênfase à exploração turística com conservação ambiental. O relevo acidentado da região apresenta cascatas e quedas d'água e reservas de mata nativa, especialmente encontradas nas propriedades com partes das áreas localizadas em encostas. Sob a ótica do PRODESUS, estas propriedades podem ser alvos de exploração turística. O objetivo é aliar geração de renda com conservação ambiental, especialmente entre os agricultores menos favorecidos, cujas propriedades apresentam áreas dobradas pouco favoráveis ao desenvolvimento da agricultura.

Silveira *et al.* (2007) ressaltam que, além do turismo, essas entidades vêm expressando um interesse em investigar as possibilidades de promoção das agroindústrias familiares de produtos coloniais, com o objetivo de garantir renda às famílias rurais através da agregação de valor aos produtos. Ao mesmo tempo, as práticas artesanais fazem parte de um projeto de desenvolvimento do Turismo da Quarta Colônia, com resgate do “saber-fazer” dos antepassados e, com isso, a possibilidade de assegurar uma identidade territorial de cunho histórico-cultural ligada à “marca” Quarta Colônia de Imigração Italiana. Uma iniciativa recente¹⁸ é a colocação de um posto de comercialização de produtos coloniais de agricultores familiares situado na principal via de acesso à Quarta Colônia, junto à RS 287, que liga Porto Alegre a Santa Maria.

Outra iniciativa em termos de desenvolvimento é o PROJETO 10. Trata-se de um projeto voltado ao aumento da produtividade da cultura do arroz e gerenciamento das propriedades arrozeiras na região, buscando aliar produção e qualidade. É desenvolvido pelo Instituto Riograndense do Arroz -IRGA, em parceria com as cooperativas locais e grupos de

¹⁸ Também apóiam esta iniciativa as secretarias municipais da agricultura e os escritórios da Emater da Quarta Colônia.

agricultores que cultivam arroz. Neste estudo, foram localizadas sete unidades produtivas familiares que participam do projeto, todas do município de Dona Francisca.

Com relação às etnias, a Quarta Colônia, além de italianos, apresenta descendentes de alemães, portugueses e de antigos escravos.

A população total¹⁹ é de 63.566 habitantes, representando 13% do total da população da região do COREDE - Centro. Considerando a divisão entre rural e urbano, 36.054 habitantes são rurais e 27.512 habitantes são urbanos (IBGE, 2000). No território da Quarta Colônia, 57% da população residem no meio rural.

Quanto à população rural com idade entre 15 a 24 anos, a Quarta Colônia possui 5.835 habitantes, o que representa 16% da população rural. Considerando a distribuição por sexo, há uma proporção de mulheres inferior a de homens (com aproximadamente 52% de homens e 48% de mulheres) (IBGE, 2000). No total, os jovens rurais da Quarta Colônia representam 37% da população da região do COREDE - Centro com esta faixa etária.

A região caracteriza-se, ainda, pela taxa de envelhecimento (proporção de habitantes com mais de 60 anos). A população rural com 60 anos²⁰ ou mais é de 5007 habitantes, representando 14% da população rural da Quarta Colônia. Considerando a distribuição entre os sexos, 53% (2.648 pessoas) são mulheres e 47% (2.359 pessoas) são homens (IBGE, 2000).

Para essa população, tanto rural como urbana, as oportunidades de empregos fora da atividade agrícola no meio rural e mesmo em áreas urbanas são as agroindústrias familiares e o turismo. No setor de comércio e prestação de serviços locais, os empregos se localizam nas prefeituras municipais e nas cooperativas agropecuárias.

O sistema de ensino dos municípios oferece escolas primárias no meio rural, e o ensino secundário na sede dos municípios, normalmente com apenas uma escola de Ensino Médio por município, sendo que o Ensino Superior tem como referência a cidade de Santa Maria, especialmente pela presença da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Por outro lado, nos últimos dois anos, o ensino a distância (Graduação e Pós-Graduação) proporcionados por diversas instituições federais ou particulares, tem dinamizado e facilitado o acesso da população ao Ensino Superior. A grande maioria dos municípios (cinco) da

¹⁹ Neste cálculo, consideram-se também os dois municípios associados à Quarta Colônia: Agudo e Restinga Seca

²⁰ A idade mínima para uma pessoa se aposentar é de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, conforme estabelecido na Constituição Brasileira de 1988. De acordo com Dirven (2001), no Brasil, em 1997, 2.3 milhões de propriedades rurais podiam contar com o benefício da aposentadoria rural, no total de 3.1 milhões de pessoas com diferenças entre regiões e entre os sexos, sendo as mulheres o maior público beneficiado devido à maior expectativa de vida e acesso ao benefício com 55 anos.

Quarta Colônia conta com uma extensão de ensino a distância, oferecendo cursos de Graduação como Pedagogia, Administração, Agricultura Familiar e Sustentabilidade, Licenciatura (Letras), e Pós-Graduação em Gestão em Arquivos e Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas à Educação.

A socialização na vida local, no início da colonização, acontecia nas casas dos agricultores, entre vizinhos. Na atualidade, a vida local gira em torno do centro comunitário de cada comunidade, na “sociedade da capela,” para usar a expressão de Santos (1984). O centro da comunidade é a referência que rege a dinâmica social em cada comunidade rural. Nesta “sociedade”, os agricultores e suas famílias exercem a socialização e a prática de atividades lúdicas e religiosas, principalmente nos finais de semana.

Os hábitos culturais dos agricultores são praticados e repassados nos centros dessas comunidades, uma unidade social de base do meio rural (WANDERLEY, 1998). É possível encontrar espaços de lazer para os mais jovens, como as quadras e ginásios de esportes, os jogos de cartas e bochas para os mais velhos, a igreja para a prática da religiosidade (tanto Católica como Protestante), bem como as festas comunitárias em homenagem aos santos padroeiros, bailes e outras formas de lazer típicas de cada etnia. Algumas famílias mantêm o costume de passar de geração em geração a fala (dialeto) trazida pelos antepassados germânicos ou italianos.

No entanto, os centros comunitários locais não são os únicos de que os agricultores participam. Os recentes grupos da Terceira Idade formados no meio rural, os grupos de mulheres trabalhadoras rurais, os grupos ou associações de agricultores, os torneios de futebol que envolve equipes formadas nas comunidades rurais, mas também do meio urbano, a maior inserção dos jovens rurais nos espaços de lazer das cidades, as atividades como excursões e retiros religiosos em Santa Maria, vêm acrescentando uma nova dinâmica na socialização dos habitantes rurais para novos espaços.

A participação em outros espaços acontece por distintas razões, geralmente associada à carência de infra-estrutura no meio rural. Na Quarta Colônia, apenas as comunidades maiores podem contar com alguma infra-estrutura relacionada à saúde, como postos ou mesmo escolas que vão além das séries primárias. Conforme ressalta Wanderley (1998), apesar da importância da vivência no local, enquanto um espaço de vida e trabalho dos agricultores cercados com alguma infra-estrutura, certas instituições como escolas secundárias, agências bancárias, sedes de cooperativas e sindicatos se localizam no perímetro urbano, obrigando os agricultores a terem uma profunda inserção na cidade.

3.2.1 Perspectivas ocupacionais e sucessórias da juventude rural local

Neste item, objetiva-se destacar estudos que tratam diretamente ou indiretamente da temática da sucessão na Quarta Colônia. São estudos localizados, realizados em distintos municípios e, por isso, não servem para estabelecer uma generalização para toda a microrregião, apesar da proximidade geográfica e sócio-econômica entre os municípios. No entanto, são úteis para compreender as perspectivas de permanência dos jovens no meio rural, com inferências sobre a sucessão local. São três os estudos analisados: Froehlich (2002), Spanevello (2003) e Weisheimer (2007).

O estudo de Froehlich²¹ (2002) não aborda propriamente a sucessão na agricultura familiar, entretanto, é possível destacar do seu trabalho as perspectivas de jovens rurais de 14 a 19 anos, estudantes da escola estadual do distrito de Vale Vêneto, município de São João do Polêsine. O autor constata que, dos 21 jovens (10 moças e 11 rapazes) que responderam ao questionário, 71% não pretendem se estabelecer no meio rural na condição de sucessores das unidades produtivas familiares. Os jovens dão preferência à continuidade dos estudos e formação no Ensino Superior. Das profissões mais citadas, apenas duas (Medicina Veterinária e Zootecnia) se relacionam diretamente com a área rural, as demais (Enfermagem, Química Industrial, Administração, Comunicação Social, Biologia, Educação Física, Nutrição e Psicologia) estão mais diretamente associadas ao meio urbano.

Considerando a divisão por sexo, todas as moças pretendem continuar estudando até o nível superior e sete não desejam permanecer morando em Vale Vêneto. Sobre a possibilidade de associar a profissão almejada e continuar residindo no meio rural, 13 dos jovens entrevistados por Froehlich (2002) afirmam que essa alternativa é inviável, seis responderam que sim, e dois que talvez seja possível. Uma hipótese provável para os jovens que responderam ser possível continuar no meio rural é o fato de escolherem profissões ligadas diretamente ao rural. Outra é o fato do distrito ser um dos pontos turísticos²² mais conhecidos da Quarta Colônia, com inserção frequentes de visitantes e de fácil acesso aos municípios maiores e até mesmo a Santa Maria.

²¹ O estudo é o resultado da tese de doutorado do autor intitulada Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul, defendida em 2002, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Natureza - CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ.

²² O turismo é cultural, religioso e ecológico. Destaca-se o Festival de Música de Inverno, promovido pela UFSM, um evento que traz músicos de todo o Brasil, mas também do exterior.

Nos questionamentos referentes à herança, o autor coloca para os entrevistados a perspectiva de receber a propriedade. Do total, três não responderam, um afirmou que não herdará, dois talvez herdem e 15 responderam que sim. Entre os que pretendem herdar, há distinções quanto ao destino da propriedade: quatro pretendem vender, sete desejam continuar trabalhando nela, quatro pretendem tornar a propriedade um ponto turístico.

No estudo de Spanevello²³ (2003), é possível visualizar as possibilidades de permanência no meio rural dos jovens rurais (com idade entre 16-24 anos) em Nova Palma. Observa-se que as perspectivas são distintas entre os sexos: as moças expressam o desejo de permanecer no meio rural de maneira menos intensa que os rapazes. Uma das razões que levam as moças a sair do meio rural é o maior investimento ou tempo de estudo. É possível constatar esse investimento ao comparar com os rapazes: é maior a proporção de moças concluindo o Ensino Médio, enquanto os rapazes estão concluindo o Ensino Fundamental. As moças vislumbram a possibilidade de sair do meio rural em busca de profissão urbana, não desejando permanecer no meio rural e nem ser agricultoras, entretanto a maioria dos rapazes pretende ficar e se estabelecer na atividade agrícola. A exemplo do trabalho de Froehlich (2002), alguns jovens optam por cursos com ligação no rural, tais como Engenharia Agrônômica, Medicina Veterinária, além de cursos como o Técnico em Agropecuária, enquanto outros optam por cursos voltados à profissão urbana.

A pesquisa²⁴ recente de Weisheimer (2007), intitulada “Jovens agricultores familiares do RS”, é outra fonte de dados utilizada. O autor analisa, entre outras questões, as perspectivas de permanência de 681 jovens agricultores de sete mesorregiões do Rio Grande do Sul caracterizadas pela presença da agricultura familiar. No entanto, para atender ao objetivo de retratar as perspectivas dos jovens da Quarta Colônia destacam-se os dados coletados pelo autor no município de Agudo, com 32 jovens - 10 moças e 22 rapazes.

As questões analisadas dizem respeito ao local pretendido para moradia, possibilidade de casar-se com um agricultor (a) e perspectivas de continuar os estudos. Além disso, apresentam-se outras questões relacionadas mais diretamente com a sucessão da propriedade: projeto ocupacional atual do jovem, possibilidade de estabelecer-se no meio

²³ Trata-se da dissertação de mestrado elaborada pela autora, intitulada Jovens rurais do município de Nova Palma - RS: situação atual e perspectivas, defendida em 2003, pelo Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM.

²⁴ A pesquisa coordenada por Weisheimer (2007), com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e da Fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS, foi realizada no primeiro semestre de 2007. A coleta de dados ocorreu em sete mesorregiões (Centro Ocidental, Noroeste, Metropolitana de Porto Alegre, Centro Oriental, Nordeste, Sudeste e Sudoeste), envolvendo 32 municípios do Rio Grande do Sul.

rural como agricultor familiar, pretensão de suceder o pai e as expectativas de herdar a propriedade paterna.

As perspectivas de permanência no meio rural são distintas por sexo. O local de moradia pretendido por 75% dos jovens é o meio rural. Na divisão por sexo, a intenção de residir no meio rural é maior entre os rapazes (82%) do que entre as moças (60%). Uma hipótese explicativa para essa perspectiva de residência é o fato de quatro rapazes e quatro moças já serem casados com cônjuges do meio rural. Em relação às demais moças da pesquisa, 40% consideram a possibilidade de casar-se com um agricultor e 20% não sabem ou não responderam. Quanto aos rapazes, 18% já são casados com agricultoras, outros 23% casar-se-iam com agricultoras, oito rapazes (36%) não sabem ou não responderam, três (13%) são indiferentes e dois (10%) namoram moças da cidade.

Entre os que desejam continuar, 23% dos rapazes e 30% das moças pretendem prosseguir até concluir o Ensino Médio e 14% dos rapazes e 30% das moças pretendem concluir o Ensino Superior.

Segundo os dados de Weisheimer (2007), a maioria dos jovens não tem um projeto relacionado com a agricultura. Considerando os 32 jovens, 23% rapazes e 10% das moças demonstraram ter um projeto nessa direção.

Apesar da maioria dos jovens não apresentarem um projeto destinado ao exercício da atividade agrícola, a possibilidade de permanecer no meio rural e se estabelecer profissionalmente como agricultor familiar é positiva para 70% das moças e 59% dos rapazes. As moças, em maior proporção que os rapazes, visualizam a perspectiva de estabelecer-se no meio rural como agricultoras. Deve-se considerar que essa situação é distinta dos dois estudos citados anteriormente. No entanto, conforme apontado anteriormente, metade das moças são casadas e já estabelecidas no meio rural. Essa condição certamente reforça o argumento de permanecer como agricultora.

Na questão referente à possibilidade dos jovens sucederem seus pais na gestão da propriedade, 60% dos rapazes afirmaram que sim e 50% das moças deram a mesma resposta.

Com relação às expectativas de herdar a propriedade dos pais, 23 dos jovens, sendo 17 (77%) rapazes e seis moças (60%), afirmam que todos os filhos herdarão de maneira igual.

As demais situações são as seguintes: as moças serão herdeiras únicas, rapazes sabem que não vão herdar, mas serão recompensados de outra forma, rapazes e moças não sabem ou não responderam sobre a expectativa de herdar ou não a propriedade dos pais.

Apesar de distintos, os estudos permitem traçar alguns pontos em comum sobre as perspectivas de permanência do meio rural e sobre a sucessão local. O aspecto central é a permanência dos rapazes de forma mais intensa do que as moças. No caso de Agudo, a hipótese da maior permanência das moças pode ser o fato de 50% já estarem casadas e estabelecidas no meio rural. Outro aspecto que perpassa os três trabalhos é o fato de as moças almejarem de maneira mais intensa que os rapazes prosseguir os estudos até o Ensino Superior, formando-se em profissões voltadas ao meio urbano, além da preferência pelo local de moradia ser a cidade. Embora as possibilidades de suceder a propriedade dos pais sejam ressaltadas pela pesquisa de Weisheimer (2007) e pelo estudo de Froehlich (2002), o trabalho do segundo autor mostra que, entre os que herdarão a propriedade familiar, mais da metade dos sucessores podem dar a ela um destino não-agrícola.

Nas condições apontadas pelos trabalhos citados sobre a Quarta Colônia, a sucessão parece ser pouco atrativa para os jovens, especialmente para as moças. É preciso considerar a possibilidade dos impactos dos processos sociais como a masculinização e envelhecimento no campo na Quarta Colônia, afinal sua população é predominantemente rural (57%) e a base econômica dos municípios é a agricultura. A dificuldade dos jovens em permanecer no meio rural local na condição de agricultores pode afetar o desenvolvimento rural da microrregião, especialmente o centrado nas atividades agrícolas.

3.3 Os municípios da pesquisa

A seguir, descreve-se as características dos dois municípios da Quarta Colônia - Dona Francisca e Pinhal Grande, selecionados para a coleta de dados da tese. A localização geográfica destes municípios no interior da Quarta Colônia pode ser visualizada na FIG. 05.

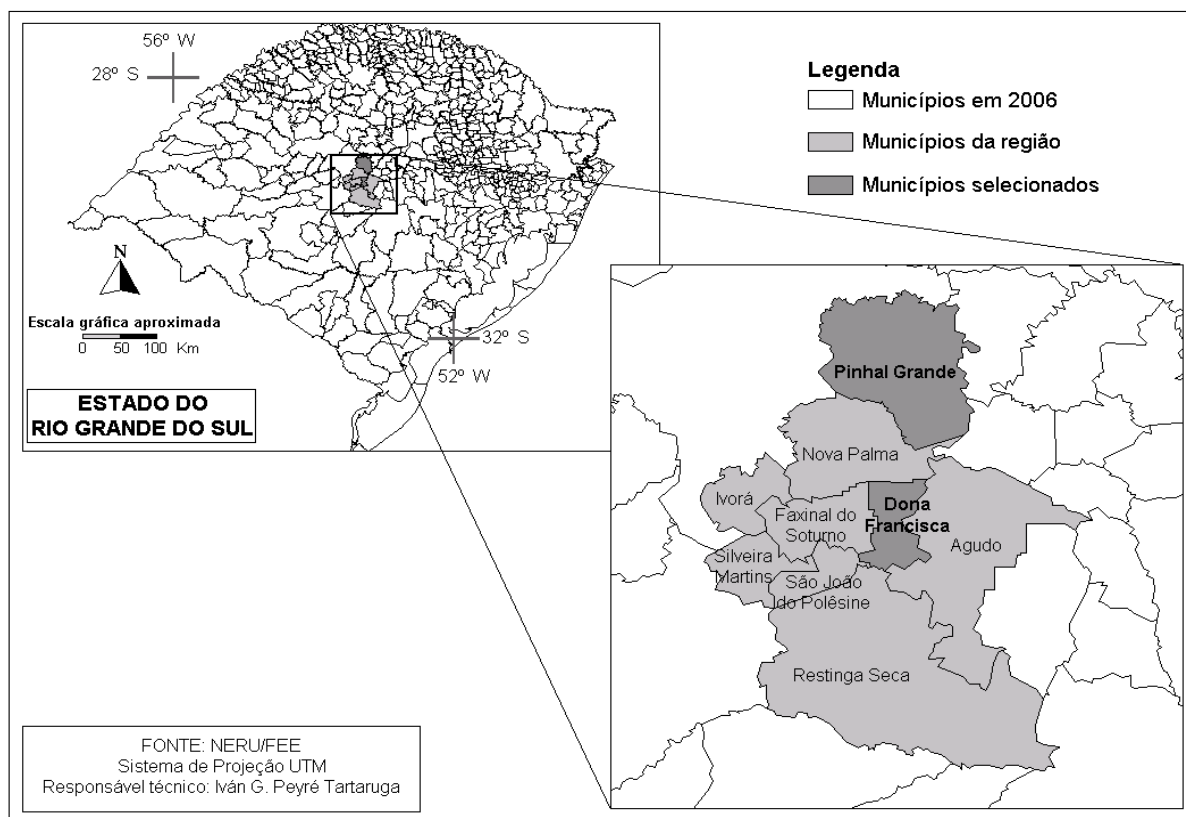


FIGURA 05 - Localização geográfica dos municípios da pesquisa
 Fonte: NERU/FEE, 2007

3.3.1 Dona Francisca

O município apresenta origem distinta em relação aos demais municípios da Quarta Colônia, pois sua ocupação ocorreu sobre terras particulares e não devolutas. Na atual sede do município, funcionava a sede da Fazenda Santo Antônio, de propriedade do Senhor José Gomes Leal, o qual, por volta de 1880, vendeu a propriedade à Família Mostardeiro, de Porto Alegre, uma vez que havia contraído dívida com a mesma e não possuía suficiente dinheiro para quitar o débito. Em 1881, Manoel José Mostardeiro ali fixou residência e contratou um agrimensor para estabelecer as bases da colonização, implementada através dos imigrantes alemães e italianos. Segundo dados da EMATER (2005), o núcleo da atual sede do município foi delineado já naquele ano, pois o agrimensor elaborou um projeto de vila, contando com ruas e lotes delimitados.

Os colonos alemães e italianos estabeleceram-se em pontos distintos do município. O rápido desenvolvimento econômico fez com que Cachoeira do Sul²⁵, no primeiro quarto do século passado, instalasse em Dona Francisca a sede do 5º distrito, constituído pelas localidades de Dona Francisca, Faxinal do Soturno e São João Polêsine. Em 1965, conquista sua emancipação política administrativa de Faxinal do Soturno. O município limita-se geograficamente ao norte com Nova Palma, a oeste com Faxinal do Soturno, com Agudo a leste e ao sul com Restinga Seca e São João do Polêsine.

A principal base da economia municipal é a agricultura. O número total de estabelecimentos rurais é 438, sendo que 4.028 hectares são de lavouras temporárias (IBGE, 2006b), distribuídas sobre um relevo composto por morros e várzea. Segundo a EMATER local, a área de morro e meia encosta (com dificuldades para o desenvolvimento da agricultura mecanizada) são predominantes no município. Conforme Neumann (2003), a diferenciação do relevo influencia nos sistemas produtivos praticados pelas famílias: nas áreas serranas pratica-se uma agricultura de pequena escala, basicamente dependente do fumo de galpão, milho, feijão e demais cultivos de subsistência, além de pequenas criações, já as áreas de várzea são intensamente utilizadas para o cultivo do arroz irrigado, geralmente como monocultura e produzido em propriedades mais mecanizadas. De maneira mais detalhada, Neumann (2003) apresenta as principais atividades agrícolas e o tamanho das propriedades do município de Dona Francisca:

→ 15% das propriedades dependem da renda da aposentadoria rural, com tamanho médio de 15 hectares, com baixo desenvolvimento de atividades agrícolas, mas com áreas de potreiro para criação de gado de corte;

→ 38% das propriedades têm área média de 20,9 hectares divididos entre fumo e milho;

→ 31% das propriedades têm área média de 23 hectares e cultivam arroz;

→ 16% das propriedades têm área média de 22,3 hectares e cultivam arroz e fumo.

Segundo informações da EMATER local, é possível estabelecer, a *grosso modo*, uma diferenciação social entre os agricultores: os situados na várzea são mais capitalizados e especializados em uma cultura, produzem com alta tecnologia, com boa estrutura de produção, mão-de-obra familiar e eventual contratada, já os situados no morro ou com áreas mescladas entre morro e várzea são geralmente mais descapitalizados, produzem com mão-

²⁵ Com a extinção da colônia de Silveira Martins, passou a pertencer administrativamente a Cachoeira do Sul.

de-obra familiar, com algum nível tecnológico e uma estrutura de produção normalmente deficiente.

De acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal de 1990 - 2006 do IBGE, a principal atividade econômica é o arroz irrigado, com uma área de 2.300 hectares com colheita de 17.489 toneladas, com produtividade média do ano de 7.950 kg/hectares (uma das maiores do Rio Grande do Sul). A seguir vem o fumo, com área de 420 hectares. Atualmente a soja, que perdeu espaço para o arroz irrigado, representa 90 hectares. Há também milho (750 hectares), feijão (180 hectares) e trigo (184 hectares) (IBGE, 2006).

De acordo com a EMATER local, a descapitalização do meio rural está levando os agricultores a procurarem outras alternativas de renda como produção leite, agroindústria (massas, açúcar mascavo, aguardente), piscicultura, fruticultura e atividade leiteira. O estudo de Silveira *et al.* (2007) registra a presença de agroindústrias em Dona Francisca, tanto no meio rural como urbano. Neunamm (2003) observa que cerca de 40% das unidades produtivas comercializam produtos processados, na época de menor trabalho agrícola, seja nas unidades produtivas que se dedicam ao arroz ou fumo.

Destaca-se, também, por iniciativa da EMATER local, a produção artesanal (pinturas em tecido, bordados) das mulheres rurais, através da organização de grupos nas comunidades. O município também apresenta iniciativas na área de turismo ecológico, patrimônio cultural e religioso fomentadas pelo PRODESUS, além de atividades como a fruticultura (20 hectares em formação e produção) e hortigranjeiros (EMATER, 2005).

Além da geração da renda, essas novas atividades vêm estimulando a organização dos agricultores através da criação de distintos grupos e/ou associações específicas. Pode-se citar: Grupos de Produtores de Agroindústria; Grupo de Produtores de Arroz Pré-germinado; Grupo de Produtores de Leite; Grupo de Produtores do Feijão; Associação de Criadores de Peixe; Grupo de Produtores do Projeto 10²⁶ e Associações de Comunidades Religiosas.

O objetivo desses grupos e/ou associações é atender a própria demanda dos agricultores, seja para comercialização da produção, para captação de recursos junto a fontes financiadoras seja para qualificação ocupacional. Os agricultores ainda participam de organizações cooperativas como é o caso da cooperativa agropecuária local (CAMNPAL) e do sindicato dos trabalhadores rurais.

A comercialização da produção agrícola é feita basicamente pela CAMNPAL, que possui uma unidade na sede do município. Os agricultores comercializam principalmente

²⁶ Já mencionado na parte da Quarta Colônia.

arroz, feijão e milho. As outras opções para a comercialização da produção agrícola são os atravessadores, com exceção do fumo, comercializado pelas empresas fumageiras.

Dona Francisca está situada entre dois pólos regionais: Cachoeira do Sul, a 90 km, e Santa Maria, a 57 km de distância. O município depende basicamente destes pólos nos seguintes aspectos: educação superior e técnica, comércio em geral, implementos agrícolas, medicina especializada, lazer, equipamentos de irrigação, entre outros (EMATER, 2005).

A população é formada por descendentes de italianos, de alemães, de portugueses e de afros, sendo que os residentes no meio rural se distribuem em 20 comunidades. As formas de sociabilidade nas comunidades e a sua infra-estrutura são semelhantes ao descrito no item da Quarta Colônia.

A dinâmica populacional do município é baseada no crescente esvaziamento do meio rural, conforme apontam os dados censitários do IBGE de 1970 a 2000. A TAB. 01 ilustra o comportamento populacional rural e urbano.

TABELA 01
Distribuição percentual da população por situação domiciliar no município de Dona Francisca, período de 1970 - 2000.

Ano	Urbana	Rural
1970	30%	70%
1980	32%	68%
1991	54%	46%
2000	60%	40%

Fonte: Censo demográfico da população, IBGE, 2000.

Pode-se observar que, entre o período de 1980 e 1991, ou seja, durante uma década, este município apresentou um decréscimo²⁷ da população rural, revertendo à proporção rural e urbana.

O número de habitantes atualmente no município, considerando a população total (urbana e rural) dividida segundo a faixa etária - jovens e idosos com 60 anos ou mais, está descrito na TAB. 02.

²⁷ O grupo da Quarta Colônia ao qual pertence Dona Francisca tem o menor crescimento rural em relação aos demais, conforme destacado anteriormente através do estudo de Neunamm (2003).

TABELA 02

Distribuição da população total, jovem e com 60 anos ou mais por situação domiciliar e o percentual sobre a população rural total do município de Dona Francisca.

População	Urbana	Rural	Número total	Percentual sobre a população rural
Total	2.324	1.527	3.902	-
Jovem	424	205	629	12
60 anos ou mais	285	285	570	18

Fonte: Censo demográfico da população, IBGE, 2000.

Há 205 jovens residindo no meio rural de Dona Francisca, 75 são moças (37%) e 130 são rapazes (63%). Estes 205 jovens representam 12 % da população rural do município e 4% da população rural jovem da Quarta Colônia (IBGE, 2000).

A população rural de 60 anos ou mais representa 18% do total da população rural de Dona Francisca, sendo 172 mulheres (60%) e 110 homens (40%). Neste município, há 6% da população rural com 60 anos ou mais da Quarta Colônia (IBGE, 2000).

Em síntese, os dados mostram que há maior número de pessoas (em termos proporcionais) vivendo no meio urbano comparativamente ao rural, uma taxa de masculinização (quase o dobro de rapazes em relação ao número de moças) e um índice significativo de pessoas com 60 anos ou mais (18%), quando comparado ao total da Quarta Colônia (14%). O município tem 6,1% da população da Quarta Colônia.

No referente à educação, o município tem três escolas municipais de ensino das séries iniciais (1º a 4º séries) e uma escola estadual com Ensino Básico e Médio. Das escolas municipais, duas estão no meio rural e uma na sede. A escola estadual situa-se na sede e recebe alunos de todo o município. Para freqüentarem as aulas, os alunos contam com transporte escolar, pois, com a nucleação ocorrida no município, os alunos do meio rural passaram a freqüentar as escolas-núcleo situadas na sede, tanto na rede municipal quanto estadual.

Considerando os indicadores sociais, observa-se que o valor do IDH passou de 0,72 (em 1991) para 0,76 em 2000 (PNUD, 2000), e a taxa atual de analfabetismo é de 11% (FEE, 2007).

3.3.2 Pinhal Grande

O nome Pinhal Grande é devido à existência na região de mata nativa, especialmente a mata de pinhais (araucárias). Seus primeiros habitantes foram os indígenas, depois os jesuítas com a finalidade de catequizar os índios e atuar na criação de gado (SPONCHIADO, 1996). Por volta de 1813, a criação de gado se intensificou através do domínio português na exploração dessas terras. Um dos marcos na criação de gado neste local se deu com a chegada de dois portugueses residentes no Paraná: João Gonçalves Padilha e seu irmão, José Maria Gonçalves Padilha. Ambos adquiriram grandes áreas (parte comprada e parte doada pelo governo) para criar gado. O segundo fixou residência no local e começou a comercializar potros e cavalos com Paraná e São Paulo (SPONCHIADO, 1996). Com o passar dos anos e com a morte do Padilha, residente no Paraná, sua filha vem à região e solicita a divisão das sesmarias (parte que pertencia a seu pai). Com a realização desta divisão, os italianos passaram a ocupar o local, pois necessitavam de mais terras para instalar as novas famílias em razão do esgotamento de áreas da colônia de Silveira Martins.

O município foi emancipado em 1992, desmembrado de Nova Palma e Júlio de Castilhos. Os limites geográficos são os seguintes: a oeste Júlio de Castilhos, a leste Sobradinho, ao sul Nova Palma e ao norte Estrela e Arroio do Tigre (EMATER, 1996).

Sua economia é baseada na agricultura e pecuária. Segundo Ibge (2006) o município possui 861 estabelecimentos²⁸ familiares e 53 lotes de assentamentos de Reforma Agrária²⁹. Do total dos estabelecimentos, a área utilizada para lavouras temporárias é de 20.778 hectares. Considerando os principais cultivos agrícolas produzidos no município destaca-se a soja com 11.800 hectares, o milho com 3.700 hectares, o trigo com 1680 hectares, feijão com 1.600 hectares, o fumo com 800 hectares e o arroz com 150 hectares.

Por estar na transição entre a região serrana e o Planalto, apresentam áreas acidentadas geograficamente e outras planas. Na parte sul do município está a maior concentração de estabelecimentos que apresentam áreas produtivas mais íngremes, com dificuldades na produção mecanizada. Na parte leste, predomina a área mais plana, com maior favorecimento da mecanização e cultivos mecanizados com a soja. No geral, a produção agrícola municipal consta de feijão, soja, fumo, bovinocultura de corte e leite.

²⁸ Apesar da origem do município ser marcada pelas grandes propriedades através da formação das sesmarias, atualmente Pinhal Grande apresenta cerca de 20 estabelecimentos com área que varia de 200 a 200 hectares.

²⁹ A presença do Movimento Sem Terra - MST, na região central ocorreu principalmente no município de Júlio de Castilhos, onde foi possível registrar, ainda na década de 1980, os primeiros acampamentos e posteriores assentamentos. Na época, uma parte do município de Pinhal Grande pertencia a Júlio de Castilhos. Com a emancipação política e administrativa de Pinhal Grande estabeleceu-se uma divisão geográfica entre os municípios, sendo que um dos assentamentos (Nova Ramada II) passou a pertencer ao território de Pinhal Grande.

Considerando o seu tamanho e tipo de área, os estabelecimentos desenvolvem comercialmente diversas atividades agrícolas, conforme destaca Neumann (2003):

→ 12% das propriedades (com tamanho médio de 17 hectares) contam com um membro da família aposentado, mas também cultivam milho e apresentam áreas nativas para criar gado de corte;

→ 16% das propriedades têm o sistema produtivo composto de feijão e milho, produzidos em pequena escala e com uso de tração animal, em propriedades com área média de 17 hectares;

→ 36% das propriedades têm o sistema produtivo de fumo, milho e feijão, em propriedades com área média de 23,8 hectares;

→ 25% das propriedades têm o sistema de cultivo baseado na soja, milho, leite e gado de corte, com áreas maiores (média de 59 hectares) e mecanizadas.

Além da agricultura, o município apresenta outras alternativas de geração de renda, tais como agroindústrias e o turismo ecológico e cultural, fazendo parte do PRODESUS. Ademais, têm sido fomentadas pelos órgãos públicos municipais voltados ao setor agrícola a fruticultura, a piscicultura e a produção artesanal de vinhos. No município, há uma indústria que processa parte da produção leiteira produzida pelos agricultores e outra voltada à fabricação de embutidos de carne suína. São as agroindústrias e o turismo que fornecem as principais fontes de emprego à população local, e as demais ofertas se restringem à prefeitura municipal e ao comércio local.

Os agricultores familiares estão inseridos em distintas organizações municipais, tais como as cooperativas agropecuárias e o sindicato dos trabalhadores rurais. A associação nas cooperativas favorece os agricultores no desenvolvimento da produção agrícola e comercialização, já o sindicato atende aos interesses dos agricultores nas questões relativas aos direitos trabalhistas como, por exemplo, a aposentadoria rural. No entanto, há também as organizações e/ou associações, ou mesmo grupos, formados pelos próprios agricultores. Estas associações são formadas, muitas vezes, em razão da inserção de uma nova atividade produtiva ou de geração de renda e visa atender à demanda específica dos agricultores, como a comercialização ou assistência técnica ou mesmo captação de recursos. Alguns exemplos: Associação dos Amigos da Terra; Associação dos Produtores de Piscicultura; Grupo de Produtores de Noz Pecan; Associação de Vitivinicultores.

A comercialização da produção é feita basicamente pelas duas unidades das cooperativas instaladas no município: CAMNPAL e COTRIJUC. Os agricultores comercializam principalmente soja, feijão e milho, sendo as cooperativas as principais

fornecedoras dos insumos (sementes, agrotóxicos) e de assistência técnica. As outras opções para a comercialização da produção agrícola são os atravessadores e, no caso do fumo, as indústrias fumageiras.

Sua população é de descendência italiana, portuguesa, espanhola e também afros. A população distribui-se no meio rural em 30 comunidades, cujos hábitos e costumes se assemelham ao descrito no item sobre a Quarta Colônia. Merece destaque o evento chamado Olimpíadas Rurais, enquanto um evento aberto ao público, mas destinado à participação em diversas competições esportivas da população rural, especialmente os jovens.

A situação atual em termos populacionais³⁰ encontra-se descrita na tabela abaixo. A população rural de Pinhal Grande representa 7% do total da população rural da Quarta Colônia. O total de jovens residentes no meio rural é de 505 habitantes, compreendendo 16% da população rural; destes, 265 são moças (52%) e 240 são rapazes (48%). O município de Pinhal Grande contribui com 10% do total da população jovem residente no meio rural da Quarta Colônia (IBGE, 2000).

TABELA 03

Distribuição da população total, jovem e com 60 anos ou mais por situação domiciliar e o percentual sobre a população rural do município de Pinhal Grande.

População	Urbano	Rural	Número total	Percentual sobre a população rural
Total	1.506	3.219	4.725	-
Jovem	286	505	791	16
60 anos ou mais	131	336	467	10

Fonte: Censo demográfico da população, IBGE, 2000.

A população com 60 anos ou mais soma 467 pessoas e destas, 72% (336 pessoas) residem no meio rural (IBGE, 2000). Representam 10% do total da população rural do município. Na divisão por sexo, 150 são mulheres (45%) e 184 (55%) são homens. Este percentual representa 7% no total da Quarta Colônia (IBGE, 2000).

Em síntese, pode-se afirmar que há uma relação equilibrada no percentual de moças e rapazes residentes no meio rural. Por outro lado, o meio rural conta com um percentual considerável de pessoas com 60 anos ou mais.

A educação formal em Pinhal Grande é basicamente desenvolvida em escolas públicas. Hoje, segundo a secretária de educação municipal, são 13 escolas municipais e uma

³⁰ Foram considerados apenas os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000 porque o município emancipou-se parte de Julio de Castilhos e parte de Nova Palma em 1992, portanto, até este período os dados referentes à sua população estavam incluídos nos municípios de origem.

escola estadual, apresentando uma redução no número de escolas com o passar dos anos. Segundo dados da EMATER, em 1996, o município possuía 21 escolas municipais e cinco escolas estaduais. Devido à nucleação da rede de ensino e à conseqüente diminuição do número de escolas, a quase totalidade dos alunos residentes no meio rural freqüenta a escola estadual da sede do município.

Em relação aos principais indicadores sociais, observa-se o aumento do IDH municipal. De acordo com o PNUD (2000), passou de 0,70, em 1991, para 0,77, em 2000. A taxa de analfabetismo é de 9% (FEE, 2007).

O centro de referência em saúde, aquisição de equipamentos agrícolas, domésticos e comércio em geral é Santa Maria (distante 90 km) e de maneira secundária Júlio de Castilhos (distante 44 Km). Santa Maria também é referência na educação superior e técnica, embora haja muitos jovens que freqüentam a Universidade de Cruz Alta (conforme se constatou durante a pesquisa de campo).

Em síntese, os dois municípios situados dentro da mesma microrregião apresentam algumas características semelhantes e outras distintas entre si. O intuito, conforme já destacado nos procedimentos metodológicos, não é realizar um estudo comparativo entre ambos, mas abordar a questão sucessória dentro de cada um considerando suas atuais características produtivas, econômicas e sociais. Esta leitura da realidade da região e dos municípios é fundamental para visualizar as diferenças internas, para situar e compreender o processo da sucessão com base nas distintas condições dos agricultores familiares.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Este capítulo apresenta as características dos agricultores familiares estudados. Primeiramente, focalizam-se algumas reflexões e considerações dos agricultores sobre a saída dos jovens do meio rural e a sucessão da agricultura familiar local. Na seqüência, descrevem-se as duas situações relativas à sucessão: agricultores sem sucessão e agricultores com sucessão, considerando as condições internas das famílias. Desse modo, destacam-se as principais características dos agricultores (idade, escolaridade, forma e tempo de obtenção do estabelecimento) e de suas famílias (número de filhos, sexo dos filhos sucessores e não sucessores, processo de trabalho familiar e encaminhamento ocupacional dos filhos).

4.1 A problemática da saída dos jovens do meio rural local

Neste tópico, pontuam-se algumas reflexões, considerações e opiniões advindas dos agricultores sobre a saída dos jovens do meio rural local, cujas conseqüências afetam diretamente a sucessão, a transmissão do patrimônio, a continuidade da agricultura e das comunidades rurais. São colocadas questões relativas às motivações que levam os jovens a ficar ou a deixar o meio rural e as implicações para sucessão e para o meio rural.

A saída dos jovens é motivada, de acordo com a maioria dos agricultores entrevistados, como sendo um processo gradual de retirada das pessoas do meio rural. No passado, os filhos deixavam a casa paterna para instalar-se no meio rural, seja na própria comunidade (embora em outro estabelecimento), em outro município, região ou até mesmo estado. Na atualidade, o deslocamento dos filhos dos agricultores tem sido em direção as cidades: “uma vez, há uns 10 a 15 anos atrás, se saía da roça para ser agricultor em outro lugar, agora é para ir para a cidade, hoje é lá que estão os jovens da colônia” (Agricultor 105).

As motivações e razões que levam os jovens a sair são variadas. Para alguns é o fato do jovem “não querer trabalhar na agricultura”, “querem vida mansa” ou “sofrer menos”, “a juventude não quer nada”, “buscam uma vida melhor”, enquanto outros afirmam que os jovens migram para “buscar mais divertimento, estar no movimento, na cidade”. A construção da perspectiva de sair do meio rural é um processo que acontece antes mesmo da fase da

juventude ou da chegada à idade adulta: “desde criança já pensam na cidade”. No depoimento de uma agricultora essa condição fica mais clara: “aqui as duas filhas do vizinho, uma com oito e outra dez anos, já pensam em morar na cidade e querem ser artistas de novela quando crescerem” (Esposa-Agricultor 218).

As dimensões que favorecem a saída dos filhos são variadas, podendo ir desde a forma de educar os filhos (cobrando maior ajuda na realização do trabalho no estabelecimento) ou impondo maior rigidez no controle da circulação dos filhos nos espaços externos ao meio rural.

Eu penso que boa parte da culpa dos filhos quererem sair do interior é dos próprios pais. Não é que o pai deva segurar um filho ou uma filha de qualquer forma, mas os pais podem controlar essa coisa dos filhos quererem sair todo dia, estar sempre na cidade. Os pais devem pedir e cobrar mais ajuda dos filhos em casa. Hoje os filhos têm muita liberdade, estudam pouco e trabalham pouco. Os meus, eu tentei criar como os meus pais me ensinaram: tem hora para sair, passear, rezar e trabalhar. E não me arrependo de ter feito assim. Tivesse dado mais liberdade, acho que eles teriam pegado à estrada e ido embora (Agricultor 207).

A maior circulação em espaços urbanos, a possibilidade do contato com outra realidade até então pouco conhecida, acaba gerando e aumentando as perspectivas de saída.

As minhas filhas, depois de estudar no colégio da cidade, já saíram para estudar fora, daí as coisas mudam [...] elas não ficam mais, elas não aceitam ficar na roça, elas não querem mais. Quanto menos as moças saem, menos elas conhecem e mais elas ficam, mas quem começa a sair não volta mais. Eu não conheço ninguém que tenha se casado na cidade e voltado para morar no interior (Esposa – Agricultor 116).

Há também a dimensão do trabalho, do estímulo dos pais para ensinar aos filhos o ofício, aprender a ser agricultor para futuramente permanecer no estabelecimento.

Muitos pais não ensinam os filhos a trabalhar, daí eles nem estudam e nem trabalham. Tem gente que só tem terra de cerro, mas são diversificados e sobrevivem, mas têm alguns que só pensam em subir num trator para plantar e colher; e o resto? Que motivação pode ter um pai para deixar um filho na propriedade? (Agricultor 117).

As respostas também estão embasadas nas dificuldades em desenvolver a atividade agrícola e as próprias condições que os pais podem oferecer aos filhos. Os agricultores afirmam que a motivação para a saída é mais acentuada em estabelecimentos com condições desfavorecidas: “as propriedades mais difíceis, de cerro, com pouca renda e de área dobrada, são as que mais sofrem com a saída dos filhos”.

Além disso, o prolongamento dos estudos é visto como a primeira porta de saída dos filhos do meio rural e provocador dos processos de individualização. Como consequência,

gera uma desmotivação nos jovens para ficar na agricultura. A pesquisa realizada por Champagne (1986a,b) com os agricultores franceses mostra que os próprios pais afirmam que para o filho tornar-se agricultor é preciso que ele não tenha ido a escola. Entre os agricultores entrevistados na Quarta Colônia encontramos respostas que associam o estudo com a desistência da agricultura.

Por causa dos estudos, eles puderam ter outros empregos e salário certo todo mês. O filho mais novo estudou no seminário em Santa Maria durante seis anos, nós sempre ajudávamos mandando coisas para o seminário (alimentos) e depois ele não voltou mais, ficou por lá e hoje é motorista de ônibus (Agricultor 110).

Dentro dessa mesma lógica, o depoimento do agricultor citado abaixo ilustra um “conselho” para quem estuda e pretende permanecer na agricultura.

Quem trabalha na agricultura tem que estudar até certo ponto. Porque depois dali para diante, se estudar perde o interesse em trabalhar na agricultura. O estudante que vai fazer vestibular não volta mais para a agricultura. Então teria que ser assim [...] ir até a oitava série para quem trabalha na agricultura e voltar para trabalhar, porque se segue estudando não volta mais. Tem família com seis ou sete filhos que foram todos estudar [...] e agora só estão os velhos [...] (Agricultor 211).

A permanência também está associada à autonomia dos filhos, principalmente financeira. A possibilidade de ter um recurso próprio para seus gastos é fundamental, como ilustra uma agricultora.

Os jovens não ficam porque eles não gostam de ir mais na roça e as gurias não gostam mais de ser mandadas [...] hoje elas querem uma roupa e amanhã já querem outra, querem andar na moda e como os pais não podem dar elas acabam indo trabalhar na cidade para ter seu próprio dinheiro. Hoje em dia, as moças têm essa coisa de trabalhar para ter seu próprio dinheiro (Esposa - Agricultor 116).

As perspectivas de saída também são reforçadas pela proximidade com os valores urbanos em detrimento dos rurais. O sentido dessas mudanças levanta os “conflitos” e acentua as diferenças entre as gerações: “Os filhos estão abandonando a lavoura e o pai não manda no filho. Uma vez os pais mandavam mais os filhos e eles obedeciam”. Essas distintas dimensões atingem os estabelecimentos e também a comunidade. Uma dessas mudanças diz respeito ao próprio lazer para os jovens e suas famílias nas comunidades rurais. Os jovens têm reduzido sua presença nesses espaços, tendo em vista a maior apreciação pelos espaços de lazer urbano. A forma como isso é percebido na comunidade é exemplificado por uma agricultora, ao citar os bailes realizados na comunidade em que reside.

Antigamente ia toda a família nos bailes, começava no entardecer e terminava lá por uma ou duas horas da manhã, então, voltava-se para casa [...]. Hoje os bailes começam à uma hora da manhã e as músicas são de “discotecas”, só os jovens dançam e os casais mais velhos só olham, os gostos são diferentes, parece que jovens e velhos não conseguem mais [...] se divertir juntos como era uma vez. Aqui, agora é assim, se a música ou o conjunto musical não está de acordo com o que os jovens gostam, eles nem ficam, saem para outros lugares, mesmo que seja aqui na comunidade (Esposa - Agricultor 214).

Outro agricultor também pontua as diferenças entre as gerações em relação ao lazer.

No meu tempo, a gente só saia no domingo, ia na missa e tal, agora essa gurizada pega as motos e saem quase todas as noites, saem daqui e vão lá na praça de Dona Francisca ficar jogando conversa fora (Agricultor 208).

Mesmo sem ser considerado um processo generalizado, a saída dos jovens é sentida ou avaliada de maneira diferenciada entre os agricultores. Observam-se nitidamente distintas opiniões sobre a saída dos jovens das comunidades locais ou sobre a intensidade do êxodo. Segundo um agricultor de Dona Francisca, “acho que a saída é normal, sai um ou outro, mas a maioria está por aqui”. Outro agricultor de Pinhal Grande segue na mesma linha: “se a gente parar para pensar tem poucos jovens mesmo, até porque hoje as famílias mais novas também têm menos filhos, mas aqui na nossa comunidade acho que ainda não é tanto” (Agricultor 211). Há, ainda, a questão da necessidade da saída pela falta de terras no estabelecimento, o que inviabiliza a alocação de todos os filhos, havendo a necessidade de um ou mais sair para o outro poder ficar.

Eu tenho dois filhos, se os dois tivessem ficado, ia ser uma dificuldade para repartir com três famílias. Então foi ótimo um continuar o estudo e o outro permanecer (voltou após ter terminado a faculdade). Na maior parte das famílias, alguém tem que sair. Eu acho que a maioria sai exatamente porque as áreas são pequenas e não comporta todo mundo ali e, depois, com as máquinas que existem hoje, uma pessoa ou duas tocam uma propriedade (Agricultor 206).

Para outros agricultores, a saída dos jovens e seus efeitos não passam despercebidos, seja na ausência de braços para o trabalho familiar, seja para permanecer no lugar do pai como sucessor. A referência à ausência dos jovens surge nas falas dos agricultores “tem pouca gente nova aqui”, “poucos filhos”, “uma vez na igreja os primeiros bancos eram cheios de gurizada, agora são poucos”, “só tem os velhos na colônia”, “tá ficando um lugar de aposentado”, “só tem gente de idade”.

Por outro lado, os entrevistados reforçam a redução da força do trabalho: “como vão se virar quando ficarem mais velhos e sozinhos?”, “ficam só os velhos e amanhã ou depois os velhos não podem trabalhar”, seja pela falta da companhia dos filhos em casa: “a gente se sente sozinho sem os filhos, às vezes não tem nem para quem dar bom dia”. Essa

falta não é sentida apenas no interior das famílias, mas também na comunidade: “se juntar todos os jovens da nossa comunidade, não dá para fazer um time de futebol, a juventude daqui se foi toda”.

Ressaltando o que representa a falta de jovens no meio rural para o desenvolvimento da agricultura ou quais as perspectivas da agricultura do município a partir do êxodo da juventude, os agricultores destacam duas situações: na primeira, um agricultor afirma que, apesar da saída dos jovens, a agricultura se desenvolverá igual, porém, de uma maneira especializada, com tecnologias mais modernas capazes de substituir a mão-de-obra. Desse modo, a saída dos jovens não prejudica o desenvolvimento da agricultura.

Por exemplo, os americanos têm pouca gente trabalhando na agricultura e produzem bastante. Eu acho que com a evolução de hoje, aqui no nosso meio vai ser a mesma coisa. Com duas pessoas e máquinas, dá para plantar e colher sem precisar de muita gente. Nesse ponto, acho que a saída dos jovens não interfere em nada (Agricultor 103).

No entanto, na segunda situação, a maioria dos agricultores associa a saída dos jovens com a possibilidade da produção agrícola ser reduzida e a produção de alimentos prejudicada. A preocupação vai além da falta de alimentos, mas na manutenção de uma das características centrais da agricultura familiar brasileira: a produção diversificada. Segundo um entrevistado, “quem produz o feijão, arroz, leite, verduras é o pequeno agricultor e se os mais novos não tocarem, vai ficar difícil”.

Os agricultores apresentam preocupações com a geração de novas famílias no meio rural, em razão do êxodo dos próprios filhos e dos demais jovens da comunidade ou município e da diminuição da população rural.

O que está acontecendo: está ficando no nosso interior uma meia dúzia dos que tem maior poder aquisitivo e o pequeno agricultor acaba vendendo a propriedade para aquele que já tem um pouco mais. Hoje a gente está vendo a diminuição do número de famílias em relação a 20 ou 25 anos atrás. E isso vai ser um problema porque temos cada vez menos famílias no interior. Vai se construindo um interior de velhos. As próprias escolas do interior estão fechando (Agricultor 223).

Ademais, é salientado o caráter seletivo do êxodo, levando cada vez mais moças a deixarem o campo, com escassas possibilidades de retorno das mesmas ou da vinda de moças do meio urbano para residir no meio rural.

As moças daqui não querem mais saber de ficar, estão indo embora. Aqui mesmo um rapaz de casou com uma moça da cidade, mas ela veio para cá porque ela era pobre e ele tinha renda, é bem de vida, porque senão eu acho que ela não tinha casado com ele (Agricultor 225).

As moças da cidade não vêm para a colônia, se tem alguma que volta é porque ela foi da colônia um dia. Elas não trabalham, não vem. Qual é a guria que vai vir aqui e fazer o que as mulheres fazem aqui? (Esposa - Agricultor 103).

As dificuldades do trabalho agrícola e doméstico dificultam a constituição de matrimônio ou união estável no meio rural, tendo em vista a falta de atração das moças por essas atividades. Em nome dessas dificuldades, há uma tendência das moças rejeitarem os casamentos com os filhos de agricultores. A entrevista citada abaixo é bastante ilustrativa em termos da negação matrimonial das moças e das dificuldades atuais enfrentadas pelos rapazes residentes no meio rural.

Duvido que essas moças da cidade vão querer namorar um agricultor [...] meus dois filhos iam nos bailes e as gurias perguntavam se eles eram agricultores, se diziam que sim, elas não queriam mais nem dançar com eles [...] então é essa a situação. Hoje eles casaram, mas deu certo porque um se casou com uma agricultora. O outro saiu de casa para trabalhar como cobrador numa empresa de ônibus, então ele começou a namorar uma moça daqui da colônia e casou-se com ela. Mas casou porque não estava mais na colônia. Se ele ainda morasse aqui, acho que ele não teria casado, porque ela não iria querer casar com um agricultor (Agricultor 213).

Eu percebo a situação da dificuldade de namoro vivida pelos meus primos. Às vezes, a gente vai aos bailes, eles iam dançar com as gurias, daí começava um “clima bom”, começavam a conversar e tal [...] mas era só a guria perguntar: O que tu faz? ah! Eu sou agricultor, na hora acabava a dança, se falou que é agricultor, acabou ali (Filha - Agricultor 202).

Ainda, os entrevistados consideram que os filhos e os jovens rurais em geral, devem estabelecer relacionamentos e casamentos com moças do “interior” para garantir a ajuda no trabalho agrícola.

Eu acho que quem está na profissão de lavoura tinha que achar uma mulher da mesma classe, porque se tu não pegar uma moça que combina no serviço, vai ser complicado. O que vai acontecer é quando tu fores trabalhar na lavoura, ela não vai saber nem pegar numa enxada para capinar e plantar um pé de fumo e feijão. Eu acho que até dá para casar com moças da cidade, mas para trabalhar na lavoura eu acredito que não (Sucessor - Agricultor 208).

Com a saída dos mais jovens, os agricultores ressaltam, sobretudo, as dificuldades em manter as redes sociais locais, sejam familiares ou comunitárias, bem como a continuidade dos estabelecimentos familiares no futuro.

Tem poucos jovens e a maioria é guri, tem pouca guria, não sei o que vai ser deles, porque se pensar no futuro, eles vão ficando no lugar dos pais hoje, mas e eles vão deixar para quem? Eles também têm que ter uma família, mas desse jeito tá difícil, as gurias daqui não querem casar com eles [...] (Agricultor 219).

Já nem tem mais escola por aqui, porque não tem criança. Na igreja tem meia dúzia de pessoas, tem pouca gente nova na comunidade, tem casal novo com um ou dois filhos, no tempo do meu pai nos éramos em 12 irmãos (Agricultor 211).

Hoje já tem gente que não tem para quem deixar a propriedade, os próprios filhos não querem, outros ainda têm, mas daí os guris que ficam são solteirões, tem quase 40 anos, esses não casam mais, daí para frente é que eu quero ver, sem filhos. Hoje ainda tem solução, mas no futuro vai ser complicado (Agricultor 224).

Quando questionados sobre o que poderia atrair os filhos e os jovens em geral para permanecer no meio rural, as principais respostas apontam para duas direções: a primeira trata das dificuldades da atividade agrícola, em termos da fadiga do trabalho, da falta de melhores preços para os produtos agrícolas e da descapitalização dos agricultores; a segunda trata da falta de oportunidades de estudo, de ter uma faculdade ou universidade mais perto, também foi citada a falta de cursos para gerar alternativas de rendas, principalmente para as moças.

É interessante observar que os agricultores não mencionam a falta de lazer para os jovens. Pelo contrário, os agricultores acreditam que há espaços de lazer suficientes no meio rural. O depoimento de um entrevistado resume essa questão de forma bastante clara: “tem quadra, tem salão para baile, eles é que não tem interesse”. Um dos sucessores entrevistados afirma não ser a falta de lazer ou de espaços de lazer para os jovens do meio rural, na sua opinião: “falta motivação para os jovens, os jovens não gostam de se reunir”. Outra filha afirma que jovens criam uma ilusão em torno do modo de vida da cidade “acham que vai ser tudo fácil, mas não é, tem muitas dificuldades, por isso que eu resolvi ficar, quero ficar morando no interior” (Filha - Agricultor 214).

Para outros, há um conjunto de fatores explicativos para essa questão, tais como: falta de autonomia dos jovens nos estabelecimentos: “os pais comandam tudo”, a condição da agricultura, a comparação com o lazer da cidade.

Hoje a cidade hoje oferece mais atrativos e facilidades em certas coisas, principalmente para a juventude que gosta de sair, passear, porque na cidade eles podem fazer isso todos os dias, mas aqui no interior não tem disso. Também tem muito preconceito no meio rural, já vi um grupo se movimentar para contratar um professor de ginástica, estavam animadas e tal, mas daí no interior tem ainda muito preconceito, o pessoal diz ah! Essas mulheres deveriam ir trabalhar e não ficar perdendo tempo com ginástica, então isso também ajuda [...] a visão que se tem do interior é diferente da visão que se tem na cidade, há muita distância [...] ainda mais quando os alunos saem pra estudar e se acostumam com a cidade [...] eu vejo que há uma dificuldade para voltar. Mesmo que a gente vê os filhos que se formam e não conseguem arrumar emprego, o que eles fazem? Fazem vestibular de novo para outro curso ou vão procurar uma especialização e vão seguindo. Eles não voltam para o interior. Talvez eles estejam certos [...] não sei até aonde [...] mas eu vejo assim [...] os pais continuam pagando (Agricultor 223).

Considerando os argumentos dos entrevistados sobre o êxodo da juventude, fundados sobre a realidade local, é possível demarcar a preocupação dos agricultores em torno dessa questão. A sucessão do meio rural dos municípios estudados pode ser dificultada em

razão da saída dos jovens, bem como a continuidade da agricultura e a construção de novas famílias.

Com base nas possibilidades de sucessão ou não sucessão dos agricultores familiares pesquisados, apresenta-se, a seguir, a caracterização dos mesmos.

4.2 A caracterização dos agricultores familiares

A caracterização é composta por questões relativas ao estabelecimento, grupo familiar e trabalho realizado pelos membros.

4.2.1 Agricultores familiares sem sucessão

Os agricultores familiares considerados sem sucessão têm idade entre 50 a 70 anos. Ao dividir o grupo por faixas etárias (50 a 60 anos e 60 a 70 anos), verifica-se que seis agricultores têm entre 50-59 anos; 11 agricultores têm entre 60-70 anos de idade. Quanto ao grau de escolaridade, os agricultores apresentam, no máximo, o Ensino Fundamental, sendo que a metade dos agricultores tem até cinco anos de estudo.

O caráter familiar dos agricultores pode ser comprovado através dos dados: todos os entrevistados têm na agricultura a principal atividade produtiva e fonte de renda (embora apresentem outras fontes de renda, conforme se mostrará no Capítulo 5). Outra especificidade dos agricultores é a continuidade da ocupação: todos declararam serem filhos de agricultores, ou seja, seguiram a mesma ocupação dos seus pais.

O tempo de obtenção do estabelecimento, ou tempo em que os agricultores estão instalados no meio rural local, é variável, mas de maneira geral a maioria dos entrevistados convive no local há mais de 20 anos.

As formas como as gerações de agricultores obtêm os seus estabelecimentos para instalar suas famílias são variadas. As principais são: a herança (os filhos herdaram parte do estabelecimento dos pais, ou recebem áreas em outros locais), compra de terceiros ou mesmo entre parentes através de acordos familiares que visam, sobretudo, garantir a reprodução econômica e social das famílias (CARNEIRO, 2001; SEYFERTH, 1985; WOORTMANN,

1995). Pode-se constatar as seguintes formas: associação entre herança e compra, somente herança, compra de parentes ou irmãos e compra de terceiros.

A obtenção através da herança ocorre quando o pai deixa para o filho sucessor o estabelecimento, já a aquisição constituída de parte por herança e parte por compra ocorre quando o atual chefe do estabelecimento herdou uma área de terra por conta dos acertos da divisão com os demais irmãos e o restante foi adquirido através de compra.

O processo de trabalho que ocorre no interior desses estabelecimentos é baseado na divisão das atividades por geração e sexo. A forma de divisão e organização do trabalho, conforme assinala Stanek (1998), faz parte das estratégias familiares, sendo umas das dimensões mais importantes capazes de orientar a vida dos estabelecimentos e, conseqüentemente, a sua continuidade nas próximas gerações. Uma das estratégias é a organização do trabalho com base na divisão sexual, capaz de ocasionar diferentes perspectivas em torno da sucessão dos estabelecimentos, favorecendo a permanência dos filhos, mas não das filhas.

Levando em conta três tipos de atividades realizadas no estabelecimento familiar: administrativa, agrícola e doméstica, observa-se o predomínio do pai na execução da primeira.

As atividades administrativas (serviços bancários, venda da produção agrícola, compras de insumos, contatos com técnicos e extensionistas) são realizadas fundamentalmente pelo pai ou o chefe do estabelecimento. Para Woortmann e Woortmann (1997), a maior predominância do pai na execução das atividades de gestão do estabelecimento ocorre porque ele é reconhecido pelos demais membros da família como dono de um “saber pleno”, além da maior força física, o que o torna capacitado para participar de todo o processo de trabalho familiar. Segundo Santos (1984), o posto central na hierarquia do trabalho é garantido aos homens, em especial ao pai ou ao chefe do estabelecimento.

O que marca essas diferenças, especialmente na agricultura familiar, é que apesar das atividades produtivas serem realizadas com o somatório da força de trabalho de todos os membros da família, elas são consideradas como uma atividade masculina. Os homens tomam a maior parte das decisões sobre a produção e atuam como chefes dos estabelecimentos (representando a família junto a instituições bancárias, órgãos de extensão, sindicatos e cooperativas), sendo raros os casos em que as mulheres assumem esta condição (BRUMER; GIACOBBO, 1993). De acordo com os dados de Brumer e Spanevello (2008) as tarefas relacionadas à gestão da propriedade prevalecem sob a responsabilidade dos homens - compra de insumos (86%), falar com técnicos ou agrônomos (76%), vender a produção agrícola

(73%), vender animais (69%), fazer financiamento no banco (66%), depositar dinheiro (54%) e sacar dinheiro (51%).

Nas atividades agrícolas (preparo do solo, plantio, capina, tratos culturais e colheita), o trabalho é mais bem distribuído entre os membros da família: capina e colheita são atividades realizadas por todos os membros da família ou pelo pai e pela mãe, já os tratos culturais são realizados pelos homens (pais e filhos), assim como o preparo do solo. O auxílio dos filhos e filhas é fundamental nas atividades desenvolvidas por todos.

No tocante às atividades domésticas (fazer a ordenha, tratar animais, limpar chiqueiros e estábulos, consertos de benfeitorias, fazer as compras para a casa, afazeres domésticos e transformação de produtos e artesanato) constatou-se unicamente a participação das mulheres (mães e filhas). Os consertos e limpeza de chiqueiro e estábulo são realizados pelos homens.

Essa socialização diferenciada reforça a divisão entre o trabalho masculino e o trabalho feminino. Desse modo, os filhos participam de forma mais intensa nas atividades agrícolas e administrativas, podendo realizá-las junto com os pais ou com todos os membros da família. Por outro lado, as filhas são socializadas mais intensamente no trabalho doméstico, como auxiliares de suas mães.

Em relação às características das famílias, tais como o tamanho ou o número de filhos, entre os entrevistados que não têm sucessores em seus estabelecimentos, pode-se averiguar que o número varia de um até seis filhos, sendo que, em alguns casos, há apenas filhas, conforme TAB. 04.

Entre os pesquisados, destacam-se famílias com apenas filhas, famílias com filhos de ambos os sexos e famílias com um número relativamente grande de filhos. Na divisão por sexo, há mais mulheres que homens.

A composição familiar (variável de acordo com o sexo dos filhos) é um fator considerado importante na sucessão profissional, capaz de definir oportunidades ou restrições à sucessão. Conforme Champagne (1986a), a sucessão tende a apresentar a probabilidade de não ocorrer quando as famílias sofrem com os acasos da biologia e só tiveram filhas ou poucos filhos de ambos os sexos (apenas um ou dois). Segundo o autor (1986a), os casais nestas condições têm menor probabilidade de continuidade ou um obstáculo suplementar à sucessão, seja porque as moças não desejam permanecer, ou porque os próprios rapazes (quando filhos únicos) podem não almejar ficar.

TABELA 04

Composição da família em relação ao número de filhos e divisão por sexo entre os agricultores sem sucessão

Agricultor	Total de filhos	Feminino	Masculino
101	3	2	1
102	3	2	1
103	3	2	1
104	3	3	0
105	1	1	0
106	4	2	2
107	5	5	0
108	2	1	1
109	6	2	4
110	1	1	0
111	3	1	2
112	2	1	1
113	6	2	4
114	3	2	1
115	3	2	1
116	4	2	2
117	3	2	1
Total	55	33	22

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007

Na presente pesquisa, o agricultor que teve cinco filhas mulheres lamenta não ter tido um filho homem para poder deixar o estabelecimento, pois acredita que, se tivesse tido um, talvez hoje pudesse contar com um sucessor.

Uma família que só tem filhas mulheres tem mais dificuldades em dar continuidade á propriedade, porque as gurias são mais da casa e do estudo [...] no meu caso, eu penso assim [...] só filhas mulheres é mais complicado. Mas se tivesse tido um filho homem [...] se tivesse tido um, hoje teria alguém para tocar a propriedade junto comigo (Agricultor 107).

Quanto ao local de residência atual dos filhos que não desejam suceder a seus pais, pode-se verificar a maior concentração na cidade, com maior proporção entre as mulheres do que entre os homens. Das 33 filhas dos agricultores sem sucessão, 29 residem na cidade e quatro no meio rural. Quanto aos filhos, 16 residem na cidade e seis no meio rural.

Com relação aos encaminhamentos profissionais dos filhos, as ocupações atuais são agrícolas e não-agrícolas, desenvolvidas no espaço rural e urbano. Os dados mostram que o objetivo da saída da casa paterna pelos filhos foi estudar e trabalhar fora, como também apontam os dados da pesquisa de Silvestro *et al.* (2001). O estudo é a ocupação mais citada, seguida pela atividade agrícola em outros locais (fora do estabelecimento paterno),

funcionários públicos, empregados no comércio urbano, comerciante (negócio próprio) e dona-de-casa.

Entre os filhos que decidiram seguir os estudos, considerando a divisão por sexo, as mulheres representam a maioria. Assim, verificou-se que as filhas dos agricultores entrevistados deixam a casa paterna com o objetivo de seguir nos estudos em maior proporção que os filhos. Através da pesquisa de campo, constatou-se que elas frequentam cursos universitários (Geografia, Fisioterapia, Agronomia, Psicologia, Enfermagem, Ciências Biológicas), principalmente nas universidades mais próximas, como Santa Maria e Cruz Alta, bem como a Pós-Graduação. Mesmo entre as mulheres que não estão estudando atualmente, mas trabalham como funcionárias públicas, parece ter sido o estudo o objetivo da saída do meio rural, pois todas concluíram o Ensino Superior.

A saída, justificada como sendo para estudar, pode significar uma posição, tomada anteriormente, de rejeição à atividade agrícola. Essa constatação foi verificada nas entrevistas, conforme argumenta a esposa de um dos agricultores “as gurias até iam na roça, mas o milho era no cerro, tinha que plantar, capinar, o serviço era pesado e o sol era quente [...] elas ficavam esperando para chegar logo o meio dia para ir embora” (Esposa - Agricultor 104). A penosidade ou esforço físico do trabalho agrícola é considerado um dos principais motivos para as filhas dos agricultores familiares não permanecerem na atividade agrícola, como confirmam os entrevistados “o estudo é menos penoso que a roça”. Na pesquisa de Brumer e Spanevello (2008), 35% das jovens entrevistadas e 36% dos rapazes afirmaram que o esforço físico da atividade agrícola é o principal motivo para a saída das moças do meio rural.

Quanto aos filhos homens, alguns, mesmo não sendo herdeiros prováveis do estabelecimento familiar, seguiram na ocupação agrícola, porém em outros estabelecimentos. Esta constatação reafirma que as mulheres não deixam o estabelecimento familiar para se estabelecer em outro local como agricultoras, enquanto os filhos podem exercer a atividade agrícola mesmo fora do estabelecimento paterno. A saída dos filhos homens para seguir na agricultura acontece quando a instalação e as condições para produzir facilitam o trabalho agrícola, geralmente em “área de campo” como diz um entrevistado, o que significa dizer uma área mais favorável à agricultura mecanizada. Neste caso, não há rejeição, pelos rapazes, da atividade agrícola, mas uma rejeição em continuar sendo agricultor nas áreas de difíceis condições produtivas.

Eu acredito que meus filhos, os quatro gurus, não é que não gostavam da agricultura, mas nossas condições, terras dobradas, sempre produzindo pouco, acho que isso só desanimava, porque eles saíram daqui para trabalhar no campo, numa condição melhor, trabalham com máquinas, produzem bem, mas continuam sendo agricultores, só que lá e não aqui (Agricultor 109).

Por fim, com o intuito de sintetizar as características dos agricultores familiares sem sucessão, apresentam-se, no QUADRO 04, os aspectos mais representativos. Complementa-se com uma entrevista resumida de um agricultor incluído entre os agricultores sem sucessão, enfocando uma descrição geral da sua condição, mostrando as principais características descritas nesse capítulo, bem como as que serão analisadas nos capítulos posteriores.

QUADRO 04

Síntese das principais características dos agricultores familiares sem sucessão

Principais características	Aspectos mais representativos
Faixa etária	Predomina a faixa etária entre 60-70 anos.
Forma de obtenção	Parte por herança e parte por aquisição (compra).
Tempo de obtenção	Maioria mais de 20 anos.
Trabalho familiar	As atividades administrativas são realizadas predominantemente pelo pai; as agrícolas por todos e pelos homens (pais e filhos) e as domésticas (serviços de casa) são realizadas predominantemente pelas mulheres (mães e filhas).
Número de filhos (as) e sexo	Famílias com um até seis filhos. Sete famílias têm mais filhas que filhos; quatro famílias só têm filhas.
Local de moradia dos filhos	Maior parte reside na cidade, tanto filhas como filhos.
Ocupação dos filhos	As ocupações mais citadas são: estudante (filhas) e agricultor (filhos).

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

QUADRO 05

Entrevista síntese da caracterização geral de um agricultor sem sucessão

Localizado na comunidade de Trombudo, distante 12 km da sede do município de Dona Francisca, reside o agricultor F., com 51 anos e sua esposa M. com a mesma idade. Sua ocupação principal é a atividade agrícola e a esposa, além de agricultora, é também dona-de-casa. Tiveram três filhos: duas moças e um rapaz, todos atualmente estudam, sendo que o rapaz também trabalha numa loja de produtos de informática.

O estabelecimento tem 16 hectares, adquirido através da compra de terceiros. A condição de relevo da área constitui-se de morro (maior parte) e várzea (área plana). O material agrícola ou o maquinário é pouco considerável, todo o processo produtivo é realizado com tração animal e manual, pelo próprio casal, tendo em vista a ausência dos filhos para auxiliar nas atividades. Produzem basicamente fumo, feijão e milho, fazendo uso de assistência técnica apenas quando necessário. Além da renda agrícola, possui outras rendas advindas do artesanato produzido pela esposa. No total, sua renda mensal gira em torno de 2,5 salários mínimos. Seu investimento nos últimos anos foi à aquisição de uma casa no meio urbano, na qual pretende morar após a venda do estabelecimento.

Conforme o casal, os filhos trabalhavam muito pouco na agricultura, na realidade eles sempre estudaram: *as gurias, a mais velha ainda aprendeu as coisas mais de casa, tirar leite, trabalhar na horta, já os outros dois (outra moça e o rapaz) iam se a gente mandava. Eles sempre gostaram de estudar. Depois foram saindo, daí que não trabalharam mais na lavoura. Nem nas férias quando eles vêm para casa, ajudam pouco [...] não se pode contar com eles.* A esposa fica com os serviços bancários, cuidado com os afazeres domésticos, sendo ajudada pela filha enquanto estava em casa, já o pai faz os tratos culturais e o preparo do solo, sendo as demais atividades realizadas em conjunto com a esposa. Os espaços de participação social são principalmente na comunidade local, através da prática da religião e participação em festas e bailes. Os filhos também participam quando estão em casa. O casal é sócio do sindicato dos trabalhadores rurais, da cooperativa local (CAMNPAL) e a esposa participa do grupo de mulheres da EMATER, voltado à aprendizagem de artesanato.

Na percepção do seu F., agricultura é uma ocupação ruim, porque é realizada com muito trabalho e pouco lucro: *trabalha-se bastante e sobra pouco.* Se pudessem começar novamente não seriam agricultores, gostariam de fazer *outra coisa melhor.* Por isso, embora tivesse apreciado a permanência de um dos filhos, nunca pediram para um ou outro permanecer, porque entendiam que outro “ramo” seria melhor e na cidade tem “mais futuro”. Consideraram-se os principais incentivadores dos estudos dos filhos, especialmente a esposa, que diz com orgulho que suas filhas fazem Pós - Graduação na UFSM.

O agricultor admite que entre ele e a esposa chegaram a conversar sobre a sucessão, mas nunca falaram nada para os filhos, porque percebiam que eles não ficariam mesmo, tendo em vista que nenhum *tinha jeito e vocação para a agricultura.* Nos seus depoimentos deixam claro que a agricultura deve ser uma atividade exercida por quem gosta: *Quem não tem conhecimento não adianta se meter.* Por esse motivo, trataram de não se “iludir” que eles (principalmente o filho) permaneceriam: *não tinha jeito, queria outra coisa, queria informática e não adiantava. Queria computador. Vou te contar o que aconteceu um dia: mandei ele colocar fertilizante no fumo, ele foi, daí a dois dias fui lá e vi o que ele tinha feito, tu não vai acreditar. Ele tinha colocado em cima dos pés e não na raiz daí com o sol quente queimou tudo. A partir daquele dia, vi que o meu único filho homem, que era quem poderia ficar e tocar a propriedade não entendia nada de agricultura. Ai eu vi que o ramo dele era o estudo mesmo. Porque, como eu disse, para ser agricultor, tem que entender do negócio, ter vocação [...] senão não adianta. O D. não tinha jeito, nem vontade nem vocação para ser agricultor. Ele dizia que essa profissão é para quem é burro para quem não tem outra coisa. Colono ele não queria ser. Acreditam que os filhos não permaneceram na agricultura, primeiro porque não foram incentivados pelos próprios pais, depois porque não gostavam da agricultura.*

Em relação ao destino do estabelecimento, a venda é a alternativa escolhida. A justificativa baseia-se na falta de um sucessor e na possibilidade de residir perto dos filhos. Como o patrimônio físico será vendido, pretendem deixar para os filhos, parte do dinheiro da venda do estabelecimento e ainda a casa na cidade. *Eu pretendo arrumar alguma coisa para fazer na cidade e a Maria também. Afinal não estamos tão velhos assim.* A forma de distribuição desse recurso será igualitária entre os três filhos, embora possa vir a dar mais para o filho para que ele deixe de trabalhar e se dedique mais aos estudos. Acreditam que os filhos ficarão satisfeitos com esta forma de divisão a ser adotada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

4.2.2 Agricultores familiares com sucessão

Os agricultores incluídos nesse grupo foram divididos em duas faixas etárias: 50 a 59 anos (10 agricultores) e 16 entrevistados têm acima de 60 anos. Os agricultores com idade mais avançada têm 83 e 84 anos.

Quanto ao grau de escolaridade, apenas um agricultor cursou o Ensino Fundamental completo, enquanto os demais não passaram das cinco primeiras séries. A baixa escolaridade da geração atual de agricultores não reside apenas na escassez de escolas nas décadas passadas, mas também devido a pouca importância do estudo para o desenvolvimento da atividade agrícola.

Nós íamos à escola quando o pai dizia: hoje vocês podem ir, tem pouco serviço. A gente nunca trocou a escola pelo serviço, sempre o serviço em primeiro lugar. Por isso, aprendi a assinar o nome e ler um pouco, eu estudei só até a terceira série. No meu tempo o estudo não era valorizado como hoje (Agricultor 210).

Em se tratando das formas de obtenção dos estabelecimentos familiares, da mesma forma que os agricultores sem sucessão, encontram-se a combinação de herança e aquisição, ou seja, ganhou parte na herança e agregaram outras áreas através da compra ou adquiriram todo o estabelecimento de terceiros (por outros proprietários sem laços de sangue ou parentesco), ou ainda somente pela herança, compra de parentes ou irmãos e compra de terceiros. Apesar da existência de mais de uma condição na aquisição do estabelecimento, a maior parte segue sendo através da herança (RAMOS, 2004) ou, pelo menos, com parte dela.

Nesse grupo de agricultores, a parte relativa à compra merece algumas considerações. Nas gerações anteriores, os pais dividiam excessivamente suas áreas na tentativa de colocar todos os filhos, tornando-as muito reduzidas, no entanto, frente ao processo demandado pela modernização da agricultura, especialmente voltado à alta produtividade e utilização do maquinário, os agricultores tiveram que adquirir novas áreas.

Ocorre que a compra nem sempre se dá em áreas vizinhas. Essa compra em áreas não próximas resulta num conjunto de estabelecimentos considerados fragmentados, com agricultores proprietários de mais de uma área em distintos pontos do município, muitos distantes da sede do estabelecimento, especialmente no caso de Dona Francisca, cujas áreas favoráveis para o cultivo de arroz, são muito disputadas na compra. Assim, os agricultores acabam comprando onde há disponibilidade de área e não exatamente próxima dos seus estabelecimentos. Vários exemplos surgiram durante a pesquisa de campo, e o mais

emblemático é o de um agricultor que, além do seu estabelecimento na sede em Dona Francisca, possui outras duas áreas em municípios vizinhos (Nova Palma e Restinga Seca).

Com relação ao tempo desde a obtenção do estabelecimento, que pode ser associado ao tempo que os agricultores residem no local, à maioria convive no local há mais de 20 anos. No referente à atividade ocupacional, os agricultores entrevistados herdaram a atividade dos seus pais através da prática de transferência da ocupação entre as gerações, demarcando, assim, o caráter familiar da agricultura. Essa constatação reforça o que Reboul (1986) denomina de “hereditariedade profissional”, como uma característica central na ocupação agrícola. Apenas um agricultor afirmou que o seu pai, além da agricultura, exercia o ofício de ferreiro no próprio estabelecimento, condição mantida por ele até hoje. Há também um segundo que, além da atividade agrícola, recentemente implementou no seu estabelecimento uma agroindústria de derivados de cana-de-açúcar.

O trabalho familiar entre os agricultores com sucessão também é marcado pela divisão sexual, que resulta na diferenciação dos papéis para cada um dos membros, segundo o sexo. Na lógica de Stanek (1998), o trabalho familiar pode ser apreendido em um duplo registro: primeiro, a divisão do trabalho entre os diversos membros da família; segundo, a intensidade da utilização da mão-de-obra por sexo e geração. O papel principal é dado ao pai, o responsável pela execução das atividades administrativas do estabelecimento, de forma individual ou auxiliado pelos filhos. É possível identificar que os filhos também realizam atividades administrativas de forma independente do pai (contato com técnicos e extensionistas, compra de insumos, venda produção agrícola). Por outro lado, não se registrou nenhuma participação das filhas de forma autônoma nesse tipo de atividade.

As atividades agrícolas realizadas são realizadas pelos pais e filhos, mas também só pelos filhos, especialmente em atividades como plantio e tratos culturais, enquanto atividades como capina e colheita contam com a colaboração de todos os membros da família. A maior inserção dos filhos no trabalho agrícola faz parte de um processo de socialização na divisão do trabalho: os filhos tendem a estar mais envolvidos nas atividades agrícolas como parte de uma aprendizagem que tem a finalidade de torná-los agricultores. Por outro lado, as filhas inserem-se nas atividades de cunho doméstico.

A maior socialização dos filhos nas atividades agrícolas e administrativas contribui para a sucessão dos estabelecimentos. O maior envolvimento no trabalho e a disposição para assumir maiores responsabilidades pode ser um incentivo para permanecer na agricultura. Na pesquisa de campo, foi possível identificar a disposição dos pais em distribuir responsabilidade aos filhos, tanto nas tarefas agrícolas como de gestão. Essa disposição

funciona como uma forma de incentivo aos filhos. Esses exemplos foram encontrados, principalmente, entre os agricultores com sucessão, onde os pais ressaltam ser preciso “dar um voto de confiança para os filhos”, e deixar que eles assumam individualmente o comando de algumas atividades.

Aqui em casa é o F. quem sabe quando tem que passar o veneno no arroz, comprar insumos e ir nas reuniões, isso é por conta dele, até porque ele sabe mais do que eu, ele é mais jovem, tem cabeça boa, pega logo as coisas (Agricultor 206).

Para Gasson e Errington (1993), uma das condições fundamentais para tornar os filhos sucessores ou candidatos à sucessão é garantir a eles a administração ou gestão de algumas atividades no dia-a-dia. As atividades podem ser: a escolha do tipo de fertilizante ou agroquímico a ser aplicado na lavoura, a decisão sobre o tipo de máquinas e equipamentos a serem comprados (geralmente os mais jovens possuem maior conhecimento das tecnologias mais modernas do que seus pais), ou mesmo o modo de conduzir ou fazer determinadas tarefas ou trabalho agrícola.

Quanto às atividades domésticas, o predomínio é feminino, realizado pelas mães conjuntamente com as filhas. As principais atividades são os afazeres domésticos (limpeza, preparo dos alimentos, cuidados com a roupa), beneficiar produtos, fazer artesanato e compras da casa. Conforme os dados de Brumer e Spanevello (2008) as mulheres aparecem como responsáveis pelos trabalhos domésticos e pelas atividades não-agrícolas, quando elas existem, como, preparar a comida (98%), transformar alimentos (85%), fazer a limpeza da casa (84%), fazer artesanato (84%), processar produtos (82%), coletar ovos (57%) vender a produção não-agrícola (56%) e fazer as compras da casa (48%). As compras da casa e a venda da produção não-agrícola são as duas atividades administrativas realizadas pelas mulheres; as demais estão relacionadas com suas atividades domésticas e diárias. Gasson e Errington (1993), analisando o envolvimento das mulheres no trabalho familiar, descrevem que cuidar dos animais, coletar ovos e preparar as vacas e fazer a ordenha são atividades regularmente realizadas por elas. Por outro lado, as atividades ocasionalmente ou nunca realizadas pelas mulheres são: transportar a colheita, plantar, arar e aplicar agrotóxicos, consideradas atividades ou serviços de homens.

O fato de “ajudar” no trabalho agrícola e realizar o trabalho doméstico configura uma dupla jornada de trabalho, conforme se verificou na pesquisa de campo. Segundo os entrevistados, suas filhas “faziam tanto em casa como na roça”, “elas iam ajudar, na hora de plantar, capinar e colher”, “as gurias ajudavam quando tinha bastante serviço”.

Constatou-se que as formas de divisão do tempo entre trabalho doméstico e o agrícola, são basicamente duas: na primeira, as filhas (ou mesmo as mães) participam do trabalho agrícola por meio turno, ou seja, não participavam da jornada integral devido à necessidade de retornar da lavoura mais cedo para preparar o almoço ou para fazer os serviços no final da tarde (tirar leite, tratar animais, cortar lenha, entre outros). Segundo um entrevistado “iam até um pedaço na roça”, “até meia tarde”, ou seja, retornavam mais cedo para realizar os afazeres domésticos. Na segunda, há uma divisão semanal entre as próprias filhas ou entre mãe e filhas para conciliar as duas atividades.

Aqui em casa era assim, uma das filhas ficava em casa numa semana e a outra ia na roça, aquela que ficava em casa fazia todo o serviço de casa. Na outra semana, elas se trocavam e a outra, então, ia para a roça (Esposa - Agricultor 209).

A composição das famílias varia quanto ao número de filhos: há famílias maiores (11 filhos) e famílias com apenas um filho, conforme demonstra a TAB. 05.

Os agricultores com maior número de filhos são também os agricultores com idade mais avançada (acima de 71 anos). As famílias dos agricultores com sucessão apresentam mais rapazes que moças: 56 rapazes e 43 moças.

TABELA 05

Composição das famílias em número de filhos e divisão por sexo entre os agricultores com sucessão

Agricultor	Total de filhos	Feminino	Masculino
201	11	5	6
202	4	2	2
203	4	3	1
204	3	1	2
205	3	2	1
206	2	0	2
207	3	0	3
208	7	1	6
209	11	5	6
210	2	1	1
211	6	2	4
212	3	1	2
213	6	2	2
214	4	2	1
215	1	1	0
216	3	3	0
217	3	2	1
218	1	0	1
219	2	2	1
220	4	2	2
221	5	2	3
222	4	1	3
223	2	1	1
224	2	0	2
225	3	2	1
226	3	1	2
Total	96	43	56

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Ao disporem de uma família maior, os agricultores podem contar com mais filhos no momento da sucessão, tendo mais chances de ter pelo menos um disposto a permanecer. Isso ocorre, principalmente, quando os filhos são do sexo masculino, tendo em vista a menor perspectiva e desejo de permanência por parte das mulheres, seja pela fadiga do trabalho agrícola ou preferência dos pais pelos filhos homens. Através dos dados, é possível verificar que as três famílias com o maior número de filhos (famílias 201, 209 e 211) têm dois sucessores no estabelecimento, os demais agricultores preferem manter a seletividade do processo sucessório determinando apenas um filho como sucessor.

Considerando o local de residência atual dos filhos sucessores e não sucessores, o meio rural se destaca entre os homens como sendo o principal local de residência. A maioria

dos filhos (43) vive no meio rural e 13 vivem na cidade; já no caso das mulheres, 21 filhas vivem no meio rural e 22 residem na cidade.

Quanto à ocupação, os sucessores estão ocupados nas atividades agrícolas (no caso das mulheres, também nas atividades domésticas). Os filhos e filhas não sucessores ocupam-se tanto em atividades agrícolas como não-agrícolas, dentre elas: agricultor, estudante (mais citada), professor, empregado no comércio, donas-de-casa, comerciante (negócio próprio), funcionário público e profissional liberal.

Assim, relacionando o local de moradia com a ocupação, pode-se observar que os filhos que saem do meio rural visam seguir os estudos ou outras ocupações não-agrícolas. Em relação às filhas estudantes, elas cursam o Ensino Superior na UFSM (em cursos como História, Psicologia, Pedagogia, Ciências Biológicas e Informática) e também o Ensino Básico, da mesma forma os rapazes considerados não sucessores cursam o Ensino Superior, Fundamental e Básico. A partir dos dados, pode-se verificar a importância do estudo como um motivador para a saída dos filhos dos agricultores do meio rural, é o “divisor de águas”, conforme Stropasolas (2002), entre os que desejam ficar e os que almejam sair.

4.2.2.1 A nova geração de agricultores

A caracterização dos sucessores leva em conta a idade, sexo, estado civil, posição em relação aos demais irmãos, escolaridade.

A idade dos sucessores é variada. O sucessor mais jovem tem 21 anos e o mais velho 50 anos. No geral, a maioria está concentrada entre 21 e 30 anos. Quanto ao sexo, os sucessores são majoritariamente do sexo masculino. Nos estabelecimentos entrevistados, são os filhos homens que tendem a dar continuidade à atividade dos pais.

A possibilidade das mulheres serem sucessoras é encontrada em três situações: a) o filho e a filha dividem a sucessão do estabelecimento, sendo a filha celibatária; b) a mulher sucessora é filha única, casada com um agricultor e residente num estabelecimento vizinho ao dos pais; c) o agricultor tem três filhas, duas residem na cidade e a terceira reside no meio rural, ficando com esta última o estabelecimento, segundo garante o seu pai, “porque ela ficou aqui, mora aqui do lado, penso que na velhice ela vai nos cuidar, então fica para ela a terra” (Agricultor 216).

Essa situação mostra as possibilidades sucessórias das filhas entre os agricultores analisados: são sucessoras quando não há filhos, o que impossibilita o pai de poder contar com a opção de escolher um homem para sucedê-lo. Outro ponto diz respeito à sucessora celibatária. Nesse caso, a filha divide a sucessão com o irmão, e acabou tornando-se sucessora por falta de opção como ela mesma diz: “eu não me casei, todos os meus irmãos foram saindo, a mãe era doente, então fui ficando”. Apesar do papel de sucessora, sua autonomia se resume ao trabalho doméstico, pois as atividades agrícolas e administrativas do estabelecimento são de responsabilidade do pai, seguida do irmão: “não faço nada da lavoura, vou ajudar quando precisa, as compras e os negócios do banco são os homens que fazem” (Sucessora - Agricultor 201).

Considerando a posição em relação aos demais irmãos e irmãs, os sucessores tendem a ser o único filho homem, o filho homem mais velho, mais novo ou outros arranjos de acordo com cada família, confirmando que o padrão de escolha do sucessor dentro da fratria parece não ter uma regra única ou universal a ser seguida. Na pesquisa de campo, averigou-se a posição dos sucessores em relação aos demais, tendo a seguinte configuração: única filha, única filha que reside no meio rural, único filho, único filho homem, filho homem mais velho, filho homem mais novo e, por fim, os filhos homens em posições intermediárias.

Para Abramovay *et al.* (1998), a presença dos filhos em diferentes posições - não mais unicamente o filho mais novo ou o *minorato* para o posto de sucessor-, é um indicador das mudanças atuais em torno do padrão sucessório mantido pelas gerações passadas. Nesse caso, dada a “implosão” dos atuais padrões sucessórios e a possibilidade de muitos estabelecimentos não contarem com um sucessor, o mais importante parece ser a permanência de um dos filhos, preferencialmente do sexo masculino, não importando a posição de nascença.

No total, são 29 sucessores distribuídos em 26 estabelecimentos familiares: na maioria dos estabelecimentos há apenas um, em três estabelecimentos há dois sucessores cada um, que dividem a administração e a realização das atividades agrícolas.

Em relação ao estado civil, 16 dos 29 sucessores são casados. Relacionando estado civil e idade, é possível apontar que a maior parte dos sucessores casados tem idade entre 20-30 anos. Por outro lado, constatou-se a presença de sucessores (entre 44 e 50 anos - três homens e uma mulher) considerados celibatários. Nesse caso, o celibato torna-se um desafio à sucessão dos estabelecimentos, porque eles se encontram em dois dos três estabelecimentos com mais de um sucessor, ou seja, apesar de haver dois sucessores no mesmo estabelecimento, nenhum é casado ou tem filhos. No momento da entrevista foi perguntado ao

agricultor 209 (pai dos sucessores) sobre a possibilidade de casamento dos seus filhos e das perspectivas futuras do estabelecimento, caso não haja descendentes na próxima geração.

Segundo seu depoimento:

Um deles (filhos) já namorou uma moça aqui da colônia mesmo, daí ela foi embora para o Mato Grosso, era longe, não deu certo. Hoje eles não namoram ninguém, então acho que casar, pelo menos por enquanto, não. Agora para mais para frente, se não arrumarem ninguém, a filha que mora na cidade pode vir ajudar, fazer pão, lavar roupa, essas coisas assim de casa [...] já a propriedade, talvez um neto, um filho de outro filho meu pode querer ficar, não tem outro jeito (Agricultor 209).

Diferentemente do caráter apresentado no passado, enquanto condição desejada pela família para manter assegurada a integridade do patrimônio (SANTOS, 1984), hoje, o celibato do sucessor pode contribuir para a não continuidade do estabelecimento familiar devido à falta de filhos. A preocupação com os celibatários do meio rural, conforme aponta o estudo de Lopes (2006), reflete um dilema bastante próximo ao dos agricultores sem filhos sucessores: para quem deixar o estabelecimento familiar no futuro. As alternativas de prováveis sucessores apontados pelos celibatários estudados por Lopes (2006) são os irmãos, os sobrinhos (embora saibam que estes não desejam assumir), além daqueles que não sabem para quem deixar.

As situações relativas aos casamentos dos sucessores chamam a atenção em relação ao fato de seis deles terem se casado com moças do meio urbano, o que distorce a idéia de que as mulheres urbanas rejeitam o modo de vida do meio rural. O casamento com moça do meio urbano pode favorecer a permanência dos sucessores ou, contrariamente, estimular sua saída.

Em dois casos, o fato de a nora ser de origem urbana gerou descontentamento por parte dos pais, principalmente porque receia que os filhos (sucessores) possam vir um dia a deixar o estabelecimento, caso elas (as esposas) não queiram mais ficar no meio rural, tendo em vista que as noras não se envolvem nas atividades do estabelecimento, nem tomam conhecimento do que acontece no estabelecimento e nem auxiliam os maridos e, principalmente, não gostam da agricultura.

Um guri que é agricultor tem que casar com uma guria da agricultura, do mesmo ramo, como é que vai funcionar se um guri da agricultura pega uma da cidade, que não entende nada, não acompanha no serviço? A minha nora não faz nada, não quer se sujar, tem nojo de tirar leite. Isso nunca vai dar certo, porque o dia que ela quiser voltar para a cidade, ele vai também (Agricultor 202).

Nesse caso, os pais acreditam que o filho não escolheu uma boa companheira para se casar, teriam apreciado que o filho tivesse se casado com uma moça do meio rural: “seria

mais garantido para ele ficar, ele gosta da agricultura, já a companheira não”. O agricultor também afirma que o filho escolheu uma moça da cidade em razão da escassez de moças no meio rural “eu digo que escolheu mal a companheira porque faltam moças no meio rural dispostas a casar com um agricultor, então eles vão para a cidade e pegam as mais pobres, essas das vilas, elas aceitam vir morar aqui” (Agricultor 202).

Os argumentos para a contrariedade do casamento do filho com uma moça da cidade, não ocorrem apenas pela condição econômica desfavorecida da nora, mas porque efetivamente ela desconhece o trabalho agrícola e, sobretudo, porque parece não gostar da atividade, deixando a desejar no papel de companheira no trabalho agrícola. A barreira aos casamentos entre pessoas de etnias distintas, ou mesmo com pessoas de fora do meio rural, também é salientada no trabalho de Seyferth (1985). Segundo a autora, entre os italianos e alemães há uma nítida preferência pela escolha de um cônjuge da mesma comunidade e acostumado ao trabalho agrícola. Os agricultores estudados por Seyferth (1985) se opõem, principalmente, aos casamentos com os chamados brasileiros (caboclos) porque os consideram péssimos trabalhadores. Além disso, muitos são provenientes do meio urbano e, por esse motivo, não possuem terras ou bens, apenas “a própria roupa do corpo” e não sabem trabalhar na agricultura, portanto, não podem reproduzir o modo de vida social do grupo.

Outra situação distinta é encontrada no estabelecimento em que a nora é professora na cidade, mas mora no meio rural, o que na verdade facilitou a permanência do filho no estabelecimento: “ele queria sair para ir para a cidade, mas daí casou-se com a A. e ela aceitou morar aqui, então ele ficou” (Agricultor 205).

Diferentemente do primeiro caso citado, em outro estabelecimento a nora advinda do meio urbano foi “aprovada” pelos pais, especialmente porque tem demonstrado esforço para participar das atividades do estabelecimento.

Não sabia fazer nada. Nem comida. Agora ela sabe fazer mais ou menos a comida. Ela começou a tratar os porcos e os terneiros. Ela foi entrando no ritmo, ela via que eu fazia, foi aprendendo e se precisar ela também vai para a lavoura. A outra nora disse para ela: quem mora aqui conosco, tem que se acostumar com um pouco de tudo. Tu não podes dizer isso eu não faço; aquilo eu não quero. Tem que fazer como a gente faz, todo dia tem serviço. Ela está aprendendo, já faz seis anos que ela e o meu filho (o sucessor) estão casados e até agora deu certo (Esposa - Agricultor 207).

Nesse caso, a sogra afirma que ter vindo da cidade não quer dizer que a moça não tenha “valor”, porque ela demonstra esforço para aprender às lidas da casa e também as da lavoura.

No que diz respeito à escolaridade, o grau de escolarização dos sucessores varia entre os primeiros anos de estudo ou o Ensino Fundamental incompleto, Ensino Fundamental completo, Cursos Técnicos e Curso Superior completo e incompleto, embora essas últimas duas condições sejam menos expressivas. É possível constatar, ainda, alguma qualificação ocupacional entre os sucessores, tais como: cursos voltados à produção de vinhos, manutenção de maquinário, artesanato (mulheres sucessoras), planejamento e administração de propriedades. Além disso, participam em grupos de produtores de arroz, fruticultura, conservação e manejo do solo, associações de produtores, cooperativas e sindicatos dos trabalhadores rurais.

Quanto ao local de residência, os sucessores solteiros residem com os pais, já os casados residem na casa dos pais ou moram em residências separadas dentro do próprio estabelecimento familiar ou em estabelecimentos vizinhos. Segundo Carneiro (1999), essas novas configurações em torno da moradia dos filhos deve-se aos estreitamentos de vínculos com a cidade, gerando transformações no interior das famílias rurais. As famílias extensas que abrigavam uma, duas ou mais gerações sob a mesma moradia, cederam espaço para as famílias nucleares com tendência a moradia separada do jovem casal.

Na pesquisa de campo, constata-se que a moradia separada, seja dentro do estabelecimento familiar ou em outro estabelecimento separado, tem por finalidade preservar a autonomia dos pais e do novo casal e assim, evitar os possíveis conflitos familiares, especialmente entre noras e sogras. Trata-se de garantir o controle independente da casa, em razão dos distintos costumes entre noras e sogras, seja no preparo dos alimentos, limpeza da casa ou mesmo do trabalho na horta: “a minha nora tinha os costumes da cidade, eu não me agrado da comida dela, então como cada uma tem sua casa, cada uma faz como quer”; “é melhor assim, eles têm a vida deles, no meu tempo não era assim”. De acordo com Carneiro (1998), as divergências e conflitos surgem devido às mudanças de idéias, hábitos e modos de vida de cada geração que também ocorrem entre sogros e genros pela formas distintas de produzir, sobre o controle da produção e administração dos negócios agrícolas ou mesmo sobre os acertos relativos à transmissão do patrimônio.

As residências separadas ainda resguardam a dimensão da autonomia em termos da capacidade física do trabalho e de poder exercer as atividades sem ajuda dos filhos, deixando essa possibilidade mais para frente ou para a velhice: “quando não tiver mais força para trabalhar”; “eu sempre digo que enquanto eu posso caminhar ou gatinhar, eu quero a minha cozinha, minha casinha separada”. Esses depoimentos reforçam a idéia que os pais não

pretendem exigir atenção e cuidado dos filhos enquanto dispõem de vigor físico para exercer as atividades do dia-a-dia.

Apesar da separação em torno da moradia, a conjugação de forças entre pais e filhos permanece. Os pais auxiliam os filhos nas atividades agrícolas, da mesma forma os filhos sucessores ajudam os pais: “a gente trabalha junto”, “apesar de casas separadas, a gente trabalha como se fosse tudo um só”. Os agricultores otimizam os recursos para gerar a produção agrícola contando com os filhos, da mesma forma que os filhos podem contar com os pais, resultando no somatório das forças de trabalho ou mesmo a sobreposição do trabalho do filho em razão da redução do trabalho do pai por conta da idade. Apesar de o trabalho ser em conjunto, os graus distintos de participação é dependente da idade ou das fases do ciclo de desenvolvimento familiar (NALSON, 1968 citado por GASSON *et al.*, 1988).

Por fim, os agricultores com sucessão apresentam características e aspectos representativos que estão sintetizados no QUADRO 06. A seguir, complementa-se com uma entrevista resumida de um agricultor com sucessão.

QUADRO 06

Síntese das principais características dos agricultores familiares com sucessão

Principais características	Aspectos mais representativos
Faixa etária	Predomina a faixa etária dos 60 anos.
Forma de obtenção	Maior parte por herança ou com parte por herança.
Tempo de obtenção	Mais de 20 anos.
Trabalho familiar	As atividades administrativas são realizadas pelo pai e também pelos filhos de forma independente. As atividades agrícolas são realizadas somente pelos homens (pais e filhos) como aplicação de agrotóxicos e plantio, ou por todos, inclusive pelas filhas que ajudam os demais membros da família em atividades como capina e colheita. As atividades de cunho doméstico são realizadas pelas mães e filhas.
Número de filhos (as) e sexo	Maior número de filhos (54) do que filhas (42). Onze famílias têm maior número de filhos do que filhas. Em quatro há somente filhos e em duas apenas filhas.
Local de moradia dos filhos (as)	Meio rural (especialmente os filhos) e as filhas tanto no meio rural como urbano.
Ocupação dos filhos	Os sucessores estão ocupados nas atividades agrícolas (no caso das mulheres, também nas atividades domésticas). Os demais filhos não sucessores também ocupam-se tanto em atividades agrícolas (agricultor) como não-agrícolas: estudante (mais citada), professor, empregado no comércio, dona-de-casa, comerciante, funcionário público e profissional liberal.
Sucessores	Predominante do sexo masculino, podendo ser tanto o mais jovem, mais velho, filho ou filha única, ou em posições alternadas, maioria casados inclusive com moças do meio urbano, enquanto outros podem ser considerados celibatários. Faixa etária de maior concentração entre 21 a 30 anos, com escolaridade que vai desde as séries iniciais até ensino superior completo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

QUADRO 07

Entrevista síntese da caracterização geral de um agricultor com sucessão

Residente há mais de 30 anos na comunidade de Dois Irmãos, distante oito Km de sede do município de Pinhal Grande, B. (66 anos) e A. (63) tem como principal ocupação a agricultura. Tiveram três filhos: dois rapazes e uma moça. O rapaz mais velho reside no meio rural e é agricultor, a moça casou-se com um agricultor e mora no estabelecimento do marido e o rapaz mais moço (com 35 anos) é o sucessor. O sucessor reside juntamente com os pais, casou-se com uma moça do meio rural e tem uma filha de seis anos.

O estabelecimento tem 31 hectares, a produção é diversificada com milho, soja, fumo e, mais recentemente, aumentaram e modernizaram a produção leiteira com ordenha mecanizada e vacas de raça melhorada. Trata-se de um agricultor capitalizado, que consegue realizar todas as etapas do processo produtivo de forma mecanizada, com exceção do plantio e colheita do fumo; realiza o plantio direto como prática de conservação do solo e conclui que *se produz mais hoje, mas uma vez era diferente*. Trabalha com assistência técnica quando necessário e costuma sempre fazer a contabilidade. Seus últimos investimentos financeiros foram a compra de uma nova área de terra, maquinário agrícola e a melhoria da produção leiteira. A renda mensal fica em oito salários mínimos.

Desde cedo ensinaram os filhos a trabalhar na atividade agrícola em atividades como preparar o solo e colheita, enquanto a filha ajudava em algumas atividades como a colheita, mas *trabalhava mais no serviço de casa e também estudava*. Hoje, o filho sucessor trabalha conjuntamente com o pai nas atividades agrícolas, embora nas atividades administrativas o pai tenha recuado em algumas atividades. A atividade leiteira é de responsabilidade do filho sucessor (desde o controle da entrega do leite, a compra e manutenção do equipamento da ordenha, o recebimento no banco, o contanto com a cooperativa que recebe a produção que soma 500 litros por dia). *Hoje está tudo praticamente tudo no nome dele (sucessor) principalmente o leite e soja [...] já o fumo é meio a meio. O que é mais com maquinário o filho já faz quase tudo sozinho*. São sócios da cooperativa local, do sindicato dos trabalhadores rurais e sempre procuram participar de atividades relativas ao melhoramento da produção agrícola: *vamos na Expointer, Expodireto, Dias de Campo, reuniões e excursões*.

Apresentam uma percepção positiva da agricultura, considerando-a uma atividade boa que garante o sustento de sua família, apesar de ser uma ocupação com seus altos e baixos. Se tivesse que recomeçar, seria novamente agricultor. Sempre buscou influenciar os filhos a permanecer na agricultura. O estímulo é “reforçado” pela área de terra dada ao sucessor, *um pedacinho, com 12 hectares* como o próprio pai afirma, mas também pretende deixar o estabelecimento ou parte dele. Considera que um dos motivos que fez o filho permanecer foi *por vontade dele porque ele nunca falou em sair e depois também foi um pouco influenciado pela gente. Nós dizíamos, um estuda e o outro fica em casa. E na hora de estudar, o mais velho estava no quartel, então ele também estudou pouco para sair de casa e no sistema que a gente foi criado um filho sempre fica em casa, alguém tem que ficar em casa. A guria fez o segundo grau e depois casou-se*. Não acredita que sua filha pudesse ser a sucessora, pois *não é atividade de mulher, é para quem tem mais experiência no trabalho, mas como ela casou com um agricultor ai eu acho que dá certo*.

São agricultores inseridos na comunidade local, participam sempre que podem dos eventos sociais locais, geralmente aos domingos na missa, nas festas, jogos e nos demais eventos sociais. Os filhos também participam. Também *tem o costume de passear uma vez por ano, no ano passado fomos ao Mato Grosso, aproveitar, não só trabalhar. A gente não vai deixar de trabalhar [...] a gente trabalha igual, mas os dias que é pra gente sair [...] a gente sai*.

A herança ainda não foi legalmente acertada entre os filhos, mas os acordos já foram planejados: o sucessor fica com o estabelecimento (além de ter outra área de terra no seu nome), o filho mais velho ganhou uma área de terra ao lado do estabelecimento paterno e se instalou como agricultor, a filha deverá ganhar uma parte de terra, podendo ser uma parte do estabelecimento. Mas ainda não está definido o momento em que isso irá acontecer *eu não sei em que momento, mas primeiro quero acertar entre eles, eles é que devem concordar, daí, então, faço a papelada no juiz*.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

5 CONDIÇÕES PRODUTIVAS E ECONÔMICAS E A SUCESSÃO

No presente capítulo, enfoca-se a análise das condições produtivas e econômicas dos agricultores, a fim de identificar suas implicações na sucessão dos estabelecimentos familiares.

Através da análise das condições produtivas e econômicas, busca-se testar a primeira hipótese da tese: a sucessão é influenciada pelas condições produtivas e econômicas internas dos agricultores e os agricultores com melhores condições possuem maiores possibilidades de ter assegurada a sucessão.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item, apresenta-se uma revisão teórica sobre a relação entre condições estruturais gerais dos estabelecimentos e a sucessão. No segundo item, expõe-se a análise dos dados relativos às condições produtivas e econômicas dos agricultores estudados.

5.1 Relação entre as condições estruturais e a sucessão

A reprodução econômica dos estabelecimentos familiares tem ocorrido especialmente através da integração aos mercados, que passam a ditar normas e regras determinantes para a produção agrícola, através de preços, uso de determinados insumos no processo produtivo, padrão de qualidade, sanidade e regularidade da oferta. No entanto, o avanço nessas relações de produção e a conseqüente integração dos agricultores ao mercado não atingem a todos de forma igual, tendo em vista, principalmente, as diferenciações sociais e econômicas existentes entre os agricultores familiares.

Segundo Brumer e Weisheimer (2006) é possível identificar, de um lado, agricultores que não conseguem produzir nos moldes do mercado capitalista e, de outro, agricultores que encontram nas possibilidades abertas pelas relações mercantis os meios para profissionalizar a produção familiar, aumentar a produtividade (através de novas tecnologias, compra ou arrendamento de novas áreas de terra) e a rentabilidade de suas atividades produtivas. O resultado dessas distintas formas de inserção nos mercados é a diferenciação

econômica e, sobretudo, social dos agricultores¹, com implicações diretas na sucessão dos estabelecimentos familiares ou na sua continuidade ao longo das gerações.

O estudo de Champagne (2002, 1986a) apresenta a relação entre a permanência de pelo menos um (a) filho (a) para suceder o pai e as condições estruturais favoráveis do estabelecimento familiar. Segundo o autor, para que os filhos possam tornar-se agricultores e assumir o estabelecimento, é necessária a posse de terras agrícolas ou o arrendamento de áreas bem localizadas e já ocupadas plenamente com uma superfície mínima produtiva. Estudando a realidade francesa, mais precisamente a região de Bresse, Champagne (1986a) conclui que as condições estruturais dos estabelecimentos são determinantes na permanência dos filhos, sendo que os estabelecimentos mais reduzidos em tamanho e potencial produtivo apresentam menores possibilidades de sucessão. Para o autor (1986a, p.74)

As famílias agrícolas que não conseguem reproduzir-se no meio agrícola - isto é, as que não têm sucessores - correspondem a estabelecimentos demasiadamente pequenos e insuficientemente rentáveis tendo em vista o estado atual dos mercados agrícolas.

O autor formula esta conclusão a partir de uma pesquisa com 223 famílias que tiveram pelo menos um filho. Ele constatou que apenas 12% daquelas cuja área de produção está compreendida entre 10 e 19 hectares declararam ter um sucessor, ou desejar um, contra 24% daquelas cuja área está compreendida entre 20 e 49 hectares e 76% dentre aquelas que exploram 50 ou mais hectares. Inversamente, a recusa explícita dos jovens sucederem aos pais é importante entre os pequenos agricultores (40% daqueles que exploram entre 10 e 19 hectares), apenas um pouco mais fraca entre os agricultores médios (37% dentre aqueles que exploram entre 20 e 49 hectares) e totalmente ausente nos maiores estabelecimentos (50 ou mais hectares).

O trabalho de Reboul (1981), também realizado na França, chega a resultados semelhantes: a possibilidade de sucessão atinge 80% em estabelecimentos com até cinco hectares; 96% nos estabelecimentos com até 20 hectares e 98% dos estabelecimentos com mais de 20 hectares. Desse modo, segundo o autor, a sucessão nos estabelecimentos agrícolas varia conforme o tamanho da propriedade, uso de meios de produção modernos (sementes selecionadas, agroquímicos e máquinas) e da qualificação ocupacional do agricultor. Os estabelecimentos que agregam essas três condições no seu interior são os que apresentam

¹ As diferenças sociais entre os agricultores familiares resultam, por um lado, em estabelecimentos nos moldes de empresas familiares altamente capitalizadas, que trabalham com inovações tecnológicas e produção e produtividade elevada; e por outro, estabelecimentos com baixo rendimento produtivo e econômico, embora integrados aos sistemas agroindustriais; e outros estabelecimentos que mantêm uma produção mais voltada à subsistência (BRUMER e WEISHEIMER, 2006).

maiores chances de sucessão, porque possuem uma dimensão econômica suficiente para se manterem dentro dos mercados produtivos competitivos.

Para Gidarakou *et al.* (2004), além do tamanho do estabelecimento, outros fatores como a localização e os sistemas de produção têm um papel fundamental na permanência dos filhos. Para o autor, os agricultores localizados em áreas menos favorecidas, montanhosas e de difícil mecanização, com sistemas de criação extensivos ou pouco produtivos e rentáveis, possuem menores condições para a sucessão quando comparados com agricultores localizados em áreas mais planas, facilmente aráveis e de fácil mecanização ou em áreas próximas aos perímetros urbanos.

Os trabalhos de Gasson *et al.* (1988) e de Gasson e Errington (1993) sobre a realidade européia também mostram que a identificação e presença de um sucessor depende das oportunidades ou restrições com que os agricultores trabalham: os que trabalham com uma condição econômica mais favorável (ou mais capitalizados) apresentam maiores possibilidades, ou seja, nos estabelecimentos maiores e mais eficientes economicamente é possível identificar um sucessor mais facilmente, em contraponto aos estabelecimentos menores.

Para Gasson e Errington (1993), a maior facilidade da sucessão nos estabelecimentos maiores ocorre porque os agricultores podem adquirir áreas de terras adicionais para instalar todos os filhos na agricultura, possuem condições de construir uma moradia independente para eles (por ocasião do casamento), bem como para a instalação dos filhos como agricultores de forma autônoma. Além disso, contam com maiores possibilidades de adquirir empréstimos e investimentos bancários para aumentar a produção e a infraestrutura do estabelecimento. Por outro lado, essas condições não estão presentes entre os agricultores descapitalizados, pois dificilmente podem adquirir novas áreas de terras para instalar os filhos de forma independente.

O estudo de Weisheimer (2004) com jovens agricultores, no município de Feliz-RS, revela que os fatores estruturais dos estabelecimentos familiares, como o tamanho da área, propriedade da terra e a renda familiar, são determinantes na permanência dos filhos. O autor concluiu que é importante para os filhos a família ser proprietária da terra, pois a sua permanência como agricultores está diretamente associada com a posse da terra pela família. Os filhos não visualizam condições para efetivar sua profissão na agricultura sem a propriedade, mas isso não significa que, mesmo entre os proprietários, não haja filhos que não desejam permanecer na atividade agrícola. Em relação ao tamanho da área, há uma associação positiva entre a área e a vontade do filho permanecer como sucessor, ou seja, quanto maior a

área, maior a perspectiva dos filhos permanecerem no estabelecimento familiar. Essa mesma condição é dada pela renda familiar: quanto mais alta, mais atrativa ela é para a permanência dos filhos.

As relações entre condições estruturais e renda mais elevada com a permanência dos filhos também são discutidas por Carneiro (2005). Segundo a autora (2005), a renda familiar pode influenciar a permanência dos filhos de duas maneiras: 1) Em determinados contextos, a renda familiar mais elevada pode gerar condições ou até mesmo estimular a continuidade dos estudos pelos rapazes; 2) Em outros contextos, a agricultura familiar promissora pode motivar os rapazes² a permanecer na atividade, investindo na modernização tecnológica, possibilitando assim um aumento da produtividade e do rendimento agrícola. Nesses casos, a percentagem de rapazes que consideram ter melhores oportunidades no meio agrícola aumenta proporcionalmente quando há melhores condições materiais familiares.

A renda também é um fator importante de acordo com o estudo de Silvestro *et al.* (2001). O estudo revela que um grande número de jovens (mais rapazes que moças) desejam ser agricultores, mas as respostas estão associadas com o êxito do estabelecimento familiar, especialmente o monetário. Os agricultores que apresentam maiores possibilidades de ter um sucessor no seu estabelecimento são aqueles considerados consolidados (capazes de garantir a reprodução da família e também algum nível de investimento e acumulação) e que possuem um valor agregado³ superior a três salários mínimos por pessoa ocupada. Os agricultores considerados em transição (vivem da agricultura, mas não conseguem realizar investimentos), cujo valor agregado está entre um a três salários mínimos mensal por pessoa ocupada; e os agricultores em exclusão (não conseguem garantir sua reprodução com base nas atividades agropecuárias de sua própria unidade de produção), com menos de um salário mínimo mensal por pessoa ocupada, são as que menos apresentam possibilidade de ter um sucessor.

Assim, as maiores possibilidades de sucessão estão nos agricultores consolidados, enquanto as menores estão nos descapitalizados, confirmando, que os problemas sucessórios tendem a aparecer predominantemente nos estabelecimentos com maiores dificuldades de viabilização econômica (SILVESTRO *et al.*, 2001).

² De acordo com Gasson *et al.* (1988) os filhos, cujos pais possuem estabelecimentos maiores têm mais chances de acessar a educação, ao mesmo tempo em que podem frequentar por mais tempo a escola e frequentar cursos de treinamento para desenvolver a agricultura. São também, os que apresentam horizontes mais limitados, porque as maiores propriedades, são as que mais necessitam absorver toda a família no trabalho, não havendo necessidade dos filhos desenvolverem outras atividades até a sucessão.

³ Segundo Silvestro *et al.* (2001) o cálculo do valor agregado foi definido através da diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e os custos variáveis da mesma ou despesas. O valor agregado corresponde à margem bruta mais o consumo interno do estabelecimento familiar. Assim, o valor agregado representa um saldo para remunerar a mão-de-obra familiar.

A importância da renda familiar ou do capital monetário também é destacado no estudo de Abramovay *et al.* (1998). O autor, ao analisar as respostas dos filhos de agricultores familiares, percebe que a falta de renda ou capital monetário suficiente para adquirir máquinas, equipamentos, benfeitorias e instalações é considerado um dos principais obstáculos ao exercício da atividade agrícola, além da falta de capacitação, orientação/técnica e gerenciamento (respostas de 16% dos jovens entrevistados).

Pelo exposto acima, observa-se que há mais de uma variável estrutural capaz de contribuir ou mesmo determinar a permanência ou saída dos filhos. As variáveis apontadas são o tamanho do estabelecimento familiar e as rendas (agrícolas e não agrícolas) geradas na propriedade. Ademais, variáveis relativas à posse ou à propriedade do estabelecimento, nível tecnológico existente, capacidade de investimento e acumulação também são fundamentais.

5.1.1 As condições produtivas e econômicas dos agricultores sem e com sucessão

Nesse item, objetiva-se mostrar as distintas condições produtivas e econômicas em que se encontram os agricultores estudados.

As condições produtivas e econômicas podem ser definidas como as condições estruturais que os agricultores apresentam em seus estabelecimentos para o desenvolvimento da atividade agrícola, os rendimentos gerados tanto pela agricultura ou por outra atividade não-agrícola e a capacidade de investimentos e acumulação.

As condições são analisadas e descritas com base nas condições produtivas dos estabelecimentos, tais como: área total, área agricultável⁴, arrendamento de outras áreas, principais cultivos agrícolas, uso de maquinário, acesso a tecnologias, uso de assistência técnica e contabilidade da produção. Ainda, foram avaliadas as condições econômicas dos agricultores: rendas agrícolas⁵, não-agrícolas, investimentos em infra-estrutura dentro ou fora

⁴ Corresponde ao total da área do estabelecimento utilizada pelos agricultores para a produção agrícola. Muitos dos estabelecimentos incluídos na pesquisa localizam-se em áreas mais acidentadas geograficamente, de difícil uso para a atividade agrícola. Assim, nem toda a área pode ser aproveitada para a atividade e, por esse motivo, não se toma o tamanho do estabelecimento dos agricultores em termos absolutos, mas o número de hectares que os agricultores informaram que utilizam/aproveitam para a atividade agrícola.

⁵ A renda agrícola corresponde aos rendimentos obtidos pelos agricultores com a venda da produção agrícola. A renda agrícola de cada um dos estabelecimentos foi calculada pelo próprio agricultor, com base no total da produção vendida menos os custos da produção. O valor resultante é a renda agrícola do estabelecimento. Adotou-se o critério de converter o valor ou o “que sobra limpo” como dizem os agricultores em salários mínimos distribuídos nos 12 meses do ano. Esse procedimento facilita a análise dos dados, tendo em vista que os agricultores possuem outras rendas, como a aposentadoria rural, que é dada em salários mínimos. Assim, unifica-

do estabelecimento (realizados nos últimos cinco anos) e investimentos financeiros⁶ (depositar ou guardar dinheiro no banco através de caderneta de poupança ou outras aplicações bancárias) em salários mínimos mensais no último ano.

O primeiro grupo de agricultores analisado é o grupo dos **agricultores sem sucessão**.

O tamanho ou a estrutura fundiária dos estabelecimentos dos agricultores varia de 16 hectares a 63 hectares, que podem ser subdivididos da seguinte maneira: oito estabelecimentos têm até 30 hectares, enquanto quatro estabelecimentos têm de 31 a 50 hectares e cinco estabelecimentos com 51 hectares ou mais.

A área agricultável ou a área possível de ser utilizada para a agricultura é influenciada pela localização dos estabelecimentos, situados em áreas mais acidentadas geograficamente ou de “cerro”, “perau” ou “ladeiras”, como dizem os agricultores. Desse modo, eles não conseguem otimizar o uso da área, especialmente para o desenvolvimento da atividade agrícola mecanizada, como atestam os próprios agricultores: “dá para passar o trator só em alguns pedaços”, “só com arado e boi”, e mesmo com o trabalho manual auxiliado pela tração animal, há dificuldades, “tem que ser quase tudo a braço”. Em termos do aproveitamento da área, a utilização chega, no máximo, à metade do total da área. A exceção fica por conta de dois agricultores que conseguem utilizar um percentual superior a metade da área, devido à localização dos estabelecimentos serem em terrenos de várzea (menos acidentadas).

Essa situação descrita acima acontece em razão dos agricultores pertencentes a Dona Francisca se localizarem na zona de transição com parte das áreas situadas em locais mais planos e parte em local íngreme. Da mesma forma, a maior parte dos estabelecimentos sem sucessão em Pinhal Grande situa-se na zona com relevo mais acidentado do município. Essa localização justifica o baixo percentual de área agricultável.

Quanto à utilização de outras áreas para a agricultura, nenhum dos agricultores utiliza mais do que a área agricultável do seu estabelecimento, ou seja, não utilizam arrendamentos, nem dividem áreas com trabalho de parceria. Por outro lado, a menor presença de mão-de-obra no estabelecimento devido à ausência dos filhos, associada à falta de

se um padrão (salário mínimo) para os dados relativos à renda. É importante deixar claro que a grande maioria dos agricultores não tem o hábito de fazer os cálculos dos custos da produção e demais gastos do estabelecimento, como despesas com equipamentos, combustível para o maquinário, gastos com o consumo doméstico familiar, entre outros. Assim, o cálculo da renda agrícola feita pelos entrevistados apresenta valores aproximados. O valor do salário mínimo no momento da pesquisa de campo era de R\$ 380,00.

⁶ Os agricultores foram questionados se haviam conseguido aplicar dinheiro nos últimos 12 meses, em caso da resposta afirmativa lhes era solicitado informações sobre a quantia mensal aplicada durante cada mês do último ano, convertida em salários mínimos (valor de R\$ 380,00).

maquinário, tem levado os agricultores a reduzir suas áreas de plantios. Porém, essas áreas não têm ficado ociosas, porque os agricultores têm arrendado as partes mais planas ou mecanizáveis para os vizinhos ou parentes cultivarem, principalmente arroz e soja. Para os agricultores, o arrendamento acaba representando uma forma de renda, recebido em percentual de produto.

A produção é diversificada, variando de um a quatro cultivos por estabelecimento. Os principais cultivos ou combinações de cultivos são: milho/feijão/fumo; milho/soja/leite; milho/fumo; fumo/feijão/soja; milho/feijão; arroz/milho/fumo; arroz/soja; arroz/milho; arroz/milho/feijão/fumo, ou somente produção de arroz irrigado (um estabelecimento) e produção leiteira (associado a outros cultivos agrícolas).

Os cultivos produzidos, bem como suas combinações, evidenciam o tipo de área disponível para o plantio. Os estabelecimentos com maior proporção de área plana cultivam somente arroz irrigado, somente soja ou parte com arroz e parte com soja. Os demais (feijão, fumo e milho) geralmente são produzidos em áreas que requerem tração animal e mão-de-obra.

De maneira ampla, pode-se dizer que os tipos de cultivos são determinados em razão da capitalização dos agricultores, ciclo das culturas, das áreas e do tipo de aparato tecnológico necessário para a produção. Geralmente os agricultores associam um cultivo que pode ser produzido com maquinário, ou pelo menos parte do processo produtivo (como é o caso do milho, arroz e soja e feijão), com outro que requer mão-de-obra manual em todas as etapas produtivas ou parte delas (feijão e fumo).

Ao alternar os cultivos, os agricultores buscam não depender unicamente de um produto para gerar renda, mas também organizar o trabalho de acordo com os recursos disponíveis, seja em máquinas ou mão-de-obra, como ressalta um agricultor: “enquanto um passa veneno com a máquina no milho, outro vai fazer o serviço no fumo”. O fumo (considerado um dos cultivos mais antigos produzidos na região) é um dos produtos mais cultivados, porque não requer mecanização, o preparo do solo (feito com tração animal) o plantio e a colheita são manuais, permitindo ser cultivado em áreas mais íngremes.

O milho geralmente é cultivado após a colheita de fumo e feijão, num sistema que os agricultores denominam de “resteva”. Isso ocorre devido a: pouca área agricultável; aproveitamento da adubação que fica no solo após a colheita do fumo e feijão, diminuindo o custo em insumos a serem aplicados nessa cultura; pouca mecanização e falta de mão-de-obra para plantar, fazer os tratos culturais e a limpeza ao mesmo tempo em todos os cultivos. O

milho não pode ser considerado um cultivo comercial, porque os agricultores o utilizam para a alimentação dos animais.

O nível tecnológico ou o uso de maquinário agrícola pode ser considerado pouco expressivo. De maneira geral, os agricultores utilizam mecanização parcial - o maquinário é composto por um trator convencional⁷, grade e arado -, ou nenhuma mecanização, empregando apenas tração animal e mão-de-obra familiar.

A principal atividade mecanizada é o plantio, porém, nas áreas mais acidentadas, inclusive o preparo do solo e o plantio são manuais e/ou auxiliados pela tração animal. As demais etapas do processo produtivo são manuais, pois, além de não possuírem todo o maquinário, a declividade das áreas só permite o plantio de culturas manuais, como o fumo, feijão e milho. Desse modo, os agricultores usam a tração mecanizada (quando possível e disponível) em áreas de soja, milho e arroz ou associam mecanização com tração animal.

A pouca mecanização e o uso da tração animal associado ao uso de equipamentos manuais torna o trabalho agrícola mais penoso e demorado, ocasionando dificuldades em reproduzir o modelo produtivo voltado aos mercados. Se, em determinados contextos a mecanização libera mão-de-obra para o desenvolvimento de outras atividades, em outros, a falta dela acarreta a persistência da penosidade do trabalho e, conseqüentemente, a falta de vontade de permanecer na agricultura.

Em determinadas etapas do processo produtivo, como a aplicação de agrotóxico ou colheita, por exemplo, no feijão, os agricultores costumam pagar algum vizinho ou terceiro que tenha os equipamentos para realizar o trabalho.

A gente paga para alguém vir bater (fazer a debulha) pagando em dinheiro ou uma porcentagem em produto. Eu geralmente pego o vizinho e pago em produto (Agricultor 101).

Apesar das relações sociais de vizinhança persistirem entre os agricultores: “nos damos bem com todo mundo” ou como reforça uma agricultora “o vizinho é o primeiro irmão”, as ajudas ou os próprios mutirões realizados em épocas de maior trabalho cederam espaço ao serviço pago, especialmente aquele realizado com maquinário, em dinheiro ou em produto. Os próprios agricultores reconhecem essas mudanças: “[...] não sei, de uns anos para cá é meio que cada um para si, cada um faz o seu e pronto, uma vez a gente se ajudava mais, mas nós aqui ainda mantemos o mutirão e todo mundo se admira que nós conseguimos manter” (Agricultor109).

⁷ A expressão trator convencional ou comum é dada pelos próprios agricultores com referência aos modelos de tração simples utilizados por eles, enquanto que alguns agricultores mais capitalizados utilizam os tratores tracionados, considerados mais potentes para o trabalho agrícola.

Entre estes agricultores pode-se destacar a situação mais favorável de dois estabelecimentos com mecanização em todo o processo produtivo, desde o preparo do solo até a colheita (possuem trator, arado, plantadeira, pulverizador mecanizado e colheitadeira). São os agricultores que cultivam apenas arroz ou arroz e soja e suas áreas permitem a mecanização total da produção.

A produção leiteira associada aos cultivos de produtos agrícolas torna-se uma fonte de renda a mais para o estabelecimento. As características da produção leiteira dos agricultores podem ser resumidas da seguinte forma: não direcionam ou não conseguem realizar melhorias na atividade leiteira, a ordenha é manual, não trabalham com raças melhoradas e o número de animais é pequeno “duas ou três vaquinhas”, “a raça é caseira mesmo”, como diz uma agricultora, além não destinarem áreas para pastagens, nem utilizar suplementação alimentar.

A venda do leite é realizada tanto de forma direta na cidade, com uma ou duas entregas por semana de cinco a 10 litros, ou através da agroindústria. As agroindústrias locais podem ser tanto a cooperativa como particulares. No caso dos agricultores estudados, a venda ocorre para a agroindústria particular (que produz derivados como iogurtes e queijos). A agroindústria absorve a produção relativamente pequena dos entrevistados (média de 50 a 60 litros por dia) e a entrega diária facilita a produção destes agricultores, tendo em vista a não necessidade do armazenamento do produto, o que dispensa o investimento em resfriadores.

A produção leiteira, embora seja considerada uma alternativa de fonte de renda para os agricultores familiares, ultimamente, em função da mudança na legislação, tem contribuído na exclusão de pequenos produtores da atividade.

A norma atual em vigor⁸ propõe uma série de melhorias na atividade leiteira para atingir o mercado exportador, o que implica no investimento de grande monta por parte dos agricultores, conforme atesta o trabalho de Ferrari *et al.* (2005). As novas exigências requerem ordenha mecânica, resfriadores apropriados e instalações adequadas. Além disso, outras políticas institucionais prevêm a distinção em relação ao preço pago pelo produtor através de uma bonificação (pagamento de maior valor por litro) aos que mantêm uma produção maior e volume de produção constante, somando a uma cobrança de um frete diferenciado, sendo menor para os que produzem mais. Essas normas acabam gerando a exclusão dos pequenos produtores ou dos que produzem em menor escala (FERRARI *et al.*, 2005).

⁸ Trata-se da Normativa 51, implementada em 2002 pelo Ministério da Agricultura, que estabelece critérios e normas para a produção leiteira.

Entre os agricultores, a adequação a essas normas parece implicar na inviabilidade da produção. Como opções, há a busca da modernização da atividade (para a qual os entrevistados não possuem recursos); ou seguir na forma “artesanal” com entrega direta (enquanto ainda é possível) ou ainda abandonar a atividade (caminho que tem sido adotado por muitos agricultores que não se modernizaram).

Quanto ao trabalho, os agricultores usam somente com a mão-de-obra familiar, geralmente só do casal. Porém, alguns agricultores também contam com a participação dos filhos em épocas de férias das universidades para auxiliar na execução de algumas atividades, tendo em vista que a época de férias escolares coincide com a época de cultivo das safras de verão.

Na pesquisa de campo, o auxílio dos filhos foi visualizado especialmente no processo de preparo do fumo para a comercialização, geralmente realizado entre janeiro e fevereiro. Mas essa é uma situação esporádica, não reflete a realidade de todos os estabelecimentos que produzem essa cultura e, também, porque os filhos não costumam passar todo o período de férias em casa auxiliando os pais. Nesse sentido, a ajuda aos pais se constitui numa contribuição eventual: “passam uns dias em casa, ajudam um pouco, depois vão passear, voltam para casa de novo [...] ajudam mais um pouco” (Esposa-Agricultor 102); “não ajudam sempre, porque eles também têm que aproveitar para fazer alguma coisa nas férias, porque durante as aulas não podem sair, mas se estão em casa, alguma coisa sempre fazem” (Agricultor 109).

Considerando a forma de acesso às novas tecnologias produtivas (sementes, agrotóxicos, adubos, técnicas de plantio), o fluxo de informações ocorre através das reuniões técnicas da cooperativa local e EMATER, ou seja, os agricultores dependem das organizações coletivas e das instituições públicas locais para melhorar a forma produtiva e tecnológica da atividade agrícola desenvolvida pela família. Eventualmente ocorre a participação de algum agricultor em dias de campo, excursões ou atividades de visitação a outros locais para conhecer novas técnicas e tecnologias “quando dá para ir” como diz um entrevistado. A exceção são os produtores de fumo, que recebem em casa as instruções específicas para essa cultura através dos técnicos das empresas fumageiras. Nesse caso, em função da integração do agricultor-indústria, os agricultores acabam adotando as tecnologias propostas pela indústria, com pouca ou nenhuma autonomia para decidir.

A dependência das instituições públicas é ainda mais acentuada quando não se constata a participação em grupos ou associações de produtores⁹, geralmente favoráveis ao aumento do conhecimento em torno do objetivo ao qual se associam, seja na parte de infraestrutura, técnico-mecânica, na qualidade da produção ou mesmo na comercialização. Além disso, possibilita a compra de insumos de forma coletiva, favorecendo a barganha de preços e empréstimos financeiros. No entanto, conforme Dorigon *et al.* (2005), muitos agricultores não participam dessas organizações em razão das limitações de recursos para a produção, tendo em vista que estas geralmente estão voltadas ao aumento da produção, agregação de valor ou inserção nos mercados, condição dificilmente alcançada por eles.

A única¹⁰ organização voltada à produção agrícola em que os agricultores participam são as cooperativas agropecuárias locais. Essas cooperativas acabam se tornando a principal alternativa para a inserção no mercado porque compram a produção, vendem insumos e oferecem assistência técnica aos associados.

A gestão da produção, expressa através contabilidade dos gastos agrícolas e o uso da assistência técnica, é pouco expressiva entre os agricultores. A assistência técnica é esporádica e de acordo com a necessidade, conforme explica um agricultor: “chama-se alguém para dar uma olhada”. A assistência é prestada por entidades públicas (EMATER) ou cooperativas locais.

No referente à contabilidade, o controle sobre as saídas e entradas monetárias nos estabelecimentos, especialmente as agrícolas, os agricultores afirmaram não fazer nenhum registro ou controle referentes a produção agrícola. Assim, muitas vezes, os agricultores têm dúvidas se obtiveram lucro ou prejuízo com determinado cultivo: “limpo mesmo nem se sabe quanto sobrou, se sabe do todo, agora do feijão, do fumo de cada um, se faz de cabeça, por alto”. A exemplo dos agricultores franceses com sucessão impossível e/ou difícil estudados por Champagne (1986a), a falta do hábito da contabilidade é recorrente. Na justificativa dos agricultores, um depoimento resume o porquê da inexistência da contabilidade:

Não adianta a gente ficar fazendo conta, porque a realidade do colono é essa, tá plantando e perdendo dinheiro, a situação ainda é boa quando se empata com as despesas, é difícil, então é melhor não contar nada, assim não desanima (Agricultor 105).

⁹ Conforme explicitado no Capítulo 3, os municípios de Dona Francisca e Pinhal Grande apresentam diversas organizações ou associações de produtores.

¹⁰ São sócios do sindicato dos trabalhadores rurais, cujo caráter é reivindicatório e de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e também da CAMNPAL e COTRIJUC.

A análise das condições econômicas dos estabelecimentos dos agricultores sem sucessão revela que as rendas são variadas: renda agrícola, renda não-agrícola interna ao estabelecimento e renda não-agrícola externa ao estabelecimento.

As rendas geradas pela atividade agrícola variam entre um e oito salários mínimos, ficando concentrada na faixa até três salários mínimos mensais. Esses valores monetários são resultantes das dificuldades produtivas enfrentadas pelos agricultores, seja de área ou falta de mecanização, resultando em baixo volume da produção, conseqüentemente baixa renda e capacidade de investimento, conforme argumenta um entrevistado “não se consegue produzir em grande volume”. As rendas agrícolas maiores - entre quatro e sete salários mínimos -, foram encontradas em seis entrevistados, representando um subgrupo menor em relação aos que contam com três salários ou menos.

É possível encontrar a geração de rendas não-agrícolas, como forma de aumentar os rendimentos econômicos familiares. Estas rendas são advindas da comercialização de produtos como: artesanato (chapéus e tapetes), processamento de produtos (queijos, manteiga, vinhos) ou venda *in natura* de carne suína, ovos, hortifrutigranjeiros e mel.

Embora na Quarta Colônia e nos municípios estudados o fomento ao turismo rural e a criação de agroindústrias caseiras (doces, massas, salames, vinhos) seja expressivo, os agricultores sem sucessão não participam ou não estão incluídos nessas iniciativas. A venda da produção ocorre nas sedes dos municípios, seja em supermercados (queijos, manteiga, carne suína, ovos, vinho), casas de artesanato ou direto ao consumidor. O caráter dessa renda não-agrícola é informal, pois nenhum agricultor faz uma venda “legalizada” através do bloco de produtor rural¹¹.

A diversidade de rendas, segundo Abramovay (2003), ocorre principalmente entre as famílias mais descapitalizadas. Os agricultores com rendas mais baixas geralmente necessitam dos rendimentos agropecuários e não-agrícolas, assim como das transferências públicas (como a aposentadoria rural). É possível identificar que os agricultores com mais de 60 anos (11 agricultores) recebem a aposentadoria rural, beneficiando geralmente o casal, situação em que cada um recebe uma aposentadoria de um salário mínimo. Outra fonte de renda não-agrícola externa é o aluguel de imóvel urbano.

¹¹ É através do bloco de produtor rural que os agricultores registram a venda da produção agrícola do estabelecimento familiar. A emissão da nota fiscal serve para o recolhimento de impostos por parte do Estado. Além disso, o bloco é o principal meio para comprovar o vínculo do agricultor com a atividade agrícola, servindo como um dos documentos mais importantes a serem apresentados no requerimento da aposentadoria rural.

Os dados ainda permitem inferir que um determinado número de agricultores gera uma renda agrícola (agricultores com três salários mínimos ou menos) equivalente à renda das transferências sociais ou aposentadoria rural, ou complementam/somam a renda agrícola e não-agrícola com a aposentadoria rural. Nesse caso, a aposentadoria é usada para as necessidades imediatas da casa, conforme afirma uma agricultura “comprar os remédios e fazer o rancho da casa”.

Analisando a participação da aposentadoria rural na renda total do estabelecimento familiar dos agricultores do oeste catarinense Silvestro *et al.* (2001) comprovam que em 29% dos estabelecimentos a aposentadoria representa 25% a 50% da renda total da propriedade, sendo mais significativo para os descapitalizados (35%) e em transição (30%) do que para os capitalizados. É válido lembrar o estudo de Neumann (2003), já mencionado no Capítulo 2, em que 15% dos estabelecimentos familiares de Dona Francisca e 12% de Pinhal Grande apresentam a redução das atividades agrícolas ou arrendamento das áreas, passando a depender mais diretamente do recurso da aposentadoria rural¹².

Os ganhos com a agricultura e o somatório das demais rendas não foram suficientes para os agricultores conseguirem realizar investimentos nos últimos cinco anos “deu para ir levando, investir mesmo só na safra, nos adubos e nas coisas, agora aqui na propriedade não fiz nada”. Os agricultores têm dificuldades em inovar ou atualizar o acervo mecânico do estabelecimento, desenvolver novas atividades produtivas - plantam os mesmos cultivos há muitos anos “desde que eu moro aqui, planto fumo” -, ou obter novas áreas de terras: “poderia cortar um pedaço de mato, mas a fiscalização¹³ está em cima, então não dá para arriscar”.

A realização de investimentos fica restrita ao subgrupo de agricultores (seis entrevistados) com maior renda agrícola, que lhes permite a realização de certas melhorias da infra-estrutura, seja dentro ou fora do estabelecimento. O número de investimentos foi de um por estabelecimento. Esse subgrupo reforça a relação positiva entre renda e investimentos: os agricultores que geraram mais renda conseguem realizar investimentos.

Quanto ao tipo de investimento: os que investiram dentro do estabelecimento o fizeram através da aquisição de instrumentos mais modernos para auxiliar o trabalho agrícola

¹² O trabalho de Tedesco (1999) também mostra que a aposentadoria torna-se uma importante fonte de recurso mensal aos agricultores e que, sem ela, muitos estariam completamente descapitalizados, pois a aposentadoria remunera fatores de produção na agricultura, melhora a infra-estrutura do lar e possibilita o atendimento dos desejos de consumo.

¹³ Os agricultores referem-se ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, que tem vistoriado a derrubada de matas e árvores nativas de forma bastante freqüente nos municípios pesquisados, inclusive com aplicação de multas aos agricultores que efetuaram derrubadas de matas para abrir novas áreas de lavoura ou retirada de madeira.

(tratores, pulverizadores) e melhoria da infra-estrutura já existente; os que investiram fora do estabelecimento indicam a compra de terreno e casa no meio urbano.

O investimento urbano é justificado pela perspectiva de que os filhos não irão se instalar no estabelecimento, mesmo entre aqueles que pretendem deixá-lo como herança para os filhos (conforme destacado no Capítulo 3). A expressão mais comum entre os agricultores é que “não vale a pena investir mais aqui na propriedade, como os filhos não estão, a gente pode estar botando dinheiro fora, investir para ver cair depois, então é melhor deixar assim” (Agricultor 107). A opção por investir em terrenos e imóveis urbanos não necessariamente significa que os agricultores pretendam residir na cidade, ao menos enquanto tiverem força física para continuar trabalhando no estabelecimento, mas investem para alugar para terceiros ou como forma de fazer uma poupança que pode ser vendida em caso de necessidade, conforme esclarece um entrevistado.

A moradia na cidade serve para a gente se quiser ir morar lá futuramente, quando não puder mais se virar por aqui; mas se não, a gente aluga, daí é um dinheiro a mais que entra, como agora, tá alugada, é um dinheiro certo todo mês ou também fica ali, se apertar a gente pode vender (Agricultor 112).

Outros agricultores afirmam ter investido em imóveis urbanos para os filhos, que trabalham ou estudam na cidade.

Eu tenho uma casa em Júlio de Castilhos, lá moram meus três filhos, os três estudam, então eles não precisam pagar aluguel, fica mais fácil; então eu deixo de investir aqui para investir lá, já que tudo é para eles mesmo (Agricultor 114).

Além dos investimentos em infra-estrutura física, os investimentos financeiros realizados pelos agricultores variam entre 0,5 até quatro salários mínimos mensais durante os últimos 12 meses. Os investimentos são sinônimos de “sobra” do que é gerado monetariamente nos estabelecimentos. As condições pouco favoráveis das áreas para o desenvolvimento da agricultura é o primeiro obstáculo a limitar os investimentos “foi colocado pouca coisa lá no banco”, de acordo com os entrevistados.

QUADRO 08

Agricultor sem sucessão - condições produtivas e econômicas desfavorecidas

Morador da Linha Ferrari, distante sete km da sede do município de Pinhal Grande, o agricultor V. e sua esposa P. possuem um estabelecimento com 24 hectares. Do total da área, 12 hectares podem ser utilizados para a atividade agrícola. Tiveram seis filhos, mas todos saíram do estabelecimento. O filho mais novo trabalha na prefeitura municipal de Pinhal Grande. Os demais são empregados no comércio em Santa Maria ou foram morar no Paraná e no Mato Grosso: *saíram daqui há mais de 15 anos, lá eles trabalham com lavoura de soja, saíram daqui para trabalhar com terra melhor e as filhas são donas-de-casa.*

Cultivam feijão, fumo e milho, sendo este último *para o gasto*. Não possuem nenhum maquinário para realizar a produção agrícola, apenas equipamentos manuais e tração animal. Quando precisam fazer o plantio de feijão e milho pagam para um conhecido fazer o serviço. Também contam com a ajuda do filho que mora na sede do município para plantar e colher *ele vem ajudar, mas não viu vantagem em ficar aqui[...] também o emprego oferece um salário garantido todo o mês*. Como não conseguem cultivar toda a área, acabam arrendando sete hectares para terceiros. Fazem uso da assistência técnica *só quando precisa* e geralmente são atendidos pelo técnico da EMATER.

Além da renda agrícola de um salário mínimo por mês, possuem outras rendas advindas da aposentadoria rural e da venda de artesanato -chapéu de palha de trigo- feitos pela agricultora: *eu levanto todos os dias às quatro horas da manhã para fazer chapéu, depois que eu faço certa quantia [...] quanto tenho uns 10 chapéus levo na casa do artesanato aqui mesmo do município para vender*. Além disso, *vendo cebola na cidade, mas só na safra*.

Nesse estabelecimento o agricultor não tem conseguido realizar investimentos nos últimos anos *não tem sobrado*. São sócios apenas do sindicato dos trabalhadores rurais.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Os **agricultores com sucessão** possuem uma estrutura fundiária que varia entre oito e 63 hectares. Na distribuição por tamanho, 12 estabelecimentos têm até 30 hectares, sete estabelecimentos têm entre 31 e 50 hectares e seis estabelecimentos têm 51 ou mais hectares.

Em relação à área agricultável, os agricultores conseguem otimizar a área destinada à agricultura nos seus estabelecimentos, com percentuais variáveis atingindo até 80%. Os maiores aproveitamentos das áreas se justificam em razão da localização dos estabelecimentos serem nas áreas menos íngremes. É o caso dos agricultores que cultivam arroz. Nestes, o processo produtivo ocorre de forma mecanizada em áreas planas para facilitar o processo de irrigação da cultura. Além disso, precisam estar próximos aos reservatórios de água ou beiras de rios, como é o caso do Rio Jacuí. Da mesma forma, os produtores de soja e trigo também realizam todo o processo produtivo com o uso de maquinário e, por esse motivo, necessitam de áreas com maior facilidade de mecanização. De modo geral, as áreas mais aproveitáveis são aquelas utilizadas pelos agricultores no cultivo arroz irrigado, milho e soja.

De acordo com o Relatório FAO/INCRA (2000) as áreas mais planas permitem ao agricultor ampliar a superfície de exploração agrícola e, conseqüentemente, a renda agrícola, pois o tamanho da área é determinante na obtenção da renda. As áreas mais planas, que

favoreçam maior mecanização e geração de renda mais elevada, auxiliam a qualificar um agricultor como “colono forte”, ou mais capitalizado de acordo com o trabalho de Tedesco (1999). Os colonos mais fortes não possuem maior área de terra em relação aos mais fracos (descapitalizados), mas suas áreas, na grande maioria, são planas (ou possuem apenas pequenas parcelas da área do estabelecimento localizadas em morros ou parte declivosas) e facilmente cultiváveis.

Além da área agricultável do próprio estabelecimento, é possível identificar agricultores que arrendam¹⁴ outras áreas com o intuito de aumentar os rendimentos agrícolas. Os agricultores que cultivam unicamente arroz arrendam outras áreas (áreas de várzea e com disponibilidade de água para irrigação) para o cultivo exclusivo dessa cultura, já os demais arrendam para produzir soja e trigo, ou ainda para cultivar fumo, feijão e milho. Esses arrendamentos variam entre oito e 100 hectares e ocorrem dentro do mesmo município ou fora dele. No caso dos produtores de arroz, os arrendamentos são em Dona Francisca, Restinga Seca e Rosário do Sul, já os de soja e trigo arrendam principalmente em Júlio de Castilhos.

Quanto aos sistemas de cultivos, os agricultores diversificam de um até cinco cultivos distintos por estabelecimento, trabalhando no sistema de policultivos¹⁵. Pode-se constatar uma diversidade interna nos tipos de cultivos: só cultivo de arroz, podendo ser denominados de agricultores familiares especializados (FAO/INCRA, 2000); outros agricultores associam: arroz/milho/fumo; arroz/fumo/amendoim/cana-de-açúcar (sendo os dois últimos utilizados como matéria-prima para a agroindústria implantada no estabelecimento); arroz/milho e arroz/milho/leite; milho/feijão/soja/fumo; milho/feijão/fumo; milho/feijão/leite; soja/milho/fumo/leite; soja/trigo/milho/feijão/leite; soja/milho/fumo; soja/gado de corte/leite; soja/feijão/fumo e soja/feijão/milho.

Todos os cultivos são produzidos na mesma época (safras de verão), com exceção do leite (todo ano) e trigo (inverno), o que significa dizer que os agricultores dividem as áreas e tentam otimizá-las plantando os mais diferentes cultivos. Os que têm potencial produtivo (maquinários, tecnologias, capital) de “sobra”, além do aplicado no estabelecimento, arrendam outras áreas.

¹⁴ Segundo o Relatório FAO/INCRA (2000) a prática de arrendamento é predominante dentro da agricultura familiar mais na região sul do Brasil, em detrimento das outras regiões do país.

¹⁵ Conforme mostrado no Capítulo 3, parte dos agricultores da Quarta Colônia dedica-se ao policultivo, ou seja, produzem várias culturas agrícolas dentro dos seus estabelecimentos.

Analisando o nível tecnológico usado pelos agricultores, observa-se que o processo produtivo é realizado com maquinário, embora não dispensando o uso de tração animal e da mão-de-obra.

Os cultivos como arroz, soja, trigo e milho possuem todas as etapas do processo produtivo mecanizado (plantio, tratos culturais e colheitas). O limitante é o plantio e a colheita do fumo, com processo produtivo todo manual, da mesma forma que a colheita do feijão. Observa-se entre os agricultores a racionalidade em termos da diversificação produtiva e o uso dos recursos disponíveis para a produção, conjugando cultivos que podem ser mecanizados com outros que exigem tratos manuais. Essa racionalidade pode ser melhor compreendida através do depoimento de um agricultor: “nós plantávamos 15 mil pés de fumo [...] mas como o resto (soja, leite e milho) é com máquina, aumentamos a produção de fumo, hoje chega perto de 50 mil pés” (Agricultor 212).

Os estabelecimentos contam, em média, com um ou dois tratores (do tipo convencional e/ou tracionado), além de grades, arados, pulverizadores mecanizados, semeadoras e colheitadeiras e, em alguns casos, silos apropriados para secagem e armazenagem dos produtos. Esse padrão significativo de mecanização não se limita ao número de máquinas, mas à potência e à capacidade das mesmas.

No entanto, nem todos os agricultores apresentam o mesmo potencial produtivo em termos de maquinário, mas conseguem fazer quase todas as etapas produtivas de forma mecanizada. As particularidades ficam por conta daqueles agricultores que produzem feijão e fumo, cultivos produzidos com pouca ou nenhuma mecanização.

A presença de silos nos estabelecimentos também é importante, especialmente para os produtores de arroz, porque serve para conservar a qualidade do produto a ser comercializado em períodos de melhores preços, conferindo ao agricultor a possibilidade de escolher o melhor momento da venda, além de não precisar pagar aluguel para terceiros ou mesmo taxas de armazenamento cobradas pelas cooperativas.

Os agricultores apresentam uma dinâmica produtiva voltada à produção e inserção nos mercados, trabalhando na perspectiva do aumento da produtividade e do volume de produção. Em busca desses objetivos, distintos arranjos produtivos podem ser identificados, perpassando reconversões produtivas até a introdução de novas atividades ou cultivos.

A possibilidade de diversificação, principalmente entre agricultores mais capitalizados, está relacionada com as maiores possibilidades econômicas e produtivas. De acordo com Brumer *et al.* (1993, p. 197).

[...] ainda que a diversificação seja uma prática desejável para os pequenos agricultores, a fim de evitar os riscos relacionados à dependência de uma única fonte de recursos, eles diversificam o que podem e não necessariamente o que querem. Nesse sentido, os maiores produtores gozam de condições mais favoráveis do que os menores para a diversificação de suas atividades: possuem mais terra, equipamento e capital.

É possível que a capitalização permita aos agricultores mecanizar todo o processo produtivo de determinados cultivos, gerando, assim, liberação da mão-de-obra e recursos econômicos para novos investimentos, como a introdução de novas alternativas produtivas. Um exemplo é o cultivo de frutas (como a Nogueira Pecan), associado aos cultivos agrícolas tradicionais com o objetivo de “gerar mais uma fonte de renda”, conforme esclarece um dos entrevistados. Observa-se também a introdução de palmeiras para extração de palmito e a criação de cabritos.

A produção leiteira também faz parte da diversificação produtiva dos estabelecimentos. Aqui se encontram os que estão introduzindo a atividade e os que buscam modernizar a produção já existente no estabelecimento, visando torná-la uma atividade comercial.

Nós não produzíamos leite, daí passamos a ver que era possível produzir, porque se colocasse ordenha mecânica ficava fácil, porque o resto que nos produzimos (soja, milho, trigo) é tudo a máquina. Foi daí que também resolvemos investir no leite, não tinha tanta dificuldade de produzir e é uma boa fonte de renda (Agricultor 212).

A gente começou com 20 litros, vendia no taro, deixava na beirada da estrada e no meio da manhã o caminhão pegava. Mas hoje mudou, tudo é a granel [...] o caminhão encosta no resfriador e pega o leite, agora produzir leite é de outro jeito. Hoje entregamos perto de 500 litros [...]. Também foi comprado umas novilhas de raça e trabalhada a parte de alimentação para as vacas leiteiras.

Os agricultores que trabalham com uma produção leiteira intensiva utilizam vacas leiteiras de raças melhoradas, produção de silagem e pastagens melhoradas, para garantir a alimentação dos animais, especialmente para o inverno, época de maior escassez de alimentos e baixa produção de leite.

São agricultores que conseguem acompanhar as normas vigentes na legislação leiteira, (conforme já citado no item dos agricultores sem sucessão). Possuem um aparato de produção com resfriadores para armazenar o produto de um dia para o outro e ordenha mecanizada, além disso, ao investirem na alimentação dos animais, buscam garantir uma produção constante ao longo do ano ou a regularidade desejada pela indústria. A produção fica entre 150 a 500 litros por dia conforme cada agricultor. A venda (com exceção de um agricultor que entrega na cooperativa local) é realizada para uma cooperativa leiteira do município de Encantado, que oferece maior remuneração.

Em busca de inserção competitiva nos mercados, destacam-se os agricultores que fizeram reconversão produtiva, deixaram de plantar soja e passaram a produzir arroz irrigado em função da melhor aptidão do solo, atingindo os maiores índices de produtividade entre os arrozeiros do município. Nesse caso, a reconversão implica em realizar melhorias da área: implementação da sistematização do solo e instalação de equipamento de irrigação. Além disso, outros agricultores passaram a diversificar a área do estabelecimento, antes usada apenas para a pecuária, hoje cultivada com soja e trigo.

A introdução de tecnologias produtivas como o plantio direto, enquanto uma prática de conservação da fertilidade da área acaba garantindo a preservação do solo ao longo dos anos, mudando a forma de produzir em relação ao período de introdução da modernização da agricultura. Conforme um agricultor: “Gostavam das lavouras limpas, queriam tudo lisinho, nenhuma pedra. Eu fico pensando quanta terra foi parar nos rios, hoje a gente não perde nada, ganha tempo e dinheiro e garante a qualidade da terra” (Agricultor 210).

De acordo com Tedesco (1999), os agricultores mais capitalizados - também denominados de colonos fortes-, possuem melhores condições em relação aos meios de produção: fazem ordenha mecânica, possuem vacas leiteiras com boa genética, realizam o plantio de culturas mecanizáveis, acumulam capital financeiro suficiente para adquirir novas áreas de terra para os filhos e podem empregar trabalhadores (TEDESCO, 1999). Conforme o estudo do autor, a vantagem de ser um colono forte está centrada na possibilidade de trabalhar com maior nível de capitalização em oposição aos colonos mais fracos. Esse maior nível de capitalização é um fator motivador para a permanência dos filhos (TEDESCO, 1999).

Analisando a forma de acesso às novas tecnologias, como sementes, maquinários e agroquímicos, os agricultores são dependentes das instituições locais. Os eventos promovidos por essas instituições são demonstrações práticas, tais como os “dias de campo¹⁶”, visitas em outras propriedades dentro ou fora dos municípios, com o intuito de levar aos agricultores o conhecimento de novas práticas e tecnologias produtivas. Constata-se entre os entrevistados, uma boa participação nessas atividades.

Além disso, participam de cursos de manejo das culturas agrícolas, cursos sobre derivados de cana-de-açúcar (caso específico do agricultor com agroindústria), excursões e

¹⁶ Trata-se de uma prática utilizada pelos difusores de tecnologias, com o objetivo de levar os agricultores a ver como funciona na prática determinadas técnicas, suas vantagens e desvantagens, para posterior aplicação no estabelecimento.

reuniões técnicas realizadas por empresas particulares, tanto no município como na região, participação em feiras e exposições estaduais¹⁷.

Entre os agricultores mais diversificados há um grupo organizado voltado à conservação de solo, denominado Amigos da Terra, um dos mais antigos grupos de agricultores que surgiu, sendo fortalecido com a introdução do plantio direto nos municípios. Os agricultores que cultivam arroz participam ainda de grupos voltados à melhoria da eficiência produtiva através da difusão de tecnologias, chamado Projeto G10 (já citado no Capítulo 3). Esses agricultores freqüentemente têm seus estabelecimentos selecionados pela EMATER, cooperativa local e IRGA para realizar “dia de campo”, funcionando como unidades demonstrativas de técnicas produtivas para os demais agricultores do município¹⁸.

Além da Associação Amigos da Terra e Grupo de Produtores do Projeto 10, os agricultores participam de outras iniciativas organizativas, tais como: Grupo de Arroz Pré-Germinado, Grupo de Produtores de Noz Pecan, além de estarem associados às cooperativas e ao sindicato dos trabalhadores rurais.

A organização da produção, tanto em termos de uso da assistência técnica, como da contabilidade ou do controle dos gastos é realizada de forma significativa entre os agricultores. Os agricultores fazem uso da assistência técnica de maneira permanente ou quando necessário, procurando desenvolver um acompanhamento continuado das suas lavouras. De modo geral, o serviço é gratuito, prestado pelas cooperativas agropecuárias e EMATER.

A contabilidade não é uma prática recorrente entre os agricultores familiares, embora se registre a preocupação com a parte administrativa da produção, com “o que realmente sobra”, como se referem os agricultores; o hábito de levar na “ponta do lápis” não é seguido por todos. Entre os que afirmaram fazer a contabilidade, há uma maior organização e controle da produção agrícola, com cálculos dos custos de produção e das entradas e saídas dos recursos dos estabelecimentos. Outros fazem a contabilidade de maneira esporádica, dependendo “do que se vai plantar” afirma um agricultor, enquanto outro afirma “às vezes a gente começa a fazer as contas, mas chega no meio da safra daí já não anota mais, então fica perdido, não adianta” (Agricultor 217).

¹⁷ As feiras mais citadas pelos agricultores são: Expointer (realizada anualmente no município de Esteio); Expodireto (realizada anualmente no município de Não-Me-Toque) e a Expoagro, realizada anualmente no município de Rio Pardo.

¹⁸ Ressalta-se a condição favorável do município de Dona Francisca - local de concentração do maior número de agricultores que cultivam arroz -, como um dos municípios com maior produtividade da cultura no Rio Grande do Sul.

As rendas dos agricultores são agrícolas, não-agrícolas e provenientes de recursos externos como é o caso da aposentadoria rural. A atividade agrícola gera entre três até 12 salários mínimos mensais. Entre os entrevistados, nove apresentam renda agrícola de até cinco salários mínimos e 17 agricultores têm de seis a 12 salários mínimos.

As demais rendas, como as não-agrícolas, são pouco expressivas (dois entrevistados). As atividades geradoras desse tipo de renda são: comercialização de mel; derivados de cana-de-açúcar proveniente da agroindústria existente em um dos estabelecimentos, a qual opera em nível comercial com certificação de qualidade e contratação de mão-de-obra temporária. As rendas não-agrícolas externas são derivadas da aposentadoria rural e, em um dos casos, a esposa do agricultor é professora municipal.

Em relação aos investimentos realizados pelos agricultores nos últimos cinco anos, eles são diversos; identificam-se agricultores em que o foco principal é melhorar a infraestrutura produtiva do estabelecimento e aumentar o potencial produtivo, voltados à aquisição de bens (maquinário agrícola) e ao aumento da área cultivável.

Conforme Dorigon *et al.* (2005) o percentual de agricultores que conseguem realizar investimentos é proporcional ao tamanho da área total dos estabelecimentos, ou seja, quanto maiores as áreas maiores as possibilidades, pois aumentam as rendas. Aqui, os maiores investimentos não levam em conta somente o tamanho da área, mas o percentual da área agricultável. A relação entre renda e maquinário também é destacada pelo Relatório FAO/INCRA (2000), ao considerar que os agricultores com maior nível de renda acabam investindo na aquisição de maior força mecanizada.

Esse tipo de investimento é destacado pelos agricultores como ponto positivo na eficiência produtiva, resultando no aumento da produção agrícola através do aumento da área cultivada.

Somos eu e o meu filho para trabalhar, então o investimento em maquinário permite a gente aumentar a área de produção, fazer safras maiores. Assim, também sobra mais (Agricultor 224).

A possibilidade de modernização aumenta a eficiência produtiva, além disso, o fato dos agricultores serem os proprietários do maquinário favorece a escolha do melhor momento para a realização das operações.

Se tu tens as máquinas em casa pode colher quando achar melhor, agora se tu tens que depender dos outros, claro que eles vão colher o deles primeiro, então às vezes chove, daí tu perde produto, perde em qualidade (Agricultor 225).

A gente não tinha máquinas, então se pagava para outros colher, colhiam mal, passavam por cima das pedras, a máquina desregulava, se perdia muito produto [...] faziam uma estimativa do quanto ia render a lavoura, chega no final ficava bem longe do calculado, se perdia muito na lavoura e tudo depois de pronto. Hoje a gente tem as máquinas e melhoramos as lavouras, limpamos tudo, não tem um toco, uma pedra (Agricultor 212).

Além de maquinário, os investimentos também ocorrem em benfeitorias como silos para armazenagem de grãos, como forma de qualificar a infra-estrutura do estabelecimento. Também investiram na compra de novas áreas de terras para aumentar a área agrícola e instalar os filhos sucessores. A compra de imóveis urbanos pode ser citada como uma particularidade existente nos investimentos dos agricultores: são investimentos que tem a finalidade de servir como herança para as filhas ou para moradia futura do pais quando passarem o estabelecimento em definitivo para o filho sucessor: “Comprei a casa para mim e a mulher morarmos, porque a propriedade (o estabelecimento agropecuário) já é praticamente do meu filho” (Agricultor 213).

Quanto aos investimentos financeiros realizados no último ano, estes variam de um até oito salários mínimos mensais, sendo que todos os entrevistados conseguiram realizar investimentos, embora com valores diferenciados. A maior concentração de investimentos financeiros ou “sobras” ficam acima de cinco salários mínimos aplicados mensalmente por cada agricultor nos últimos 12 meses.

A exemplo dos agricultores sem sucessão, a individualização da força de trabalho e a necessidade de produzir cada vez mais acaba por “extinguir” a troca de serviços ou os mutirões entre os agricultores.

No começo sim, se ajudava mais, mas depois paramos. Lembro que se trocava até pedaço de carne, quando um matava um animal a gente levava um pedaço de carne, depois quando o vizinho matava devolvia. Também naquele tempo não tinha freezer. Com o serviço era a mesma coisa, no começo trocava dias de serviço, mas agora não [...] começou mais o maquinário, cada um plantava mais pra si. Mas quando era mais no braço [...] as pessoas se ajudavam mais (Agricultor 208).

Isso não quer dizer que as relações de ajuda mútua entre os vizinhos tenham perdido a validade. Estas relações aparecem em casos de problemas de saúde ou de alguma enfermidade na família. O que ganha destaque é o serviço pago, “o colher para os outros”, geralmente remunerado em percentual do produto colhido.

QUADRO 09

Agricultor com sucessão - condições produtivas e econômicas favoráveis.

O estabelecimento do agricultor E., localizado na linha Formoso em Dona Francisca, tem como principal força de trabalho o pai e o filho sucessor, trabalhando em forma de parceira. O filho sucessor é o mais novo, casado com uma moça do meio urbano, tem dois filhos e reside em uma casa ao lado do pai. O pai repassou seis hectares para incentivar o filho a produzir e permanecer no estabelecimento *porque ele sempre ajudou e gosta da agricultura*. O agricultor também lamenta o filho mais velho não ter permanecido, *porque teria terra suficiente para colocar os dois filhos, mas ele dizia que iria morar na cidade e ganhar bastante dinheiro, mas estaria melhor se estivesse aqui*. Embora o filho tivesse pouca vontade de permanecer, o agricultor ainda comenta que sempre avisou como era ser agricultor *eu dizia que o agricultor tem que ir de manhã até meio-dia e do meio-dia até de noite e não tem essa de dizer que agora eu não vou porque é quente, porque essa é a profissão*. A filha mais velha (casada com um agricultor) reside no estabelecimento do marido e a mais nova está fazendo curso pré-vestibular.

O tamanho do estabelecimento é de 33 hectares com área agricultável de 20 hectares própria para o cultivo de arroz irrigado, com toda a infra-estrutura de irrigação necessária. Cultivava soja, mas acabou fazendo a reconversão produtiva para o arroz. Também produzem milho *só para o consumo, só para os animais e outras coisas de horta como batata, mandioca e verduras, mas tudo é para consumo próprio*.

A infra-estrutura produtiva envolve tratores (um tracionado e outro comum), colheitadeira, caminhão arado, grade e silo para armazenagem do produto. *Facilita muito ter o silo, não faz muito que fizemos esse investimento, antes tinha que colher e já entregar na cooperativa, porque não tinha nem como secar e nem armazenar. Hoje melhoramos bastante nosso jeito de produzir, porque uma vez era tudo a boi. Mas o fato de ter todo o equipamento não torna a agricultura uma atividade fácil [...] hoje nós temos que produzir o máximo em uma área, ainda tem que cuidar do maquinário para não deixar sucatear porque para comprar novo, na situação de hoje, é difícil*.

A renda agrícola fica em torno de sete salários mínimos por mês. Os últimos investimentos (últimos cinco anos) foram no silo e em maquinário agrícola. Costumam realizar a contabilidade da produção, mas nem sempre, variando conforme a atividade *os custos mais altos a gente tem que fazer as contas*. Usam assistência técnica sempre que precisam e contam com os serviços do técnico especializado em arroz da cooperativa local. Suas lavouras já foram utilizadas como unidades demonstrativas para os dias de campo conduzidos pela EMATER e cooperativa. Adotam tecnologias sempre que possível (sementes, insumos) *a gente vai ver bem primeiro como é que funciona, também vamos a reuniões e feiras, sempre que tem alguma coisa a gente está participando*. É sócio do sindicato dos trabalhadores rurais, a esposa, o filho sucessor e as duas filhas também são sócias da cooperativa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Com base nas análises destacadas até aqui é possível identificar as diferenciações produtivas e econômicas entre os agricultores sem e com sucessão.

De um modo geral, as diferenças centram-se nos elementos formadores do processo produtivo, como a área usada para a atividade agrícola, a possibilidade de arrendar outras, o grau de tecnificação que os agricultores possuem e pelas possibilidades de melhoria ou ingresso em novas atividades. A organização produtiva, o uso de assistência técnica, a contabilidade, a proximidade com as instituições locais para acessar novas tecnologias e a participação em organizações são elementos também distintos entre os dois grupos de agricultores.

Com base nesses elementos, os agricultores podem ter maiores possibilidades de gerar melhores rendas e a possibilidade de investimentos e melhorias da infra-estrutura

interna dos estabelecimentos, facilitando o desenvolvimento do trabalho e aumentando ou diversificando o capital de terras e bens.

Os agricultores sem sucessão apresentam condições desfavorecidas em relação aos com sucessão. Essas condições estão expressas pela menor área agricultável, considerada de “cerro” com algumas partes planas, pouco maquinário, geralmente usado de forma associada à tração animal ou uso apenas da tração animal, o que reflete em baixos rendimentos da produção agrícola.

As alternativas de geração de renda no estabelecimento são basicamente a produção de leite, utilizando apenas os recursos existentes no estabelecimento sem inovações e com dificuldades de adequação à legislação. Outra alternativa é a geração de rendas não-agrícolas. As rendas agrícolas são menores se comparadas aos agricultores com sucessão, conseqüentemente seus investimentos também são menos expressivos.

Por outro lado, os agricultores com sucessão são mais organizados em torno da gestão do estabelecimento: buscam inovações tecnológicas, diversificação produtiva (frutas, leite) ou melhorias em relação ao que é atualmente praticado nos estabelecimentos. São agricultores inseridos em diversas organizações coletivas: cooperativas, associações ou grupos específicos de produtores, entre outros.

Conseguem aproveitar melhor a área disponível para a agricultura, por terem terras mais planas, usam maquinário para realizar praticamente todas as etapas do processo produtivo, podendo inclusive trabalhar com arrendamento de outras áreas. São agricultores capitalizados, com uma dimensão econômica e produtiva capaz de se manter dentro das exigências dos mercados. Suas rendas são expressivas (se comparadas aos sem sucessão) o suficiente para realizar os mais diversos investimentos, geralmente voltadas à melhoria da infra-estrutura produtiva do estabelecimento.

6 PERCEPÇÃO DA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E A SUCESSÃO

Neste capítulo abordam-se as percepções dos agricultores familiares sobre a ocupação agrícola e o estímulo à permanência dos filhos na atividade. Busca-se identificar as relações entre as percepções dos agricultores sobre a ocupação e como estas influenciam no estímulo à permanência dos filhos na agricultura e, conseqüentemente, na sucessão dos estabelecimentos familiares.

A análise visa testar a terceira hipótese inicialmente formulada: a sucessão é influenciada pela percepção dos agricultores sobre a ocupação agrícola. Assim, os agricultores com sucessão ou com possibilidades sucessórias em seus estabelecimentos tendem a apresentar uma percepção positiva da ocupação e estimulam os filhos a permanecerem na atividade.

O presente capítulo está estruturado da seguinte forma: o primeiro item aborda as dimensões teóricas sobre a percepção da ocupação agrícola, as condições em que os agricultores constroem as percepções positivas e negativas em torno da ocupação e as relações entre as percepções dos agricultores com a permanência dos filhos na atividade. O segundo analisa, a partir pesquisa de campo, quais são percepções sobre a ocupação agrícola entre os agricultores sem e com sucessão. O terceiro e último tópico expõe a relação entre as percepções com o estímulo para os filhos permanecerem na atividade agrícola.

6.1 Considerações teóricas sobre a percepção da ocupação agrícola e a relação com a sucessão

Ao tratar de forma conceitual a questão da percepção da ocupação agrícola, é necessário delimitar dois conceitos centrais: ocupação e percepção.

Na literatura sociológica o termo ocupação é distinto de profissão. Bonelli e Donatoni (1996) afirmam que na bibliografia anglo-saxã o termo profissão refere-se ao conhecimento institucionalizado, complexo, especializado e sistematizado. Em outras palavras, o termo profissão limita-se às atividades que requerem um nível ou título superior para o seu desempenho, sendo considerados profissionais os detentores de cursos superiores, enquanto os não portadores de tal título possuem apenas ocupação (MARTINS, 2003). De

maneira semelhante, para Silva (1986), o termo profissão indica uma ocupação que exige conhecimentos especializados, comprovados em universidades. No sentido mais amplo, refere-se àqueles com instrução acadêmica.

No fundo, a noção de ocupação e profissão é um conceito em “disputa” e geralmente associado à divisão de classes. Fernandes (2004), citando Freidson, faz uma crítica aos estudos da Sociologia das Profissões, ressaltando que estes buscam sustentar a noção de profissão em torno da teoria de classes (proletariado e burguesia) e que a profissão é, genericamente, uma ocupação e não é uma classe. Ademais, o que distingue as ocupações umas das outras é o conhecimento e a competência necessária para a realização de tarefas diferentes numa divisão do trabalho. Desse modo, segundo Fernandes (2004, p. 17), “a ocupação seria todo o tipo de atividade realizada no bojo da divisão do trabalho”.

Com base da distinção conceitual que define ocupação por oposição à profissão, a segunda é determinada por um código de ética com normas e regras, com regulamentação e formação de associações profissionais, com repasse de conhecimento sistematizado e universal (WILENSKY, 1964 citado por MACHADO, 1995). Assim, neste trabalho, usa-se o termo ocupação para definir a atividade produtiva realizada pelos agricultores.

A noção de percepção é proveniente da Filosofia e sua principal característica, como aponta Chauí (1997), é a relação mútua entre o sujeito e as coisas que o cercam ou estão a sua volta. Dentro dessa idéia de inter-relação, passa-se a perceber e interpretar o mundo. Assim, a percepção possibilita interpretar as coisas, os objetos e os outros de maneira qualitativa, afetiva e valorativa (CHAUÍ, 1997). Essa interpretação é o resultado da maneira como a percepção sobre determinado objeto é construída e os valores dados a ele, sendo que os “julgamentos” dados pelos sujeitos aos objetos e aos outros são decorrentes do modo como a sociedade dá valor às coisas e às pessoas. Os sujeitos interpretam ou atribuem significados e valores às coisas da mesma forma que a sociedade à sua volta interpreta essas questões, pois os sujeitos estão imersos ou fazem parte dela (CHAUÍ, 1997). Desse modo, as interpretações dos sujeitos são as interpretações da sociedade incorporada por eles.

Dentro desse contexto das relações os agricultores acabam construindo suas percepções em torno da ocupação: é uma construção relacional cujo resultado é proveniente da interpretação e valoração das condições dos seus estabelecimentos, da agricultura e do modo de vida no meio rural. A percepção positiva ou negativa é compreendida, aqui, como o resultado do balanço entre as condições de desenvolvimento da ocupação de agricultor que os agricultores familiares possuem frente a outras possibilidades ocupacionais, ou mesmo diante de outras formas (produtivas, fundiárias e tecnológicas) de desenvolver a ocupação agrícola.

Segundo Bourdieu (2000) e Champagne (1986b), a percepção social é sempre relacional, e a visão dos agricultores sobre si mesmos depende dos grupos sociais que eles conhecem e com os quais se comparam. Desse modo, as distintas percepções dos agricultores são os resultados de uma comparação que eles mesmos fazem com outros grupos sociais, como, por exemplo, os citadinos e mesmo entre antigos moradores (podendo ser os próprios irmãos e parentes) que deixaram o meio rural para se instalar nas cidades e passam a exibir um modo de vida com maior conforto doméstico, férias anuais e remuneradas, rendas mais altas e regulares, ou seja, uma realidade distinta da maioria dos agricultores.

A comparação não é abstrata ou imaginária, ela se dá em confrontos concretos no próprio interior das famílias com o retorno dos emigrados e em outros espaços de comparação com os não camponeses (BOURDIEU, 2000).

No entanto, o mesmo processo comparativo pode ser acionado quando os indivíduos que permaneceram observam a situação dos migrados e concluem que ela tornou-se desfavorável em relação à situação anterior, ou seja, a migração não melhorou as condições de vida. Nessas condições, os indivíduos que resistiram à migração acabam reconhecendo como positivo o fato de terem ficado no meio rural.

Além da comparação com os citadinos, os agricultores também se comparam aos demais agricultores situados em melhores condições (com melhores rendas, áreas e maior nível tecnológico) e vice-versa: os com melhores condições também se comparam com os desfavorecidos. Assim, a percepção é construída entre os próprios agricultores. Isso ocorre pela própria diferenciação econômica existente entre os agricultores (inclusive dentro do mesmo espaço rural), pois, conforme o tipo de agricultura desenvolvida há determinados agricultores capitalizados e outros nem tanto, podendo coexistir numa mesma comunidade ou município empresários rurais, tendo como vizinhos pequenos agricultores tradicionais (CHAMPAGNE, 1986b).

Para Champagne (1986b), os processos favoráveis às mudanças de percepções entre os agricultores são, sobretudo, ocasionados pela proximidade entre o rural e o urbano devido à diminuição das distâncias geográficas e sociais, tornando-se possível almejar outras ocupações, diferentemente de outrora, quando os agricultores seguiam na agricultura porque era a mais acessível ou a única possível. Essas mudanças nas percepções em torno da ocupação agrícola permitiram que as situações de vida agrícola - consideradas no passado como normais e naturais-, cedessem lugar a um comparativo capaz de levar os agricultores, especialmente os com piores condições econômicas, a se auto-perceberem como um grupo desfavorecido em relação aos demais.

A possibilidade de comparação com outros grupos sociais rompeu com a crença de que não havia nada melhor que ser agricultor, e a ocupação agrícola passou a ser freqüentemente vista como mal remunerada e desvalorizada. Nesse sentido, a construção das percepções sobre a ocupação e o trabalho nada tem de mecânico; ela é, sobretudo, o efeito da comparação apreendida pela percepção e apreciação sobre outro modo de vida que leva em conta, principalmente, as distâncias entre as rendas agrícolas e não-agrícolas, empregos e facilidade ou dificuldades no desenvolvimento do trabalho. Por conta disso, emerge entre os agricultores uma crise de auto-estima reforçada pelas dificuldades do trabalho, impulsionando o desejo de acessar as ocupações urbanas consideradas mais vantajosas economicamente e realizadas com menos “sofrimento” (BOURDIEU, 2000).

Os efeitos dessas mudanças entre os agricultores podem ser sentidos nos encaminhamentos profissionais que os pais tentam dar aos filhos. Atualmente, por conta das alterações na percepção sobre a ocupação agrícola, o encaminhamento dos filhos para seguir na agricultura já não é mais um processo mantido de maneira incondicional pelos pais, no mesmo sentido dado no passado, segundo o qual “filho de agricultor também é agricultor”. Os esforços para tornar os filhos agricultores são dependentes das condições locais e dos estabelecimentos familiares. Stanek (1998), analisando a realidade de quatro países (França, Canadá, Tunísia e Brasil), deixa claro que os projetos ou o futuro profissional almejados pelos agricultores¹ para seus filhos estão relacionados com a avaliação feita pelos primeiros da situação global da sociedade em que vivem, bem como da sua visão em torno das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro da coletividade no meio rural.

Ainda, segundo Stanek (1998), quando os pais começam a preparar seus filhos para outra ocupação e para a emigração, pode-se apostar que o setor agrícola ou o mundo rural atravessa senão uma crise, pelo menos importantes dificuldades. As estratégias de encaminhamento dos filhos dependem, entre outros fatores, das capacidades financeiras das famílias e das oportunidades do mercado de terras local que podem ser aproveitados pelas famílias para instalar seus filhos, podendo ser estabelecimentos ou áreas de terras de antigos ocupantes que perderam as esperanças de continuidade do seu patrimônio (STANEK, 1998).

No entanto, também é preciso ter presente as situações de bloqueio capazes de fazer os pais manterem ou assegurarem, em primeiro lugar, o patrimônio familiar mesmo que

¹ Com base nas aspirações dos pais sobre o futuro profissional, o autor constrói oito categorias utilizando um conjunto de variáveis que descreve a atitude dos entrevistados diante do futuro dos filhos: a vontade de lhes dar uma educação superior, a profissão ideal, a avaliação da oportunidade de permanecer no campo ou ir para a cidade, o grau de separação que os pais estão dispostos a aceitar para que seus desejos se realizem, entre outros (STANEK, 1998).

isso não signifique melhores condições de vida aos filhos. Conforme argumenta Stanek (1998, p. 120) “um futuro no meio rural incerto pode ser preferido às incertezas do êxodo e mesmo a fidelidade ao patrimônio e a sua perpetuação podem superar qualquer consideração a respeito do bem-estar dos filhos”.

Além do pai (chefe do estabelecimento) ou dos pais, Valdés (1985) citado por Durston, (1998), afirma que, particularmente, as mães também estimulam a saída das filhas da atividade agrícola. De acordo com o autor, as mulheres são indivíduos bastante perceptíveis às mudanças sociais e econômicas do meio em que vivem e, especialmente, as mães têm feito esforços para as filhas não reproduzirem as mesmas funções domésticas desenvolvidas por elas, que consideram como um trabalho agonizante, repetitivo e carente de satisfações. Assim, na atualidade (e de maneira bastante freqüente), as mães financiam com grande esforço qualquer projeto de vida de suas filhas com vistas a adquirir uma atividade autônoma, como é o caso dos estudos.

Com relação à influência dos pais sobre a permanência dos filhos na atividade agrícola, o trabalho de Juchem *et al.* (2005) retrata duas situações. Na primeira, os pais influenciam os filhos a permanecer e assumir o estabelecimento como um negócio próprio. Na segunda, os pais procuram não influenciar a permanência dos filhos no estabelecimento.

Outros estudos brasileiros voltados a analisar as relações entre as condições dos pais e dos estabelecimentos com a permanência dos filhos observam, com freqüência, os próprios pais encaminhando os filhos para outras ocupações quando constatarem as precárias econômicas e infra-estruturais dos seus estabelecimentos.

O estudo de Silvestro *et al.* (2001), realizado em Santa Catarina, ressalta que 16% dos pais descapitalizados desestimulam seus filhos a serem agricultores, enquanto essa proporção é de 7% para os em transição e de 10% para os capitalizados. Com relação ao estímulo para todos os filhos seguirem como agricultores, os capitalizados (52%) e em transição (64%) incentivam mais os filhos a permanecer em relação aos descapitalizados (31%). O estudo também mostra o percentual de pais que procuram não influenciar nem a favor e nem contra os filhos a permanência dos filhos na profissão como é o caso de 47% dos descapitalizados, 29% dos em transição e 33% dos capitalizados. Nos estabelecimentos classificados como capitalizados, em 33% todos os filhos são estimulados a permanecer na agricultura.

O trabalho de Carvalho (2007)² apresenta resultados semelhantes: os estabelecimentos em transição e descapitalizados apresentam, em maior proporção, o estímulo dos pais a não permanência dos filhos na agricultura, enquanto o desestímulo é menor naqueles estabelecimentos capitalizados. Desse modo, os estabelecimentos com maior êxito econômico apresentam um estímulo superior ao registrado nos estabelecimentos desfavorecidos.

Brumer e Giacobbo (1993), no Rio Grande do Sul³, também verificam que os pais, em casos de inabilidade do estabelecimento (especialmente os pouco modernizados, com baixas rendas ou com pouca área), não incentivam os filhos a ficar na atividade agrícola, esperando que estes prossigam os estudos e encontrem um emprego urbano assalariado. Para esses, as melhores condições de vida para os filhos estão fora da agricultura.

Na França, Champagne (1986b) mostra que os próprios pais em condições de trabalho agrícola pouco modernizado, baixa especialização produtiva e com baixas rendas agrícolas (e atualmente sem sucessores) ficariam satisfeitos se nenhum filho quisesse recomeçar ou se instalar com agricultor, pois lamentariam ver os filhos reproduzindo uma ocupação penosa e exaustiva como a agricultura. Nas entrevistas realizadas pelo autor com os agricultores franceses, é possível verificar que, em 31% dos casos, os pais não possuem sucessores, mas também não desejam que os filhos permaneçam. Nesse sentido, segundo Champagne (1986b), muitos pais apóiam os filhos na busca por uma “profissão melhor” fora do estabelecimento, através dos estudos ou de emprego urbanos.

Por outro lado, há agricultores com situações mais favoráveis em termos de subsídios produtivos e econômicos, com condições de manter os filhos podendo, inclusive, contar com a possibilidade do retorno do sucessor (após período de estudos) para dar continuidade ao estabelecimento. Nesse caso, a permanência dos filhos não está somente atrelada ao desejo dos pais em dar continuidade ao estabelecimento, mas também à apreciação dos pais e, conseqüentemente, dos filhos pela atividade agrícola.

Conforme Champagne (1986a) a percepção em torno da ocupação agrícola e da agricultura construída pelos agricultores é repassada aos filhos e incorporada por eles, pois a família, além dos bens materiais, transmite aos filhos sua visão de mundo, sua concepção de trabalho, sua “moral” menos ou mais pessimista com o futuro com implicações sobre a

² O trabalho é elaborado com base nos dados da pesquisa UNIVATES/FETAG/MDA realizado no Vale do Taquari, no RS, em 2005. Carvalho (2007), diferentemente do estudo de Silvestro *et al.* (2001) classifica os agricultores em capitalizados, em transição e descapitalizados através das categorias econômicas investimento e poupança. Assim, os agricultores que realizaram investimentos e aplicaram em poupança foram considerados como capitalizados e em transição, enquanto os que não realizam foram classificados como descapitalizados.

³ Pesquisa realizada no município de Ijuí, localizado na Região Noroeste.

permanência dos filhos na ocupação paterna. Dentro desse contexto, as percepções favoráveis ou desfavoráveis dos pais acabam sendo incorporadas e repetidas pelos filhos. Champagne (1986b), analisando a percepção dos filhos (potenciais sucessores), demonstra que eles nada mais fazem do que repetir o julgamento sobre a condição expressa em sua própria família, seja uma percepção positiva ou negativa da ocupação agrícola.

Entre os jovens entrevistados pelo autor, os filhos falam da maneira como percebem a ocupação e o trabalho agrícola, sendo possível verificar a maior rejeição à profissão paterna entre os filhos pertencentes a famílias pouco modernizadas. Os filhos retratam como vantagens de ser agricultor poder estar perto da natureza e ser o próprio patrão, mas demonstram de maneira mais abrangente os inconvenientes tais como a baixa renda, dependência do clima, longa jornada de trabalho e ausência de férias; há mesmo jovens que afirmam não existir vantagens em ser agricultor.

Enquanto os filhos rejeitam a atividade agrícola, citando as condições econômicas, as filhas destacam as condições de vida através da comparação com o modo de vida que levam suas mães, trabalhando numa ocupação pouco reconhecida e com longas jornadas de trabalho, levando-as ao desinteresse pelas atividades desenvolvidas por elas. No fundo, os argumentos utilizados pelas moças para mostrar os aspectos negativos da atividade agrícola refletem a realidade vivida por suas mães e a maneira como essas transmitiram a elas suas próprias experiências e visões de mundo.

As avaliações dos jovens franceses vistas acima coincidem com as avaliações dos jovens entrevistados da região sul do Brasil na pesquisa de Brumer e Spanevello (2008). Nesta pesquisa, as principais desvantagens do trabalho da mãe, segundo as moças é o trabalho ser prejudicial à saúde (40% das respostas), seguido da baixa renda (23%), enquanto 20% afirmaram não existir desvantagem. Quanto aos rapazes, 40% afirmaram ser o trabalho prejudicial à saúde, seguido da baixa renda (22%) e 30% afirmaram não existir desvantagens. Com relação às desvantagens da atividade do pai, moças e rapazes apresentam as mesmas respostas: baixa renda, com 31% das respostas das moças e 36% dos rapazes, a segunda resposta é o trabalho sujeito ao rigor do clima com 26% das respostas das moças e 30% dos rapazes. Em relação à não haver desvantagem na atividade do pai, as respostas são pouco representativas (menos de 1%).

Quanto às vantagens da atividade da mãe, as moças citam gerar renda para a família (27%) e produzir produtos destinados ao consumo (25%), enquanto os rapazes citam gerar renda (24%) e fazer os serviços leves da casa (24%). Com relação às vantagens da atividade do pai, os jovens citam gerar renda - 41% das respostas das moças e 45% dos

rapazes-, seguido da alternativa não ter patrão, com 23% das respostas das moças e 26% dos rapazes.

O que os dados descritos acima permitem apontar - principalmente os que retratam não haver desvantagem na atividade da mãe e como vantagem fazer o serviço leve de casa - é o reflexo da dimensão de gênero sobre o trabalho realizado no estabelecimento, resultando na invisibilidade e pouca valorização do trabalho feminino, especialmente entre os homens. A pouca valorização é um dos fatores que acaba desmotivando as mulheres a seguir na ocupação.

O trabalho de Siqueira (2004), realizado nos municípios de Candelária e Santo Cristo, ambos no Rio Grande do Sul, mostra tanto as moças como os rapazes rejeitando a atividade materna e paterna respectivamente. Do total, 84% dos rapazes de Candelária e 60% dos rapazes de Santo Cristo não desejam seguir a mesma ocupação dos pais. Entre as moças, 100% das entrevistadas em Candelária rejeitam a possibilidade de prosseguir na atividade materna, enquanto 97% das residentes em Santo Cristo expressam a mesma opinião.

Para Siqueira (2004), a rejeição de moças e rapazes à ocupação dos pais se deve as percepções construídas no próprio interior dos estabelecimentos através da internalização das avaliações expressas pelos próprios pais. Essa rejeição à atividade agrícola vem acompanhada da falta de estímulo por parte dos pais na permanência dos jovens, segundo declaram os jovens entrevistados, apenas 15% dos pais de Candelária e 16% dos pais de Santo Cristo expressam a vontade que seus filhos sejam agricultores. Por outro lado, há um expressivo percentual de pais (41% em Candelária e 60% em Santo Cristo), segundo os jovens entrevistados, que se mostram indiferentes⁴ à ocupação escolhida pelos filhos.

Nesse sentido, é possível argumentar que os filhos expressam os condicionantes sociais aos quais estão expostos, especialmente as falas/motivações/argumentos advindos dos próprios pais e dos seus estabelecimentos familiares. Dentro dessa idéia, é possível encontrar entre os filhos de menores condições produtivas e econômicas o desejo de não retornar (para aqueles que já saíram) ou permanecer no estabelecimento para se estabelecer profissionalmente como agricultor devido à penosidade do trabalho. De acordo com Bourdieu (2000, p. 104), o desejo de buscar ocupações urbanas nasce conforme a posição do indivíduo no meio rural ou na hierarquia dos mais ou menos capitalizados, sendo o modo de atração de vida urbano mais comum entre os filhos de agricultores mais pobres e as filhas mulheres.

⁴ Para Siqueira (2004, p. 104) esse percentual pode ser justificado em razão de sua pesquisa ter sido realizada com jovens que frequentam escolas de Ensino Fundamental. Nesse caso, muitos dos jovens considerados na pesquisa não serão os sucessores de seus pais, porque a decisão de seguir estudando no Ensino Fundamental é posterior à decisão de não assumirem a ocupação agrícola.

Por outro lado, uma das condições para um filho desejar ser agricultor, segundo Champagne (1986b), é aquela em que os pais permitem a ele escapar dos inconvenientes da ocupação, especialmente da penosidade do trabalho através do uso de maquinário ou área de terra com maior possibilidade de renda. Nesse caso, os filhos escolheram ou optaram por ficar porque os estabelecimentos são maiores, submetidos à gestão e administração mais empresarial e os pais não somente apresentam uma percepção favorável da profissão, como também tendem a repassar para os filhos o “gosto” pela agricultura, encorajando-os a permanecer.

De acordo com Champagne (1986a) para um agricultor conseguir se reproduzir como tal, é necessário que ele próprio acredite na ocupação agrícola e que o modo de vida agregado a ela mereça ser reproduzido. Além da sua própria crença, é necessário fazer os próprios filhos acreditar nisso e tomar “gosto” pela agricultura. A percepção da ocupação agrícola como “possível”, “rentável” ou “interessante” ou uma percepção “penosa”, “sem futuro”, “pouco rentável” pode levar os filhos a querer ou a não querer serem agricultores. No fundo, os pais fazem um trabalho simbólico com os filhos, instaurando uma crença em torno da ocupação de agricultor, podendo ser positiva ou negativa. O modo como é construída essa percepção e a forma como os pais a expressam resultam no encorajamento ou desencorajamento dos filhos a continuar como agricultor.

6.1.1 As percepções em torno da ocupação agrícola e a permanência dos filhos

Neste tópico, analisam-se as percepções sobre a ocupação agrícola e o estímulo aos filhos seguirem na atividade, considerando os agricultores sem e com sucessão. A percepção dos agricultores sobre a sua ocupação é reconhecida como uma questão importante. Para Billaud (1998, p. 175) ao se conhecer a percepção dos agricultores sobre sua ocupação “é possível fazer dela um indício mais geral de um sistema de valores que organiza as condutas individuais”. Aqui, analisamos as percepções dos pais para posteriormente averiguarmos suas “condutas” no estímulo à permanência dos filhos na agricultura.

Abordando a questão relativa à percepção dos agricultores sobre a ocupação agrícola, além do questionamento direto sobre a percepção da ocupação, lançaram-se três questões complementares para ajudar a compreender os motivos e/ou razões das percepções positivas ou negativas dos agricultores. As questões estão relacionadas às vantagens e

desvantagens da ocupação e ao desejo de ser novamente ou recomeçar como agricultor, caso hoje pudessem escolher entre a agricultura ou outra atividade. Em seguida, analisa-se o estímulo ou desestímulo à permanência na atividade, tanto para as filhas como para os filhos.

Os **agricultores sem sucessão** apresentam uma percepção negativa da ocupação agrícola. As expressões que caracterizam essa percepção são: “a agricultura é uma profissão⁵ difícil e penosa”, “ultimamente a agricultura está zerada”, “estamos pagando para trabalhar”, “hoje é uma das piores profissões que eu conheço”, “profissão sem futuro”.

Os agricultores demarcam uma percepção comparativa entre a forma como as gerações anteriores (e eles próprios) desenvolviam a atividade quando iniciaram efetivamente na ocupação, com a forma usada no presente. As respostas fazem referência à forma de desenvolvimento da ocupação no período anterior à modernização agrícola, quando a carga de investimentos, especialmente de insumos, não era tão intensa como no momento atual e representava menores custos de produção. Nesse sentido, os agricultores comparam a forma de desenvolvimento da agricultura entre o “passado” e o “presente” e concluem que a agricultura do passado era mais vantajosa: “uma vez era uma profissão melhor”, já “foi melhor ser agricultor”, “é verdade que se produzia menos, mas valia mais e não tinha tanta exigência de insumos e gastos como agora”, “ser agricultor já foi um bom negócio”, “há tempos atrás era muito melhor, se sobrava mais”, “se vivia melhor, agora é só veneno”, “se vivia com menos”.

Quando eu comecei na agricultura a terra era “forte”, não precisava de adubo, hoje precisa muito mais coisas e os custos das lavouras são altos. Se o governo não der apoio, não está fácil [...] porque o produto da gente baixa, mas os gastos não. O agricultor está sempre na pior (Agricultor 115).

Na raiz dessa questão estão as dificuldades atuais, tanto em termos econômicos e produtivos, que restringem a inserção e manutenção dos agricultores descapitalizados nos mercados agrícolas competitivos cada vez mais exigentes no uso de insumos e produção final com qualidade. A necessidade de estar mais focado nos rendimentos, no uso de agrotóxicos, torna-se uma tarefa difícil para muitos agricultores.

A cada ano muda, vem mais exigência da firma de fumo, um ano o fumo tem que ter isso, tanto de adubo e outras coisas, ai querem qualidade, tem que secar de tal jeito, mas ai a gente não tem um galpão apropriado para isso, ou querem o feijão com tanto de umidade na hora de vender senão descontam muito, dá muita quebra no final, então fica difícil (Agricultor 108).

⁵ Apesar da distinção conceitual entre profissão e ocupação apresentada no início e da opção pelo uso do termo ocupação, nas entrevistadas os agricultores citam o termo profissão. Para manter a fidelidade com as respostas dos agricultores, usa-se o termo profissão nas citações das entrevistas.

Por outro lado, a agricultura pode ser considerada uma ocupação favorável, pelo fato do agricultor ser o próprio patrão, fazendo uma contraposição com as ocupações urbanas “na cidade tu é mandado”, “aqui tu vai à hora que quer e se tu é empregado tem que acompanhar o relógio”, “a gente tem liberdade de trabalhar quando quer”. Outros citam o fato de ser o trabalho que sabe fazer ou aprendeu com os pais “aqui só se tinha a possibilidade de aprender a trabalhar na roça” lembrando que ser agricultor era uma das principais alternativas nas gerações passadas. Os agricultores também ressaltam a produção para o próprio consumo “aqui dá para a gente viver bem com isso porque se cria galinha e porco [...] o gasto com comida é pouco. Já na cidade ia gastar muito mais, tudo é mais caro” (Agricultor 110), demarcando o caráter produtivo, diversificado e de subsistência da agricultura familiar.

Com relação às desvantagens da ocupação, os agricultores destacam os custos de produção (altos preços dos insumos), associado aos baixos preços dos produtos, o que não remunera investimento do agricultor: “os preços não ajudam, vira tudo em despesa”. Também é citada a desvalorização da ocupação: “é uma profissão que não tem valor, o pequeno produtor vale pouco”; “para mim é uma profissão ruim, o agricultor é desvalorizado”. A desvalorização não atinge apenas a geração atual, mas também a futura geração de agricultores, provocando a saída dos jovens do meio rural e da atividade agrícola: “tem tantas dificuldades que a agricultura é feita pelos velhos, porque tem poucos jovens querendo ser agricultor”.

Outras desvantagens salientadas estão centradas nas dificuldades produtivas e econômicas para desenvolver o trabalho agrícola: “precisava ser mais mecanizado”, “ter terra mais fácil”, “ter terra boa e maquinário”, “ter uma propriedade mais plana”. Também são citados o uso de agrotóxicos ou a associação entre os custos, renda e as condições de trabalho, conforme depoimentos:

Faz 20 anos que os preços estão cada vez mais baixos, e o custo para produzir, dos adubos e do veneno é cada vez mais alto. E hoje, para produzir em larga escala tem custo. Sempre botando bastante dinheiro, e quando chega ao fim não tem retorno. Além das dificuldades dos preços e insumo caro, se tu quer plantar tem que fazer tudo a mão, agora também o IBAMA tem proibido o corte dos matos, então também não pode abrir lavoura nova para não ser multado (Agricultor 101).

Metade da área é de cerro, então plantar no cerro é brabo mesmo, a gente passa o veneno tudo com máquina nas costas. Já faz 45 anos que eu planto aqui, e é sempre perdido porque o produto vale pouco, se tu olhar para esse monte de fumo que tá aqui no chão, só aqui tem R\$ 2.000 perdidos; a gente não sobra nada, mal dá para pagar as contas do ano (Agricultor 108).

Outro questionamento dos agricultores diz respeito ao desejo de serem novamente agricultores: Se pudesse recomeçar de novo, seria agricultor? Considerando as respostas dos

agricultores sem sucessão, a situação é a seguinte: de um modo geral, os agricultores buscariam outras ocupações, preferencialmente urbanas, enquanto dois agricultores não sabem e outros dois argumentam que seriam novamente agricultores se pudessem trabalhar de forma mais mecanizada e com menos esforço: “se eu pudesse comprar um trator, ia ter terra melhor, como uma área de campo”, “ia querer ter só terra para plantar com máquina”.

Os agricultores expressam, no fundo, a percepção relacional, já destacada por Champagne (1986b), comparando-se com outros grupos, percebendo-se numa situação desfavorável (por terem áreas de cerro, pelo uso quase exclusivo de força braçal) especialmente em relação aos outros agricultores que desenvolvem a mesma atividade, porém em situações distintas ou em condições consideradas mais fáceis. De acordo com os que buscariam outras ocupações, os empregos urbanos seriam as opções. Embora os agricultores tenham afirmado como uma das principais vantagens da atividade agrícola não ter patrão e não precisar cumprir horário, essa condição parece pesar menos em relação à possibilidade de buscar outra atividade, especialmente urbana.

A perspectiva de buscar outra ocupação reside no desejo de desenvolver outra atividade “menos sofrida”, “melhor remunerada” ou “mais valorizada”. Com base nas percepções relacionais, os agricultores ressaltam a valorização das ocupações urbanas, considerando como positivo o trabalho urbano, especialmente pelas rendas fixas comparativamente às condições atuais em que desenvolvem a atividade agrícola, seja pelo desgaste físico da atividade, pelos poucos rendimentos - com produção de pequena escala ou com pouca eficiência produtiva, geradora de menor renda -, e valorização do trabalho (geralmente associada à falta de preço dos produtos agrícolas, fazendo o agricultor se sentir um trabalhador pouco remunerado pelo que produz).

Eu iria fazer outra coisa, eu trabalharia de empregado, te garanto que dava mais do que trabalhar de sol a sol. Na cidade é melhor tem salário certo (Agricultor 110).

Se eu pudesse começar de novo, eu estudaria para trabalhar em outra coisa, ia trabalhar de empregado porque na colônia como é hoje não é mais negócio é muito trabalho e pouco lucro (Agricultor 104).

Eu ia estudar, ia aprender a lidar com o computador e viver de outra coisa, iria ter salário todo o final do mês, ia querer ter uma profissão mais valorizada (Agricultor 108).

Em relação aos **agricultores com sucessão**, as percepções se revelam de maneira inversa aos sem sucessão; esses agricultores, de um modo geral, mostraram uma percepção positiva sobre a ocupação agrícola, com exceção de cinco agricultores que expressaram uma percepção negativa.

As percepções positivas são expressas através de repostas carregadas de uma dimensão valorativa: “eu gosto da profissão”; “eu trabalho porque eu gosto”; “a profissão é muito boa, embora eu já esteja aposentado eu sempre dei valor”; “o que eu posso te dizer com franqueza é que eu sou um apaixonado pela agricultura, pela terra”, “não é uma profissão ruim, eu gosto porque a gente planta e colhe”, “é uma ocupação com seus altos e baixos”, “tem agricultor aqui que reclama muito da agricultura, mas eu não me queixo”. As repostas também expressam a tentativa de repassar para os filhos os aspectos positivos e a valorização da ocupação: “eu gosto e ensinei os meus filhos a gostar”, “ser agricultor é um trabalho digno e isso eu ensinei para os meus filhos”, “eu não tenho queixa, eu sou um agricultor e ensinei os meus filhos a gostar também”; “eu gosto e toda minha família também, porque esse é o nosso ganha pão”.

Os agricultores reforçam a comparação com as ocupações exercidas na cidade, salientando uma avaliação favorável da ocupação agrícola: “prefiro ser um agricultor a um assalariado na cidade”; “é mais vantagem ficar aqui e produzir do que trabalhar na cidade”. Da mesma forma, a percepção positiva também é dada por oposição ou rejeição às ocupações assalariadas urbanas, pois os agricultores acreditam que dadas suas condições atuais em termos de estudo e qualificação profissional é vantagem permanecer na agricultura. “se tiver que viver na cidade com um salário pequeno, eu não queria”, “quem não estuda, é melhor ficar na agricultura”, “o custo de vida na cidade é caro, tem que ter um bom salário”, “na agricultura a vida é mais sossegada”, “aqui tem serviço sempre, na cidade tu pode ser mandado embora”.

Observa-se que a perspectiva positiva em torno da ocupação agrícola e as restrições em torno dos empregos urbanos levam em conta o modo de vida citadino e a necessidade de adquirir boa parte da alimentação, bem como a insegurança quanto ao mercado de trabalho.

Estas considerações refletem o que Champagne (1986a) afirma ser uma das características mais originais entre os agricultores, para os quais a posse de um estabelecimento agrícola, mesmo que de pequeno tamanho, possibilita à família viver, ou pelo menos sobreviver, diferentemente dos assalariados, que são totalmente dependentes do mercado de trabalho para viver de sua atividade ocupacional.

De maneira semelhante aos sem sucessão, os agricultores comparam o modo como desenvolviam a atividade no passado, porém, diferentemente dos primeiros, salientam que hoje ser agricultor é mais fácil que há tempos atrás quando não podiam contar com o aparato tecnológico existente atualmente.

O modo de desenvolver a agricultura hoje é destacado como um aspecto positivo da ocupação: “trabalhamos com mais maquinário, mais tecnologia, uma vez era tudo a braço”; “hoje é mais fácil ser agricultor”; “apesar de hoje também ter dificuldades, não é tão ruim como era uma vez”; “agora tem mais facilidade para produzir”; “hoje trabalhar na agricultura ficou melhor, porque só na enxada hoje ninguém mais vai a lugar nenhum”. Atualmente, a atividade agrícola, segundo os entrevistados “é feita com mais facilidades”, “com máquinas e tecnologia” “uma vez se morria virando pedra e nunca se tinha nada”, “hoje é mais fácil ser agricultor, há mais comodidade de plantar” “é melhor que antigamente, quando tudo era a braço” são algumas das respostas destacadas pelos agricultores.

A comparação é realizada com outros agricultores próximos.

É bom ser agricultor nas condições de hoje, tem as máquinas, também tem mais crédito para o agricultor, porque se fosse como meu vizinho que faz quase tudo manual, aí dá para desistir da agricultura, por causa das dificuldades, eu não ia querer saber da agricultura, ia trabalhar de qualquer coisa na cidade, mas na minha condição, eu não acho ruim (Agricultor 207).

As vantagens da ocupação, além de ser o próprio patrão, são os rendimentos ou lucros “se conseguir colher bem dá para ter lucro”; já outros ressaltam a facilidade na realização do trabalho agrícola como plantar, fazer os tratos culturais, colher e armazenar, feita com maquinário, diminuindo, dessa forma, o uso da mão-de-obra e o desgaste físico.

Essa vantagem é destacada a partir da comparação feita pelos agricultores desde o momento em que iniciaram na atividade agrícola, pois muitos não possuíam essa condição, mas foram se modernizando com o passar do tempo: “era tudo na enxada, depois vieram as máquinas e a gente devagarzinho foi comprando”.

Entre as vantagens da ocupação, pode-se encontrar: ser o próprio patrão, e, além do horário, destaca-se a autonomia do agricultor para poder decidir quais as culturas agrícolas a serem produzidas no estabelecimento “a gente é livre para decidir sobre o que vai plantar”. Outra vantagem é a facilidade no trabalho “a gente com as máquinas se poupa do esforço e vai mais ligeiro plantar e colher”, e a possibilidade de ter bons rendimentos, desde que haja um controle e administração do estabelecimento “tem que saber administrar, fazer os cálculos dos custos”, “a agricultura deve ter planejamento por parte do agricultor”.

Observa-se essa condição no depoimento de um dos entrevistados:

Para mim a principal vantagem é poder trabalhar com menos sofrimento que uma vez, logo que nos casamos há mais de 30 anos se fazia tudo manual, era muito difícil; agora, com as máquinas, se faz tudo com elas, vai mais rápido e depois de colhido se armazena nos silos em casa, sem tanta preocupação. Acho que a vantagem da agricultura hoje, no meu caso, é a maior facilidade de produzir, de trabalhar (Agricultor 207).

Com relação às desvantagens, as respostas dos agricultores com sucessão não estão centradas sobre as dificuldades em realizar o trabalho agrícola, tendo em vista o relativo grau de mecanização e disponibilidade de recursos econômicos existentes em seus estabelecimentos. Nas avaliações, os agricultores expressam fatores externos ao estabelecimento familiar, tais como “os altos custos dos insumos e baixos preços dos produtos”, “o preço está complicado”, “a gente trabalha sem lucro”, seguido da falta de crédito e políticas de preços dos produtos agrícolas.

Não sobra para investir, os preços tem sido péssimos, então a gente gostaria de investir, de ter mais coisas porque somos eu e o filho para trabalhar, mas está difícil de investir, não tem sobrado (Agricultor 221).

Outros apontam a falta de crédito e políticas de preços dos produtos agrícolas “tem que vir do governo, senão fica difícil”. Além disso, é citada a desvalorização da ocupação e o não reconhecimento do trabalho dos agricultores e das agricultoras que acumulam uma dupla jornada de trabalho porque trabalham tanto nos afazeres domésticos como nas atividades agrícolas. Esse somatório de desvantagens resulta na desvalorização da ocupação e fomenta a saída das futuras gerações de agricultores do meio rural.

A agricultura está tão desvalorizada que tem filho de agricultor indo se empregar na cidade para ganhar uma miséria, mal dá para pagar as contas no final do mês, tudo para não ficar na colônia e na agricultura (Agricultor 206).

Quando questionados: Se pudesse escolher, seriam novamente agricultores? Os entrevistados manifestaram-se positivamente.

Dentre as principais motivações está o gosto pela atividade ou porque trabalhar na agricultura “é melhor do que trabalhar de empregado”; “prefiro a agricultura a trabalhar na cidade”, “a gente trabalha no que é da gente”, “eu sempre serei um agricultor, apesar das dificuldades”, “é a profissão que eu escolhi para tirar o meu sustento”, “eu não saberia fazer outra coisa”.

Os agricultores mostram uma condição distinta dos sem sucessão: a rejeição à condição de assalariado, principalmente urbano. A rejeição à ocupação assalariada urbana e a vocação ou o desejo de ser agricultor são dadas sob determinadas condições favoráveis ao desenvolvimento da atividade agrícola. Assim, a percepção do ofício agrícola como possível,

mas, sobretudo, “melhor” a qualquer outro ofício exercido no meio urbano é dada entre os agricultores com melhores condições econômicas (CHAMPAGNE, 1986a).

Os agricultores condicionaram a possibilidade de serem novamente agricultores à condição estrutural atual do estabelecimento, modernizado e com possibilidade de continuar aumentado o potencial produtivo das áreas próprias ou mesmo através de arrendamentos.

Se tivesse que começar do mesmo jeito que nós começamos virando pedra para ajeitar as lavouras, eu não seria agricultor, agora se fosse para começar no pé que eu estou hoje, ai seria tranqüilo, porque tu pode comprar novas áreas ou arrendar para produzir mais (Agricultor 206).

Com relação aos agricultores com percepção negativa da ocupação (cinco entrevistados) pode-se evidenciar que essas percepções são construídas levando em conta a carga ou a longa jornada de trabalho e a dificuldade na realização do mesmo, resultando nas dificuldades em desenvolver ou permanecer na ocupação: “é muito difícil à vida do agricultor, com bastante serviço”; “a gente vive só para trabalhar”; “a agricultura é uma ocupação pesada e dura”; “não tem perspectivas de melhora, só tem gente saindo da atividade”, “tem gente que os filhos não querem mais ser agricultor, querem a cidade”.

Seus argumentos em torno da vantagem da ocupação é poder produzir para o próprio consumo: “tu sendo agricultor pode produzir de tudo na tua propriedade, desde os alimentos até os grãos para vender”, seguido de ser o próprio patrão “aqui não se tem horário” e ser o trabalho que aprendeu com os pais, “meus pais sempre foram arrozeiros e eu aprendi com eles”.

Já as desvantagens, de acordo com um agricultor, “são muitas, poderia ficar um dia te dizendo”, mostrando que os pais ressaltam as desvantagens do ofício de forma mais intensa do que as vantagens. Da mesma forma Champagne (1986b) constata que os filhos listam as desvantagens da ocupação mais freqüentemente que as vantagens, porque acabam incorporando e reproduzindo o discurso e os valores advindos dos próprios pais. As principais desvantagens listadas, a exemplo dos demais agricultores, são aquelas enfrentadas pelo setor agrícola como um todo, tais como os altos custos dos insumos e os baixos preços dos produtos. Ademais, é citada a instabilidade climática e a extensa jornada de trabalho “queria ter uns dias de férias como tem o pessoal da cidade”.

Considerando a possibilidade de serem agricultores novamente, todos aqueles que têm percepção negativa afirmam não desejar e gostariam de estudar ou de ter emprego assalariado urbano.

Eu acho que iria para o lado do estudo, se tivesse que começar de novo não seria agricultor de jeito nenhum (Agricultor 214).

Só fico na minha propriedade porque tem certa infra-estrutura, não devo nada para ninguém, não tenho dívida, mas se fosse para voltar atrás eu não seria agricultor, ia me empregar na cidade, ia fazer alguma coisa lá (Agricultor 218).

6.1.2 O estímulo à continuidade na ocupação agrícola

Neste tópico, destaca-se o estímulo à permanência dos filhos na ocupação agrícola, a partir das percepções citadas anteriormente. Os dados revelam três situações em relação ao estímulo à continuidade na ocupação: os pais estimulam os filhos a ficar, estimulam-nos a sair, não se manifestam nem a favor e nem contra.

Analisando, primeiramente, a situação apresentada pelos **agricultores sem sucessão**, observa-se que o estímulo à permanência dos filhos não é distinto de suas percepções sobre a ocupação de agricultor.

Considerando que os agricultores sem sucessão apresentaram percepção negativa da profissão, os entrevistados afirmaram não estimular os filhos a seguir na ocupação, com exceção de quatro agricultores que confirmaram não ter influenciado nem a favor e nem contra.

Os agricultores que disseram influenciar os filhos a não permanecer justificam suas atitudes levando em consideração o desejo que os filhos sigam os estudos e conquistem empregos urbanos. Por outro lado, o desejo dos pais para que os filhos não sigam na agricultura não significa dizer que os pais deixam de apoiar os filhos que gostariam de permanecer no meio rural, especialmente em atividades não-agrícolas, tais como mecânico ou professora. Da mesma forma, os filhos ainda podem continuar no meio rural, mas em outras áreas ou estabelecimentos, com melhores condições para exercer a atividade em terra mais favorável (plana), assegurando maior facilidade no trabalho.

O trabalho na cidade surge nos depoimentos dos agricultores através da valorização da atividade assalariada em detrimento da agricultura: “ser assalariado dá mais”; “na cidade pode ser pouco, mas é certo”; “melhor na cidade, porque tem um dinheirinho todo o final de mês”, “sempre estimulamos o estudo, porque a agricultura é um serviço mais difícil e pesado”; “com estudo a cidade também pode oferecer um bom emprego”. Um entrevistado

resume que na agricultura “não tem férias e com estudos os filhos podem ter uma boa profissão”.

O estímulo advindo dos agricultores para a saída dos filhos acaba sendo usado pelos mesmos como uma justificativa para ascender a uma situação de vida melhor sem a fadiga do trabalho agrícola e em busca de uma atividade melhor remunerada que a agricultura.

O A. gostava da lavoura. Ele queria ficar em casa trabalhando conosco. Mas eu disse para ele que não vale a pena ele ficar aqui [...] era para ele ir estudar, se instruir, buscar um futuro bom, uma coisa melhor [...] aí fica mais fácil para ele. Hoje estou satisfeito com o que os meus filhos escolheram (Agricultor 112).

A minha filha mora na cidade e tem uma vida boa, está muito melhor que nós. O rapaz também, claro que tem que dar conta dos compromissos deles, mas pelo menos não está nesse sol quente e não está nessa situação de agricultura falida como temos hoje (Agricultor 112).

As famílias com baixa especialização no trabalho e rendas agrícolas são as que mais estimulam os filhos a sair da agricultura, estudar e buscar empregos assalariados urbanos (CHAMPAGNE, 1986b). Conforme Tedesco (1999), entre os agricultores de maior dificuldade econômica, o estudo é visto como uma estratégia de ressocialização para adentrar no trabalho urbano.

As relações entre as condições atuais do estabelecimento, agricultura e os estudos é destacada pelos agricultores.

A gente aqui já trabalha tanto, mas a gente quer uma coisa melhor para eles (filhos), passar o que a gente passou [...] acho que tem outro meio de viver melhor. Não pedi para os meus filhos ficar, nenhum deles, porque acredito que eles terão um futuro melhor na cidade, as duas gurias estão na faculdade e o guri faz curso de técnico industrial. Ficar para trabalhar aqui, até agora nós não sobramos nada, a nossa capacidade de investir, em terras, em coisas assim [...] não é muito grande, já na cidade pode ser diferente, porque se tiver um bom salário no final do mês eles podem viver de um jeito melhor que aqui (Agricultor 103).

O desejo dos pais para que os filhos busquem outras ocupações oferece um canal aberto ao êxodo, principalmente quando está em jogo a busca por melhores condições sociais e ocupacionais. Os pais geralmente expressam uma percepção baseada em atitudes críticas e negativas em relação ao ambiente social imediato e a ocupação atual para justificar a emigração dos filhos e a busca por melhores condições de vida (STANEK, 1998).

São as condições de trabalho, os inconvenientes da ocupação e a falta de rendas fixas as principais razões mencionadas pelos agricultores como motivação para “recomendar” aos filhos as ocupações urbanas, a exemplo do estudo de Champagne (1986b) sobre os agricultores franceses.

No momento, eu acho que meus filhos fizeram à coisa certa. Eu sempre dei apoio para seguirem nos estudos. A gente que trabalha na lavoura depende do clima, da aplicação correta de veneno e tanto se pode colher bem como não colher nada. Então quem está empregado não é muito no fim do mês, mas é certo (Agricultor 117).

Ao demonstrar uma percepção resultante da desvalorização da atividade agrícola, com outras possibilidades de levar uma vida melhor (porque eles próprios não seriam mais agricultores e perderam o “gosto” pela agricultura), diferente da encontrada nos seus estabelecimentos, os agricultores abrem possibilidades para a partida dos filhos, desencorajando os seus sucessores e agravando a situação futura da sucessão. O desencorajamento advindo dos próprios pais pode ser constatado entre os agricultores.

Nem eu quero mais trabalhar na roça, então como posso pedir para os meus filhos ficar? Eu mesmo digo para eles, estudem que vocês podem ter um futuro melhor porque o ramo do agricultor é difícil (Agricultor 101).

Tu vai fazer o que, vai dizer fica, tu sabe que não é futuro, que ela vai ter mais dificuldade do que tranquilidade. Então eu invisto nela, no mestrado que ela está fazendo, dou todos os meses R\$ 500 a 600 reais para que ela consiga se manter em Santa Maria para terminar a formação (Agricultor 105).

Mesmo em torno dessa percepção negativa e desestímulo para a permanência dos filhos, foi questionado aos pais se caso tivessem ou quisessem ter um sucessor por qual dos filhos optariam: as filhas ou os filhos. As respostas dos agricultores não mostram preferência por sexo, podendo ser tanto as filhas como os filhos: “poderia ter sido qualquer um”, “não faço diferença entre os meus filhos”, “hoje em dia, moça e rapaz tem conhecimento igual da agricultura”.

Com referência aos agricultores que não foram nem a favor e nem contra, eles preferiram deixar os filhos escolher a ocupação: “eu não disse nada, porque depois podia me arrepender, deixei livre se quisesse sair para estudar ou ficar aqui”, “não podia tomar a decisão pelos filhos”, “não adianta eu dar outra idéia, dizer fica na agricultura, ou vai ser um médico se ele não tem vocação. Acho que eles têm que escolher o que querem”. Nesses casos, a preferência por deixar para os filhos a escolha do encaminhamento ocupacional: “não adianta obrigar se não gosta”, não motivou a “obrigação” de nenhum dos descendentes em permanecer.

Nesse universo de “neutralidade” em torno do estímulo aos filhos, os agricultores apresentam situações diferenciadas. Segundo um dos entrevistados, suas filhas sempre manifestaram a vontade de migrar e, por esse motivo, resolveu não interferir e deixar a escolha por conta delas, embora tivesse desejado que uma permanecesse. Apesar de contrariado em relação à escolha das filhas, o agricultor admite que a saída foi positiva para

elas, pois possibilitou a aquisição um modo de vida mais favorável em relação ao existente no estabelecimento familiar.

Não pedi para nenhuma ficar na agricultura porque as gurias iam carpir milho e eu ficava escutando os planos delas pro futuro, planejavam quanto iam ganhar, aonde iam trabalhar e o que iam fazer quando fossem para a cidade. Não fiz nenhuma ficar primeiro a agricultura é difícil, nem mesmo eu, se pudesse, seria agricultor; em segundo porque era contra a vontade delas, deixei que elas escolhessem [...] e depois a mais velha casou com um que não era agricultor, então se tornou mais difícil. E tem mais: elas estão melhor lá na cidade, estão melhor do que tivessem ficado aqui, disso eu tenho certeza, elas têm o salário delas, a casa. Aqui elas não teriam isso. Não tenho do que me queixar (Agricultor 104).

As contradições entre as distintas gerações, entre o que querem os pais e os filhos, é um dos aspectos gerados dos desencontros e das possibilidades negativas em torno da sucessão. Esse desencontro é um sinal das mudanças em torno da sucessão que quebra a seqüência lógica de que filho de agricultor é agricultor.

A decisão dos filhos em não permanecer é capaz de fazer os agricultores usarem estratégias para tentar segurar pelo menos um sucessor, como se observou entre os agricultores pesquisados. Em um dos casos, verificou-se que apesar do esforço do pai para manter um dos filhos, pois teria apreciado a permanência de um deles (podendo ser tanto a moça como um dos dois rapazes), seu empenho foi mal sucedido. Na tentativa de segurar um deles sucessor, ofereceu-lhes uma parte do patrimônio, constituído de parte da terra, moradia e as demais benfeitorias, mas nenhum aceitou sua oferta.

Fiz uma proposta de passar a metade (incluindo a casa e as benfeitorias) para aquele que ficasse conosco e mais 13 hectares de terra. Para os outros dois dava mais 13 hectares cada um, mas nenhum deles se atraiu pela minha proposta. Agora vou repartir de forma igual entre todos (Agricultor 111).

As situações colocadas acima sugerem que apesar de nenhum dos filhos terem permanecido, os pais teriam gostado de ter um sucessor. Quanto à oportunidade de permanência, os agricultores acreditam ter dado oportunidades iguais para todos os filhos. Porém, apesar dessa aparente igualdade entre os sexos, na prática verifica-se o contrário. É o caso do agricultor 111 citado acima, o qual afirma que qualquer um dos filhos poderia ter permanecido, mas a esposa afirma que a agricultura não é trabalho para moças, justificando que o serviço é muito pesado. Além disso, a filha é enfermeira, não teria o que fazer no estabelecimento. Se fosse para ter ficado, deveria ter sido um filho homem.

Entre os entrevistados com apenas filhas, a igualdade também é evidenciada: “poderia ser qualquer uma, a mais nova ou a mais velha”. No entanto, não se encontrou entre os agricultores com apenas filhas, qualquer estímulo para favorecer sua permanência. Essas

constatações reforçam que, apesar das dificuldades sucessórias atuais devido à falta de perspectiva dos filhos em torno da ocupação agrícola, a questão de gênero permanece inalterada. Para os agricultores, a sucessão é um processo masculino, mesmo diante da ausência de sucessores masculinos, o incentivo às filhas não são relevantes.

Ainda, segundo os agricultores, constata-se que a saída dos filhos está longe de ser um processo marcado pelo simples “abandono” dos pais pelos filhos. De alguma forma, embora estimulem os filhos a buscar outra ocupação ou mesmo entre aqueles que preferiram deixar para os descendentes decidir, persiste, entre os filhos, a preocupação com os pais que ficam sozinhos no estabelecimento.

Trata-se, sobretudo, de um valor moral e afetivo considerados pelos filhos no momento da saída. Essa situação é constatada por uma das agricultoras: “Quando a L. foi fazer vestibular estava em dúvida se ia ou não. Ela me dizia: mãe o que eu faço? Eu não queria deixar vocês!” (Esposa - Agricultor 105). Em outra entrevista “a R. quer que a gente saía daqui, diz que vai ganhar bem e vai nos tirar daqui, não quer nos ver sozinhos e passando trabalho” (Esposa- Agricultor 110).

Ao deixarem o estabelecimento paterno, os filhos buscam se estabelecer financeiramente para posteriormente auxiliar os pais. O auxílio é baseado na possibilidade dos filhos ascenderem a uma profissão urbana e ter condições econômicas de sustentar ou ajudar a manter os pais futuramente no meio urbano. No fundo, os agricultores também parecem esperar por isso. Ao direcionarem os filhos para ocupações urbanas esperam que eles conquistem uma remuneração mais satisfatória do que conseguiriam na atividade agrícola.

QUADRO 10

Resumo da entrevista com agricultor sem sucessão e com percepção negativa da agricultura

O agricultor V. reside na localidade de Trombudo em Dona Francisca e convivem no local há mais de 20 anos. Seu estabelecimento fica a 22 km da sede do município. Casado, teve apenas uma filha que hoje faz Pós-Graduação na UFSM.

Na sua percepção a agricultura *ultimamente ficou zerada, porque não tem o que fazer, ser agricultor está muito difícil. Tem que ter uma alternativa melhor: trabalhar menos e ganhar mais, porque vai plantar feijão, soja e colher a braço [...] e o leite vai vender para quem? Pagam muito pouco e às vezes nem querem comprar. Hoje o que salva muitas famílias é o aposentado que tem em casa. O feijão dava dinheiro quando se limpava com enxada. Tu colhia pouco e vendia sem se preocupar com a tal bolsa internacional, com os preços do estrangeiro [...]. Agora a situação de quem está nesse campo maior é muito diferente: onde quase a maioria, tem um pivô, plantam fora de época, fazem duas safras por ano e um homem só faz para muitos braços. Porque um peão planta e colhe com máquina. A agricultura deu dinheiro há 7, 8 anos atrás. Nós, por exemplo, não tínhamos quase nada, quando casamos é que fomos fazendo. Eu considero que nós fizemos muita coisa nesses 20 anos que somos casados. Mas, agora, de 2 a 3 anos para cá, está se terminando, não estamos conseguindo conservar.*

Considera como principal vantagem em ser agricultor não precisar ser mandado, poder ter a liberdade de trabalhar quando quer. Entretanto, não seria novamente agricultor se pudesse começar de novo: *Eu, por exemplo, se tivesse ficado na picaretagem (venda e compra de gado) estava muito melhor [...] daria mais. Acho que a saída mesmo, é procurar fazer alguma coisa com o leite, ou plantar outras coisas. Um ganho por mês, porque se vai esperar todas às vezes pela agricultura, uma vez por ano, tu não agüenta.*

Não estimularam a filha a permanecer, porque além do fato de ser uma moça sem experiência no trabalho agrícola. *O que ela vai fazer aqui? Não tem o que fazer aqui, ela sempre estudou então o lugar dela é lá na cidade, nos estudos. Para a agricultura ela não dava, eu mesmo te digo que não gostaria que ela ficasse, só para passar trabalho, já chega os pais. Depois uma guria, nessas terras dobradas e com pouco recurso, só para sofrer. Nós vamos investir nela, porque ela vai fazer o que aqui. Não tem o que fazer. No vizinho mais perto, só tem ele e a esposa também. Se um dia a gente vender a terra e vier gente nova, morador novo pode ser que a agricultura continue, senão [...] não vai ter mais nada. Vai virando deserto. A filha não deseja que os pais permaneçam sozinhos no meio rural ela se preocupa com a gente, mas, por enquanto, até que der, vamos ficando. Eu também não tenho idéia de sair daqui, porque gosto de morar aqui.*

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

Os **agricultores com sucessão** refletem uma posição contrária aos sem sucessão, são majoritariamente os que mais estimularam pelos menos um filho a seguir na ocupação agrícola. Quanto aos agricultores com sucessão, mas com percepção negativa ocorrem duas situações: afirmaram não terem se manifestado nem a favor e nem contra (quatro agricultores) ou não estimularam os filhos a permanecer (um agricultor).

As razões dadas pelos agricultores para estimular os filhos a permanecer são de diferentes naturezas. Um das principais diz respeito à ordem moral que condiciona o sucessor a ficar com o estabelecimento em troca do cuidado, amparo econômico e moradia, quando atingirem uma idade mais avançada. Segundo os agricultores: “além de continuar cuidando do patrimônio da família, fica com a gente (pais)”, “cuidar os pais”. Outra razão reside no compromisso de manter a reprodução de longo prazo do estabelecimento: “fica para tocar a propriedade”.

Além disso, outras razões são apontadas, como a facilidade no desenvolvimento da atividade agrícola devido à infra-estrutura existente no estabelecimento “temos tudo o que precisa para produzir, não tem porque sair”, “compramos mais terra para aumentar a área plantada”, “investimentos em maquinário novo”. A vocação e o gosto pela atividade: “eu sempre digo para os meus filhos, não há nada melhor que ser agricultor”, enquanto em outros o incentivo se dá em razão das próprias condições de estudo dos filhos e dos seus projetos pessoais e matrimoniais “não tinha muito estudo, só até o primário”; “não gostava de estudar”; “namoravam e tinham planos de casar com uma moça daqui do interior”.

A rejeição às ocupações assalariadas é citada pelos demais: “se é para sair para ganhar um salário mínimo não compensa”; “ficar lá de empregado, sendo mandado, então que fique aqui, porque aqui é o dono”; “na cidade tem que comprar tudo, se não é para ganhar bem é melhor ficar aqui”; “ser empregado não vale a pena”. Aqui, os agricultores reforçam para os sucessores as vantagens da ocupação agrícola em relação a outras, especialmente as urbanas.

Ele já não tinha muito estudo e aí ele queria ir pro campo, trabalhar de empregado no campo, mas tem a área de terra dele, então eu disse para ele não deixar tudo abandonado. Ele que continue no ramo dele, porque aqui ele pode trabalhar quando quer (Agricultor 203).

Estes dados corroboram com os encontrados por Silvestro *et al.* (2001, p. 57) entre os agricultores do oeste catarinense, que indicam dois fatores importantes apontados pelos pais para os filhos prosseguirem na ocupação paterna: a proximidade com a família e a rejeição à atividade assalariada, principalmente entre os capitalizados e em transição, enquanto entre os descapitalizados a rejeição ao assalariamento é praticamente inexistente.

A possibilidade e/ou necessidade de acessar a empregos externos varia conforme o nível de capitalização. Dentro dessa lógica, Tedesco (1999) afirma que os colonos fortes ou mais capitalizados não necessitam empregar filhos ou esposas em atividades externas ao estabelecimento a não ser que eles queiram trabalhar fora, enquanto entre os colonos fracos ou descapitalizados a necessidade é recorrente e muitos trabalham fora para auxiliar no sustento do estabelecimento e até mesmo para subsidiar a própria atividade agrícola.

No entanto, é o significado do trabalho fora que demarca diferentes percepções entre os agricultores. O acesso a empregos externos é dotado de significados distintos entre os agricultores. Enquanto para os descapitalizados é uma condição necessária, inclusive de sobrevivência, para os agricultores com maior nível de capitalização o emprego externo não é

considerado uma escolha, mas um fracasso pela impossibilidade de não conseguir manter ou sustentar a família somente da atividade agrícola (STANEK, 1998).

As possibilidades das mulheres assumirem o papel de sucessoras nos estabelecimentos dos seus pais também estão atreladas às oportunidades dadas pelos agricultores, para que suas filhas assumam tal função. Na maioria das vezes, o estímulo é dado apenas aos filhos. Os entrevistados, ao serem questionados se haviam estimulado ou oportunizado a permanência tanto dos filhos como das filhas ou se haviam dado oportunidades iguais para ambos permanecer como sucessor (a), afirmaram que sim: “tanto faz se fosse um ou o outro, todos entendem do serviço da lavoura”; “elas poderiam, mas elas não quiseram então eu deixei a vontade delas”, “as mulheres também entendem da lida da roça”, “aqui em casa não se fez diferença”, “tanto os guri como as gurias escolheram o que queriam ser, mas elas poderiam ter ficado”.

No desdobramento dessa questão, surge a explicação ou a justificativa do porque em todos os estabelecimentos, com exceção daqueles só com um filho homem ou só uma filha mulher, permaneceram os filhos e não as filhas (conforme mostrado no Capítulo 4). As contradições são salientes entre os agricultores e, apesar da afirmação das oportunidades iguais, percebe-se que o estímulo é direcionado para a permanência dos filhos, demarcando a desigualdade entre os sexos⁶.

Poderiam ter ficado se elas quisessem, trabalhavam, entendiam da agricultura, de plantar. Mas só as duas mais velhas, essas até poderia ser, já a C. se criou e sempre estudou, tinha aula, nunca chegou perto da roça. A C. não dava, não conhece o serviço (Agricultor 203).

Eu acho que as gurias não sabem nada de lavoura, não a ponto de tocar a propriedade. A gente as incentivou na vida mais folgada, nos serviços de casa, nos estudos. A agricultura não é uma atividade para elas (Agricultor 205)

As gurias poderiam tocar, porque elas conviveram junto, mas sabem mais da lida de casa, com os animais e horta, agora da lavoura elas não têm conhecimento, daí fica difícil (Agricultor 202).

O A. teria condições, já a T. eu não sei, ela não. Se amanhã ela disser que vai tocar eu digo que não, porque teria que ter experiência, agora o A. sim, está mais acostumado e se eu dissesse que ia parar ele tocava. Eu largaria nas mãos dele e ficaria tranquilo (Agricultor 219).

Entre a possibilidade ter ficado e a efetivação da permanência das filhas, residem os obstáculos, principalmente à “habilitação” ou experiência no trabalho agrícola: “o homem faz mais a lida que a mulher”.

⁶ O trabalho de Silvestro *et al.* (2001) também mostra resultados semelhantes: na maioria das famílias que já tem um sucessor a preferência é pelo filho mais velho e em todos os casos é o filho homem, apesar de todos terem afirmado igualdade entre moças e rapazes.

De acordo com Woortmann e Woortmann (1997), o processo de trabalho na agricultura envolve, sobretudo, a reprodução da família através da produção de mercadorias, mas também a reprodução de dimensões simbólicas. A socialização constitui uma das especificidades do processo de trabalho, situada dentro das relações sociais de produção e marcada por dimensões ou relações subjetivas/simbólicas. Como resultado dessas relações, o processo de trabalho baseado no repasse do saber dos pais aos filhos produz não só espaços agrícolas e agricultores, mas também espaços de gênero. Por isso, os filhos têm a preferência pela sucessão.

Geralmente, são os filhos que detêm o domínio do saber fazer da atividade, em razão da maior socialização e participação no trabalho agrícola, enquanto as filhas se dedicam ao doméstico e, por isso, são menos conhecedoras das questões relativas à atividade agrícola e de gestão do estabelecimento. O fato de os filhos estarem mais acostumados com o trabalho, de entender mais da atividade os credencia à sucessão do estabelecimento. Nesse sentido, apesar dos agricultores admitirem oportunidades iguais foi possível contextualizar o viés de gênero existente na sucessão dado pelo maior incentivo ao filho homem.

Associado ao estímulo para permanecer na atividade em função da percepção positiva da ocupação agrícola, verifica-se que esse estímulo também é dado pelas possibilidades materiais e simbólicas que os pais podem dar aos filhos. Os agricultores lançam mão de um “reforço”, favorecendo o “gosto” pela atividade agrícola e, conseqüentemente, a sucessão. São incentivos que certamente colaboraram para a permanência do filho sucessor. A natureza desses incentivos é diversa: transferência de uma parte da área de terra para o filho sucessor; compra de área nova para o filho; bens materiais como motocicletas e carros, modernização do estabelecimento com compra de maquinário; diversificação das fontes de renda e autonomia.

Com relação às áreas de terra, os agricultores tanto podem passar uma parte da área do estabelecimento, garantindo ao filho algum recurso patrimonial, ou adquirir novas áreas, colocando-as no nome dele, já podendo ser considerada como parte da herança: “O S. financiou parte da área, mas eu dei R\$ 20.000 para ajudar na compra, já como sendo uma parte dele, de herança, vamos dizer assim” (Agricultor 221).

A diversificação de fontes de rendas no estabelecimento (além de existência de uma organização produtiva e de gestão distinta dos demais estabelecimentos da pesquisa que trabalhavam somente com a agricultura) faz parte do estímulo do pai para o filho permanecer, porque permite ao sucessor trabalhar com outra atividade produtiva, sem a penosidade do trabalho agrícola.

Faz um tempo que venho investindo na agroindústria, não só na parte produtiva, mas também na parte de gerenciamento, levo tudo controlado. Eu acredito ser um fator que facilita os filhos a ficar, porque ele tem condições de tocar, não é de sol a sol que nem o trabalho agrícola, porque se fosse nessas condições ele não ia ficar, isso posso te garantir (Agricultor 223).

Na pesquisa de campo, constata-se que o maior estímulo para a permanência dos filhos homens contrapõe-se à ausência de estímulos materiais para as filhas. Conforme um sucessor (único filho homem) “para mim o pai sempre deu tudo, não precisava nem pedir, já para as minhas irmãs não era assim” (Sucessor - Agricultor 203). Outro sucessor também faz uma associação entre a permanência das moças com a falta de incentivos dos pais.

Nós, com nove ou 10 anos de idade, já tínhamos nossa enxadinha com cabinho de vassoura, subia em trator para ir aprendendo a fazer. Nós já sentíamos o gosto desde cedo. Agora filha mulher é mais complicado, os próprios pais não incentivam [...] não dão nada para elas (Sucessor - Agricultor 206).

Dentro dessa falta de estímulo às filhas, o depoimento de um agricultor é ilustrativo na forma como incentivou materialmente apenas os filhos.

Toda a comunidade me pergunta: como eu consegui ficar com os dois rapazes em casa? Eu acho que a resposta para essa pergunta é que eu dei uma moto para cada um deles e hoje cada um deles tem um carro. Depois passei uma parte da terra, nove hectares para cada um, tudo para incentivar. Tá certo que depois um deles saiu para trabalhar fora, mas foi por causa da saúde, tinha se intoxicado com o veneno (Agricultor 213).

No entanto, o incentivo foi dado ao filho homem e não às filhas. A esposa deste agricultor esclarece o incentivo às filhas em direção ao estudo: “[...] para as gurias a gente tentou dar estudo, não foi dada moto, nada disso. Para a mais velha não deu para dar estudo, porque a escola era longe e ela era bastante doente. Mas na segunda a gente caprichou, hoje ela é professora” (Esposa - Agricultor 213). A esposa complementa que não foi dado nada (terra) a elas porque percebiam que as filhas não gostavam de trabalhar na agricultura.

Há também que considerar os incentivos dados de forma monetária. Os filhos recebem uma espécie de pagamento ou remuneração no momento da venda da safra. O arranjo mais comum é aquele em que pai e filho trabalham juntos e o pai acaba assumindo as despesas da produção agrícola e repassa uma parte do valor final da venda para o filho: “Eu dou uma parte de dinheiro da safra pelo que ele trabalha. Isso é limpo, sem despesa, mas ele também tem o carro no nome dele” (Agricultor 225).

Outra dimensão que merece ser analisada é o caso do retorno do filho para suceder o pai, após ter passado pela formação universitária. Após estar formado em Ciências Contábeis pela UFSM e de não gostar de trabalhar em escritórios, além das dificuldades do

mercado de trabalho, o filho retoma a atividade agrícola para trabalhar junto com o pai, mas também para sucedê-lo. Na opinião do próprio sucessor, a volta está associada com a vocação para a agricultura, pois ainda na faculdade continuava ajudando em casa “no final de semana vinha para ajudar o pai a plantar” e pelas facilidades de trabalho na propriedade, toda mecanizada: “o trabalho com máquina facilita” e localizada ao lado da sede do município. Além disso, é possível perceber a autonomia dada ao filho no exercício da atividade agrícola, conforme explica o pai:

Desde mais ou menos os 10 ou 12 anos o F. já tinha um pedacinho de área, pouca coisa, colhia uns 20 a 25 sacas de arroz, por conta dele, ele plantava, cuidava, colhia, vendia e o dinheiro era dele. Isso funcionava como um incentivo, uma espécie de mesada, só que tinha que trabalhar pra ganhar [...] ele tinha autonomia naquilo que fazia, podia fazer do jeito dele. Acho que isso também motivou. Os pais devem dar oportunidades para os filhos mostrar que sabem fazer. Quando eu vi que ele voltou, fizemos um investimento em silo, maquinário e trator. E todo esse investimento foi feito em função da permanência dele (Agricultor 206).

Conforme argumenta Champagne (1986b) é sempre possível um filho querer retornar, nada o impede disso, a não ser que esta escolha implique em baixos rendimentos e condições de trabalho desfavoráveis. Por esse motivo, o retorno tem mais chance de acontecer em casos em que as condições são favoráveis para eles, em situações em que os inconvenientes da profissão são amenizados pelo uso de meios de produção mecanizados e com recursos econômicos suficientes.

A possibilidade dos estabelecimentos conseguirem suprir a necessidade e demanda de toda a família, seja para comprar novas áreas de terras, investir em novas atividades produtivas, bens para a casa ou maquinário torna-se um estímulo à permanência dos filhos. De acordo com os agricultores entrevistados, a possibilidade de oferecer aos filhos melhores condições é determinante na sua decisão de ficar.

Eu já disse várias vezes, se o M. tivesse que trabalhar ai no cerro, a braço, nunca ele tinha ficado, tinha caído fora. Ele ficou porque tinha boa condição desde quando era mais jovem. Além disso, tinha estrutura na propriedade (Agricultor 205).

Os estímulos para os filhos tornarem-se agricultores devem-se, sobretudo, às condições objetivas favoráveis (como as econômicas, produtivas) em estabelecimentos capitalizados, capazes de fazer os pais demonstrarem aos seus filhos que a agricultura também é rentável e pode ser desenvolvida com menor esforço físico e penosidade. Diante dessas possibilidades, os agricultores repassam o “gosto” pela profissão de forma objetiva (recursos), mas também subjetiva (valorização da ocupação), porque acabam transmitindo aos filhos o estímulo para permanecer na ocupação paterna.

Entre os agricultores com percepção negativa, os que afirmaram não terem influenciado nem a favor e nem contra, justificaram ter deixado a escolha para os filhos: “eles é que devem escolher o que é melhor para eles”, “ele nunca falou de sair, sempre quis ficar”, “melhor deixar para eles escolherem, as idéias dos mais novos já são diferente das nossas”.

Nunca falei [...] sempre foi da vontade dele, se ele quisesse sair ou ficar, eu não ia atrapalhar ele. Até esses dias tinha um concurso na prefeitura e eu perguntei se ele queria fazer e ele me disse que nem pensar (Agricultor 201).

Apesar dessa posição dos pais, os filhos acabaram ficando e hoje são os sucessores dos estabelecimentos. Quando perguntado quais as razões para os filhos permanecerem os agricultores mencionam “é melhor na agricultura do que na cidade” e a “possibilidade de ficar com o estabelecimento futuramente”, “gostar da atividade agrícola”, “ter vocação para o trabalho”.

Apesar da percepção negativa e de afirmarem ter deixado a escolha da ocupação por conta dos filhos, foi levantado junto aos entrevistados se foram dadas oportunidades iguais para os filhos e as filhas permanecerem. Apesar das respostas positivas “acredito que sim”, “tem mulher que sabe mais do que os homens”, os agricultores colocam barreiras à permanência das filhas: “elas não gostavam”; “poderia até ser, deixar para ela, mas ela teria que se casar com um agricultor, um que também entendesse do ramo [...] dois pensando junto, fica mais fácil” (Agricultor 222). O sentido dessas imposições ou barreiras demonstradas pela falta de conhecimento das filhas sobre o trabalho agrícola ou por desgostarem da atividade visa justificar a permanência dos filhos homens no estabelecimento e a preferência dada a eles no momento da sucessão.

Outra especificidade desse processo é o retorno dos filhos ao estabelecimento após iniciar os estudos no meio urbano. Em um dos casos, o filho sucessor estava na faculdade, em outro o filho cursava o técnico agrícola e, num terceiro o filho havia acabado a formação de técnico agrícola, mas todos acabaram retornando para trabalhar na atividade agrícola, porque acreditavam ser mais vantagem ser agricultor do que ter um trabalho assalariado futuramente. Em relação ao filho que desistiu da faculdade, o pai argumenta que ele próprio se deu conta das vantagens de ser agricultor em relação a uma ocupação assalariada urbana.

O A. mesmo se deu conta que não valia a pena terminar a faculdade, ele fazia Física e para ser professor, com o salário de hoje e morar na cidade, não ia sobrar nada, então ele desistiu e voltou para casa (Agricultor 218).

Tornar-se um sucessor é, sobretudo, um processo de “escolha” ou avaliação entre a agricultura e outras ocupações, especialmente urbanas. Nesse balanço, a agricultura é percebida como uma ocupação possível e rentável em relação aos empregos urbanos.

Ele foi fazer o Técnico Agrícola, lá em São Vicente do Sul, cursou um ano e desistiu. Outro dia, perguntei se ele não estava arrependido de ter parado de estudar, ele me disse que não [...] eu também fiquei contente que ele voltou, senão eu estava sozinho (Agricultor 224).

Apesar dos pais terem deixado a decisão recair inteiramente para os filhos, foi possível identificar a existência de pressões em torno da permanência dos filhos na agricultura e no estabelecimento familiar. O pai fomentou a permanência dos filhos na agricultura afirmando a falta de estudo para deixar o meio rural “esse que está aqui estudou pouco e aqui na lavoura quem tem pouco estudo vai se virando igual, eu dizia vai fazer o que na cidade com pouco estudo?”. Resultados semelhantes foram encontrados por Champagne (1986a), ao verificar que, apesar dos agricultores declarem que os filhos foram livres para escolher a ocupação futura, é possível constatar a existência de pressões conscientes ou inconscientes, inconfessadas ou inconfessáveis dos pais que, de forma direta ou indireta, acabam tentando influenciar na permanência dos filhos.

Considerando a situação do agricultor com percepção negativa, ocorreu o caminho inverso das situações discutidas até aqui. O pai afirma ter estimulado os filhos a seguirem nos estudos: “queria que eles estudassem, mas o guri chegou para mim e disse que não queria estudar, não gostava”. O fato de não gostarem de estudar é a razão para terem permanecido, conforme atesta o próprio sucessor: “Eu planejei ficar depois que eu estava estudando [...] eu não tinha muito vontade de estudar, aí resolvi ficar, mas o pai não queria. Por ele eu tinha ido estudar” (Sucessor - Agricultor 214).

Embora tivesse desejado aos filhos outra ocupação porque “a agricultura está muito ruim, não vejo vantagem em ser agricultor”, os filhos resolveram permanecer, tanto as moças (a mais velha casou-se com um agricultor e vive no estabelecimento do marido) como o rapaz. No seu caso, considera que qualquer um dos filhos poderia tocar o estabelecimento e acredita ter oportunizado chances iguais para todos, mas foi à própria filha que abriu mão de sua parte do estabelecimento, deixando-o para o irmão, pois pretende casar-se com um agricultor e residir no estabelecimento do marido.

QUADRO 11**Resumo da entrevista com agricultor com sucessão e com percepção positiva da agricultura**

O agricultor L. é casado com a agricultora A. e residem na localidade de Trombudo, em Dona Francisca, distante 18 km da sede do município. Residem no local há mais de 30 anos. Tiveram três filhos, a mais velha é uma moça (mora na cidade) e os demais são rapazes, ambos residem no meio rural. O sucessor é o filho do meio, com 29 anos e noivo de uma moça também residente no meio rural.

Na sua percepção, a agricultura é uma ocupação boa, gostam de trabalhar com a terra. Além disso, a agricultura fornece o sustento: *claro que tem seus altos e baixos, agora, por exemplo, o preço do arroz, está de desistir, mas eu gosto de ser agricultor e gosto de viver no meio rural. Aqui a gente tem tudo. Um vizinho vendeu toda a propriedade para morar na cidade e está arrependido de ter saído porque lá ele não tinha um queijo, porco, não tinha nada, se quisesse, precisava comprar tudo.*

Consideram como principal vantagem da agricultura *pode decidir o que plantar, a hora de trabalhar e a hora de descansar, a gente é livre.* E a principal desvantagem *o preço é baixo e o insumo está caro.*

A permanência do filho ou o estímulo para o filho permanecer é advindo do próprio filho *na verdade, ele sempre gostou de trabalhar na lavoura, eu via que ele não gostava de estudar, não ia bem na escola, aí ele desistiu de estudar, foi só até a sétima série. Quando ele desistiu do estudo eu disse: fica aqui e vamos seguir plantando, porque eu também estava sozinho, ainda a minha mãe morava conosco e era bastante doente, então a mulher cuidava dela e eu e o guri dávamos conta da lavoura. Não pediu e nem estimulou a filha a permanecer aqui não é para ela. Ela não é de roça, sempre estudou. Em algumas ocasiões ela até foi na roça, mas na maioria das vezes, ela fazia o serviço de casa. Agora os dois rapazes, esses sempre gostaram da lavoura. Como forma de estimular o filho a ficar de moto, ele tem moto desde os 18 anos, ele tinha o que precisava em casa, sempre damos apoio. Há dois anos atrás compramos mais um pedaço de terra (19 hectares). Essa área está no nome dele. Na possibilidade do filho casar-se a área de terra poderá abrigar sua futura residência, pois é próxima a do pai, o que permite que eles continuem *trabalhando junto*, configurando um trabalho em forma de parceria. No entanto, o filho poderá também residir junto com os pais, caso queira.*

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

7 TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

Neste capítulo, aborda-se a transmissão do patrimônio, considerando os agricultores familiares sem e com sucessão.

A hipótese formulada para guiar a análise é a seguinte: a transmissão do patrimônio depende do destino do estabelecimento a ser dado pelos pais, sendo que os arranjos relativos à partilha e a compensação de filhos e filhas são variáveis entre os agricultores.

A análise busca mostrar os arranjos em torno da transferência do patrimônio, levando em consideração: o destino do estabelecimento; o momento de transferência; as formas de divisão (igualitária ou não); a compensação ou remuneração dos sucessores e dos demais filhos; a satisfação ou insatisfação dos filhos com divisão e a possibilidade (ou não) de existência de conflitos futuros por ocasião da divisão planejada e/ou adotada.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira contém a revisão bibliográfica sobre a transmissão do patrimônio na agricultura familiar, enquanto a segunda trata da análise dos dados referente aos arranjos da transmissão do patrimônio entre os agricultores pesquisados.

7.1 A transmissão do patrimônio na agricultura familiar

Ao abordar o tema da transmissão do patrimônio entre os agricultores deve-se levar em conta dois aspectos articulados: possuir um sucessor para dar continuidade ao estabelecimento familiar e a partilha dos bens que está diretamente associada ao fato de ter um filho disposto a permanecer. Esses dois aspectos fazem parte de um processo e não podem ser vistos de modo separado (CARNEIRO, 2001). Por outro lado, resta averiguar como se articula a transmissão do patrimônio quando não há sucessores.

A transmissão do patrimônio familiar trata da transferência dos bens dos pais para os filhos, especialmente a terra, através da herança. Esse processo constitui-se em um dos movimentos básicos da reprodução na agricultura familiar (WOORTMANN, 1995), porque

só tem direito à herança quem realmente faz parte da rede de relações familiares, pois ela é fruto direto do vínculo do parentesco (TEDESCO, 1999).

Na concepção de Wolf (1976) há basicamente dois sistemas de herança: na primeira a passagem do patrimônio é dada a um único filho, podendo ser o mais velho, o mais novo ou outro descendente. Trata-se de uma herança sem partilha que tem a vantagem de não fragmentar o estabelecimento familiar. O segundo sistema é o da herança por partilha, envolvendo mais de um herdeiro, mas o estabelecimento pode ser repassado somente a um filho, restando aos demais uma posição subordinada junto ao estabelecimento familiar.

Para Seyferth (1985), a principal implicação de uma herança com partilha na qual todos os filhos recebem terra é a impossibilidade da reprodução econômica das novas famílias. Considerando o tamanho médio dos estabelecimentos, já fragmentados pelas gerações anteriores, a subdivisão acaba inviabilizando ainda mais a manutenção dos filhos ali instalados. Essa forma de divisão, segundo Seyferth (1985), pode ser viável quando um agricultor exerce a atividade agrícola em tempo parcial e faz do estabelecimento uma unidade de produção somente para o consumo da família.

A adoção da partilha ou da não partilha é determinada por diferentes fatores como as condições econômicas dos agricultores, as normas sociais, legais ou jurídicas que atuam de forma interligada (GASSON; ERRINGTON, 1993). Para Carneiro (2001), as formas de transmissão são múltiplas e variáveis de acordo com o contexto histórico, econômico e geográfico, ou seja, variam conforme as mesmas condições capazes de determinar a presença ou ausência de um sucessor no estabelecimento familiar. Os arranjos também dependem das características da família (número e sexo dos filhos) e das possibilidades reais de um trabalho assalariado (SEYFERTH, 1985).

Diferentes práticas sustentam-se em lógicas reprodutivas próprias e, portanto, não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência. A diversidade de soluções possíveis é fruto não apenas de diferentes tradições, mas, sobretudo, de diferentes sistemas de reprodução cultural, social e econômica. Nestes termos, não existe rigidez de regras nem uma diversidade descontextualizada. A transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração para a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família, ou seja, com os instrumentos de negociação ou compensação disponíveis, derivados tanto de sua história como da sua inserção na economia e na sociedade (CARNEIRO, 2001, p. 22-23).

Independente da forma de transmissão adotada uma característica prevalece: o controle do pai sobre a forma de divisão. Esse predomínio paterno construído sobre códigos morais e culturais tem como costume privilegiar um único filho como sucessor, cabendo a ele a propriedade do estabelecimento e aos demais outras formas de compensação. No entanto,

essa forma de divisão instituída pelos agricultores constitui-se em uma das principais contradições existentes em torno da questão da herança: o direito de todos os filhos receberem uma parte igual do patrimônio familiar, conforme assegura o Código Civil.

No caso do Brasil, os estudos⁷ mostram que o Código Civil (2002) garante o direito igualitário a herança a todos os filhos denominados herdeiros legítimos ou naturais. Ramos (2004), estudando os agricultores espanhóis, afirma que tradicionalmente o pai evitava a repartição do estabelecimento e instalava apenas um filho. No entanto, em função das normas do Código Civil e do direito à igualdade na repartição terra entre todos os descendentes, os filhos já não aceitam apenas um herdeiro e nem mesmo abrem mão do direito em favor do sucessor.

No Brasil, especialmente na região sul, os descendentes de italianos desconsideram as normas do Código Civil e fazem predominar as tradições sucessórias em detrimento das determinações legais da lei (CARNEIRO, 2001; DEERE e LEÓN, 2002; MOURA, 1978; PAULILO, 2004; WOORTMANN, 1995). Isso equivale a dizer que as regras culturais (costumeiras) adotadas pelos agricultores se sobrepõem no momento da divisão do patrimônio, através da divisão não igualitária entre os filhos. Ao fazerem uso desse artifício, os agricultores evitam o fracionamento excessivo, mantendo a integridade do patrimônio e a sua reprodução econômica, mas também a reprodução de uma identidade social sustentada na propriedade fundiária e no trabalho agrícola (CARNEIRO, 2001).

Na transmissão do patrimônio, o pai é reconhecido pelos demais membros da família como a figura central, porque é ele quem determina a divisão dos bens entre os seus descendentes. Conforme Tedesco (1999, p. 107), “o direito de decisão sobre a partilha da herança é atribuição exclusiva do esposo (pai)”. Os arranjos propostos pelo pai são entendidos pelos demais como regras que visam sustentar a família de forma simbólica e econômica, garantindo a manutenção de um filho na terra e a perpetuação do patrimônio ao longo das gerações; e a reprodução econômica da família agricultora através da viabilidade produtiva do estabelecimento.

Por isso, é pouco expressivo, entre os estudos sobre a reprodução social da agricultura familiar, os filhos cobrarem, no momento da divisão do patrimônio, a aplicação da lei prevista no Código Civil. Isso não significa que não haja casos de divisão do patrimônio e acertos de herança resolvidos pela justiça, levando muitas vezes à inviabilidade do próprio estabelecimento familiar (ZORZI, 2005), principalmente pela discordância de todos os

⁷ Carneiro (2001), Woortmann (1995).

descendentes da forma de divisão realizada pelo pai. Porém, a necessidade da realização do inventário após a morte do pai adquire, muitas vezes, uma conotação negativa, pois é visto como o resultado da ausência da autoridade paterna. Além disso, é realizado por pessoas estranhas, sem qualquer preocupação com a tradição, sendo pouco provável que o estabelecimento fique intacto pela concordância entre todos os herdeiros (SEYFERTH, 1985; TEDESCO, 1999).

Conforme Carneiro (2001), a forma como o pai conduz o processo reforça o valor da família, enquanto uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados. Os interesses e o valor da família acabam se impondo sobre os interesses dos indivíduos; os filhos acabam legitimando as atitudes e ações do pai em nome da família.

A família, entendida por esses atores como uma unidade cujos interesses coletivos devem ser preservados, se impõe como uma entidade supra-jurídica cujas regras internas (do mundo privado, da casa) são tidas como particulares, não devendo ela, portanto, submeter-se às determinações de qualquer ação estranha (exterior) e impessoal da justiça oficial. Assim, o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes deste grupo. De acordo com esta lógica, o pai, responsável pela manutenção do grupo familiar, recebe nominalmente um patrimônio, o direito à propriedade que não é entendido como individual. Ao contrário, a responsabilidade do pai é zelar por este patrimônio coletivo, cuidando de transmiti-lo às demais gerações (CARNEIRO, 2001, p. 24).

A transmissão do patrimônio leva em consideração os laços sanguíneos, preservando a identidade da família e a partilha desigual. Para assegurar a integridade do patrimônio, além de desconsiderar o Código Civil, estratégias, como as matrimoniais também são válidas. O estudo de Bourdieu (1962) revela que o casamento era fundado em transações econômicas entre as famílias, levando em consideração as posses de cada um e buscando a realização de uniões matrimoniais favoráveis à manutenção ou ampliação dessas posses. O casamento tinha a função primeira de manter a integridade do patrimônio (BOURDIEU, 1962). Da maneira semelhante, Woortmann (1995, p. 12), também assinala que o casamento entre parentes tem a função de “preservação do patrimônio representado pela terra. É este objetivo que norteia as regras de escolha dos cônjuges”.

Os indivíduos podem pensar que se casam ‘com quem gostaram’, mas geralmente realizam, por sua ‘escolha’, o casamento que melhor reproduz o grupo. Ao contrário do que acontece com o mundo ocidental, o amor romântico aparece como um elemento perturbador, dissociado no principal objetivo do grupo, sendo considerado como essencialmente perigoso e, portanto, necessitando de controle. Mais do que a situação de interesse dos noivos, o casamento é visto como uma conjunção de interesses que levam em consideração os bens envolvidos (Woortmann, 1995, p. 12).

A autoridade paterna, ao deter o controle sobre o processo de transmissão do patrimônio, também condiciona o momento da transferência. A transferência tende a se concretizar antes da morte do pai, mas cabe a ele o momento de decidir; o sucessor deve esperar. Muitos pais retardam ao máximo esse momento, já que ele corresponde a uma espécie de abdicação ao poder e à autoridade (WOORTMANN, 1995). Conforme Seyferth (1985), a autoridade paterna ainda é reforçada porque “existe o costume de fazer a partilha dos bens através do sistema legal de doação em usufruto⁸, que permite arranjos entre os filhos e o controle paterno da herança”. O sucessor normalmente recebe o título da propriedade em usufruto enquanto os pais são vivos, através do qual o pai concede ao filho o direito de uso que se concretiza e passa a ser definitivamente deste após a morte do pai.

O momento da transferência depende da determinação do pai, da sua escolha ou de quando ele achar conveniente, mas certamente não será realizado enquanto os pais puderem ou tiverem condições de dirigir o estabelecimento (Silvestro *et al.*, 2001). Paulilo (2004) observa que, no sul do Brasil, a sucessão é um processo tardio, pois os filhos somente assumem a responsabilidade do estabelecimento familiar quando os pais se aposentam (embora muitos não deixem de trabalhar) ou quando morrem.

De acordo com Seyferth (1985, p. 20) “enquanto o pai estiver apto para a atividade produtiva, controla a econômica doméstica, os filhos solteiros e mesmo os filhos casados que compartilham a sua residência”. Por se tratar de um processo, a transferência é gradativa e geralmente iniciada pelos filhos através de abertura de conta no banco, aquisição do bloco de produtor rural ou pela realização de atividades administrativas no estabelecimento.

Além da autoridade paterna é preciso levar em conta a dimensão de gênero na transmissão do patrimônio. De acordo com Carneiro (2001), para compreender as regras de transmissão do patrimônio é necessário reconhecer os distintos papéis reservados para homens e mulheres na dinâmica de reprodução social. Pela falta de valorização e reconhecimento do trabalho da mulher, especialmente nas atividades agrícolas, as mulheres geralmente não são sucessoras, sendo excluídas do patrimônio da terra. Por outro lado, os homens desempenham as atividades relacionadas à produção agrícola. Essa divisão no trabalho fundamenta a forma de divisão do patrimônio e o que cabe aos filhos e às filhas.

Para Deere e León (2000), um fator que privilegia o homem na herança da terra é a socialização e o estereótipo de gênero: o direito a receber a terra por ocasião da transmissão

⁸ Segundo o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), o termo usufruto trata do direito real limitado de gozo, conferido durante certo tempo a uma pessoa, que a autoriza a ocupar a coisa alheia e a retirar seus frutos e utilidades. O pai garante a área para o filho trabalhar, mas ainda sob seu comando, porque a posse da terra ainda é sua. O usufruto finda com a morte do pai e a passagem do estabelecimento em definitivo para o filho sucessor.

do patrimônio é considerado um direito adquirido, deve ficar com a terra quem efetivamente trabalha nela. Na percepção de Carneiro (2001), as mulheres são excluídas da herança da terra porque seu trabalho na agricultura é visto como uma extensão do papel de esposa; e não são socialmente reconhecidas como sendo capazes de chefiar o estabelecimento familiar.

Conforme Paulilo (2004) há um padrão semelhante a respeito da herança da terra no sul do Brasil; embora possam ser encontradas algumas variações, a terra geralmente é repassada aos filhos homens. As situações que permitem às mulheres o acesso a terra, segundo Paulilo (2004, p. 234), são:

[...] quando não há descendência masculina, quando há uma filha casada que cuida dos pais na velhice, quando os pais possuem muita terra ou, ao contrário, quando a exploração agrícola não tem importância como meio de produção para os herdeiros.

Na divisão do patrimônio, uma das regras costumeiras é recompensar as mulheres com o enxoval composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos e, por vezes, máquina de costura e vaca leiteira, podendo ter mais ou menos itens conforme as posses dos pais (CARNEIRO 2001; MOURA, 1978; PAULILO, 2004; SANTOS, 1984). Isso acontece quando permanecem no meio rural e se casam com um agricultor. Além do enxoval, as mulheres também podem receber terras, geralmente em menor quantidade que o sucessor, podendo ser uma parte do estabelecimento ou mesmo fora dele, mas geralmente não cultivam e, por isso, podem efetuar posteriormente a venda para o irmão que acaba reincorporando novamente a área original do pai, após os acertos da herança. Desse modo, ainda que os arranjos realizados pelos agricultores garantam o direito das filhas a receber terras, o acesso a estas e seu uso para o cultivo dificilmente são concretizados, porque geralmente elas ficam pendentes “moralmente” de vendê-las para o irmão sucessor.

As mulheres que permanecem no meio rural sem casar, nada recebem. O destino das celibatárias, segundo Paulilo (2004, p. 234) - “cuidar dos pais e, depois de sua morte, ficar “encostada” na casa de uma irmã ou cunhada, ajudando nos afazeres domésticos - não é invejado por ninguém”. Outra prática é substituir a terra por valor monetário; o pai substitui a terra (muitas vezes dada a um irmão) que por direito é da filha, pelo valor corresponde em dinheiro (WOORTMANN, 1995). Além dessas práticas, a recompensa em terra pode ser revertida em sua manutenção na cidade enquanto estudam e se preparam para a inserção no mercado de trabalho urbano (CARNEIRO, 2001).

A associação entre uma ou outra prática também depende das condições econômicas dos pais e do patrimônio que podem ou pretendem deixar para os filhos. Novos

arranjos ganham a forma de compensação como é o caso do pagamento dos custos dos estudos ou doação de imóveis urbanos.

Além das distintas formas de remuneração, Paulilo (2004) chama a atenção sobre o significado da doação⁹ feita às filhas e aos filhos quando saem do estabelecimento familiar para estudar e/ou trabalhar na cidade. Nesses casos, os filhos homens não recebem terras (principalmente as terras do estabelecimento), mas dinheiro ou imóvel, que representam uma forma de remuneração pelo esforço investido junto com os demais membros do grupo doméstico para aumentar o patrimônio e não como herança. Os agricultores efetuam uma espécie de “pagamento” pelo trabalho agrícola realizado pelos filhos até o momento da sua saída. No caso das filhas - considerando que o trabalho agrícola exercido por elas no estabelecimento familiar tem o caráter de ajuda -, não há o que lhes “pagar”, em razão da invisibilidade do seu trabalho no estabelecimento familiar. O enxoval é geralmente adquirido por elas com o salário recebido pelo trabalho urbano ao invés de ser dado pelos pais como “pagamento” pelo trabalho realizado no estabelecimento familiar até a sua saída (PAULILO, 2004).

Por outro lado, a divisão igualitária ou com a inclusão da mulher no recebimento da terra ocorre quando a terra perde a dimensão simbólica e coletiva da família. Conforme Carneiro (2001), os padrões de transmissão do patrimônio familiar tendem a acompanhar as transformações econômicas e sociais do meio onde os agricultores estão inseridos. Com isso, as influências sofridas pelos agricultores em razão das mudanças de valores, a oferta de empregos urbanos e a redução da importância da atividade agrícola geram alterações no que diz respeito às formas planejadas e/ou acertadas pelos agricultores na transmissão do patrimônio. Dentro dessa dinâmica, a terra não tem sempre o mesmo significado para os agricultores (CARNEIRO, 2001).

Quando a terra é considerada uma mercadoria - não representando o meio ou o único meio de sustento da família porque os membros exercem outra atividade ou porque é inviável para a agricultora -, é que as mulheres são incorporadas na herança da terra. Segundo Carneiro (2001, p. 47).

Quando a terra não simboliza a linha de ascendência e perdeu seu valor como meio de produção, a preservação da propriedade deixa de ter sentido, e passa a ser uma questão resolvida pelos indivíduos e não pela família. Neste contexto, entende-se a partilha generalizada: a mulher herda uma parcela de terra já destituída de valor econômico (porque é inviável para a agricultura) e de valor simbólico (porque não é atribuído de identidade social).

⁹ De certa maneira essa doação equivale ao dote. Paulilo (2004) considera como dote aquilo que é dado às moças por ocasião do casamento (enxoval).

Com a perda da identificação com a terra, a compra ou venda do estabelecimento é um processo visto sob a ótica da sobrevivência, deixando de lado a identidade familiar. No entanto, é preciso apontar que a perda da identificação com a terra dos agricultores estudados por Carneiro (2001, p.49), como ressalta a própria autora, deve-se ao fato dos agricultores serem despossuídos de vínculos morais com a terra e com a atividade agrícola antes de migrarem para o Brasil: “a ausência de um valor moral atribuído à terra (associado ao valor família) é um dos fatores explicativos para a ausência de estratégias voltadas à manutenção da propriedade, o que teria favorecido a prática da herança compartilhada”.

Os arranjos em torno da compensação dos demais irmãos levam em conta a ocupação atual dos filhos. De acordo com Carneiro (1999), os arranjos em torno da transmissão do patrimônio envolvem um consenso entre os irmãos de que o sucessor deve herdar o estabelecimento familiar como uma compensação por ficar responsável por amparar os pais na velhice. Por isso, é primordial entre os agricultores a instalação do sucessor, geralmente cabendo a ele a maior parte do patrimônio ou o estabelecimento familiar.

Os demais filhos, normalmente recebem terra (através da divisão do estabelecimento ou outras áreas), equipamentos agrícolas ou dinheiro, para que possam ter condições de ser instalar como agricultores em outros estabelecimentos. No entanto, a compensação em terras nem sempre é dada aos filhos homens (é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos com tamanhos reduzidos). Conforme Paulilo (2004), os filhos que saem da casa dos pais e vão trabalhar na cidade, enquanto um ou mais irmãos ficam trabalhando no estabelecimento, também não ganham terras. Entre os que seguem a vida religiosa ou os estudos, os pais costumavam com recursos financeiros sua manutenção na cidade. Essa condição é válida tanto para os filhos como para as filhas (COSTA, 2006; TEDESCO, 1999; WOORTMANN, 1995).

A questão da transmissão do patrimônio não obedece a regras rígidas, sendo variável conforme a condições econômicas e sociais dos agricultores. Ainda que, em linhas gerais, a transmissão do patrimônio delege a terra aos filhos homens, a forma antiga de transmissão ainda permanece, mas acrescida de algumas modificações. Conforme Carneiro (2001), é certo, no entanto, que essa “tradição¹⁰” vem passando por modificações. A escassez de terras, a migração, a mecanização e a diminuição da necessidade de mão-de-obra familiar,

¹⁰ Para Giddens (1997, p. 80), “A tradição pode ser definida como uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência, ou mais precisamente, é constituído para ter uma pesada influência sobre o presente”. Ainda, segundo o autor (1997, p. 80-81), “a noção de tradição pressupõe persistência; se é tradicional uma crença ou prática, tem uma integridade e continuidade que resiste ao contratempo da mudança. No entanto, as tradições têm certo caráter orgânico, se desenvolvem e amadurecem ou enfraquecem e morrem”.

a força dos valores urbanos sobre os filhos, a falta de sucessores e a presença só de filhas mulheres, tornam a transmissão do patrimônio um processo ainda mais dinâmico.

7.1.1 A transmissão do patrimônio entre os agricultores sem sucessão

A ausência de filhos sucessores nos estabelecimentos familiares desperta a atenção para o destino do patrimônio familiar e quais são os arranjos dados pelos agricultores nessa situação. Se, antes, os agricultores determinavam a escolha dos sucessores, construindo herdeiros e deserdados, como assinala Woortmann (1995), agora parecem ser os filhos que determinam aos seus pais a condição de sem sucessores.

Para os agricultores, a ruptura da lógica da continuidade coloca um impasse sobre o destino a ser dado ao patrimônio, como a terra, a casa e os demais bens. Neste caso, não é possível delimitar uma forma única. Com base nas entrevistas realizadas, a transmissão do patrimônio dos filhos está atrelada ao destino a ser dado pelos pais em relação ao estabelecimento. Há duas situações a serem consideradas:

- a) Venda do estabelecimento familiar;
- b) Transferência para os filhos.

Para cada uma dessas situações o patrimônio a ser repassado para os filhos é variável: na primeira é basicamente um valor monetário, na segunda é a terra.

- a) Venda do estabelecimento familiar

É uma condição almejada por parte dos entrevistados. A possibilidade da venda pelos agricultores é dada em razão de fatores como: não ter um filho para ficar, a idade dos pais e a excessiva carga de trabalho agrícola e doméstico que antes era dividido com os filhos: “fazer tudo, limpar a casa, tirar leite, tratar os porcos, ir na roça, quando os filhos estavam em casa, cada um fazia um pouco” e o desestímulo a novos investimentos “investir para quem?, se não há ninguém para ficar cuidando depois”.

As preocupações centram-se nas dificuldades que “só aumentam daqui para frente”, por isso a venda do estabelecimento para residir na cidade traz a garantia de estar perto dos recursos, principalmente em saúde. A renda advinda da aposentadoria também passa

a ser contabilizada como um fator importante “pode não ser suficiente para viver na cidade; não é muita coisa, mas ajuda”.

A decisão sobre a venda é tomada depois que os filhos deixaram o estabelecimento, nenhum agricultor afirmou planejar vender o estabelecimento enquanto os filhos estavam em casa: “Quando a minha filha mais nova se casou e saiu de casa, nós começamos a ver que íamos ficar só nós dois”. A venda é decidida quando os pais se vêm sozinhos, com dificuldades físicas para conseguir tocar o trabalho agrícola: “eu doente e meu marido também” ou demais atividades: “até o carro nós já tínhamos vendido porque não tinha ninguém para dirigir”, ou mesmo porque foram motivados pelos filhos frente à possibilidade de morarem juntos na cidade: “os filhos querem que a gente venda para descansar na cidade”. Nesse caso, as cidades referidas são as sedes dos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca.

No momento do trabalho de campo, um dos estabelecimentos estava praticamente vendido para um vizinho.

Nós não tínhamos mais o que fazer porque eu não podia mais trabalhar na roça, estava aposentada, o meu marido também. Apareceu um negócio bom, consultamos os filhos e eles não foram contra. Nós achamos melhor vender a propriedade, porque o que nos íamos fazer lá? (Esposa - Agricultor 116).

Outro estabelecimento teve parte da área vendida porque o pai necessitava de dinheiro para pagar a faculdade da filha e outros dois só não foram vendidos por falta de comprador. Na perspectiva da venda reside a possibilidade dos estabelecimentos permanecerem caracterizados pela produção agrícola ou passarem a serem usados em atividades não-agrícolas. Esse último caso tem mais chance de acontecer quando os compradores são oriundos do meio urbano.

Os agricultores estão de acordo com a venda, tendo em vista que nenhum filho pretende retornar para dar continuidade à atividade agrícola. Assim, a ausência do sucessor faz com que os agricultores tenham que, em algum momento, tomar uma decisão quanto ao futuro do estabelecimento familiar.

A única certeza que tenho é que os meus filhos não voltam, eles querem que eu venda [...] já falei diversas vezes: Pai vende porque nós não vamos voltar para trabalhar lá, eles já tem uma decisão tomada. Além disso, a mulher gostaria de morar perto dos filhos na cidade. Eu ainda não vendi porque não apareceu comprador, mas já estou vendo um. Os meus filhos me disseram para vender assim que tivesse uma oportunidade, então assim que aparecer um comprador eu vou passar adiante a propriedade [...] prefiro vender porque sei que nenhum dos meus filhos vai voltar [...] então não adianta passar para eles [...] porque vai ficar abandonado. Se eu não vender, eles vão vender igual depois (Agricultor 101).

No caso acima, além da vontade dos filhos, está implícita a vontade da esposa em também residir da cidade, ficando mais próxima dos filhos, e a aceitação do chefe do estabelecimento em torno da venda.

Quando ocorre a venda da terra ainda em vida, os agricultores não têm mais um patrimônio constituído de terras e benfeitorias para ser distribuído entre os filhos, ou seja, não há mais um capital constituído de bens materiais para ser dividido. O que é deixado para os filhos como patrimônio é um valor monetário advindo da venda do estabelecimento. Apenas um agricultor pretende vender o estabelecimento e comprar uma área de terra: “um pedaço de campo” no mesmo município onde seus filhos atualmente residem e trabalham. Pretende deixar como herança essa nova área, dividida em partes iguais entre todos, inclusive para as filhas.

Independente da alternativa adotada, os agricultores desconsideram a possibilidade de expropriar os filhos da herança, mesmo sem ser na forma de bens materiais. No entanto, os agricultores levam em conta a situação de cada filho individualmente no momento de fazer a divisão do recurso a ser repassado, com possibilidade de auxílio mais intenso aos que ainda não estão “bem instalados” como, por exemplo, os filhos que ainda estudam e não terminaram a faculdade ou sem um emprego bem remunerado. Há também a perspectiva da compra de imóveis no meio urbano para os filhos, mesmo tendo pagado seus estudos.

Agora, com a venda, vamos construir duas casas na cidade, ajudar um pouco os filhos e o resto vamos guardar para quando precisa, em caso de doença. Vamos dar uma quantia, mais ou menos conforme cada um precisa, eles também já se viram, a única que estamos ajudando é a mais nova, que está estudando (Esposa- Agricultor 116).

Vamos deixar alguma coisa para os filhos. Eu pretendo ajudar os filhos que estão em pior condição com um pouco mais de dinheiro. Penso em comprar um apartamento para a filha que ainda não está formada, mas eu também pago a faculdade para ela. As demais estão bem, faz tempo que elas trabalham no banco [...] a minha idéia é guardar o dinheiro e ajudar conforme precisa. Eu já tenho uma casa na cidade, então vai sobrar praticamente todo o dinheiro da venda disso daqui (Agricultor 107).

[...] o que sobrar da venda vamos repartir igual, um pouco para cada um ou talvez posso pensar em dar mais para aquele que esteja precisando mais, com mais dificuldade, aquele que não está bem instalado ainda, o guri está estudando e trabalhando, talvez eu consiga fazer com que ele pare de trabalhar e se dedique mais aos estudos (Agricultor 101).

Quando questionados sobre a satisfação dos filhos com essa forma de divisão ou se acreditam na possibilidade de haver algum conflito, os entrevistados afirmaram que isso é pouco provável de acontecer: “as filhas sempre falam assim: o que eu fizesse estava bem. E

daí eu fico tranqüilo, porque a gente sempre tenta fazer pelo melhor, pelo bem dos filhos” (Agricultor 107).

A “desistência” dos filhos do patrimônio em terras parece não gerar a possibilidade de conflitos futuramente, nem mesmo os agricultores acreditam que o recurso econômico a ser repassado a cada filho possa gerar descontentamento. Nesse caso, a quantia a ser recebida depende do que sobra depois da instalação dos pais no meio urbano (necessidade de compra de imóveis), da situação financeira de cada filho e da reserva financeira que os pais necessitam fazer para se manter.

De maneira geral, a distribuição do patrimônio na agricultura familiar obedece à lógica da divisão desigual; o estabelecimento é dado ao filho sucessor, tendo como justificativa a manutenção da sustentabilidade econômica do mesmo e a aceitação desta condição pelos demais filhos. Por ocasião da venda do estabelecimento - cujo recurso patrimonial dos filhos passa a ser o valor monetário e algum imóvel urbano adquirido pelos pais e não mais a terra-, avalia-se que o critério da divisão desigual se mantém, assim como o poder paterno de decidir qual filho vai receber mais usando como critério “aquele que não estiver bem instalado”. Nessas condições, a partilha é desigual entre os descendentes e desobedecem as normas prescritas pelo Código Civil Brasileiro que rege o direito de igualdade na herança entre todos os descendentes.

Essa forma desigual de distribuição pode gerar desentendimentos a longo prazo, tendo em vista que os filhos que não recebem nenhum recurso no momento da venda do estabelecimento podem contestar futuramente a sua parte e fazer prevalecer seus direitos como descendentes, seja requerendo os recursos monetários que restam, seja reclamando parte dos imóveis ou bens urbanos.

Esses agricultores afirmam que se pudessem não colocariam seus estabelecimentos à venda ou dariam a ele outro destino: “acho que ninguém quer vender, mas a gente fica sem solução”; “eu mesmo sempre disse para os meus filhos ir para a cidade, agora é vender e pronto!”; “se pudesse não venderia”. O destino do estabelecimento, mesmo não sendo o desejado, acaba se tornando a solução encontrada pelos agricultores. No fundo, acreditam que mesmo se deixassem para o estabelecimento para os filhos, a venda seria efetivada por eles “iam vender, porque não voltam para morar aqui”. A venda representa o fim de uma etapa que inicia com o apeço pelos estudos (conforme visto no Capítulo 4, boa parte dos filhos dos agricultores sem sucessão saíram para estudar) e pela falta de estímulo dos próprios pais para os filhos permanecer na agricultura (no Capítulo 6, observa-se que os agricultores sem sucessão, são os que mais estimularam os filhos a seguir para o meio urbano).

b) Transferência para os filhos

Os demais agricultores sem sucessores não cogitam a possibilidade da venda do estabelecimento e buscam alternativas para tentar resolver o impasse sobre o destino do estabelecimento, mesmo desejando que um tivesse permanecido: “claro que eu gostaria de ter um filho pelo menos em casa, quem não gostaria?”, embora sejam escassas ou nulas as possibilidades de retorno.

Eu avalio que vai ser difícil um filho retornar para ficar aqui, porque como eles mesmos dizem, para morar sim, mas para trabalhar não, para voltar e trabalhar na roça não. Então eu te pergunto: o que eles vão fazer aqui? Se trabalhar na roça não querem. Eu mesmo digo, fiquem lá onde estão (Agricultor 103).

Esses agricultores demonstram uma indisposição em se desfazer do patrimônio: “terra é sempre terra e não se vende”, “é difícil se desfazer da propriedade, depois de todo o trabalho, de tudo o que suamos, do que foi botado em cima”, “não queria jogar fora a minha propriedade”. A aquisição do estabelecimento, seja pela herança, por compra de irmãos, de terceiros ou de ambas, é o resultado de um esforço para criar meios de prover sua família com as condições necessárias à sobrevivência. Apesar da desistência dos filhos na sucessão, a perspectiva dos agricultores é repassar o patrimônio para eles.

A vontade de repassar o patrimônio para os filhos é ressaltada mesmo por dois agricultores que pretendem “pegar um conhecido” ou “alguém de confiança”, podendo ser um parente, um filho do vizinho, alguém que “goste da agricultura” para continuar “ajudando e tocando a propriedade”, tendo em vista a ausência da mão-de-obra dos filhos. Na perspectiva de inserir “alguém de fora”, repousa, também, a preocupação dos pais com o amparo da velhice ou quando a força física diminuir e terão que deixar o trabalho de lado, sem poder contar com os filhos para dar suporte e assistência necessária. Segundo um agricultor, “não dá para ficar sozinho, porque quando se fica velho se faz o quê? vai precisar de ajuda”. Neste caso, os cuidados cabem para aqueles que ficam no estabelecimento, mesmo não sendo os filhos.

No entanto, o destino do patrimônio é “dos filhos, vamos deixar para eles”, ou seja, não há expropriação dos filhos com relação ao patrimônio familiar, mesmo quando os pais buscam inserir terceiros para auxiliar nas atividades do estabelecimento. A inexistência de filhos sucessores no estabelecimento não conduz a entrada de sucessores externos. Outras pessoas que poderão vir a ser agregadas no estabelecimento, somente substituíram os filhos

no auxílio ao trabalho agrícola, mas não tiram dos herdeiros de direito - os filhos-, o recebimento do patrimônio: “a terra é dos filhos”.

Conforme argumenta Wolf (1976, p. 28), “a propriedade é tanto uma unidade econômica como um lar”. Embora a terra seja um bem tratado sob a ótica do valor monetário, valores fundados na identidade e apego a terra, tentam, de alguma forma, persistir. A tentativa de deixar para os filhos visa preservar de alguma forma a continuidade do estabelecimento familiar, buscando manter o valor moral e econômico da terra. Com isso, os agricultores passam adiante a responsabilidade sobre o destino do patrimônio familiar, deixando para a geração seguinte a “solução” do impasse.

A minha propriedade eu vou passar para os meus filhos. Depois [...] isso é problema deles. Agora [...] eu vou passar para eles. Depois, eles decidam o que querem fazer (Agricultor 104).

Hoje estou com mais de 60 anos, futuramente quem fica com isso aqui? Com essa idade o que se espera? Eu não gostaria de deixar para um estranho, até porque não tenho ninguém para deixar. Gostaria que eles tomassem conta, vou passar pra eles, igual o meu pai fez para mim, aí fica para eles decidirem o que fazer com isso daqui. Meus filhos e minha esposa me dizem que é para vender a propriedade, mas eu não quero, enquanto eu puder trabalhar vou ficar aqui, mas depois vou deixar para eles (Agricultor 111).

Apesar de passarem para os filhos a responsabilidade sobre o patrimônio, o destino a ser dado já é sabido por parte dos agricultores entrevistados: no primeiro caso, os filhos pretendem vender, no segundo, querem ficar com o estabelecimento e fazer dele um sítio de final de semana; no terceiro e quarto, pretendem ficar com a área e arrendar para os vizinhos ou interessados na produção agrícola ou outra finalidade. Nestes casos, a dinâmica dos estabelecimentos, enquanto atividade agrícola pode ser alterada e mesmo restringida.

Pensamos em deixar para os filhos. Eles já nos recomendaram que não é para vender, eles querem fazer assim [...] um lugar para vir em final de semana. Claro, que a gente sabe que não vai ser para plantar, isso daqui, quando nós não plantarmos mais, vai virar puro mato [...] porque eles querem para vir descansar, não para fazer agricultura. Eles querem manter como está, não vender, porque já é a terceira geração que fica com a propriedade (Esposa - Agricultor 108).

Os demais não sabem qual é o destino que os filhos pretendem dar ao estabelecimento familiar: “aí é com eles”. Entretanto, não há garantias de continuidade, conforme ressalta outro agricultor: “eu tenho poucas esperanças que essas terras vão servir para os meus filhos, eles têm outra profissão, mas a agricultura, eu acho que continuará porque eles podem arrendar para outros”. Dessa forma, os agricultores “deixam” para os filhos o estabelecimento repassando o compromisso para os descendentes dar um “destino” ao patrimônio familiar. O destino dos estabelecimentos é variado: podem permanecer com os

filhos, mas descaracterizados da função agrícola tendo em vista o desejo de tornar o estabelecimento um espaço de lazer; podem ser arrendados a terceiros ou vendidos. Observa-se que a venda é a opção menos desejada: “eu não vendo e gostaria que meus filhos também não vendessem”.

O trabalho de Carneiro (1998) também mostra que são variados os destinos dos estabelecimentos sem perspectivas sucessórias, podendo tanto ser alugado para vizinhos que permanecem na atividade agrícola, ficar abandonado ou mesmo ser vendido. Entretanto, a venda é a opção menos aceita, principalmente entre os agricultores mais velhos, os que ainda mostram algum apego a propriedade (CARNEIRO, 1998).

Pode futuramente ocorrer à perda da identificação com as atividades agrícolas, como já é previsto por alguns dos agricultores ao exporem o destino que seus filhos pretendem dar à terra. A função produtiva e do valor econômico (como meio de produção) e o seu valor simbólico (manutenção da identidade social de agricultor) podem começar a ser alterados na próxima geração.

Outra questão está incluída na tentativa de “deixar para os filhos”: o cuidado com os pais na velhice. Ao passarem o patrimônio para os filhos os agricultores buscam assegurar o amparo dos filhos quando não puderem mais trabalhar: “vamos ficar junto com eles”, “acho que daí vamos para a cidade, porque elas moram lá”, “no nosso costume, os filhos cuidam dos pais depois”.

Mesmo sem sucessores na continuidade da ocupação, os preceitos morais que envolvem a questão de ficar com o patrimônio, associado ao compromisso moral de cuidar dos pais, tendem a persistir. No entanto, os pais não esperam o retorno dos filhos ao estabelecimento e abrem a possibilidade de “mais para frente, vamos ter que ir onde eles estão, porque eles aqui não voltam”, residir até na cidade. O que parece efetivamente importar não é o local de moradia “se tiver que ir para a cidade, vamos ir”, mas a possibilidade de contar com o apoio dos filhos. Desse modo, os agricultores aceitam viver longe do estabelecimento quando precisarem efetivamente dos filhos: “vem morar com a gente aqui, me dizem os filhos, mas eu não quero, enquanto puder vou me virando por aqui”. O trabalhar e o morar no estabelecimento também fazem parte de um apego a terra “onde a gente se criou e vive a mais de 30 anos”, que tende a se perpetuar até o final da vida dos pais, mesmo sem sucessores.

Na divisão e distribuição da herança, os dois agricultores com apenas uma filha pretendem passar o estabelecimento para elas. Os demais apontam uma divisão igualitária entre todos, incluindo parte da terra para as filhas.

A nossa idéia é repartir de modo que cada um fique com uma parte melhor e outra parte pior (cerro), mas que fique igual. Antigamente, as filhas não ganhavam nada e os homens tudo, eu não penso assim, acho que isso foi no passado, agora vai ser diferente.

Na avaliação dos agricultores, a partilha igualitária do patrimônio, dando à mulher o direito a terra, está associada com a inserção e participação das filhas e filhos no trabalho agrícola. Enquanto a divisão do trabalho é uma condição central para expropriar as filhas da herança da terra, aqui o trabalho é uma característica central que fundamenta a igualdade entre os filhos e filhas.

Uma vez as mulheres não tinham direito à herança, só os homens. As mulheres não tinham valor [...] Elas ganhavam enxoval, uma máquina de costura e uma vaca de leite. E isso dependia de cada agricultor, tinha gente que nem isso davam. E os guris ganhavam a terra, isso nas famílias que tinham condições. Então, hoje é diferente, porque os guris também saem e trabalham pouco na agricultura, vão estudar, então para que não dar terra para elas também? Se todos trabalharam igual. Filho é filho, não tem essa de que as gurias valem menos (Agricultor 115).

Os agricultores ressaltam a participação igualitária no trabalho produtivo de filhos e filhas como justificativa para dividir a herança igualmente entre todos. Assim, a “obrigação” em ceder mais para aquele que ajudou em casa ou nos serviços da lavoura perde a validade. Nos depoimentos dos agricultores, outras expressões como “aqui todos fizeram pouco”, “nenhum trabalhou mais do que o outro”, “filho é tudo igual” “vão dizer que o pai tem três e prefere mais um do que o outro e para mim eles são iguais” são facilmente usadas como justificativas.

Nos argumentos dos agricultores não se reconhece a supremacia do trabalho masculino sobre o feminino. Porém, a divisão igualitária também é acentuada nos casos em que a terra perde o valor econômico e simbólico de reprodução da família. O reconhecimento do trabalho feminino e a divisão igualitária é também encontrada no estudo de Carneiro (2001), na região de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Segundo a autora, quando a terra é destituída do valor simbólico e econômico para a agricultura, o trabalho da mulher tende a ser reconhecido (embora o homem ainda continue sendo o chefe do estabelecimento) inclusive com possibilidade de estar incluída na herança da terra.

No entanto, a divisão do patrimônio de forma igualitária esbarra no compromisso moral dos filhos em cuidar dos pais. Esse aspecto pode diferenciar as formas de recebimento do patrimônio com a possibilidade de beneficiar (ou receber mais) o filho ou filha que assumir essa responsabilidade. Os critérios perpassam a dimensão do trabalho e recaem no cuidado com os pais na velhice. Os que cuidam tem direito a receber uma parte maior do patrimônio,

embora os demais filhos também recebam. O “repartir” “depende com quem vamos terminar nossas vidas”, como diz um agricultor.

Isso depende de com quem vamos ficar. No nosso costume é assim: quem fica com os pais ganha mais. Isso é do costume da nossa família mesmo. Quem fica com os pais ganha mais porque é certo que eles se incomodam, gastam. Porque, hoje em dia, não é como antigamente, hoje os velhos são um incomodo [...] mas todas vão ganhar (Agricultor 104).

Não há uma definição por parte dos entrevistados sobre o que caberia aos que cuidam os pais, “ai tem que ver”. O direito do filho ou da filha em receber um valor superior em relação aos demais, faz parte da tradição que assegura ao filho que cuidar dos pais uma maior remuneração, seja pelo tempo que dispensa no cuidado (muitas vezes diminuindo o tempo para outras atividades), seja pelas despesas (em alimentação, medicamentos) que passam a ter ao incluir os pais na sua própria família.

Sobre o momento em que pretendem fazer o repasse do estabelecimento ou a transferência, os entrevistados afirmam ainda não saber ou “ainda estamos para decidir”. Por isso, os agricultores procuram adiar esse momento: “mais para frente” como diz um entrevistado.

Se o processo sucessório é tardio, o mesmo acontece com a distribuição do patrimônio, que fica exclusivamente sob o domínio do poder paterno. Nesse caso, a justificativa para tal atitude dos agricultores está relacionada à falta de pressão ou o desejo dos filhos para que os pais procedam com os acertos, pois não utilizam a terra como meio de produção e sustento, nem buscam usar o recurso da herança para se instalar de forma independente do pai, seja dentro ou fora do estabelecimento. Através do depoimento dos entrevistados averiguou-se essa questão de forma mais clara: “a gente está vendo ainda, sem pressa, os filhos não precisam da terra para viver”.

Ao serem questionados se os filhos ficariam satisfeitos sobre essa forma de distribuição, os entrevistados responderam acreditar que sim: “não vejo motivo para encrencas”, “vão ganhar tudo de mão beijada”, “acho que sim, porque nenhum deles merece mais do que o outro”. Outros entrevistados buscam se precaver e preferem fazer um acordo com os filhos antes: “vou chamar todos e fazer um acordo para não dar conflito depois”.

Acho que não vai haver brigas, porque eles nem querem ficar com a propriedade. Nenhum vai querer mais que o outro já que nenhum dele permaneceu na propriedade para trabalhar (Agricultor 111).

QUADRO 12

Síntese da entrevista com agricultor sem sucessão sobre a transmissão do patrimônio

O agricultor I. com 67 anos e sua esposa R com 63 anos, residem na Linha Ávila, em Dona Francisca. Tiveram três filhos: duas moças, uma é dona-de-casa e a outra é arquivista, ambas residentes em Porto Alegre. O rapaz é professor de Educação Física e reside em Sobradinho. O seu estabelecimento foi adquirido em parte por herança e parte por aquisição.

Na sua percepção, agricultura uma ocupação difícil *não compensa, porque o que a gente produz não tem preço. Eu mesmo só fiquei na agricultura por falta de outra coisa. Eu gostava de estudar, mas a família era pobre, a gente ia só até o ginásio e o pai não tinha condições de pagar o estudo. Ai não deu para seguir estudando. Hoje é muito mais fácil de estudar do que naquele tempo [...] tinha que sair de casa. Não se saía tanto como as crianças saem hoje, para ficar fora, na cidade. Tornou-se mais fácil estudar. Tanto é mais fácil que dois dos meus filhos saíram para fazer faculdade.*

Considera que os filhos estão bem instalados na cidade: *eu acho que elas estão bem colocadas na cidade, eu avalio que elas escolheram a melhor opção. Até porque a atividade agrícola está tão difícil, eu considero que eles estão melhor que nós.* Sem a perspectiva de ter um sucessor, porque considera *meus filhos por vontade própria não voltam*, pretende repassar o estabelecimento para os filhos *vou deixar para eles, vender nem pensar, porque terra a gente não vende*, registrando o apego ao estabelecimento, herdado do seu pai. Não considera a possibilidade de vender e se pudesse gostaria de juntar as duas áreas que são separadas e distantes cerca de 10 km uma da outra, *a parte que eu ganhei de herança é essa e a outra eu comprei há uns 20 anos atrás.*

A forma de divisão do patrimônio contempla os três filhos de forma igual *tudo é dividido entre os três, mas também aquele que vai ficar cuidando da gente, esse é quase certo que tem ganhar um pouco mais, porque aqui é assim, quem fica com os pais ganha mais*, reafirmando a tradição da responsabilidade dos filhos em tomar conta dos pais. O que pode significar a saída para residir na cidade *vamos ter que ir onde os filhos estão, porque eles não vão morar aqui.*

No entanto, não tem idéia da parte do patrimônio que dará ao filho ou a filha responsável por cuidar deles na velhice. Quanto ao momento da transferência *não sabemos ainda, mais para frente à gente vai decidir.* Mas acredita que os filhos não tenham a intenção de vender futuramente o estabelecimento *a filha mais velha já disse que quer a parte dela em terra, eu penso que ela não vai vir de Porto Alegre para plantar, mas ela pode arrendar a parte dela para os vizinhos, pelos menos as áreas de arroz que são mais planas.* Nesse caso, apesar dos seus filhos não serem agricultores, *outros deverão continuar plantando arroz aonde eu planto hoje.*

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

7.1.2 A transmissão do patrimônio entre os agricultores com sucessão

É possível delimitar um quadro geral do processo de herança e compensação dos filhos através da visualização dos planejamentos e encaminhamentos a serem dados pelos agricultores. Verificam-se três situações:

- a) Agricultores que já realizaram o processo ou negociaram a divisão do patrimônio com os filhos;
- b) Agricultores que estão planejando e/ou iniciando a transferência do patrimônio aos filhos;
- c) Agricultores que não planejaram as formas de distribuição da herança.

De modo geral, essas três situações têm em comum a geração de três condições: 1) A compensação dos demais filhos leva em conta a ocupação atual dos mesmos, podendo receber mais ou menos terras ou outras formas de compensação. Aqui, diferentemente dos agricultores sem sucessão, a terra e o estabelecimento são essenciais para a instalação profissional de um ou mais filhos sucessores; 2) Em alguns casos, se mantêm a não compensação das filhas com terra, enquanto em outros o enxoval ou mesmo a terra é substituído por um valor em dinheiro; 3) A divisão do patrimônio ou da herança é um processo acertado entre os agricultores com idade mais avançada.

a) Transmissão acertada

É um processo encontrado entre os agricultores situados na faixa etária mais elevada. Nesse caso, foi efetuada a transferência e divisão do patrimônio entre os filhos sucessores e não sucessores.

Quando questionados sobre o momento em que decidiram fazer os acertos, as respostas podem ser resumidas em apenas uma: a idade ou a falta de forças para trabalhar ou quando “não consegui mais plantar”, reforçando que o recuo do pai das atividades agrícolas e administrativas são mais dependentes da sua força física do que da vontade de deixar o comando do estabelecimento para os filhos.

Em relação aos arranjos internos familiares relativos à transmissão do patrimônio, apesar da maior abertura e diálogo entre as gerações na atualidade, os temas de natureza sucessória ainda são pouco discutidos no interior das famílias, pois são considerados incômodos, e a definição da herança e compensação dos demais fica “para depois” (SILVESTRO *et al.* 2001; STROPASOLAS, 2002; TEDESCO, 1999). Nesse sentido, reforça-se o argumento de que os assuntos relativos a esta questão são discutidos entre os pais de idade mais avançada.

O momento da transferência e dos acertos propriamente ditos é parte de um processo geralmente “negociado” entre todos os interessados, resultando em acordos sobre a parte do patrimônio de cada um. Observa-se que o momento da transferência não se constitui numa data fixa, um dia com hora marcada, mas em um processo composto de várias fases e determinado por circunstâncias diversas.

A transferência inicia ainda nos encaminhamentos dados pelos pais, seja no apoio ao estudo para as filhas, seja na compra de uma área de terra para os demais filhos ou para o filho sucessor. Os arranjos são construídos ao longo da vida dos agricultores e lembrados no

momento da divisão do patrimônio ou dos acertos finais: o que cada um já ganhou, o que já foi repassado pelo pai ou que conseguiu comprar ou adquirir com seu próprio esforço. Esses acertos prévios são lembrados pelos agricultores no momento da negociação ou quando os pais desejam fazer os acertos definitivos com os filhos. As formas de negociação são diversas.

Fiz aqui em casa uma reunião com todos os filhos para ver como dividir, como ia ficar tudo no final. Porque eles já tinham ganhado patrimônio, terra, estudo. Fiz uma reunião para ver se queriam mais, se estavam de acordo com o que já tinham ganhado para que ficasse tudo certo (Agricultor 209).

Entre esses agricultores, o procedimento da divisão ou da recompensa foi distinto: em dois casos o estabelecimento ficou com dois sucessores, tendo em vista o tamanho e a possibilidade de estabelecer dois filhos sem comprometer a reprodução de curto ou de longo prazo. Em outro, apenas um filho herdou toda a área ou o estabelecimento familiar.

Os agricultores transmitiram o estabelecimento através de usufruto. No entanto, apesar dos sucessores estarem à frente do comando do estabelecimento, a transferência definitiva depende da morte do pai.

Faz uns quatro anos que fizemos os acertos, a gente fica velho, é hora de deixar para os filhos tomarem conta, agora eles têm a terra, compraram mais máquina e me dão uma porcentagem do que produzem, porque a terra é em usufruto (Agricultor 208).

Nesse caso, as relações entre o pai e o sucessor (es) configuram-se em relações de “parceria”, porque o pai continua acompanhando o trabalho no estabelecimento, mesmo sem trabalhar no esforço físico da atividade e recebe uma parte do que é produzido, um equivalente ao aluguel da terra. Nesse caso, a autonomia do sucessor, tanto produtiva como administrativa, pode ser considerada “parcial”.

O pai acompanha tudo, quer saber o que plantamos e como está a lavoura, quanto financiamos, ele mesmo ainda faz financiamento no nome dele. Não adianta, ele não precisava mais fazer isso, mas é o costume dele (Sucessor - Agricultor 209).

A compensação dos demais filhos e filhas apresenta traços comuns: os sucessores recebem terra (estabelecimentos) enquanto as filhas e os demais filhos foram recompensados de outra forma. A forma de compensação ou o tipo de bem a ser recebido é dependente dos encaminhamentos profissionais dos demais filhos e filhas.

Em um caso, o pai repassou o enxoval para as mulheres (casadas com agricultores) e os filhos homens receberam outras áreas de terra. No outro, a filha (mora na cidade) recebeu dinheiro e os filhos agricultores receberam terras, e os que exerciam atividades não-agrícolas

receberam casa na cidade, outro recebeu um caminhão e um, com curso superior, abriu mão da herança.

No terceiro caso, as filhas que cursaram faculdade ganharam o pagamento dos estudos e a irmã mais nova (não cursou Ensino Superior) recebeu uma casa na cidade. Quanto aos demais filhos homens, tanto os que se instalaram como agricultores como os que assumiram atividades não-agrícolas no meio urbano receberam terras compradas pelo pai em outro local. A reprodução do valor da família ou mesmo a manutenção da integridade do patrimônio não são questionados pelos que não são recompensados com a terra. Desse modo, os filhos acabam legitimando as formas de divisão adotadas pelo pai em nome da manutenção e viabilidade futura do estabelecimento da família. No momento das entrevistas, uma das filhas (que havia feito faculdade) estava em casa e, no seu depoimento, foi possível constatar a “desistência” da herança da terra.

Quando o pai fez a reunião eu e minhas irmãs abrimos mão. Menos aquela que ficou em casa, ela ganhou a casa na cidade. Mas da minha parte, achei que era justo porque eu já tinha ganhado estudo, enquanto eu estava fora os meus irmãos trabalhavam para pagar as despesas da faculdade. Então a terra ficou em usufruto com o pai e os dois irmãos que ficaram aqui com ele (Filha - Agricultor 209).

Quando questionados se todos os filhos haviam ficado satisfeitos com a forma de distribuição, os agricultores responderam de forma afirmativa, pois acreditam que como foi um processo “negociado” e realizado em vida, todos entraram num acordo. Desse modo, não há motivos para possíveis conflitos no futuro “eu acho que ficaram todos satisfeitos, porque foi um acordo, eu fui vendo o que cada um queria e tentando atender a vontade de todos. Eles também tiveram a oportunidade de falar se não estavam satisfeitos” (Agricultor 208).

Os agricultores consideram importante fazer os acertos em vida, para evitar os conflitos que eventualmente possam surgir entre os filhos. Ao realizar os acertos, os agricultores buscam evitar as desavenças, reforçando a autoridade paterna na transmissão do patrimônio. É o pai quem acerta a parte do patrimônio que cabe a cada um dos filhos, quem faz a negociação e também se preocupa com a possibilidade da insatisfação em torno da divisão e comprometimento do estabelecimento, caso haja desacordo entre seus descendentes.

b) Transmissão planejada

Os agricultores apontam para prováveis acertos ou encaminhamentos em torno da transmissão do patrimônio familiar, o que não significa que estes acertos não possam sofrer mudanças com o tempo quando efetivamente os pais forem legalizar a divisão do patrimônio.

Os próprios agricultores registram sinais de mudanças em torno das regras de transmissão do patrimônio, consideradas de difícil normatização e variáveis conforme a condição econômica de cada agricultor.

Uma vez era assim, o pai deixava para o herdeiro e depois ele ia comprando a parte dos outros, agora as coisas mudaram um pouco, tem um que não quer terra, tem outro que briga pela terra, tem aquele que estudou, tem o enxoval. Agora me parece ser mais difícil, porque os filhos também decidem mais o que querem, no tempo do meu pai, a gente ganhava e pronto (Agricultor 217).

Apesar dos mais diversos arranjos, o traço comum aos agricultores com transmissão planejada dos estabelecimentos é a permanência do estabelecimento com o sucessor. A transferência para o sucessor é justificada de diferentes maneiras: “ele fica para cuidar dos pais”, “trabalha na agricultura, os outros só estudaram”, “é o agricultor, precisa da terra”, “sempre trabalhou na lavoura, desde pequeno”, “precisa se instalar”, “é o meu braço direito”, “tem o compromisso de me amparar daqui para frente”. Ao repassar o estabelecimento para o sucessor, os agricultores, além de instalar o filho na atividade agrícola e garantir a ele o seu sustento através dessa atividade, também acionam elementos da ordem moral através da tentativa de garantir que o sucessor os ampare na velhice.

Entre as formas usadas para garantir a instalação dos seus sucessores pode-se citar a subdivisão de uma parte da área do estabelecimento familiar, proporcional ao tamanho da área ou o uso do recurso de repassar uma área de terra, fora do estabelecimento para garantir que o sucessor casado se instale separadamente. Nesse caso, as áreas adquiridas através de compra foram colocadas no nome dos sucessores, já como parte da herança. No entanto, os sucessores também estão incluídos no ganho de uma parte ou todo o estabelecimento familiar.

Apesar da transmissão do patrimônio ter sido planejada, nenhum dos entrevistados decidiu sobre a transferência definitiva do patrimônio. Em relação ao momento oportuno para resolver essa questão, os agricultores afirmaram não saber, mas tendem a estendê-la “mais para frente”. A explicação disso é que os pais podem ser considerados uma força de trabalho ativa no estabelecimento. Por essa razão, os arranjos mostram que os agricultores e os sucessores continuam trabalhando conjuntamente (ou em parceria) no estabelecimento, dividindo as atividades, custos e lucros da produção agrícola.

Eu dei 19 hectares para esse meu filho. A gente, enquanto pai tem que ir estimulando, ele já é casado, vai fazendo a renda dele [...] mas a gente trabalha junto, fizemos as safras e depois dividimos o que sobra (Agricultor 213).

Eu passei dois hectares para esse filho que está aqui comigo, mas a gente planta junto, a gente trabalha junto em cima da terra dele e da minha. Meu filho me ajuda, eu o ajudo, aí trabalhamos juntos. Nós também arrendamos outra área, também fizemos à meia. Quando eu posso vou eu lá ver a lavoura, quando pode vai ele, e assim nós fizemos. Já os outros filhos (não sucessores), com eles é separado, cada um planta para si nas áreas deles (Agricultor 207).

Aqui eu o F. fizemos assim: nós plantamos juntos e depois que vendemos a safra eu pago a maior parte das contas, ele fica com menos dívida. Faço isso para que sobre mais para ele ir fazendo um capital, uma reserva (Agricultor 206).

De maneira semelhante aos agricultores com a transmissão acertada, observa-se o “poder paterno” na transmissão do patrimônio, fazendo com que o pai controle a forma e o momento da divisão. Desse modo, ao contrário das afirmações dos trabalhos Gasson e Errington (1993) e Carneiro (1998) em relação à realidade europeia, nesse estudo a aposentadoria não é um fator determinante na formação de uma nova geração de agricultores. Entre os agricultores familiares, adentrar na faixa etária delimitada para considerar as pessoas idosas (60 anos ou mais), chegar à idade da aposentadoria (60 anos para os homens) ou estar aposentado não significa o fim do comando dos pais sobre o estabelecimento familiar. É o esgotamento da força física que demarca a retirada dos agricultores (pais) do trabalho e do controle do estabelecimento, ao invés da faixa etária¹¹.

Paulilo (2004, p.235), ressalta que a aposentadoria entre os agricultores familiares “não significa parar de trabalhar, mas receber todo o mês um pequeno montante de dinheiro bastante apreciado”. Esse valor acaba sendo apreciado também pelos filhos, porque os pais acabam usando o dinheiro para ajudá-los no estabelecimento, através da compra de mantimentos para casa, pagamento de pequenas contas (energia elétrica, telefone) ou mesmo para auxiliar algum filho que necessita de recursos financeiros¹². Nesse sentido, os pais podem oferecer uma contrapartida aos filhos por ocasião da sua velhice (amenizando os gastos em saúde e alimentação que os filhos passam a ter), através do ingresso regular de renda. Isso pode vir a ser um atrativo para a permanência dos filhos no estabelecimento ou, pelo menos, torná-los mais dispostos a amparar os pais.

A transmissão tardia é verificada na própria fala dos agricultores: “ainda tem tempo”, “certo mesmo eu não sei ainda”, “isso é coisa para daqui mais para frente”, “uma

¹¹ Conforme já mostrado na página 19, a Política Nacional do Idoso considera idosa uma pessoa com mais de 60 anos. Aos atingir os 60 anos, as pessoas diminuem sua jornada de trabalho, deixando de lado o exercício de determinadas atividades produtivas. No caso dos agricultores familiares, essa noção é imprecisa. Aqui, a relação idade e recuo no trabalho ou comando do estabelecimento seguem modelos culturais próprios da tradição da agricultura familiar. Os agricultores seguem na direção dos estabelecimentos até o fim das suas vidas, geralmente bem acima dos 60 anos.

¹² Um caso observado em outro momento da pesquisa foi o de um agricultor aposentado que guardou durante 18 meses o seu salário mínimo de aposentado para ajudar o filho sucessor a pagar o trator que havia comprado.

hora dessas, a gente vê tudo com calma”. Conforme Carneiro (1998) ser o chefe do estabelecimento familiar é ter assegurado a condição de proprietário e o pai tenta ao máximo retardar a transferência da posse da terra na tentativa de assegurar sua autoridade e a garantia de ser cuidado pelo filho sucessor. Ademais, segundo Carneiro (1998), o sucessor dificilmente expõe seu descontentamento em trabalhar na terra, sustentar os pais e não ter segurança quanto à propriedade da terra, que por lei pertence a todos os filhos.

A subordinação à autoridade paterna e a aceitação da forma de partilha e do momento da transferência foi constatada durante a pesquisa de campo. Entre os sucessores entrevistados, filhos de agricultores com transmissão planejada, as opiniões são convergentes, ou seja, fica a critério dos pais o momento da transmissão do patrimônio. Essas opiniões também levam em conta o fato dos sucessores serem casados (ou boa parte deles) e terem uma área no seu nome. No entanto, os filhos ainda dependem do pai para produzir, porque ter a terra não significa ter os meios de produção (maquinários), nem capital suficiente para fazer investimentos em insumos agrícolas para realizar as safras agrícolas de forma independente do pai.

Outro dia estava falando com a minha irmã, que vamos ter que deixar o pai decidir eu, por exemplo, tenho 12 hectares no meu nome, ela mora com o marido e o meu irmão mora na outra terra que o pai deu para ele. Então, fica para o pai decidir. Eu acho que o que eles quiserem fazer está bem feito (Sucessor - Agricultor 212).

Nem pensei sobre isso porque a idéia é dele e da mãe. Mas sabe que nunca pensei sobre isso, até porque eu tenho o meu pedacinho (Sucessor - Agricultor 213).

Outra justificativa para deixar para mais tarde o momento da transferência é a própria mudança que podem sofrer os acordos previamente realizados, em razão da aceitação do sucessor e dos demais filhos.

A gente está fazendo pelo melhor, dando mais para aquele que está ficando. Os outros (filhos) já sabem o que cada um vai ganhar. Mas a gente tem que procurar fazer com que todos fiquem bem, que seja justo para todos, para não dar problemas depois (Agricultor 213).

No fundo, os agricultores buscam atenuar a possibilidade de conflitos e disputas futuras entre os filhos, evitando a inviabilidade do estabelecimento familiar devido a problemas de ordem jurídica em função da partilha não ter sido acordada entre todos os descendentes.

O trabalho de Zorzi (2005) realizado com agricultores familiares em Nova Pádua, na Serra Gaúcha, mostra que as relações de conflito podem inviabilizar o uso do estabelecimento para a produção agrícola. Na situação estudada pela autora, as relações de

conflito foram geradas pela indisposição de todos os irmãos em formalizar, através da assinatura de documentos, a proposta de divisão sugerida pelo pai, a qual deixava o estabelecimento para o filho mais novo, mediante a responsabilidade de cuidá-los na velhice. Apesar dos demais irmãos reconhecerem que o irmão que cuidou dos pais tenha mais direito sobre o patrimônio, ao desistirem da assinatura dos documentos, acabaram requerendo seus direitos e recusando-se a reconhecer a decisão do pai de privilegiar apenas o sucessor com a terra. Os irmãos não sucessores fazem uso do direito igualitário proposto no Código Civil. Nesse caso, em razão das divergências, o patrimônio corre o risco de ser fragmentado e tornar-se inviável economicamente.

Na situação analisada por Zorzi (2005), verifica-se que apesar do pai ter buscado fazer os acertos em vida, isso não garante a ausência de conflitos entre os filhos. Com isso, existe a possibilidade da inviabilidade do estabelecimento, especialmente quando as leis tendem a serem usadas pelos filhos para sobrepor aos direitos costumeiros geralmente adotados pelos pais.

No nosso estudo, identificaram-se agricultores que acreditam que poderão ocorrer divergências em torno da partilha. Em um dos casos, o agricultor afirma que o genro (casado com sua filha mais velha) discorda com a divisão dos bens feita por ele, reclamando que o filho sucessor tem privilégio e receberá o estabelecimento com boa infra-estrutura, enquanto a sua esposa receberá menos (sua parte será dada em dinheiro). Segundo o entrevistado “desde agora começa a dar problemas, a não querer dar certo, porque um diz que ganha mais que o outro. Eu não sei o que fazer, porque meu genro reclama que eu dou mais para o filho, mas é meu filho, eles têm direito a receber mais” (Agricultor 202). Nesse caso, o agricultor não pretende abrir mão de deixar para o filho sucessor o estabelecimento, embora pretenda rever a parte a ser doada para a filha, para evitar os conflitos com o genro “eu gostaria de dar terra também para as outras duas filhas, mas a área não dá”. Observa-se que o pai, ao tentar assegurar a terra para o filho sucessor, tenta preservar a integridade do estabelecimento familiar, ao mesmo tempo em que busca contornar a situação de conflito já instalado.

Ainda, segundo o mesmo agricultor, o genro também contesta o fato do sogro pretender dar terra (outra área fora do estabelecimento) para o outro filho que atualmente reside na cidade, enquanto a esposa também poderia receber terra ao invés de um valor monetário. Conforme o próprio agricultor “o meu genro disse que o E. não precisa de terra, porque ele mora na cidade, mas eu vou dar igual porque tenho esperança que ele volte para a agricultura”. O que parece ser de interesse do genro é a conquista de uma área de terra, como parte do patrimônio que cabe a esposa.

Em outro caso, o filho mais velho está em desacordo com a proposta do pai em deixar o estabelecimento para o irmão mais novo, afirma querer receber também uma parte da terra: “ele já me disse que quer terra também, porque senão ele sai perdendo. Então estou repensando, vou ter que ver como resolver isso” (Agricultor 204).

Apesar da existência de conflitos sempre ter acompanhado o processo de transmissão do patrimônio dos agricultores familiares, Carneiro (1998), afirma que hoje a existência de conflitos parece estar sendo acentuada pela crescente nuclearização das famílias e individualização da força de trabalho. Esses dois fatores são capazes de desencadear uma relativa crise em torno dos valores tradicionais, de maneira que a desigualdade na divisão do patrimônio entre sucessores e não sucessores passa cada vez mais a ser questionada (CARNEIRO, 1998).

Se o estabelecimento fica com o sucessor, nos encaminhamentos relativos à divisão do patrimônio, além da parte do sucessor, entra em cena a compensação dos outros filhos e das filhas, reafirmando uma divisão desigual. Observa-se que a divisão é um processo pensado em relação ao sucessor, tendo em vista que ele é o responsável pela manutenção do estabelecimento, mas também em função da ocupação atual dos demais filhos, especialmente as filhas. Conforme mostra o estudo de Silvestro *et al.* (2001), entre os filhos dos agricultores familiares no oeste catarinense, a compensação dos demais herdeiros depende da situação de cada filho no momento da transmissão, mas será dada preferencialmente em estudos e dinheiro.

As situações prováveis de divisão relatadas pelos agricultores podem ser resumidas da seguinte forma:

1) O estabelecimento fica com o sucessor e as filhas, além do estudo, recebem alguma terra, logicamente em menor proporção que o sucessor.

Esses arranjos são encontrados nos estabelecimentos em que há apenas um filho homem e os demais filhos são mulheres. No entanto, ao passar uma parte da área para as filhas, os agricultores acreditam que os sucessores podem vir a comprar a área com o tempo “o J. pode comprar a parte das gurias depois, para ficar com toda a área” (Agricultor 203).

Em outro depoimento: “para as meninas eu vou deixar um pouco de terras, eu até gostaria de deixar um pouco mais, por enquanto vou dividir assim: uma parte para mim, uma parte para as gurias e a propriedade fica para o M., que pode ficar com a parte das gurias um dia” (Agricultor 205). Prevalecem aqui os arranjos costumeiros, que atribui a maior parte da terra ou o estabelecimento para quem efetivamente trabalha nela: os filhos. Por outro lado, por

se tratar de agricultores mais capitalizados, esses arranjos prevêm que além do estudo, as filhas recebam parte em terra, mesmo sendo em quantidade menor que o sucessor.

2) O sucessor fica com o estabelecimento e as filhas vão herdar um imóvel na cidade.

Os agricultores que apresentam esse arranjo, afirmam que as filhas, em razão dos empregos urbanos, residem na cidade e não precisam da terra, pois quem vai viver da atividade agrícola é o sucessor. Outra situação encontrada é o reduzido tamanho do estabelecimento: “não dá para os três filhos, só para um, penso em deixar para ele a propriedade; as duas filhas (uma é casada com um agricultor e a outra é solteira e reside no estabelecimento) ficam com a casa na cidade”.

Apesar da possibilidade da filha ficar no meio rural e mesmo se instalar como agricultora, a prioridade para o pai é deixar o estabelecimento para o filho homem, até porque espera que a filha se case com um agricultor e vá residir no estabelecimento do marido. É no depoimento da própria filha que se comprova essa situação de forma mais clara: “a terra é do meu irmão, eu espero casar com um agricultor e vou morar na terra dele, se isso não acontecer eu tenho a casa na cidade”.

3) O sucessor fica com o estabelecimento, os demais filhos recebem áreas de terras e as filhas ganham estudo e dinheiro.

Nesse caso, os agricultores consideram que, além de estudo, as filhas também têm direito à terra. No entanto, desconsideram a possibilidade de subdividir o estabelecimento ou dar outra área de terra para as filhas, mas reverter o valor da terra em dinheiro.

Eu acho que as mulheres têm direito também, mas dar em terra seria difícil. A minha idéia é dar uma partezinha para as duas, então eu penso que posso dar assim [...] uma partezinha em dinheiro no lugar da terra (Agricultor 225).

Nesse caso, as filhas recebem “simbolicamente” a herança como se fosse uma parte da terra, só que de forma monetária. Essa forma de divisão é justificada pelos agricultores em razão dos filhos estarem estudando e não necessitarem da terra para tirar o seu sustento, enquanto o sucessor precisa de todo o estabelecimento para continuar produzindo. A parcela dada às filhas é minimizada pelo pai, que a chama de “partezinha”.

Da mesma forma, ao dar um valor em dinheiro, os agricultores evitam a fragmentação da área e a necessidade da negociação futura entre os irmãos para a

recomposição da área: “porque depois ele ainda tem que negociar com os irmãos para comprar de volta, assim não precisa” (Esposa - Agricultor 225).

Os filhos recebem áreas de terras geralmente em outros locais, tendo em vista a indivisibilidade do estabelecimento paterno: “já não dá mais para repartir, tem que ficar só para um”. Os agricultores cogitam a possibilidade de comprar áreas de terras para os filhos não sucessores, tanto dentro como fora do município, sempre tentando dar aos filhos “um pedaço de terra boa”, em outros termos, terra para trabalhar com maquinário.

4) O sucessor vai herdar o estabelecimento e os demais filhos homens ganham uma área de terra em outro local e as filhas ganham o estudo.

O estudo é citado pelos agricultores como a forma de recompensa para as filhas “a gente está pagando a faculdade particular, o aluguel do apartamento, então acho que elas vão receber isso”, pois pretendem deixar a terra “para quem precisa dela”. A recompensa em terra para os demais filhos leva em consideração o fato deles não terem estudado, nem trabalhado em empregos urbanos ou atividades não-agrícolas: “são agricultores, precisam da área para plantar”. Também está vetada a possibilidade de subdividir o estabelecimento “pretendemos comprar outro pedaço”, “se repartir fica muito pouco para cada um”.

5) O sucessor herda o estabelecimento ou pelo menos parte dele e os demais filhos, tanto homens como mulheres, ganham uma área de terra em outro local ou parte do estabelecimento.

As filhas são casadas com agricultores e tem o direito à terra (apesar de, momento do casamento, também terem recebido um enxoval) da mesma forma que os demais irmãos não sucessores, embora todos possam vir a receber menos do que o sucessor. Conforme Woortmann (1995) apesar das mulheres, além do enxoval, terem direito à terra, na prática, a terra fica sob o domínio do marido, que pode futuramente negociar com próprio cunhado (o sucessor) a venda da área dada como herança para a esposa, caso tenha recebido um parte do estabelecimento e o cunhado tenha interesse em reincorporar novamente a área subdividida pelos acertos do patrimônio. Nesse caso, como diz Woortmann (1995, 194), “a herança não chega às mãos da mulher, mas constitui-se uma circulação entre os homens, onde a mulher é um elemento de cálculo, de intermediação”.

Com possibilidades restritas de dividir o estabelecimento, os agricultores geralmente fazem uso da compra de terras, quando possível no mesmo município, mas em razão do preço e da escassez de terras locais, muitas vezes a compra é feita fora dele. Uma das

possibilidades é a compra dos estabelecimentos dos agricultores sem sucessão, no entanto, as áreas geralmente desfavoráveis (de cerro, de mato) não atraiu um dos agricultores entrevistados.

A área até que era boa, tinha certa infra-estrutura na propriedade, mais tinha bastante terra dobrada e depois teria que comprar uma e dividir entre dois filhos então a área para trabalhar com máquina fica pequena. Hoje, eles trabalham no pedaço que eu dei e também arrendam um pouco (Agricultor 207).

Outra questão que surge, nesses casos, é a possibilidade do sucessor, depois de instalado, remunerar os demais irmãos “vai pagando os irmãos depois, porque ele fica com tudo agora, depois vai devolvendo”.

6) O sucessor herda o estabelecimento, os demais filhos recebem em dinheiro, mesmo com estudo.

Os arranjos propostos pelos agricultores em deixar o estabelecimento para o sucessor e dinheiro para os demais, tanto para os filhos como para as filhas, constitui-se numa questão interessante para a análise.

Os filhos recebem um valor em dinheiro no lugar da terra. Para as filhas, no entanto, a parte em dinheiro visa substituir o enxoval, geralmente o único bem material dado às filhas por ocasião do seu casamento e saída do estabelecimento paterno. Segundo um dos entrevistados,

A minha filha dificilmente vai voltar e se não volta, não casa com um agricultor, então essa história de enxoval caiu de moda, a gente pensa em recompensar em dinheiro (Agricultor 221).

Estudos indicam que as moças ao saírem para estudar dificilmente regressam para a casa paterna para morar ou viver no meio rural. Ao buscarem os estudos, também recusam a possibilidade de casamento com os filhos de agricultores porque isso representa a continuidade no meio rural, na agricultura e na condição subalterna vivida pelas mães (STROPASOLAS, 2002, 2004). Se não há casamentos, mudam também as formas de compensação das mulheres na herança. A recompensa através do enxoval ou dos utensílios domésticos dados por ocasião do casamento (CARNEIRO, 2001; SANTOS, 1984; WOORTMAN, 1995) dão lugar à recompensa através do financiamento dos estudos ou de uma quantia em dinheiro ou de ambos.

Nesse caso, os próprios agricultores reconhecem que as filhas não retornarão para se estabelecer profissionalmente no meio rural ou para construir novas famílias, então

apresentam novas formas de recompensá-las. Para as filhas, serem recompensadas em estudo (principalmente quando os pais pagam por seus estudos em universidades particulares, além das despesas de moradia) e dinheiro no lugar do enxoval, pode representar o recebimento de um patrimônio mais significativo monetariamente. O enxoval representava mais um valor simbólico geralmente constituído de uma máquina de costura, peças de roupas e uma vaca leiteira, considerado de pouco valor comparativamente ao valor econômico da terra recebida pelos filhos. A substituição de outras formas de recompensa no lugar do enxoval está associada às maiores possibilidades financeira dos pais.

7) Filha única ou filho único herdam todo o patrimônio. Nesse caso, a mulher tem direito à terra porque não tem irmãos: “quem só tem um filho não precisa se preocupar com a herança, não vai ter briga”.

QUADRO 13

Síntese da entrevista com agricultor com sucessão sobre a transmissão do patrimônio

O agricultor A. tem 60 anos e sua esposa tem 57. Moradores da Linha Grande, distante cinco km da sede do município de Dona Francisca. Residem no local há mais de 25 anos, cultivando arroz irrigado. O estabelecimento era de propriedade do seu pai e após o seu falecimento suas irmãs quiseram que ele assumisse.

Tiveram três filhos homens, o sucessor é o mais novo, casado com uma moça do meio urbano e residente numa casa ao lado da dos pais. Apesar de terem insistido para os filhos estudar, eles não gostavam muito e acabaram desistindo. *Esse que está aqui em casa, o V. foi até o segundo grau e não quis mais, não teve jeito [...], mas também se tem onde plantar, produzir mais ou menos, não é ruim. Ser colono também é bom, não precisa de tanto estudo.*

Considera-se um agricultor que *gosta da atividade, não desprezo a agricultura, não é o melhor serviço do mundo, tem o silo, tem que levantar de madrugada para cuidar o arroz secando, mas eu gosto. Eu sempre incentivei os guris a ficar, porque se o agricultor tem onde plantar, eu acho que é melhor para ele, porque vai comprando, investindo, fazendo capital. Eu já fiz a proposta aos três filhos, vamos arrumar uma lavoura bem grande e morar no campo, todos juntos, mas nenhum quis, porque quiseram ficar aqui.* O trabalho agrícola é realizado praticamente pelo pai e pelo filho. A esposa comenta que também foi na lavoura quando não possuíam maquinário e precisava de mais gente para auxiliar, especialmente na época da colheita do arroz *agora faz anos que eu não vou mais. Depois que os guris começaram ir pra lavoura, eu deixei. Eu vou algumas vezes, mas para dar uma olhada. Eu tenho o serviço de casa também.*

Há quatro anos repassou parte da área para os filhos, cada filho recebeu dois hectares: *passei para eles direto, dei dois hectares para cada um deles.* Trabalha em forma de parceria com o filho sucessor, *a gente planta junto, a gente trabalha junto, plantamos nos dois hectares que eu dei para ele e em toda a minha área, que um dia pretendo deixar para ele.* Os outros dois filhos arrendam outras áreas em Rosário do Sul e cultivam arroz irrigado. A decisão de passar parte da área para os filhos foi tomada porque *os filhos estão bem encaminhados, as noras também trabalham bastante, achei que os filhos mereciam ter um pedacinho de terra no nome deles [...] já ir adiantando alguma coisa.*

Além dos seis hectares já dados para os filhos, pretende comprar outra área de terra para os dois não sucessores e para o sucessor pretende deixar o estabelecimento, porque é ele que deverá ficar com os pais na velhice. Mas não tem previsão de quando vai realizar os acertos finais e passar o estabelecimento em definitivo para o sucessor *eu ainda não sei, mas a gente gostaria de fazer tanto pra um filho, como pro outro. Não vou dizer que a gente faz tudo bem certinho, mas geralmente quando a esposa compra um presente para um filho, para um neto ou nora, ela compra tudo mais ou menos do mesmo valor e compra um para cada um. Se não um fica com ciúme da outra. Ah, eu ganhei mais! Então com os filhos eu também quero ser justo. Agora se a gente notar que alguém não está contente, a gente pode resolver, ou se de repente um ajudar mais no final, esse tem que ter direito a um pouco mais, porque cuidou mais da gente do que os outros. Eu acho que aquele que cuida tem direito de ganhar mais e hoje quem eu penso que vai nos cuidar é o que mora aqui do lado. Por isso, te digo que penso em deixar a propriedade para ele. Do resto, não acredito que irá haver brigas, penso que até agora estão satisfeitos, até agora ninguém reclamou e depois a gente vai conversar para deixar tudo certo.*

Fonte: Pesquisa de campo, 2006/2007.

c) Transmissão não planejada

Os agricultores com sucessão ainda apresentam uma terceira situação em torno da transmissão do patrimônio que pode ser caracterizada como sem qualquer arranjo ou planejamento. A única situação mais clara relatada pelos agricultores que demarca algum arranjo é a possibilidade de deixar o estabelecimento para o sucessor: “acho que fica com quem está em casa”, “o filho já trabalha aqui, conhece o serviço”.

As demais justificativas reforçam a idéia da ausência de acertos: “olha, ainda não pensei, por enquanto vamos trabalhando assim, depois vamos pensar”, “não acertei nada, mas temos idéia do que vai ser feito”, “temos tempo ainda”. Esses agricultores levam em conta o fato de serem relativamente jovens (a maioria está na faixa etária dos 50 anos) e ativos na agricultura. Essa condição, associada à tradição sucessória marcadamente tardia, pressupõe que as questões relativas ao encaminhamento e divisão do patrimônio tendem a ser um processo de longo prazo.

Além disso, a grande maioria dos sucessores (especialmente os casados) “tem o pedaço deles”, o que diminui a pressão pela transferência do estabelecimento, pois “dá para esperar mais um pouco”, de acordo com alguns entrevistados. Desse modo, o momento para fazer a transição ou os acertos legais é reforçado pelos entrevistados “isso dá para ser resolvido mais para frente”, “nem pensei ainda”, o que implica uma idade mais avançada e redução da força física do trabalho “quando a gente começar a se entregar” ou “quando não der mais para trabalhar”.

Por outro lado, foi possível encontrar entrevistados que preferem não realizar os acertos em vida, porque “não sei se vou conseguir agradar a todos”, prefere que os filhos resolvam depois da sua morte “ai eles fazem como eles querem”, para evitar os conflitos entre os descendentes. É opção dos agricultores deixarem para os filhos os acertos da divisão do patrimônio e, ao fazerem isso, prolongam ao máximo o poder paterno (os filhos têm poucas chances de suceder enquanto o pai for vivo, devem esperar pela sua morte) e desconsideram a possibilidade de conflitos ou inviabilidade dos estabelecimentos pela falta de acertos entre eles.

Há um caso localizado na pesquisa de campo que merece destaque, principalmente pela dimensão do poder paterno sobre a transmissão do patrimônio. O agricultor com 84 anos (o entrevistado mais velho da nossa pesquisa), afirma não querer fazer a transferência e os acertos em torno do patrimônio, porque tem dúvidas se será capaz de agradar aos 11 filhos: “depois que eu morrer, eles que façam como eles querem”. Ele acredita que os filhos saberão dividir sem gerar conflitos ou descontentamentos.

Porém, a filha que divide a sucessão com o irmão mais novo, discorda do pai, porque o fato do irmão não ter nada no nome dele (terra ou qualquer outro bem), acaba dificultando as atividades bancárias, como a tomada de empréstimos, “ele não tem nada para dar em garantia, porque está tudo no nome do pai, nem mesmo eu tenho uma conta no banco, preciso pedir ao pai quando necessito”. Aqui, o limite da dependência dos filhos sucessores ao poder paterno é visível: os sucessores não têm autonomia na condução das atividades

administrativas e também agrícolas “nos poderíamos deixar de plantar feijão no morro e plantar soja na área mais plana, mas o pai não quer”. Da mesma forma, ocorre a dependência financeira, especialmente no caso da filha: “o único dinheiro que eu ganho mesmo é com a limpeza da igreja da comunidade, limpo todos os finais de semana e recebo R\$ 50,00 por mês, já para o meu irmão, o pai dá um pouco na safra”. A dependência da filha é acentuada também pelo fato de ser celibatária (na data da realização da pesquisa, ela tinha 50 anos), precisa ficar “encostada” com diz Paulilo (2004) na casa do pai, o que significa estar submetida ao poder paterno, por falta de outra opção.

Na opinião da sucessora, o pai deveria fazer a divisão do patrimônio, realizar os acertos com os irmãos e colocar a terra em usufruto. Assim, daria mais autonomia ao irmão e também evitaria possíveis conflitos entre os descendentes, no momento da divisão. Segundo seu depoimento “nos somos em 11, vai ser difícil que todos fiquem contentes com a parte deles, tem uns que estão melhores, nem precisariam de nada, mas a gente, enquanto irmão não vai dizer nada, quem tinha que falar deveria ser o pai”.

Se o pai não conduz o processo e os acertos em vida, sobram para os filhos sucessores as dúvidas em relação à divisão com os demais irmãos e, principalmente, os acordos entre todos. Duas situações podem ocorrer após a morte do pai: 1) Os demais irmãos (não sucessores) abrem mão da parte do patrimônio (especialmente a terra) em favor dos dois sucessores que permaneceram no estabelecimento e cuidaram dos pais; 2) Os irmãos não sucessores podem requerer parte do patrimônio de forma igualitária aos sucessores, conforme assegura o Código Civil. Caso se concretize essa última situação, certamente ocorrerá à inviabilidade econômica do estabelecimento familiar, conforme esclarece a própria sucessora “a gente não espera que de problema, mas caso algum não concordar com os acertos e resolver ir para a justiça, a propriedade vai ficar comprometida e isso pode levar anos para ser resolvido”.

8 CONCLUSÕES

No decorrer desse trabalho, buscou-se enfocar o processo social da sucessão entre agricultores familiares. Para compreender este processo, analisaram-se as condições produtivas e econômicas dos agricultores; a percepção da ocupação agrícola e o estímulo dos pais à permanência dos filhos na atividade agrícola; e a forma de transmissão do patrimônio entre os agricultores dos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos localizados na microrregião da Quarta Colônia de Imigração Italiana, região central do Rio Grande do Sul.

A intenção de realizar um estudo sobre a dinâmica sucessória da agricultura familiar originou-se da necessidade de melhor compreender a questão sucessória atual entre os agricultores desse segmento, principalmente face às mudanças atuais em que os filhos nem sempre estão dispostos a permanecer na ocupação paterna. Além disso, começa a emergir no meio rural as conseqüências da saída dos filhos dos estabelecimentos familiares, fazendo surgir estabelecimentos sem sucessores, o que tem implicações sobre a continuidade das relações sociais existentes entre os agricultores familiares e a manutenção da própria infraestrutura comunitária local. Esses processos sociais ainda podem ser mais agravados, porque dificilmente novos habitantes (cidadinos) deslocam-se para viver de atividades agrícolas no meio rural, em razão das próprias deficiências estruturais e da “ausência” de comodidade em termos de lazer e consumo e das dificuldades e penosidade do trabalho agrícola, quando comparado ao meio urbano.

Para proceder à análise das questões propostas pela pesquisa, dividiu-se os agricultores familiares em: agricultores sem sucessão e agricultores com sucessão. Foram considerados agricultores sem sucessores aqueles em que os filhos estão encaminhados profissionalmente para fora da atividade agrícola ou do estabelecimento familiar. Na perspectiva dos pais, não há nenhum filho (a) que vá retornar para assumir e dar continuidade ao estabelecimento. Por outro lado, foram definidos como agricultores com sucessores, aqueles em que há pelo menos um filho residindo no estabelecimento familiar (ou em outro estabelecimento próximo) já definido ou encaminhado como sendo o sucessor.

Esta divisão é particularmente importante para demonstrar as diferenças entre as condições econômicas, produtivas e sociais que favorecem ou desfavorecem a sucessão. Igualmente, ter ou não um sucessor implica em perspectivas distintas em torno da transmissão

do patrimônio. O estudo dessas duas dimensões interligadas mostrou-se oportuno para melhor compreender o processo sucessório entre os agricultores familiares pesquisados.

As hipóteses tomadas como guias para a investigação dizem respeito à influência das condições produtivas e econômicas dos agricultores sobre a sucessão, sendo que: os agricultores com melhores condições possuem maiores possibilidades de ter assegurada a sucessão; a sucessão é influenciada pela percepção dos agricultores sobre a ocupação agrícola, tendendo a ter sucessão os agricultores que apresentam uma percepção positiva da ocupação agrícola e estimulam os filhos a permanecer na atividade; a transmissão do patrimônio depende do destino do estabelecimento a ser dado pelos pais, sendo que os arranjos relativos à partilha e a compensação de filhos e filhas são variáveis entre os agricultores.

Conforme relato dos agricultores entrevistados são diversos os motivos que podem levar os jovens a ficar ou sair do meio rural e da agricultura: as mudanças nas relações entre pais e filhos e o “afrouxamento” do papel dos pais na decisão sobre o destino dos filhos; a maior circulação dos jovens em espaços urbanos; as condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos; a busca de autonomia financeira e prosseguimento dos estudos, bem como sua preferência pelo lazer urbano.

A saída dos jovens pode resultar na redução das características agrícolas dos municípios, especialmente no que diz respeito à agricultura familiar. As implicações também recaem na dinâmica do tecido social das comunidades, através do aumento do número de pessoas idosas, diminuição do número de jovens e, entre estes, de moças e, com isso, possibilitar o agravamento de determinados processos sociais, tais como a masculinização e o envelhecimento no meio rural.

Considerando a situação mais específica dos **agricultores sem sucessão**, observou-se que suas condições produtivas são relativamente desfavorecidas, tanto em termos de área, como no acervo técnico-mecânico (reduzido ou mesmo inexistente), associado a uma organização da produção pouco significativa e dependente das instituições locais para qualquer melhoria em termos produtivos. Da mesma forma, suas rendas agrícolas são menores quando comparadas com os agricultores com sucessão. Por isso, apresentam pouca capacidade de investimentos.

Nesse caso, além da falta de recursos, os agricultores desmotivam-se a investir, devido à ausência dos filhos: os investimentos deixam de fazer sentido devido à falta de perspectiva de conservação e continuidade produtiva dos estabelecimentos. Entre os agricultores que investem, destaca-se o investimento em imóveis urbanos, os quais funcionam como fonte de renda (aluguel) e possibilidade futura de moradia. A perspectiva de moradia no

meio urbano ocorre por ocasião do avanço na idade e o esgotamento da capacidade física dos pais.

Associado às dificuldades produtivas, os agricultores sem sucessores consideram a agricultura uma ocupação desfavorável, ruim e sem futuro. Por isso, estimulam os filhos a seguir em outra ocupação (mais rentável ou realizada com menor esforço físico) ou mesmo preferem deixar para eles a escolha da futura ocupação; eles também estimulam os filhos a estudar, acreditando que eles terão melhores condições ou um futuro melhor fora da atividade agrícola. De qualquer forma, estimulando os filhos a sair ou deixando-os escolher sua ocupação, o resultado é a ausência de sucessores.

Entre os agricultores sem sucessão, dado o contexto de desvalorização da ocupação e de dificuldades produtivas e econômicas, verificam-se dificuldades em relação à permanência de seus filhos como sucessores, uma vez que eles não conseguem garantir sua reprodução no curto prazo, em termos aceitáveis. Nessa situação, há um processo emergente de individualização dos filhos, com conseqüência sobre a sucessão dos estabelecimentos.

Nos casos em que os agricultores entrevistados não têm sucessores, além das condições produtivas e econômicas e da percepção negativa da ocupação, a ausência dos sucessores pode estar associada também ao sexo dos filhos. O maior o número de mulheres ou famílias com apenas filhas restringe ainda mais a possibilidade de sucessão, tanto pela falta de socialização das jovens na atividade agrícola como por sua preferência em estudar e trabalhar no meio urbano. A própria divisão do trabalho por sexo é outro fator importante, pois os pais delegam às filhas as tarefas domésticas e reconhecem ou valorizam pouco seu trabalho na agricultura, enquanto os filhos auxiliam-nos nas atividades administrativas e agrícolas, embora não tenham autonomia em sua realização.

A falta de autonomia ou o reconhecimento da capacidade dos filhos de dirigir os trabalhos agrícolas e administrativos do estabelecimento torna-se um fator estimulador da saída dos mesmos. Essa valorização mostra-se importante para os filhos, conforme se observa nos dados da pesquisa de Brumer e Spanevello (2008), a qual aponta o reconhecimento da família e a autonomia para introduzir inovações na propriedade como dois dos principais fatores favoráveis à permanência dos filhos na agricultura.

Em síntese, a associação entre as condições produtivas e econômicas desfavorecidas; as percepções negativas sobre a ocupação agrícola; a divisão sexual do trabalho, mais favorável aos rapazes do que às moças; e a predominância de filhas nas famílias forma um conjunto de fatores desfavoráveis à permanência dos filhos na atividade agrícola.

O desejo de uma melhor condição de vida para os filhos associada aos incentivos pela busca de estudos ou outras ocupações urbanas, provocam uma contradição entre o que é avaliado como sendo melhor para os filhos e o destino dos estabelecimentos familiares. Os agricultores estimulam os filhos a sair, mas pretendem deixar os estabelecimentos para eles, fazendo persistir o valor moral da terra e do patrimônio herdado ou comprado, em troca de amparo na velhice. Essa situação criada pelos agricultores acontece mesmo quando eles sabem que os filhos não retornarão para a atividade agrícola. Trata-se de um costume que demarcou o processo sucessório da geração dos atuais agricultores (e também das anteriores). No entanto, mesmo sem sucessores, os agricultores tentam fazer persistir o costume de deixar o estabelecimento para os filhos.

Ao mesmo tempo, a perspectiva dos pais terem acesso à seguridade social, com a aposentadoria rural, pode contribuir para diminuir a responsabilidade dos filhos com o amparo dos progenitores na velhice, abrindo-lhes a porta para projetos individuais de trabalho e de vida.

É preciso deixar claro que o processo de individualização dos filhos e a falta de perspectiva em torno da ocupação agrícola não representam a dissolução dos laços afetivos entre os agricultores e seus filhos. A saída parece ser um processo marcado entre a responsabilidade com os pais (ficar e ajudar no estabelecimento) e o desejo de um futuro melhor fora da agricultura. Ao mesmo tempo, este processo torna independente a família e o meio de obtenção da subsistência; a solidariedade familiar e o amparo aos pais e a necessidade de exercer a ocupação de agricultor ou de viver no meio rural.

Alguns agricultores, pela ausência de sucessores, necessitam vender os estabelecimentos e passarão a residir na sede dos municípios, contando geralmente com os recursos da aposentadoria para sobreviver. Nesse sentido, atenta-se para as modificações atuais em torno da questão sucessória e a possibilidade futura dos estabelecimentos continuarem no circuito produtivo agrícola de base familiar, condição que pode ser alterada dependendo de para quem serão vendidos (agricultores ou cidadãos) e quais as finalidades de quem os comprar. O que parece ser mais provável é a possibilidade dessas terras, já na próxima geração, ficarem de fora do circuito agrícola do município (salvo aqueles estabelecimentos em que a intenção dos filhos seja o arrendamento ou a venda para outros agricultores locais).

Os agricultores sem sucessão apresentam outras modificações em torno da transmissão do patrimônio. Prezam pela igualdade na divisão do patrimônio ou do recurso

econômico entre todos os filhos, podendo em determinados contextos às filhas receberem mais que os filhos.

Os arranjos propostos pelos agricultores sem sucessores apontam para a divisão da área do estabelecimento de forma igual entre todos e apenas poderá receber mais o filho que se dispôr a cuidar dos pais, podendo ser tanto uma mulher quanto um homem. O principal argumento que justifica a divisão igualitária é a contribuição no trabalho familiar: como todos deixaram o estabelecimento, não faz parte do critério da divisão do patrimônio o fato de um ou outro filho ter ajudado mais em casa.

Ademais, a recompensa igualitária dos filhos e das filhas também está associada com a perda do significado produtivo da terra. Vale lembrar às considerações de Carneiro (2001), já citadas anteriormente: as mulheres passam a ter direito a terra quando ela é destituída de valor econômico (como meio de produção) ou do valor simbólico (a terra não tem mais o sentido da construção da identidade social do agricultor). Diante da improvável volta dos filhos para cultivar ou viver da agricultura, os agricultores buscam um filho ou uma filha para ampará-los no futuro. Nesse caso, jogam com a possibilidade de retribuir ao filho responsável a maior parte do patrimônio.

Entre os agricultores sem sucessores que pretendem vender o estabelecimento, ganha mais o filho ou a filha que não estiver “bem instalado”, numa espécie de “lei de compensação”. Dessa forma, quando a filha estiver em condições desfavorecidas em relação aos demais irmãos, ela pode receber um valor maior dos pais ou mesmo algum bem ou imóvel no meio urbano. A outra situação em que as filhas poderão receber um valor mais significativo é quando se dispuserem a ficar com os pais, tendo em vista que os agricultores estão dispostos a recompensar de forma mais significativa ao filho disposto a tal “sacrifício”.

O que os agricultores sem sucessores apresentam são práticas usadas para responder às condições atuais da transmissão do patrimônio dos seus estabelecimentos e certamente são distintas dos padrões de transmissão das gerações anteriores ou mesmo entre aqueles agricultores que dispõem de sucessores. São mudanças que carregam as práticas costumeiras (responsabilidade dos filhos em amparar os pais, distribuição dos recursos ao filho que o pai julga precisar mais, com parte da manutenção do poder paterno, pela transferência tardia do patrimônio), revestidas de adaptações.

Por outro lado, os **agricultores com sucessão** apresentam maior inserção nos mercados agrícolas, com potencial produtivo (técnico e mecânico), rendas agrícolas, organização da produção, participação em organizações de agricultores e capacidade de investimento considerável. São agricultores que conseguem gerir o potencial produtivo de

forma externa, capitalizando recursos, mas também de forma interna, porque possuem recursos próprios para investir na diversificação produtiva e na melhoria da infra-estrutura de seus estabelecimentos. A capitalização também está associada ao maior número de filhos, especialmente filhos homens, que constituem mão-de-obra importante no estabelecimento familiar. Como a mão-de-obra geralmente não é paga, acabam contribuindo para a geração de excedente econômico no estabelecimento. Esse excedente econômico passa a ser sinônimo de capitalização produtiva e monetária no estabelecimento, bem como representar o recebimento de um patrimônio mais significativo no momento da divisão.

Dentro dessa dimensão mais favorável, o estímulo à permanência dos filhos torna-se evidente, ainda que haja aqueles que preferem deixar a escolha para os filhos. O estímulo é dado aos filhos homens, através de investimentos monetários ou materiais: uma nova área de terra (ou parte do estabelecimento); valor monetário por ocasião da venda da safra agrícola; motocicleta e carro.

A dimensão de gênero é acentuada pelos próprios pais, que acreditam serem os filhos homens os mais capacitados para seguir nos estabelecimentos. Por essa razão, as mulheres somente são herdeiras por exceção (por *default*, como dizem os franceses): nos estabelecimentos em que as filhas são sucessoras, há uma única filha ou é celibatária e partilha a sucessão com o irmão.

Na atual condição, novas dimensões são instauradas, tais como: o grau de escolarização variável entre os filhos; o retorno de sucessores com nível superior para a atividade agrícola; e a residência separada dos futuros sucessores casados, como forma de garantia da autonomia do casal jovem. Tal processo, no entanto, não significa a individualização do trabalho, porque pai e filho seguem trabalhando de forma conjunta através de sistemas de “parceria”.

Através das mudanças em curso pelos processos de modernização da agricultura, da proximidade com o rural e o urbano e dos novos valores acrescidos pelos jovens ao meio rural, verificou-se que a sucessão tende a ser atendida quando são combinadas determinadas condições que lhe são favoráveis. Além das condições produtivas e econômicas favoráveis, da percepção da ocupação agrícola e do estímulo aos filhos seguirem na ocupação, soma-se, ainda, o maior número de filhos por família, principalmente de filhos do sexo masculino. Outra condição é a própria divisão do trabalho familiar, baseada na divisão sexual do trabalho, cabendo aos filhos a execução de atividades agrícolas e administrativas junto com o pai, mas também sozinhos, motivando-os para o trabalho agrícola. As moças apresentam uma

situação distinta, pois exercem efetivamente o trabalho doméstico e são consideradas ajudantes nas atividades agrícolas.

Verificou-se que, mesmo frente às mudanças, a sucessão obedece a antigos padrões sucessórios, que a caracteriza como um processo de responsabilidade do pai e resolvida de forma tardia ou quando os pais atingem a (in) capacidade física para o trabalho. Da mesma forma, o pai, na condição de chefe do estabelecimento, determina o encaminhamento do estabelecimento através da transmissão do patrimônio aos filhos.

Conforme se analisou no Capítulo 7, os agricultores com idade mais avançada estão entre os que procederam os acertos da transmissão do patrimônio, enquanto os mais novos preocupam-se com o planejamento ou os prováveis acertos, havendo também aqueles que sem qualquer acerto ou planejamento, por considerarem que ainda é cedo para isso. No fundo, as distintas situações apenas reforçam a caráter dinâmico desse processo. Um exemplo desse dinamismo é constatado com o agricultor de idade mais avançada (84 anos). O agricultor desconsidera a possibilidade de fazer os acertos em vida e vai deixar para os filhos a decisão sobre o destino do estabelecimento e os acertos. Esta situação preocupa a filha sucessora, devido ao fato de ser uma família numerosa, aumentando as chances de desacordo entre os descendentes. Além disso, o poder paterno acaba interferindo na condição do exercício das atividades agrícolas dos sucessores, pois o pai ainda exerce um poder quase absoluto sobre os recursos econômicos e sobre a atividade agrícola.

São vários os arranjos possíveis apresentados pelos agricultores com sucessão, estando condicionados principalmente à capitalização dos estabelecimentos e à dimensão de gênero. Observa-se que os arranjos planejados pelos agricultores têm como finalidade garantir integridade do estabelecimento e a capacidade da reprodução de uma família, além de garantir o estabelecimento para aquele escolhido como sucessor. Os sucessores, por sua vez, podem ser tanto os filhos mais novos, os mais velhos ou de qualquer outra posição de nascença, ou ainda o único filho, o único filho homem ou a única filha mulher. Independentemente do sucessor, observou-se que o poder paterno é incontestável, pelo menos no que diz respeito ao momento da sucessão. Os sucessores estão de acordo que a transferência deve ser feita quando o pai achar conveniente. Entre os sucessores entrevistados, a exceção fica por conta da sucessora, cujo pai tem 84 anos, citada acima.

Entre os agricultores mais velhos, os direitos costumeiros na transmissão do patrimônio - terra para os filhos e outros bens e estudos ou enxoval para as filhas - são mantidos. Os acertos são demarcados em razão da ocupação dos demais filhos, da preferência

do estabelecimento ficar com o sucessor em regime de doação de usufruto, que perdura até a morte do pai.

Os demais agricultores com transmissão planejada apresentam distintas situações que demarcam a transmissão do patrimônio na atualidade: o estabelecimento fica com o sucessor, mas os demais filhos podem receber terra, estudos ou dinheiro como compensação. Por outro lado, na perspectiva das filhas, encontra-se a associação entre terra e enxoval, estudo e dinheiro. Em outras situações, os agricultores pretendem dar dinheiro em substituição ao enxoval, imóveis urbanos ou só estudo. A capitalização dos pais permite às filhas receber mais de uma forma de compensação, porém, o estabelecimento não lhes é assegurado em nenhum dos casos em que há filhos homens no estabelecimento.

A intenção de realizar um estudo sobre a questão sucessória a partir dos agricultores sem sucessores e com sucessores permitiu identificar as especificidades, diferenças e semelhanças entre eles. Quanto aos dois municípios estudados, pode-se dizer que o fato de Pinhal Grande ter um maior número de moças residindo no meio rural, não é um indicativo da sucessão feminina nos estabelecimentos, tendo em vista a preferência pelos filhos homens. A realidade de Dona Francisca, com um número superior de filhos em relação às filhas no meio rural, pode estar associada ao grau de mecanização dos estabelecimentos, especialmente os dedicados ao cultivo do arroz, o que permite a redução da mão-de-obra, liberando a “ajuda” feminina para os estudos ou ocupações urbanas.

Não há dúvidas sobre a heterogeneidade de fatores ou condições econômicas e sociais que afetam a sucessão na agricultura familiar e a diversificação das formas de transmissão do patrimônio. Conclui-se que as condições dos agricultores com sucessores são distintas dos agricultores sem sucessão.

No que diz respeito à contribuição desta tese, acredita-se ter avançado na observação das diferenças entre as condições que permitem os agricultores ter ou não sucessores. De maneira mais específica, pontua-se o avanço na compreensão das questões que envolvem os agricultores sem sucessores: as condições que favoreceram a saída dos seus filhos e a dinâmica adotada por eles na transmissão do patrimônio. Suas estratégias podem variar entre a venda do estabelecimento e a tentativa de deixá-lo para os filhos, mesmo sabendo que eles poderão vendê-lo para terceiros posteriormente.

Outro aspecto que perpassa essas relações/situações é a dimensão de gênero, que serve para justificar a preferência pelos filhos na sucessão e as compensações destinadas às filhas, incluindo o estudo e a base para sua vida (como uma casa) no meio urbano. Acredita-se ter tido a possibilidade de dimensionar melhor a questão de gênero entre os dois grupos de

agricultores analisados: as famílias que contam com um número maior de filhas do que de filhos, ou que contam somente com filhas, têm maiores dificuldades em ter sucessor (a).

Ademais, a chance das filhas serem sucessoras se resume praticamente ao fato de serem filhas únicas ou inexistir filhos varões. Observa-se que as mulheres são vetadas no acesso ao estabelecimento, mesmo quando pretendem permanecer no meio rural e casar-se com um rapaz agricultor. As filhas passam ter direito igualitário a terra quando o patrimônio perdeu a função agrícola e o sentido da construção da identidade de agricultor. Assim, a situação das filhas em relação à transmissão do patrimônio pode ser resumida da seguinte forma: ganhar terra quando esta não tem mais valor econômico para a família ou não ganhar quando a terra é essencial para a reprodução do estabelecimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios a extensão rural. Brasília. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n.1, p.132-152, jan/abr. 1998. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v15/cc15n106.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2007.

_____. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, ANPOCS; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.

ANDER-EGG, E. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Humanitas, 1995.

ANJOS, F. S. dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Universitária, 1995.

BANDEIRA, M. D. A fecundidade no Rio Grande do Sul e no Brasil. **Carta de Conjuntura-FEE**, Porto Alegre, n.2, p.7, fev. 2002. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_boletins_carta.php>. Acesso em: 20 mar. 2008.

BANDEIRA, M. D. Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul: fecundidade e mortalidade. In: ACCURSO, J. S. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 89-126. (Documentos FEE, nº 51). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos_fee_51.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2008.

BELTRÃO, K. I. *et al.* **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão, nº 1034). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1034.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2007.

BERNHOEFT, R. **Empresa familiar: sucessão profissionalizada ou sobrevivência comprometida**. São Paulo: IBECON, 1987.

BILLAUD, J. Inventar uma ética profissional: as regras de um jogo obrigatório. In: LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 175-205.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Bertrand: Rio de Janeiro, 1999.

_____. A “juventude” é apenas uma palavra. In:_____ **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113-121.

_____. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales**, Paris, n. 5-6, p. 32-135, 1962.

_____. **Le bal des célibataires**: Crise de la société paysanne em Béarn. Paris: Seuil, 2002.

_____. **Meditações Pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. O espírito da família. In: _____ **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Correa. Campinas: Papirus, 1996. p. 124-135.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. Reprodução Proibida: a dimensão simbólica da dominação econômica. In: _____ **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000. p. 93-119.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretária da Agricultura Familiar. **O que é o Pronaf?** Brasília: MDA/SAF, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUMER, A; PAULILO, M. I. As agricultoras do Sul do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.171-174, jan./abr. 2004.

BRUMER, A; WEISHEIMER, N. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In: MDA/NEAD (Org.). **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA/NEAD, 2006. p. 189-256. (Série NEAD Debate, 9).

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E, G. de. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUMER, A. Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 223-254.

BRUMER, A. *et al.* Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RURAL SOCIOLOGY ASSOCIATION (IRSA), 10. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

BRUMER, A. *et al.* A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v.1, p.179-234.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. M. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2008. Relatório de Pesquisa.

BRUMER, A.; GIACOBBO, E. A mulher na pequena agricultura modernizada. **Revista Humanas**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.139-156, jan./jun. 1993.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple sucession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf>. Acesso em: 03 out. 2006.

CARDON, P. **Des femmes et des fermes**: genres, parcours biographiques et transmission familiale: une sociologie comparative Andalousie/Franche-Comté. Paris: L'Harmattan, 2004.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: SILVA, F. C. T (Org.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

_____. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2005. p. 243-261.

_____. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

CARRIERI, A, P; AGUIAR, A. R. C. A transferência de gestão em unidades de produção familiar: a sucessão e a herança no bairro rural de Cardoso (M.G.). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 17.1993, Salvador. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 1993. CD ROM

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986a.

_____. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, Paris, n.3, p.73-89, dez. 1986b.

_____. **L' héritage refusé**: La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950 - 2000. Paris: SEUL, 2002.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J, G. da.; STOLCKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

_____. **La organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Atlas, 1997.

CORCUFF, P. **As novas sociologias**: construções da realidade social. São Paulo: Editora EDUSC, 2001.

COSTA, M. R. C. **Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária**: Estudo de Caso no município de Morro Redondo, RS. 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEERE, C.; LÉON, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos a propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DIRVEN, M. **La herencia de tierras y la necesidad de rejuvenecimiento del campo latinoamericano**: propuestas preliminares. Santiago do Chile, 2001. p. 1-26. Disponível em: <www.iica.org.uy/redlat/docu17.doc>. Acesso em: 25 nov. 2007.

DORIGON, C. *et al.* Agricultores pobres: os invisíveis do campo. In: BRUMER, A.; PINERO, D. (Org.). **Agricultura Latino – Americana**: novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 85-104.

DURKHEIM, É. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual y contextual. Santiago do Chile: CEPAL, 1998. (Série Políticas Sociales, 28).

_____. **Juventud rural excluída em América Latina**: Reducindo la invisibilidad. 1997. Trabalho apresentado no XXI Congresso LatinoAmericano de Sociologia, São Paulo, 1997.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório de ações e resultados**. Dona Francisca, 2005. Relatório.

_____. **Diagnóstico da situação atual do município de Pinhal Grande**. Pinhal Grande, 1996. Relatório.

FERNANDES, P. J. **Ato médico**: versões, visões e reações de uma polêmica contemporânea das profissões na área da saúde no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Programa de Pós – Graduação, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.

FERRARI, D. L. *et al.* Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.35. n.1, p. 22-36, jan. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec2-0105b.pdf>>. Acesso em: 25 mar.008.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária de desenvolvimento sustentável para produção familiar**. Versão Preliminar. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/proyecto/brazil/censo.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2005.

FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza: A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Índice de desenvolvimento socioeconômico do RS (Idese) 1991-00**. Porto Alegre: FEE, 2003 (Documentos FEE, nº 58) Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em: 03 set. 2007.

_____. **Resumo estatístico do RS: COREDES**. Porto Alegre: FEE, 2007. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?coredeCentral>. Acesso em: 10 jan. 2008.

_____. **Resumo estatístico do RS: municípios**. Porto Alegre: FEE, 2007. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php>. Acesso em: 9 jan. 2008.

GASSON, R. *et al.*, The farm as a family business: a review. **Journal of Agriculture Economics**, London, v. 39, n. 1, p. 1-41, 1988.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GIDARAKOU, I. *et al.* Pluriactivity and sucession in small family farms: the case of two less favoured areas in Greece. In: CRISTÓVÃO, A. **Farming and rural systems research and extension: european farming and society in search of a new social contract: learning to manage change**. Vila Real: Editora da UTAD, 2004. p. 151-159. Disponível em: <http://home.utad.pt/~des/ifsa/ifsa_6th_eu_proceed.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2007.

GIDDENS, A. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, jul./dez. 1994. p. 65-85.

_____. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. A vida numa sociedade pós-tradicional. In: BECK, U; GIDDENS, A; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p. 73-133.

GIROM, L. S. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, J. **RS: imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 45-63.

GOODMAN, D. *et al.* **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Tradução Carlos Eduardo Baesse de Souza e Carlos Schlottfeldt. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal, 2006**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=20>>. Acesso em: 26 jan.2008.

_____. **Censo Agropecuário 2006** - resultados preliminares. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 26 jan. 2008.

_____. **Censo da População, 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar.2006.

JUCHEM, D. M. *et al.* Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 8. 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. CD ROM.

KIMHI, A. Intergenerational Succession in Small Family Businesses: Borrowing Constraints and Optimal Timing of Succession. **Journal Small Business Economics**, Iowa, v. 9, n. 4, p. 309-318, 1997.

LAMARCHE, H. Introdução geral. In:_____. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. v.1, p. 13-33.

LOPES, M. N. **O celibato masculino e as perspectivas de reprodução da agricultura familiar**. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MACHADO, M. H. Apresentação. In: _____. (Org.). **Profissões em saúde: uma abordagem sociológica**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 1995. p. 13-23.

MARIN, M. **As transformações no espaço agrário e seus reflexos na agricultura familiar e na sustentabilidade ambiental em Nova Palma, RS**. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

MARSDEN, T. Reestructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Wageningen, v.29, n.3-4, p. 312-317, 1989.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

NEUMANN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós - Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

BRASIL. Novo Código Civil: Lei nº 10.406, de 10.01.2002. **Diário Oficial da União**. Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/senador/alvarodi/b_menu_esquerdo/4_biblioteca_virtual/Novo_codigo_civil.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2008.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PIOVESAN, R. F. V. Educação e migração: a história da escola entre os imigrantes italianos. In: MARIN, J. R. **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. p. 95-109.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento humano e IDH**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em: 10 jan.2008.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RAMOS, G. **Un acercamiento teórico a los efectos del sistema de sucesión en la incorporación de los jóvenes a la agricultura Vasca**. Bilbao, 2004. Disponível em: <http://www.unavarra.es/puresoc/pdfs/c_ponencias/ramos.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2007.

REBOUL, C. L' apprentissage familial des métiers de l'agriculture. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 39, p. 113-120, set. 1981.

SAQUET, M. A. Alguns aspectos da formação econômica da ex-colônia de Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, J. R. **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. p. 56-73.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, p. 1-27, 1985.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas 1).

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **A modernização dolorosa**. São Paulo: Zahar, 1982.

SILVA, B. Profissão. In: **DICIONÁRIO de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986. p. 993-994.

SILVEIRA, P. R. C. *et al.* A produção artesanal de vinhos na região da Quarta-Colônia/RS: (re)criação e transformações do circuito de produção-distribuição-consumo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

SILVESTRO, M. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SILVESTRO, M.; CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.11, n.4, p.5-8, dez.1998.

SIQUEIRA, L. H. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

SPANEVELLO, R. M. **Jovens rurais do município de Nova Palma – RS: situação atual e perspectivas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SPONCHIADO, B. **Imigração e Quarta Colônia: Nova Palma & Pe. Luizinho**. Santa Maria: Palotti, 1996.

SOROKIN, P. *et al.* Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 199-224. (Coleção Estudos Rurais).

STANEK, O. As estratégias familiares. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.2, p. 119-148.

STROPASOLAS, V. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

_____. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.253-267, jan./abr. 2004.

TEDESCO, J. C Apresentação. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 11-17.

_____. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

VARE, M. *et al.* **Should one trust a farmer's sucession plan?** Empirical evidence on the intention-behaviour discrepancy from Finland. 2005. Paper prepared for presentation at the XI Congress of the EAAE (European Association of Agricultural Economists), The Future of Rural the European in Global Agri-Food System. Copenhagen, 24-27 agosto de 2005. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/123456789/10994/1/pp05va02.pdf>>. Acesso em: 4 jun.2006.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**. 3.ed.Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

_____. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.2, p. 207-231.

WEISHEIMER, N. **Caracterização dos jovens na agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. Relatório.

_____. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinha, Feliz/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Os jovens agricultores: trabalho e reprodução social na agricultura familiar**. 2001. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

WOLF, E. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, E; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UNB, 1997.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

WOORTMANN, K. **"Com parente não se neguceia"**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).

ZORZI, A. **Transmissão da propriedade**: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar. 2005. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

APÊNDICE - Roteiro do questionário aplicado aos agricultores familiares sem e com sucessão.

Identificação

Nome:.....

Município:

Localidade:.....

BLOCO I

CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

1) Idade:.....

2) Grau de escolaridade:.....

3) Aposentado () não () sim. Tipo aposentadoria:.....

4) É proprietário desse estabelecimento?

() sim () não

5) Como obteve?

() herança

() compra de parentes ou irmãos

() parte por herança, parte por aquisição

() posse

() outra. Qual?

6) Há quanto tempo (em anos):.....

7) Tem algum outro imóvel, além desse estabelecimento: () sim () não

8) Composição da família: (considerar todos os membros que compõem a família, tanto os que residem dentro como fora do estabelecimento).

Nome*	Grau de parentesco	Sexo	Idade

* colocar em ordem: primeiro o chefe do estabelecimento, esposa, filho homem,filha mulher...

10) Porque a divisão do trabalho é realizada dessa forma no seu estabelecimento?

.....

11) Como é a relação de trabalho com os vizinhos? Houve mudanças em relação a forma de mutirões de ajuda mutua existentes no passado?

.....

12) Local de residência e ocupação atual dos filhos sucessores e não sucessores.

Nome*	Sexo	Escolaridade	Local que reside*	Ocupação atual

*meio rural (no estabelecimento paterno ou em estabelecimento separado) ou no meio urbano.

Caracterização dos sucessores:

1) Idade:

2) Sexo:

3) Número de sucessores no estabelecimento:

4) Escolaridade:

() básico incompleto

() básico completo

() médio incompleto

() médio completo

() superior incompleto

() superior completo

() curso técnico. Qual (is):.....

5) Posição de nascença em relação aos demais irmãos:.....

6) Estado Civil: Caso seja casado (a), o cônjuge é do meio rural ou urbano?.....

7) Mora no mesmo estabelecimento com os pais ou separado:.....

Situação atual da sucessão na agricultura familiar e a saída dos jovens do meio rural.

1) Qual sua opinião sobre a saída dos jovens do meio rural e da agricultura?

.....
.....
.....

2) Quais são as implicações dessa saída? Acha que é um problema para a agricultura familiar no futuro?

.....
.....
.....

3) O que leva os jovens a sair ou que fatores levam os jovens a deixar o meio rural?

.....
.....
.....

4) Como percebe a questão do envelhecimento no meio rural? E da masculinização? Isso é problema na sua comunidade e no município?

.....
.....
.....

5) O que poderia ser feito para favorecer a permanência dos jovens?

.....
.....
.....

6) O que poderia ser feito para atrair as moças?

.....
.....
.....

BLOCO II**CONDIÇÕES PRODUTIVAS E ECONÔMICAS**

1) Qual a área total (em hectares) do seu estabelecimento ?

2) Quantos hectares consegue aproveitar ou usar para a atividade agrícola?.....

3) Porque consegue usar esse número de hectares? Considera satisfatório? Gostaria de poder usar um número maior?

.....

4) Além dessa área, possui alguma outra? () sim () não.

Quantos hectares ?.....

5) Arrenda alguma parte de suas terras para outros? Ou arrenda terras de outros?

() sim () não.

Quantos há?.....

Como é feito o pagamento por esse arrendamento: () em dinheiro () em produção.

6) Principais cultivos agrícolas comerciais e produção leiteira

Cultivos	Quantidade produzida	Local de comercialização*	Há quanto tempo produz ou cultiva
Milho			
Arroz			
Soja			
Fumo			
Trigo			
Feijão			
Leite			
Cana-de-açúcar			
Fruticultura comercial			
Pecuária de corte			
Outros (Citar quais)			

* cooperativas locais, agroindústrias, atravessadores...

7) Tipo de tecnologia usada na produção agrícola:

() sementes geneticamente modificadas

() GPS

() semeadura direta

() adubação química

() agrotóxicos

8) Tipo de maquinário utilizado no estabelecimento para o cultivo dos produtos agrícolas e leite:

- () trator tracionado - qtde:.....
 () trator comum - qtde:.....
 () bateadeira - qtde:.....
 () colheitadeira - qtde:.....
 () ordenhadeira - qtde:.....
 () grade - qtde:.....
 () arado - qtde:.....
 () pulverizador mecanizado - qtde:
 () pulverizador costal - qtde:.....
 () tração animal - qtde:.....
 () silo para armazenamento e secagem de grãos - qtde:.....
 () usa apenas de tração animal
 () usa apenas de equipamentos manuais

9) Dos cultivos agrícolas produzidos, usa mecanização total, parcial ou nenhuma?

.....

10) Contrata mão-de-obra externa (empregados temporários): () sim () não, usa apenas mão-de-obra familiar.

Caso haja contratação, por quanto tempo (em dias) e período do ano:.....

11) Utiliza serviços de assistência técnica:

- () sempre () de vez em quando () nunca

Quem presta esse serviço:

- () técnicos da EMATER () técnicos das cooperativas locais () particulares

12) Costuma fazer a contabilidade referentes aos gastos, entradas ou saídas de dinheiro do estabelecimento:

- () sempre () de vez em quando () depende da cultura produtiva () nunca

13) Porque a prática da contabilidade é realizada (ou não é realizada) com freqüência no seu estabelecimento?

.....

14) Participação em organizações sociais ou profissionais.

Organizações sociais ou profissionais	Sim	Não
Sindicato dos trabalhadores rurais		
Cooperativa(s) agropecuárias		
Diretoria da igreja		
CTG		
Associações ou ONGs		
Grupos ou associações de produtores/agricultores		
Grupos de geração de renda (artesanato)		
Grupos da Terceira Idade		
Outros (quais?)		

15) Quais são os grupos ou associações específicas de agricultores que participa? Citar qual (is)

.....

.....

.....

16) Qual é a vantagem de participar desses grupos ou associações?

.....

.....

.....

17) Formas de acesso ou conhecimento a novas tecnologias e novas atividades produtivas:

Tipos de atividades	Sim	Não
Reuniões técnicas com a EMATER local		
Reuniões técnicas com a cooperativa local		
Dias de campo, visitas a outros estabelecimentos para conhecer outras formas produtivas		
Excursões, feiras, exposições agropecuárias		
Reuniões fora do município com técnicos de outros locais		
Outras atividades (citar quais)		

18) Quais (s) foram os investimentos realizados nos estabelecimentos ou fora dele nos últimos cinco anos

Tipo de investimentos	Sim	Não
Compra de maquinário agrícola		
Construção de benfeitorias ou melhoria das benfeitorias já existentes (Silos, galpões, armazéns...)		
Compra de novas áreas de terras		
Terreno no meio urbano		
Casa no meio urbano		
Outros (quais?)		
Não houve investimentos		

BLOCO III**Ocupação agrícola e o estímulo a continuidade na atividade**

1) Qual sua percepção sobre o modo de vida no meio rural?

.....
.....
.....

2) Qual sua percepção sobre a ocupação agrícola? É uma ocupação boa? Poderia ser melhor? Está satisfeito com a ocupação?

.....
.....
.....

3) Em relação ao modo como desenvolvia a agricultura no passado, hoje é mais favorável ou desfavorável ser agricultor?

.....
.....
.....

4) Principais vantagens da ocupação?

.....
.....
.....

5) Principais desvantagens da ocupação?

.....
.....
.....

6) Se tivesse que começar de novo ou pudesse escolher entre a agricultura ou outra ocupação, seria novamente agricultor?

.....
.....
.....

7) Levando em consideração suas opiniões e percepções sobre a ocupação agrícola, estimulou os filhos a seguir na sua ocupação?

() sim () não () deixou a escolha para os (as) filhos (as)

8) Porque motivo ou razão estimulou os filhos a permanecer? Ou porque motivo ou razão não estimulou os filhos a permanecer ou então deixou os filhos escolherem?

.....
.....
.....

9) Tanto moças como rapazes, teriam interesse e condições iguais de assumir o estabelecimento?

.....
.....
.....

10) Estimulou ou desestimulou tanto os filhos como as filhas? Ou apenas os filhos ou as filhas?

.....
.....
.....

11) Que tipo de estímulo ou incentivo foi dado para estimular os filhos a permanecer?

.....
.....
.....

12) Para qual dos filhos (filhos ou filhas) o incentivo foi dado? E porque para esse (a) filho (a)?

.....
.....
.....

BLOCO IV**Transmissão do patrimônio (agricultores com sucessores)**

1) Que destino pretende dar ao estabelecimento?

.....
.....
.....

2) Como fez ou está planejando em fazer a transmissão do patrimônio? Já houve acordos em relação à transmissão do patrimônio ou a questão ainda não está definida?

.....
.....
.....

3) Em que momento ou período da vida pretende fazer a transmissão do patrimônio? Pretende fazer os acordos em vida?

.....
.....
.....

4) Caso já esteja definido os acordos ou o planejamento em relação a eles, como está sendo feita a partilha do patrimônio?

.....
.....
.....

5) Como pretende recompensar os filhos e filhas? Vai recompensar de maneira distinta ou igual?

.....
.....
.....

6) Que critérios embasam a divisão distinta ou igualitária do patrimônio?

.....
.....
.....

7) Tem um ou mais sucessores? Qual vai ser a parte do patrimônio do filho (a) sucessor (a)?

.....
.....
.....

8) O que os demais filhos homens não sucessores receberão?

.....
.....
.....

9) O que pretender dar as filhas não sucessoras como patrimônio?

.....
.....
.....

10) Acredita que os filhos ficarão satisfeitos com essa forma de distribuição do patrimônio?

.....
.....
.....

11) Caso haja divergências entre o senhor e seus filhos ou dos filhos entre si, quais foram (ou provavelmente serão)? Porque elas acontecem?

.....
.....
.....

12) As divergências podem inviabilizar futuramente o estabelecimento familiar?

.....
.....
.....

Transmissão do patrimônio (agricultores sem sucessores)

1) Que destino pretende dar ao seu estabelecimento? Se pudesse daria um destino diferente?

.....
.....
.....

2) Gostaria que algum dos seus filhos tivesse permanecido no estabelecimento?

.....
.....

3) Estimulou algum dos seus filhos a permanecer ou mesmo deu oportunidade para que algum deles permanecesse? Caso tenha estimulado de que forma isso acontece?

.....
.....
.....

4) O estímulo foi dado aos filhos ou as filhas ou a ambos?

.....
.....
.....

5) Em que momento pretende fazer a divisão do patrimônio e o repasse para os filhos? Pretende fazer os acertos em vida?

.....
.....
.....

6) Como distribuiu ou pretende distribuir o patrimônio (terra)? Será igual para todos os filhos, tanto para as filhas como para os filhos?

.....
.....
.....

7) Que critérios embasam a divisão distinta ou igualitária do patrimônio?

.....
.....
.....

8) O que receberão os filhos homens?

.....
.....
.....

9) O que receberão as filhas?

.....
.....
.....

10) O senhor acredita que todos os seus filhos estão de acordo com sua decisão? Existe a possibilidade de divergências?

.....
.....
.....

11) Caso haja divergências entre o senhor e seus filhos ou dos filhos entre si, quais foram (ou provavelmente serão)? Porque elas acontecem?

.....
.....
.....